



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICA E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RENAN DA SILVA GOMES

***Atafonias: sentidos da paisagem em uma comunidade de pescadores do Norte  
Fluminense***

Rio de Janeiro

2018

RENAN DA SILVA GOMES

**Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor.

Orientadora: Ana Maria Lima Daou

Rio de Janeiro

2018

Renan da Silva Gomes

*Atafonias: sentidos da paisagem em uma comunidade de pescadores do Norte Fluminense*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em:

---

Ana Maria Lima Daou, doutora, IGEO/UFRJ

---

Rafael Winter Ribeiro, doutor, IGEO/UFRJ

---

Rosane Manhães Prado, doutora, UERJ

---

Marta Regina Ciocari, doutora, UFRRJ

---

José Colaço Dias Neto, doutor, UFF

## RESUMO

GOMES, Renan da Silva. *Atafonias: sentidos da paisagem em uma comunidade de pescadores do Norte Fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

O presente trabalho visa a fornecer elementos para compreender as experiências dos pescadores de Atafona, descrevendo e refletindo sobre os modos como, de suas práticas sociais, emerge uma determinada relação com o ambiente. A comunidade, localizada na desembocadura do rio Paraíba do Sul, em São João da Barra, Norte Fluminense, está sujeita a mudanças significativas no seu contexto de vida. As variações do nível e da qualidade da água do rio, a ocorrência de um forte processo erosivo na costa, a exploração de petróleo na bacia de Campos e, mais recentemente, a construção e operação do porto do Açú, ao sul do município, impõem novos agenciamentos para o desenrolar da atividade pesqueira. A partir dessas mudanças e das maneiras como elas reverberam na vida dos pescadores, visa-se a empreender uma discussão sobre o conceito de paisagem, no sentido de criar bases para uma abordagem que valorize as vivências espaciais dos sujeitos. Ao longo da pesquisa, a paisagem deixa de ser pensada como uma exterioridade passiva e passa a ser concebida nos seus entroncamentos com as corporalidades e trajetórias existenciais dos pescadores.

Palavras-chave: pesca, paisagem, Atafona.

## **ABSTRACT**

The aim of this research is to gather elements to understand the fishermen's environmental experience in Atafona, a small-scale fishing community located in the northern area of the state of Rio de Janeiro, Brazil. In the last decades, this region has been subjected to several transformations: changes in the water level and quality in the Paraíba do Sul river, an intense erosion process on the coast, oil exploitation in Campos Bay (one of the most important Brazilian oil fields) and, more recently, the construction and operation of Açú Port, in the south of São João da Barra county, of which Atafona is a district. Considering these changes and how they have an effect on the fishing, a discussion about the concept of landscape will be carried on, with an approach which emphasizes the life experiences of that community.

Key words: fishing, landscape, Atafona.

## RÉSUMÉ

Ce travail essaye de promouvoir la compréhension des expériences qui les pêcheurs d'Atafona font de son milieu, en décrivant et réfléchissant sur les pratiques d'où émergent ce que Augustin Berque aurait nommé une médiance. La communauté, située à la bouche du fleuve Paraíba do Sul, à São João da Barra, nord de l'état de Rio de Janeiro, est affectée pour quelques expressifs changements dans son contexte de vie. Les variations du niveau et de la qualité des eaux fluviales, l'occurrence d'un fort processus d'érosion maritime, l'exploitation de pétrole dans l'océan et, plus récemment, la construction et fonctionnement d'un port au Açú, au sud de la ville, imposent des nouveaux défis à l'activité de pêche locale. À partir de ces changements et de la façon dont elles réverbèrent dans la vie des pêcheurs, une discussion sur le concept de paysage sera faite, au chemin d'une approche qui met en accent les expériences de vie des sujets.

Mots clés : pêche, paysage, Atafona.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que a elaboração de uma tese seja um esforço do qual ninguém escapa ileso, pois alavanca uma série de transformações não só a nível acadêmico, mas também pessoal. Em todos esses anos de aprendizagem, sinto-me muito grato por aquilo que aprendi a partir da experiência do doutorado e por aquilo que, através dela, sequer poderia prever que ganharia: a compreensão da minha família pela minha ausência, as grandes amizades que pude fazer no percurso, as aulas que compartilharam inspirações para além dos conhecimentos descritos nas ementas das disciplinas.

Assim, sinto-me grato pelo apoio e pela confiança que minha família, a despeito de qualquer dificuldade, sempre depositou em mim: minha mãe, Cristina, meu pai, Amaro, minhas irmãs, Camila e Júlia, e minhas tias, Adriana e Denise, a todos, o meu muito obrigado. Os sorrisos que recebi, desde as primeiras boas notas nos primeiros anos de escola, desembocaram, por um caminho longo, nesta tese.

Tendo aterrissado em terreno estranho, passei a nutrir uma certa indiferença pelo ambiente da Ilha do Fundão, que se converteu meramente no local onde teria minhas aulas. Na aridez dos corredores intermináveis, não esperava encontrar tanta aderência ao afeto e à amizade, que contribuíram tanto ou mais do que as aulas para fazer esse texto ganhar forma, além de terem feito dessa experiência do doutorado algo que transcende qualquer ganho puramente acadêmico. Fica aqui minha gratidão aos amigos que pude conhecer na ilha: Éric, Patrício, Dirceu e Mariana.

Paralelo a esses encontros, logo depois da aprovação no doutorado, passei a compor o corpo docente do Colégio Pedro II, onde igualmente encontrei pessoas que reavivaram meu interesse pela geografia, pelo magistério e pelo ser humano de maneira mais ampla. A todos os meus colegas de trabalho, agradeço a vocês o companheirismo, em especial ao Leandro, ao Leonardo e à Rita. Agradeço também ao Tom a ajuda sem a qual teria ficado pelo caminho; e à Ágata e ao Bartolomiau o apoio felino, ao criarem pausas bem-vindas, quando decidiam sentar em cima das minhas anotações ou simplesmente me arranhar, cobrando a atenção que lhes era devida.

Desejo também falar sobre os encontros ocorridos em função dos cursos e dos rituais do doutorado. Agradeço à minha orientadora, professora Ana Daou, o diálogo e a escuta atenta desde o mestrado. Sua sensibilidade sobre o que envolve a vida acadêmica e a produção do conhecimento foi um dos motivos mais fortes para desejar permanecer neste programa de pós-graduação. Agradeço também à professora Marta Cioccarri, por me ajudar a perceber a imensa

riqueza que há no processo de escrita e por seu entusiasmo dedicado à docência e à pesquisa, que iluminou com o seu ânimo muitos momentos dessa tese.

Finalmente, apelando para um grande exercício de síntese e de condensação, minha tese fala sobre como nossa condição humana é atravessada por nossos percursos e pela paisagem que ajudamos a compor em nosso ato de habitar. Qualquer pessoa com um mínimo de compaixão pode notar o quanto, longe de acolher e nutrir nossa formação e crescimento, estamos, enquanto coletividade, cercados por condições que nos repelem, tolhem e agridem. Pela chance de ter podido investir alguns anos da minha vida ao estudo e à compreensão de uma realidade tão distinta da minha, agradeço, aos pescadores e às pescadoras de Atafona, por me acolherem como eles não são acolhidos, por me ouvirem como não são ouvidos, por me fazerem sentir respeitado como eles não são, tantas vezes, respeitados. Para todos nós, que venham anos melhores.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 0.1 – Nas dunas .....	13
Imagem 0.2 – No vento .....	15
Imagem 0.3 – Nas ondas .....	19
Imagem 1.1 – Mapa do município de São João da Barra .....	29
Imagem 1.2 – Mapa do Norte Fluminense .....	33
Imagem 2.1 – Desembocadura do Paraíba do Sul. Ao fundo, Ilha da Convivência .....	51
Imagem 2.2 – Cemitério de árvores .....	52
Imagem 2.3 – Carrancas do mangue .....	53
Imagem 2.4 – Fora de prumo .....	54
Imagem 2.5 – Mapa <i>Baixada</i> e Vila Esperança .....	65
Imagem 2.6 – Mapa Vila Esperança no distrito de Atafona .....	67
Imagem 3.1 – Orla em ruínas .....	101
Imagem 4.1 – Casa à beira-mar .....	105
Imagem 4.2 – Dunas em Grussaí .....	106

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1 - Atafona em diferentes escalas</b> .....	28
1.1 São João da Barra no contexto do Norte Fluminense .....	30
1.2 A gênese de um balneário .....	32
1.3 Entre a água doce e a salgada .....	39
1.3.1 A inserção na bacia do Paraíba do Sul .....	39
1.3.2 A inserção do litoral e na bacia de Campos .....	41
1.3.3 A nova função portuária .....	44
<b>Capítulo 2 - Paisagem e Memória: da Convivência à Esperança</b> .....	49
2.1 Lembranças, mitos e narrativas sobre Atafona: percurso escavatório .....	50
2.2 Um mundo de ontem: a saída da Ilha da Convivência .....	57
2.3 Tempos e ritmos na Vila Esperança .....	63
<b>Capítulo 3 - Narrativas sobre Atafona em trajetórias biográficas</b> .....	75
3.1 Rosa-Branca sob a castanheira .....	76
3.2 As distâncias do mar .....	83
3.3 O cercamento das águas .....	88
3.4 <i>A praia dos campistas</i> em ruínas .....	96
<b>Capítulo 4 - Percursos marítimos: pesca e dinâmica de trabalho</b> .....	104
4.1 A pesca enquanto um <i>enquadramento</i> da paisagem .....	109
4.2 Considerações a partir de estudos sobre a pesca .....	118
<b>Capítulo 5 - A geograficidade da pesca</b> .....	127
5.1 Elementos para pensar a experiência de ser pescador .....	127
5.2 Morte e Vida da noção de paisagem .....	139
<b>Capítulo 6 - A paisagem como um horizonte de vida</b> .....	162

<b>Considerações finais</b> .....	185
<b>Referências bibliográficas</b> .....	194
<b>Referências eletrônicas</b> .....	201

## Introdução

“Visite Atafona antes que acabe”. Essa é uma das muitas pichações feitas nas ruínas das casas próximas ao Pontal. Ela aparece em uma recente reportagem<sup>1</sup>, atualizando uma imagem recorrente acerca desse balneário no norte do estado do Rio: a de um lugar prestes a desaparecer em função da força do mar. Para além do registro das perdas materiais e da enumeração das possíveis medidas para atenuar os processos (nenhuma delas posta em prática de fato), a referida reportagem se alimenta também de uma atitude muito menos estranha à sensibilidade corrente, e que o cenário incomum de erosão marinha ajuda a compor: uma atitude de romantização da natureza.

Fala-se da apreensão dos moradores frente à maré que “engole o que encontra pelo caminho” nas noites de lua cheia, ou das construções tragadas “pelo Atlântico insaciável”. Esse distrito do município de São João da Barra tem ajudado a saciar uma outra fome, aquela por paisagens que parecem concretizar a fúria dos elementos, em uma aparente vingança contra as agressões que recebe. As percepções sobre Atafona se alimentam do imaginário sobre a crise ambiental, cujos efeitos se fazem cada vez mais presentes no cotidiano e nos debates políticos e acadêmicos nas últimas décadas. Um papel para o qual sem dúvida contribuem as ruínas das casas, as ruas soterradas por dunas, as árvores mortas ao longo da orla e as mensagens sempre renovadas, sempre com tinta recente, de trechos do livro do Apocalipse feitas nos muros e escombros das antigas construções.

Esse único e simples registro já serve para sugerir os muitos caminhos que nos ligam à paisagem. Mesmo um texto de estilo informativo é temperado pelos ecos das ruínas, das histórias das casas desaparecidas, por fantasmas que, dizem, assombram-nas. A apreensão algo nostálgica e algo alarmista é muito presente na cobertura jornalística sobre Atafona. Tal visão é compreensível, afinal, sentir algo como o solo em que se pisa ser substituído pela água do mar quebra as impressões de fixidez e estabilidade tão sedimentadas sobre nossa ideia de “chão”. Talvez por isso, “perder o chão” seja não só uma experiência desagradável e desestabilizadora, em uma queda, por exemplo, mas também uma imagem precisa para desorientação e perda de sentido: receber uma notícia terrível nos faz “perder o chão”, em um sentido próximo do indicado por Besse, em sua discussão sobre as imaginações materiais de Eric Dardel:

---

<sup>1</sup> A reportagem de Caio Barreto Briso foi publicada em 02 de julho de 2017 no jornal Extra, associada a um novo evento de elevação do nível da água do mar em Atafona.

Se o espaço telúrico denota o estável, o repouso, a imobilidade, o espaço aquático, ao contrário, desenvolve os valores da vida e do movimento do tempo. O espaço líquido é um espaço móvel, ao mesmo tempo líquido e portante. O conteúdo ontológico do elemento líquido aparece exemplarmente nos ritmos (ondas, marés, água corrente), que ‘fazem aparecer o tempo como matéria da existência. [Dardel, p. 22] (BESSE, 2011, p. 117)

No entanto, mesmo diante de uma inversão tão estranha que é presenciar a mobilidade do solo, um dos primeiros tensionamentos no início da realização dos trabalhos de campo foi justamente perceber o tom como os pescadores falavam da perda de suas próprias casas ou do avanço de um mar tão ameaçador. Mesmo afetados por esses acontecimentos, não eram os riscos provocados pelo mar o mais grave. Narravam como vivenciavam a necessidade de reconstruírem as casas em outros pontos, mais recuados da costa, mas preferencialmente ainda próximos dela, algo que precisou ser feito mais de uma vez por algumas famílias. Para quem vive há muitos anos em Atafona, as oscilações no alcance das ondas foram de algum modo incorporadas à rotina, por mais estranho que pareça para quem olha de fora. Essa é uma familiarização comum entre quem, pela imersão na atividade da pesca, acaba incorporando ao cotidiano a contínua observação das condições de tempo e navegação. Nas minhas conversas com os pescadores, o mar não era associado tão exclusivamente à destruição que podia provocar. Após perderem suas casas, o pior que poderia acontecer era romper essa proximidade com a costa, tão crucial para o desempenho de suas atividades. O contraste de atitudes e percepções perante o processo erosivo foi uma das primeiras pistas a contribuir para a elaboração desta pesquisa.

O que a persistência em permanecer próximo a um mar tido como insaciável demonstra é que, mesmo com as casas e ruas sendo destruídas, Atafona não deixou de existir. Na imagem de uma paisagem que desaparece diante da fúria das ondas, há implícito um pressuposto que interessa às discussões que pretendo empreender aqui. Há, nessa Atafona que “desaparece”, a ideia de que a paisagem se confunde com o espaço construído, ou, ainda, com o espaço sólido, e que por isso pode desaparecer quando submetido ao avanço do mar. Atafona, porém, também não é o mar que lhe banha e o vento que lhe sopra? Para os pescadores esses são traços inalienáveis de seu vínculo com o ambiente, exercendo influência na regulação de suas atividades e na organização de suas relações entre si. A tentativa de compreender esse vínculo exige que se mude essa imagem do mar e do vento enquanto ameaças à Atafona. Entre mar, vento e Atafona não existe exterioridade: quando se fala da pesca, são todos uma só paisagem, na qual se animam os movimentos dos barcos, redes e pescadores.



*Imagem 0.1 - Nas dunas. Janeiro de 2016.*

A condição de ser pescador demanda uma observação fina das marés, das cheias e vazantes do Paraíba do Sul, das configurações dos leitos fluvial e costeiro, das variações na intensidade e direção dos ventos. É como se ser pescador em Atafona fosse a busca por essa *afinação* entre as práticas e as condições do ambiente, promovendo uma disposição cinestésica, física e moral que lhes permitisse se deixar levar por uma conjunção específica de condições ambientais, que potencializa ou limita as chances de sucesso na pesca. Aproveitando a semântica musical dessa palavra “afinação”, é possível simplificar: ser pescador em Atafona é se deixar conduzir por uma *Atafonia*, por um conjunto de sinais e ritmos demarcados de uma maneira que a imersão na pesca permite vivenciar.

É em meio a essa *Atafonia* que se pode ouvir a proposta central desta pesquisa. O objetivo aqui é promover uma aproximação frente aos modos como os pescadores experienciam sua imersão no ambiente, de modo a compreender a gênese de uma paisagem. A valorização dessa experiência surgiu como possibilidade durante a realização dos primeiros trabalhos de campo, quando comecei a tomar consciência da natureza distinta do contato que se criava com os elementos ambientais. O contraste desse vínculo com outros modos de articular esses mesmos elementos, que assumem sentidos tão diversos a partir de práticas sociais distintas, pode alimentar uma reflexão sobre um tema clássico nos estudos de geografia: o da relação dos grupos sociais com o seu meio. É recorrente a ideia de que tal relação se encontra expressa

materialmente na paisagem<sup>2</sup>. Procurarei demonstrar como a relação dos pescadores com o ambiente carrega traços que contribuem para repensar alguns dos pressupostos que o conceito de paisagem traz consigo, no sentido de enriquecê-lo a partir dessas nuances de experiência.

Ao mesmo tempo, parto do interesse em contribuir para o registro do modo como os pescadores lidam com aspectos ligados à degradação ambiental e às alterações relacionadas ao controle territorial do mar. A erosão não é o único processo que se faz presente em Atafona nos últimos anos. A poluição e o represamento do rio Paraíba do Sul, a prospecção e a exploração de petróleo na Bacia de Campos e a construção e início da operação do porto no distrito do Açú, ao sul de São João da Barra, são eventos de escalas temporais e espaciais distintas que igualmente incidem no cotidiano dos pescadores. Delineia-se assim uma boa oportunidade para registrar as estratégias utilizadas por esses atores sociais para lidar com os desafios ligados a essas alterações ambientais e territoriais, presentes em tantos outros contextos socioespaciais no Brasil. Sabe-se o quanto essas crises mobilizam valores e tensionam atitudes habituais, o que constitui uma boa oportunidade para refletir sobre processos de mudança social – e as reverberações deles na experiência de paisagem<sup>3</sup>.

Para que esses objetivos fossem viabilizados, realizei trabalhos de campo de curta duração ao longo do doutorado, de duas a três semanas cada, em julho de 2015, janeiro de 2016 e em agosto do mesmo ano. Tentei realizar as investidas em campo seguindo algumas indicações sobre o calendário da pesca as quais conhecia por conta da pesquisa de mestrado, também realizada em Atafona. Nesse calendário, é central uma oposição entre o verão, tempo da *calmaria*, e o inverno, época de mar agitado e pesca de menor rentabilidade<sup>4</sup>. Ao realizar essas aproximações em momentos distintos pude me dar conta de algumas variações importantes na dinâmica social. Os focos das entrevistas foram as duas localidades em Atafona que concentravam a maior quantidade de pescadores e que possuíam uma dinâmica claramente marcada pelos ritmos da pesca: a área chamada por eles de “*Baixada*”, próxima à desembocadura do Paraíba e do Pontal, e a Vila Esperança, uma área urbana no limite do distrito, a meio caminho da sede do município. As entrevistas realizadas durante esses trabalhos

---

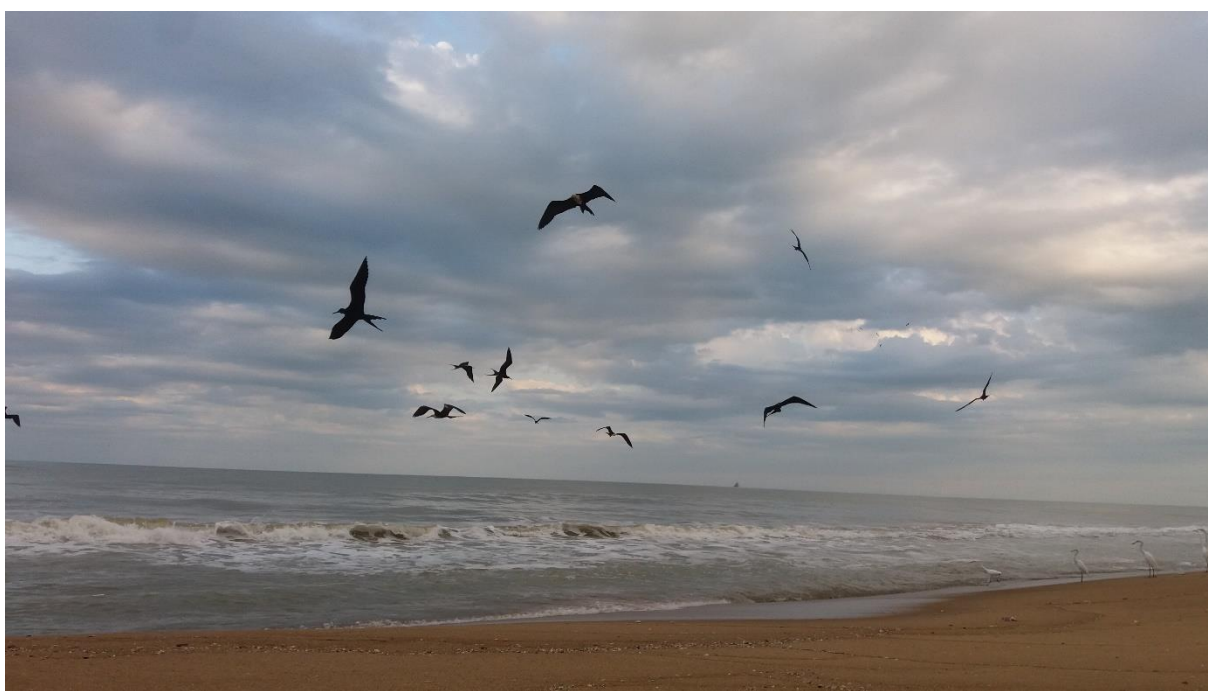
<sup>2</sup> Uma ilustração dessa ideia se encontra em uma conferência ministrada por Pierre Monbeig em 1939, que carrega em seu título um exemplo de tal ligação cultivada na geografia humana entre uma determinada sociedade e o modo como se gravam suas ações na paisagem: “A Paisagem, Espelho de uma Civilização”.

<sup>3</sup> Procurarei estabelecer um diálogo com autores que partiram de Atafona como locus de pesquisa, embora sobre perspectivas teóricas e recortes temáticos distintos. A pesquisa de Juliana Blasi Cunha (2007) desenvolveu-se a partir de um enfoque etnográfico em Atafona. O enfoque recai sobre os padrões de sociabilidade associados à festa de Nossa Senhora da Penha, padroeira da cidade. Já a tese de Maria Cláudia Pitrez (2014) trabalha diretamente com os pescadores, versando sobre as relações entre pesca, turismo e religiosidade. A autora enfatiza as relações entre pescadores, turistas e veranistas, bem como questões ligadas ao pertencimento local.

<sup>4</sup> Embora se deva ressaltar que “verão” e “inverno” aqui não correspondam exatamente às estações do ano tal como definidas pela astronomia, conforme será debatido adiante.

de campo serão discutidas em contraste com as realizadas durante o mestrado, conforme for pertinente, sobretudo no sentido de evocar as mudanças ocorridas no contexto econômico e socioambiental nos últimos anos<sup>5</sup>.

Um outro termo-chave que uso ao longo da pesquisa será alvo de atenção especial. Falo aqui de paisagem no sentido de enfatizar essa dimensão do espaço como expressão de uma experiência particular de mundo, que abarca as maneiras distintas como se promovem determinados envolvimento com os elementos do ambiente. Muitas vezes, a relação das sociedades com o seu entorno material foi pensada na geografia como uma relação que se dá frente a um mundo único, objetivado pela razão, que passa a ser ordenado de acordo com as necessidades e possibilidades técnicas de cada período histórico. Mesmo na geografia cultural, mais preocupada com as percepções e vivências do espaço, essa postura perdura, implícita, na ideia de que uma *mesma paisagem* pode ser vista de maneiras diferentes.



*Imagem 0.2 - No vento. Janeiro de 2016.*

Nesse raciocínio tão comum postula-se a existência de uma paisagem independente do olhar que recai sobre ela, que existe por si só e é mais real do que tudo, e sobre a qual se podem multiplicar os pontos de vista. O que desejo destacar aqui é, se há um interesse em compreender

---

<sup>5</sup> Nesse caso, o trabalho de campo foi realizado em 2011, quando passei três semanas em agosto. A discussão dessas entrevistas foi feita na minha dissertação, defendida no ano seguinte. (Gomes, 2012)



a paisagem como expressão de uma relação específica com o meio, ela não pode ser destacada da experiência que a engendra. Os pescadores não percebem a mesma paisagem que eu, pois minha paisagem é inalienável do modo como me movo, me aproximo, me posiciono: a paisagem e a experiência de mundo de cada um compõem um conjunto.

Para tornar essa inflexão mais clara, cabe uma analogia com o pensamento do ecólogo Jacob von Uexküll, um dos pioneiros no campo da ecologia animal e que contribuiu para promover uma desconstrução dessa ideia de um mundo único, calcado na visão da ciência. Comentando suas contribuições, Giorgio Agamben afirma que

Com demasiada frequência - afirma ele [Uexküll] -, nós imaginamos que as relações que um determinado sujeito animal mantém com as coisas de seu ambiente têm lugar no mesmo espaço e no mesmo tempo daquelas que o ligam aos objetos de nosso mundo humano. Essa ilusão repousa sobre a crença de um único mundo no qual se situariam todos os seres vivos. Uexküll mostra que tal mundo unitário não existe, assim como não existe um tempo e um espaço iguais para todos os vivos. A abelha, a libélula ou a mosca que observamos voar em torno de nós em um dia de sol não se movem no mesmo mundo em que nós as observamos, nem dividem conosco - ou entre elas - o mesmo tempo e o mesmo espaço. (AGAMBEN, 2017, p. 67)

Segundo Agamben, Uexküll não exclui a possibilidade de um mundo objetivo, só defende que não se deve lhe atribuir um privilégio sobre a “infinita variedade de mundos perceptíveis, todos igualmente perfeitos e ligados entre si como uma gigantesca partitura musical” (AGAMBEN, 2017, p. 67). Cada ser vivo possuiria assim o seu mundo-ambiente (*Umwelt*), que não acopla significado a um mundo igual para todos, mas produz um mundo específico a partir de seus próprios portadores de significado. Desdobrando a analogia com a percepção humana, Agamben defende que

Não existe uma floresta como ambiente objetivamente determinado: existe uma floresta-para-o-guarda-floresta, uma floresta-para-os-caçadores, uma floresta-para-os-botânicos, uma floresta-para-os-viajantes, uma floresta-para-o-amigo-da-natureza, uma floresta-para-o-lenhador e, por fim, uma floresta de fábula na qual se perde a Chapeuzinho Vermelho. Até um mínimo detalhe – por exemplo, o caule de uma flor-do-campo –, quando considerado na qualidade de portador de significado, constitui a cada vez um elemento diferente em um ambiente diverso; por exemplo, de que se observe no ambiente de uma garota que colhe flores para fazer um ramallete pregado ao seu vestido; no da formiga que se serve dele como trajeto ideal para conseguir alimento no cálice da flor; naquela da larva da cigarra que lhe perfura o canal medular, utiliza-o, pois, como uma bomba para construir as partes fluidas de seu casulo aéreo e, por fim, no da vaca que simplesmente o mastiga e engole para se alimentar. (AGAMBEN, 2017, p. 68)

É assim que o pensamento do ecólogo alemão teria ajudado a revisar a “perspectiva antropocêntrica nas ciências da vida” e a promover uma “radical desumanização da imagem da

natureza”, tendo influência no pensamento de importantes filósofos do século XX, como Heidegger e Deleuze (idem). Tomando como ponto de comparação essa imagem da floresta sempre qualificada por quem a vivencia, e possível recuperar os comentários que Ana Maria Galano fez acerca de algumas das transformações da paisagem no vale do rio Herault, no sul da França. Antes sujeita a forte pressão demográfica ligada às atividades rurais, com as mudanças na conjuntura econômica no pós-guerra, a exploração de madeira na região deixou de ser rentável, o que provocou uma expansão da cobertura vegetal por todo o vale. Aquilo que poderia facilmente, em um contexto de fortalecimento das preocupações com o equilíbrio ambiental do planeta, ser tomado como algo positivo, foi experienciado de maneira distinta por parcelas da população local:

Quando das entrevistas feitas com os habitantes idosos, aos quais se mostravam os pares de fotos [que mostravam a recolonização das encostas do vale pelas árvores], as primeiras reações foram de surpresa como se, ao ver as mudanças progressivas, houvesse o ‘despertar de uma consciência adormecida’. À surpresa, sucediam comentários nostálgicos sobre a ‘morte social dos vales antes organizados em torno da exploração dos recursos naturais’. Já mais para o final das entrevistas, uma ou outra fotografia, ou detalhe, permitia levar a conversa para a questão da mudança paisagística: ‘As fotos não eram vistas como documentos. Muito depressa, o olhar dos entrevistados visava muito além, enquanto ressuscitavam pela palavra um mundo laborioso de madeireiros, pastores, agricultores, artesãos e operários. As fotos de paisagens, enquanto tal, não tinham para eles mais sentido do que um cenário de teatro sem atores e sem peça para animá-lo. Uma vez o cenário avaliado, eles falavam para reviver o drama que ali se desenrolara ao longo de cem anos: o da morte de uma sociedade rural, ilustrada pela volta à vida vegetal. Através desta visão de seu território, os agricultores pareciam indicar que só a ação e sua reatualização pela palavra podiam dar sentido às paisagens impressas em papel esmaltado que, sem elas, não passariam de ‘naturezas mortas’. (DERVIEUX E PICON, 1997). (GALANO, 2000, p. 96-7)

As indicações feitas pela autora contribuem para imaginar o que seria uma floresta-para-o-lenhador: uma mancha verde que se expande não é sinal de uma recuperação ambiental saudada com alívio ou alegria, mas o símbolo de uma morte social, do ocaso de um circuito de relações que animavam um cenário provido de sentido enquanto desmatado. Ao mesmo tempo, contribui para pensar nos vínculos com o ambiente para além dos desafios ligados à reprodução material dos indivíduos, ou seja, identifica-se aí como “o ambiente não é apenas um ‘meio’ neutro e pragmático; é um ‘mundo ambiente’, cheio de conotações simbólicas, de sentidos vitais, frequentemente experimentados sob a forma do que chamamos banalmente de ‘paisagens’” (DUARTE, 2013, p. 47). Do mesmo modo que se falou aqui de uma floresta nos diferentes investimentos de que é convocada a participar – e que a transforma nessa convocação –, pretendo me aproximar do que seria o mar-para-o-pescador, o vento-para-o-pescador.

Nesse campo de debate, reconheço a importância das discussões que apontam para uma relativização da noção de paisagem, no caminho de questionar se ela possui equivalentes em

horizontes socioculturais distintos. Segundo Duarte, “Embora toda a experiência humana (na verdade, de todo ser vivo!) só faça sentido imersa no contexto em que se institui, e este seja participante ativo da forma e sentido geral de sua vida, nem todas as culturas organizam a percepção desse mundo envolvente como uma ‘paisagem’.” (DUARTE, 2013, p. 48). Discussões que se pautam no questionamento da pretensa universalidade da paisagem se encontram também em Berque: “[outros humanos] podem ter com o seu meio ambiente outras compreensões além daquelas que nós reunimos no termo paisagem. Atribuir às suas compreensões as nossas é ignorar aquelas que lhes são próprias, o que revela seja um imperialismo, seja um anacronismo.”<sup>6</sup> (BERQUE, 2000, p. 160).

Falar assim de estudos de paisagem pode resultar em dois desdobramentos dos quais pretendo me distanciar. O primeiro, sublinhado pelos autores supracitados, diz respeito à projeção de um determinado código de interpretação em contextos culturais nos quais tais códigos não encontram uma ancoragem – em suma, o risco de uma abordagem etnocêntrica ao universalizar a noção de paisagem. Um outro desdobramento seria o de substantivar a paisagem, como se o termo se referisse a uma dimensão material autoevidente que residisse por si só no mundo, alijando os sujeitos de qualquer participação em sua gênese.

Não creio, porém, que esse debate deva conduzir a um abandono do termo, mas sim a sublinhar a necessidade de submeter os seus pressupostos a uma crítica, já que nem sempre “paisagem” evoca aspectos da experiência que são valorizados da mesma maneira em contextos sociais e ambientais variados. Minha intenção é, mesmo que partindo da crítica a alguns dos pressupostos enraizados na tradição de reflexão associada ao termo, valer-me de alguns dos princípios interpretativos que igualmente o acompanham.

---

<sup>6</sup> No original: “[autres humains] peuvent avoir avec cet environnement de tout autres prises que celles que nous ramassons dans le terme de paysage. Leur attribuer les nôtres, c’est ignorer les leurs; cela relève de l’impérialisme ou de l’anachronisme.” (BERQUE, 2000, p. 160). Essa e todas as traduções seguintes são feitas pelo autor.



*Imagem 0.3 - Nas ondas. Janeiro de 2016.*

Alguns desses princípios são recuperados na discussão promovida por Charles Avocat sobre o processo de formação da palavra “paysage”, um processo que guarda semelhanças com o vocábulo em português. O autor destaca dois significados básicos para o sufixo “age”, equivalente ao “agem” na língua portuguesa. O primeiro significado é referente à “formação de conjuntos”, como no caso de “folha - folhagem”. O segundo, apela para as atividades humanas correspondentes a um determinado verbo, como “ato de lavar - lavagem”. A partir desses significados o autor afirma haver uma “ambiguidade congênita” na paisagem, pois o termo permitiria designar

O que se vê de uma região (acepção ‘normal’) com uma conotação voltada para a ação mesmo de ver, de maneira que objeto e sujeito são aparentemente indissociáveis da noção de paisagem. [...] Há por isso tanto um *ato* de paisagem, que privilegiaria a percepção global, quanto um *objeto* paisagem, suscetível de ser controlado de modo analítico, racional e, finalmente, científico.<sup>7</sup> (AVOCAT, 1980, p. 334)

Tanto a concepção de paisagem como um *objeto*, expressivo de um conjunto de elementos, quanto a paisagem enquanto um *ato*, fruto de uma configuração da experiência, são de grande interesse para os objetivos que anuncio aqui. Elas ajudam a encaminhar a compreensão da paisagem como uma instância inseparável do modo como os sujeitos em suas práticas cotidianas articulam os elementos do ambiente em um arranjo específico. A paisagem

<sup>7</sup> “ce que l’on voit d’un pays (acception ‘normale’) avec une connotation vers l’action même de voir, de sorte qu’objet et sujet sont apparemment indissociables de la notion même de paysage. [...] Il y a donc autant un acte de paysage, qui privilégierait la perception globale, qu’un objet paysage, susceptible d’être maîtrisé de façon analytique, rationnelle et, pour tout dire, scientifique.” (AVOCAT, 1980, p. 334)

assim não seria nem um objeto presente no mundo, o que seria reificá-lo, nem tampouco seria fruto da projeção de um código interpretativo, o que seria negligenciar a dimensão concreta da existência, pondo ênfase somente no papel dos sujeitos. O esforço é de caminhar no sentido de entender a paisagem enquanto uma relação, que remete a um modo, geográfica e historicamente contextualizado, de ser e estar no mundo. Isso faz de um estudo pautado nessa noção um enfoque incontornavelmente calcado na materialidade do mundo físico e nos envolvimento que os sujeitos-habitantes promovem junto à concretude que os envolve. Desejo falar, no sentido aqui expresso, de uma “paisagem-para-os-pescadores”, como uma estratégia de pesquisa mobilizada para traduzir essa dimensão relacional da imersão dos sujeitos no mundo, mesmo tendo consciência de que a paisagem não se constitui como uma categoria nativa, embora direcione a abordagem para o diálogo com a experiência dos pescadores.

Tento também me valer das experiências de campo para promover uma revisão do conceito de paisagem. Tenho em vista o que Bachelard classifica como a “insuficiência de uma filosofia dos conceitos”, quando fala de como “os conceitos são termos de confecção que desindividualizam os conhecimentos vividos.” (BACHELARD, 1978, p. 245). Mobilizo o conceito de paisagem como um recurso para chamar atenção para alguns aspectos da relação com o ambiente. Porém, ao mesmo tempo, realizo um exercício de dialetização de seus pressupostos, um movimento circunstanciado no contexto socioespacial da atividade pesqueira. O contínuo tensionamento da abordagem de pesquisa a partir do contato com o ambiente e com os seus habitantes recupera uma atitude de surpresa diante do mundo, no caminho para reconhecer as “relações vivas da experiência”, que Merleau-Ponty expressa em uma imagem que cai como uma luva. Defendendo uma abordagem que valoriza as “essências” (tal como apreendidas na obra de Husserl), o filósofo fala que elas trazem essas relações da experiência “assim como a rede traz do fundo do mar os peixes e as algas palpitantes” (MERLEAU-PONTY, 2015 [1945], p. 12).

Com essa aproximação do universo semântico da pesca, pode-se falar dos conceitos como redes, cujas treliças mais ou menos finas retêm ou deixam passar através de si elementos da experiência. Cabe ter consciência do quanto se deseja reter e da natureza daquilo que se deixa passar, valendo-se do conceito como uma ferramenta que aponta uma direção, mas que nunca terá a capacidade de abarcar a experiência. De uma maneira mais simples e direta – e mais tocante –, uma ideia parecida é expressa na poesia de Manoel de Barros (2015):

*“O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a*

*imagem de um vidro molde que fazia uma volta atrás  
de casa.*

*Passou um homem depois e disse: Essa volta que o  
rio faz por trás de sua casa se chama enseada.*

*Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que  
fazia uma volta atrás de casa.*

*Era uma enseada.*

*Acho que o nome empobreceu a imagem.”*

É contra esse empobrecimento da imagem que esta tese procurará se posicionar, recuperando a densidade de sentidos que pontuam a relação dos sujeitos com a paisagem. É nesse ponto que se chega a uma encruzilhada. Por mais rica que essa aproximação frente à experiência dos pescadores possa parecer, ela não é o movimento mais associado à atitude de pesquisa dos geógrafos. Autores pontuam o fato de que a geografia em geral constrói suas interpretações sem levar em conta a perspectiva do sujeito-habitante<sup>8</sup>. O estudo da paisagem na geografia ainda ecoa o interesse pela explicação de suas formas, uma abordagem pertinente e válida, mas que afasta o interesse pelas vivências nativas. Compreender tais vivências demanda reconhecer e tirar proveito dos tensionamentos entre os conceitos e a riqueza da experiência, que sempre os ultrapassa<sup>9</sup>.

Mesmo no âmbito de um subcampo mais diretamente associado à valorização desse tipo de abordagem (o da geografia cultural), fala-se de um descompasso entre o surgimento de novos interesses de pesquisa e a proposição de metodologias que poderiam encaminhá-las. Isso faz com que a valorização das sensibilidades e práticas nativas frente à paisagem seja mais fácil de ser identificada na geografia por meio de indicações teóricas do que em um corpo consolidado de pesquisas empíricas que mobilizem e submetam esses princípios ao crivo de novos métodos de investigação<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Ver por exemplo Lindón (2008) e Hiernaux-Nicolas (2008).

<sup>9</sup> Mais uma vez Manoel de Barros (2015) ajuda: “A gente não gostava de explicar as imagens porque/ explicar afasta as falas da imaginação [...] A gente gostava das palavras quando elas perturbavam/ os sentidos normais da fala.”

<sup>10</sup> “the paradigm shift later attributed to ‘new cultural geography’ has tended to be figured in terms of theoretical, rather than explicit methodological advance. As cultural geographers move forward with an even-newer cultural geography, we feel it will be essential to be more articulate and openly explicit in print about our methods and methodologies.” (Delyser e Rogers, 2010, p. 186)

Nesse contexto, procurei seguir duas direções para a realização desta pesquisa: a de contribuir para o registro das experiências do cotidiano dos pescadores de Atafona e de suas mudanças e, ao mesmo tempo, a de refletir sobre os impedimentos e desafios que dificultam a incorporação dessa experiência do sujeito-habitante como uma dimensão de elevado interesse para a geografia. Cabe pontuar aqui as contribuições dos autores que ajudaram a construir os objetivos e a abordagem aqui perseguidos.

Até o momento é possível notar um paralelismo entre as intenções aqui anunciadas e algumas propostas da fenomenologia e do existencialismo. Hubert Dreyfus e Mark Wrathall (2012), em uma tentativa de sintetizar os elementos em comum entre essas duas correntes filosóficas, chegam aos seguintes pontos:

1. Preocupação de oferecer uma descrição da existência humana e do mundo humano que os revele como são, sem a distorção de nenhum pressuposto científico [...];
2. Uma consciência intensificada das dimensões não racionais da existência humana, incluindo hábitos, práticas não conscientes e paixões;
3. Desejo de considerar a possibilidade de que nossos conceitos e categorias não sejam capazes de capturar o mundo como ele se apresenta à nossa experiência;
4. A crença de que o que significa ser humano não pode ser reduzido a nenhum conjunto de características sobre nós (sejam elas biológicas, sociológicas, antropológicas ou lógicas). Ser humano é transcender a facticidade. (DREYFUS e WRATHALL, 2012, p. 18)

Um dos geógrafos que mais tem desenvolvido contribuições que retomam esses aspectos é Augustin Berque, uma influência importante para as abordagens que procurei seguir. Em sua obra, o autor realiza uma revisão dos sentidos associados à noção de paisagem no Ocidente, baseada na gênese desse termo e na sua incorporação nas línguas europeias, bem como na comparação com outras tradições paisagísticas em distintos contextos culturais e históricos, notadamente nas sociedades chinesa e japonesa (BERQUE, 1990, 1995).

O exercício de compreensão a partir de determinados contextos históricos, sociais e culturais rompe com a ideia de que a paisagem seja uma dimensão autônoma da realidade, que exista por si só. Para Berque, a paisagem não exclui as dimensões física e ecológica. Ela está, porém, tanto nessas dimensões quanto nas construções que as ligam em um universo de sentido. As contribuições do autor se aproximam da proposta de suspensão daquilo que na fenomenologia husserliana é chamado de “atitude natural”:

- O que aparece na atitude natural como simplesmente estando ali para mim [...] agora passa a ser visto como uma unidade de sentido (um fenômeno puro) que é o que é precisamente em virtude de seu lugar no nexos de atos e experiências intencionais em que chega à doação. A redução transcendental, por conseguinte, permite que a fenomenologia estude a constituição intencional das coisas - ou seja, as condições que tornam possível não a existência das entidades no mundo (a questão da existência foi posta entre parênteses), mas seu sentido enquanto existentes e, com efeito, o se dar-se como algo. (CROWELL, 2012, p.33)

Ao buscar a variedade de sentidos que se ligam às práticas que denotam a valorização da paisagem como um modo de orientar a relação com o meio<sup>11</sup>, Berque constrói críticas aos enfoques materialistas, tão presentes na geografia, que reduzem a paisagem à sua morfologia, reificando-a, como se ela não passasse de uma dimensão posta no mundo, indiferente ao sujeito que entra em contato com ela. O autor assim contribui para promover esse movimento de suspensão da atitude natural, integrando a percepção da paisagem às práticas sociais que lhe são subjacentes, ao invés de tomar esse processo de percepção como mera recepção passiva dos estímulos do ambiente. Esse reducionismo criticado pelo autor teria contribuído para restringir a paisagem a seus aspectos físico-naturais, promovendo assim um esvaziamento de seu conteúdo existencial, o que Berque classifica como uma “descosmização da existência”. (Berque, 1992).

Esse movimento constitui um ponto de inflexão na tradição de estudos de paisagem na geografia, que se aproxima do que Wrathall classifica como uma descrição científica, cujo objetivo seria o de

identificar objetos usando apenas aquelas propriedades que permitirão que se reconheça de que modos os objetos exemplificam uma afirmação geral que descreve todos os objetos similares de maneira uniforme. [...] Ela é dirigida, particularmente, pelo desejo de incluir o fenômeno numa estrutura mais ampla que explica e prediz as propriedades e as interações dos objetos da investigação. (WRATHALL, 2012, p.55).

As propostas de Berque se aproximam de uma descrição fenomenológico-existencial, que visa a “produzir no leitor uma compreensão das circunstâncias nas quais a coisa se revela como é em si mesma” (WRATHALL, 2012). É em uma configuração particular de circunstâncias que a paisagem surge como um horizonte de vida, como uma maneira de articular a experiência e ordená-la a, e ao mesmo tempo sendo convocada a assumir um peso na constituição de quem os sujeitos se tornam. Berque visa, assim, a combater um outro esvaziamento, aquele que não reconhece na existência a sua dimensão espacial. A conhecida oposição que o autor sugere entre “paisagem-marca” e “paisagem-matriz” caminha nessa direção (BERQUE, 2004). Ao mesmo tempo que as sociedades ordenam o seu ambiente e configuram as formas da paisagem (produzindo marcas), esse ordenamento reverbera no modo

---

<sup>11</sup> Berque defende que nem toda sociedade desenvolve uma relação com o seu meio que possa ser traduzida por aquilo que se expressa ao se utilizar a palavra “paisagem”. Assim, esforça-se em definir em quais práticas se denota uma valorização de uma relação com o meio mediada por aquilo que poderia se definir como uma tradição paisagística, o que o leva a opor as civilizações paisagísticas e as não-paisagísticas. Para o autor, nas civilizações paisagísticas se observam ao menos algumas das seguintes práticas: “1. A existência de uma reflexão sobre aquilo a que o termo se refere; 2. A existência de uma palavra para dizer ‘paisagem’; 3. A existência de representações pictóricas de gênero paisagístico; 4. A representação das belezas naturais através da jardinagem; 5. A elaboração de uma literatura, oral ou escrita, que testemunhe a apreciação dessas belezas naturais. (BERQUE, 2000, p. 160-1)



como as sociedades se constituem (como se a paisagem fosse também uma matriz do social). Isso se cruza com um objetivo mais amplo, o de refletir sobre as interseções entre geografia e ontologia, ou, dito de outro modo, na dimensão espacial da constituição do ser.<sup>12</sup>

Fazer apelo, entretanto, aos modos como se vivenciam as flutuações do meio representa um desafio: como expressar essas experiências fora do registro em que elas ocorrem? No sentido de ensaiar uma tradução dessas experiências, o caráter poético dos escritos de Gaston Bachelard e de Eric Dardel foi uma fonte de inspiração, pois contribui para ampliar a apreensão do espaço para além de uma perspectiva objetificante.

Através da interpretação das imagens dos elementos da natureza presentes em obras literárias, Bachelard rompe com a atitude distanciada associada à ciência moderna. O filósofo alerta para o risco de termos perdido “o benefício de uma imaginação material que nos permitiria viver a realidade poderosa desse estado mesomorfo, a igual distância do espírito e da matéria” (BACHELARD, 2013 [1942], p. 54). Conceber o espaço através desse *mesomorfismo* significa abandonar a explicação como finalidade última do conhecimento, bem como os movimentos de distanciamento, fragmentação e busca por causalidade que essa explicação requer.<sup>13</sup> Uma ideia recorrente na fenomenologia é a necessidade de promover uma suspensão de juízos prévios, no intuito de permitir que os fenômenos se mostrem por si mesmos. Mesmo a busca por um conhecimento objetivo da realidade interpõe expectativas e preconceitos que interferem no modo como o fenômeno poderá surgir diante da consciência. Assim, Besse fala sobre as implicações da busca por explicações no ato de perceber:

A noção de explicação nas ciências da natureza leva a uma dupla motivação na análise dos fenômenos. A explicação se caracteriza como chega à vista, por seu aspecto ‘reducionista’. Se explicar é enunciar a causa e mostrar a necessidade da relação entre causa e efeito, isso significa que o fenômeno será explicado quando for relacionado com um conjunto de fato considerados como logicamente antecedentes, por uma

---

<sup>12</sup> Esse é um encaminhamento muito rico, que sugere uma contribuição original que a geografia pode oferecer ao campo de reflexões ligados à fenomenologia. Tal contribuição atualiza uma crítica ainda atual feita por Anne Buttimer a uma certa desatenção da fenomenologia em relação à dimensão espacial: “Os fenomenologistas afirmam teoricamente que os meios ambientes (‘mundo’) exercem um papel dinâmico na experiência humana; porém, frequentemente na prática, implicitamente subordinam tal dinamismo dentro de um diálogo no qual agentes humanos atribuem significado e significação. Os geógrafos poderiam estar mais inclinados a atribuir dinamismo próprio para tais condições externas como os ecossistemas, padrões de conexões e economias.” (BUTTIMER, 1982, p. 179-80)

<sup>13</sup> Uma ideia recorrente na fenomenologia é a necessidade de promover uma suspensão de juízos prévios no intuito de permitir que os fenômenos se mostrem por si mesmos. Mesmo a busca por um conhecimento objetivo da realidade interpõe expectativas e preconceitos que interferem no modo como o fenômeno poderá surgir diante da consciência. Assim, Besse fala sobre as implicações da busca por explicações no ato de perceber: “A noção de explicação nas ciências da natureza leva a uma dupla motivação na análise dos fenômenos. A explicação se caracteriza como chega à vista, por seu aspecto ‘reducionista’. Se explicar é enunciar a causa e mostrar a necessidade da relação entre causa e efeito, isso significa que o fenômeno será explicado quando for relacionado com um conjunto de fato considerados como logicamente antecedentes, por uma relação de inferência. O ideal da explicação é a identificação, ou seja, a integração do fenômeno a um sistema de relações lógicas, o que também significa sua redução a um momento no desenvolvimento dedutivo.” (BESSE, 2011, p. 129)

relação de inferência. O ideal da explicação é a identificação, ou seja, a integração do fenômeno a um sistema de relações lógicas, o que também significa sua redução a um momento no desenvolvimento dedutivo. (BESSE, 2011, p. 129)

O espaço pode, assim, libertar das exigências de um modelo de conhecimento baseado na objetivação, surgir em dimensões melhor apreendidas através da imaginação:

Por falta dessa desobjetivação dos objetos, por falta dessa deformação das formas que nos permite ver a matéria sob o objeto, o mundo se dispersa em coisas díspares, em sólidos imóveis e inertes, em objetos estranhos a nós mesmos. A alma sofre então de um déficit de imaginação material. (BACHELARD, 2013 [1942], p. 13)

Falar das condições do ambiente entre os pescadores em nada tem a ver com a ideia de um cenário imóvel e inerte, passível de receber quaisquer projeções de sentido. Ao invés disso, sugere-se que cada sentido é um entrelaçamento entre as práticas cotidianas e os ritmos próprios de cada substância, bem como suas oscilações no tempo e no espaço. Bachelard, em seus “devaneios materiais”, recupera da realidade o onirismo que lhe foi roubado pela objetivação. Ele ajuda a reencantar o mundo, redescobre aspectos obscurecidos pelo embotamento do nosso olhar. É somente no duplo interesse “pelos homens e pelas coisas” que se evita negligenciar esse “tecido antropocósmico de uma vida humana” (BACHELARD, 1978 [1957], p. 211). Sob a inspiração de uma “Poética do Espaço”, recebi o convite para abandonar a descrição como mero ato de enumerar características tangíveis. A descrição pode ser outro movimento, mais semelhante ao que seria uma “fenomenologia das casas”:

não se trata de descrever casas, de detalhar os seus aspectos pitorescos e de analisar as razões de seu conforto. É preciso, ao contrário, superar os problemas da descrição - seja essa descrição objetiva ou subjetiva, isto é, que ela diga fatos ou impressões - para atingir as virtudes primeiras, aquelas em que se revela uma adesão de qualquer forma, inerente à função primeira de habitar. (BACHELARD, 1978 [1957], p. 199)

Pretendi aproximar minhas narrativas sobre Atafona e sobre o que pude compreender da vida dos pescadores a esse estilo de descrição, por meio do qual se pode compreender essa adesão do sujeito ao seu contexto de vida. O reconhecimento do modo como o espaço não se reduz a suas dimensões objetiváveis é também alvo das discussões de Dardel, pioneiro na incorporação da fenomenologia na geografia. Para ele, a geografia seria “uma certa maneira de sermos invadidos pela terra, pelo mar, pela distância, de sermos dominados pela montanha, conduzidos em uma direção, atualizados pela paisagem como presença da Terra” (DARDEL, 2011 [1952], p. 39). O autor direciona a geografia para um caminho que se revela muito rico: o de concebê-la no seu inter-relacionamento com a busca de sentido. É oportuno recuperar a leitura que Besse faz da concepção de paisagem na obra de Dardel:

Se a paisagem não é uma simples justaposição de elementos disparatados, se ela se apresenta como uma ‘impressão de conjunto’, como totalidade, é preciso compreender que essa totalidade só é acessível aos sentidos, e mesmo ao sentimento, porque ela se

dá unicamente sob a forma de uma ‘tonalidade afetiva dominante’. De tal modo que no fundo compreender uma paisagem é ‘ser-na-paisagem’, está ‘no ser’, é ser atravessado por ela, em ‘uma relação que afeta a carne e o sangue’, diz Dardel (p.31), esse ser invadido por sua cor fundamental que compõe a dinâmica e o ritmo de sua existência. (BESSE, 2011, p. 119)

Essas contribuições permitem que esse “ser-na-paisagem” seja percebido na “duplicidade fenomenológica das ressonâncias e da repercussão”. Bachelard (1978 [1957]) diz que na ressonância ouvimos um poema, e na repercussão ocorre uma “reviravolta do ser”, pois nela nós falamos o poema: ele é nosso, o que faz parecer que o ser do poeta se torna o nosso ser. Trazendo essas reflexões sobre a natureza da linguagem poética para o debate sobre paisagem, desejo promover uma aproximação, através da qual eu possa falar sobre ressonâncias e repercussões, sobre ser afetado e ao mesmo tempo ser constituído nas relações com o ambiente que fazem emergir uma paisagem. Esse pode ser um caminho para produzir um contrapeso ao distancimento e à dessensibilização que acompanham o conhecimento formal, como desaprender as lições de aridez do conhecimento estando perto da correnteza do rio e das ondas do mar.

Para encerrar essa introdução, cabe uma breve apresentação das etapas em que o texto foi dividido. Nos três capítulos que se seguem apresento Atafona e sua dinâmica socioespacial. Apesar de partilhar de um mesmo objetivo, cada um dos capítulos segue um caminho distinto para realizar essa apresentação. No primeiro parto do que seria uma contextualização regional, referente ao município de São João da Barra e sua inserção em diferentes recortes espaciais. Discuto nesse capítulo a participação do município no quadro das relações econômicas que caracterizam a história da região Norte Fluminense bem como os efeitos a que o município foi sujeito graças à sua inserção na bacia do rio Paraíba do Sul e na área de influência da bacia de Campos.

O segundo se vale das imagens mais recorrentes nas entrevistas com os pescadores, veranistas e moradores fixos de Atafona, tratando sobre os marcadores temporais e espaciais mais importantes na memória local. Esse exercício remete ao que Simon Schama (1996) denominou de “escavação”, uma busca dos sentidos, mitos e lembranças que povoam a relação com a paisagem, que se fazem presentes, a despeito do que se possa dizer sobre o primado da racionalidade na cosmologia moderna.

O terceiro capítulo se lança numa direção semelhante, embora seja calcado na narrativa de fragmentos de trajetórias individuais de alguns dos interlocutores mais emblemáticos com quem interagi durante os trabalhos de campo. Será possível perceber como os relatos retomam alguns dos temas evocados nos capítulos anteriores, porém articulados em torno das trajetórias

biográficas. Nelas fica evidenciada a dificuldade que seria narrar uma vida humana sem situá-la em um cenário: seja uma rua, uma casa, um mar. De modo semelhante como se fala de uma história de vida, meu intento foi de produzir uma “geografia da vida”, em que as trajetórias ganham sentido quando situadas em um contexto espacial.

No capítulo IV visou-se destacar como o envolvimento com a atividade pesqueira é indissociável da constituição dos pescadores enquanto sujeitos em um determinado contexto social. Tal envolvimento reverbera no modo como se organiza a imersão no meio em que a pesca se dá, no sentido do que se pode considerar uma “paisagem-para-os-pescadores”. Nesse capítulo também procurei estabelecer paralelos com outros estudos sobre comunidades pesqueiras na geografia, com o objetivo de indicar elementos comuns nas abordagens, bem como os pontos que procurei desenvolver ao longo da pesquisa.

Nos capítulos V e VI se promove um debate teórico sobre a noção de paisagem, tomando como eixos orientadores as possíveis pontes com a crítica ao modo como a experiência dos sujeitos tem sido apreendida na geografia e em um contexto epistemológico mais amplo. Nessa direção, busco pontuar as possíveis relações entre a noção de paisagem e os debates acerca do corpo, bem como discutir as pontes entre a espacialidade das relações humanas e a ontologia. Como desdobramento das discussões precedentes, que evidenciam os aspectos histórico-geográficos e etnográficos, esses capítulos recuperam os dois esforços que orientaram a pesquisa, o de promover um registro sobre o contexto social dos pescadores de Atafona e o esforço de tirar proveito desse registro para promover uma revisão do conceito de paisagem. Há uma reversibilidade entre essa discussão e os capítulos anteriores. Expressar por meio da escrita uma realidade tão distinta da minha sempre representou um teste, enfrentado com as indicações dos capítulos V e VI. Eles são, assim, tanto um desdobramento teórico das observações e reflexões empreendidas em campo como uma condição de possibilidade para que elas pudessem ser feitas e expressas como foram. Por mais que essas indicações sejam feitas nas partes finais do texto, sua presença ecoa nas partes iniciais, como uma água subterrânea que permitisse que as imagens brotassem no cenário delineado na narrativa.

Ao final, os relatos de campo e as indicações teóricas são mobilizadas para compreender o modo como os pescadores articulam sentido a partir dos variados processos de mudança a que estão expostos nos últimos anos, ligados sobretudo aos desdobramentos da construção do porto do Açú.

## Capítulo 1 – Atafona em diferentes escalas

Um percurso por Atafona conduz a pensar muito mais no perfil de um balneário do que em uma vila de pescadores. O distrito fica muito próximo da sede do município, a no máximo dez minutos de carro, e a cinquenta saindo da maior cidade da região, Campos dos Goytacazes. Uma caminhada pelas ruas principais revela as praças bem cuidadas e a disposição geométrica e planejada dos quarteirões. Por cima dos muros baixos, veem-se o esmero estético na construção das casas e no cultivo dos jardins, muitos dos quais com árvores que sombreiam as calçadas ao longo do caminho. Quem se detiver na luz filtrada pelos flamboyants vai se aperceber de um detalhe curioso: esse lugar tão agradável dá a impressão de estar, na maior parte do tempo, vazio. À noite, são poucas as janelas que vazam luz, e são os olhos escuros das casas os únicos que observam a quase ausência de movimento nas ruas. Esse arranjo espacial, bem como a inserção dos pescadores nesse tecido urbano, requer que outras escalas de análise sejam levadas em conta. A expansão e a ocupação urbana guardam ali muitas relações com processos econômicos e sociais que não se circunscrevem aos limites administrativos do distrito de Atafona, o que requer um esforço de “correlação, encadeamento e articulação” de escalas, seguindo o que na geografia clássica foi classificado como o “princípio de conexão que une os fenômenos geográficos” (RIBEIRO, 2012). O entendimento sobre os referidos processos urbanos passa pela compreensão dos diferentes recortes espaciais nos quais o distrito se insere: o Norte Fluminense, a bacia do rio Paraíba do Sul e a área de influência da bacia de Campos.

Minha intenção aqui não é a de tomar Atafona como uma área que possa ser “explicada” meramente a partir da articulação com essas outras escalas, o que relegaria a dimensão do contato direto a um segundo plano. O objetivo dessas articulações será de sublinhar alguns elementos da história social e econômica do município e da região na qual ele se insere. Isso servirá para compreender alguns aspectos presentes no horizonte de vida dos moradores, e que são importantes para a contextualização da pesquisa de campo. Por mais que a experiência de estar presente em uma localidade seja irredutível a qualquer tentativa de explicação, o que pretendo caracterizar aqui é o “setting” da pesquisa, os arranjos com os quais os habitantes de Atafona são convocados a lidar cotidianamente. A dimensão do tempo precisa ser sublinhada nesse ponto, mesmo que a origem desses arranjos já tenha se perdido, seja na memória de cada um, seja nas formas que antes serviam de suporte a essas memórias, em um jogo constante de revelação e ocultamento. A movimentação das dunas, que não só colapsa e altera a fisionomia desse cenário, mas que também revela o que antes estava soterrado, produz uma boa imagem

para esse dinamismo mnemônico: Atafona é uma imensa ampulheta, sua areia grossa e amarelada é uma medição imprecisa, porém pungente da passagem do tempo.

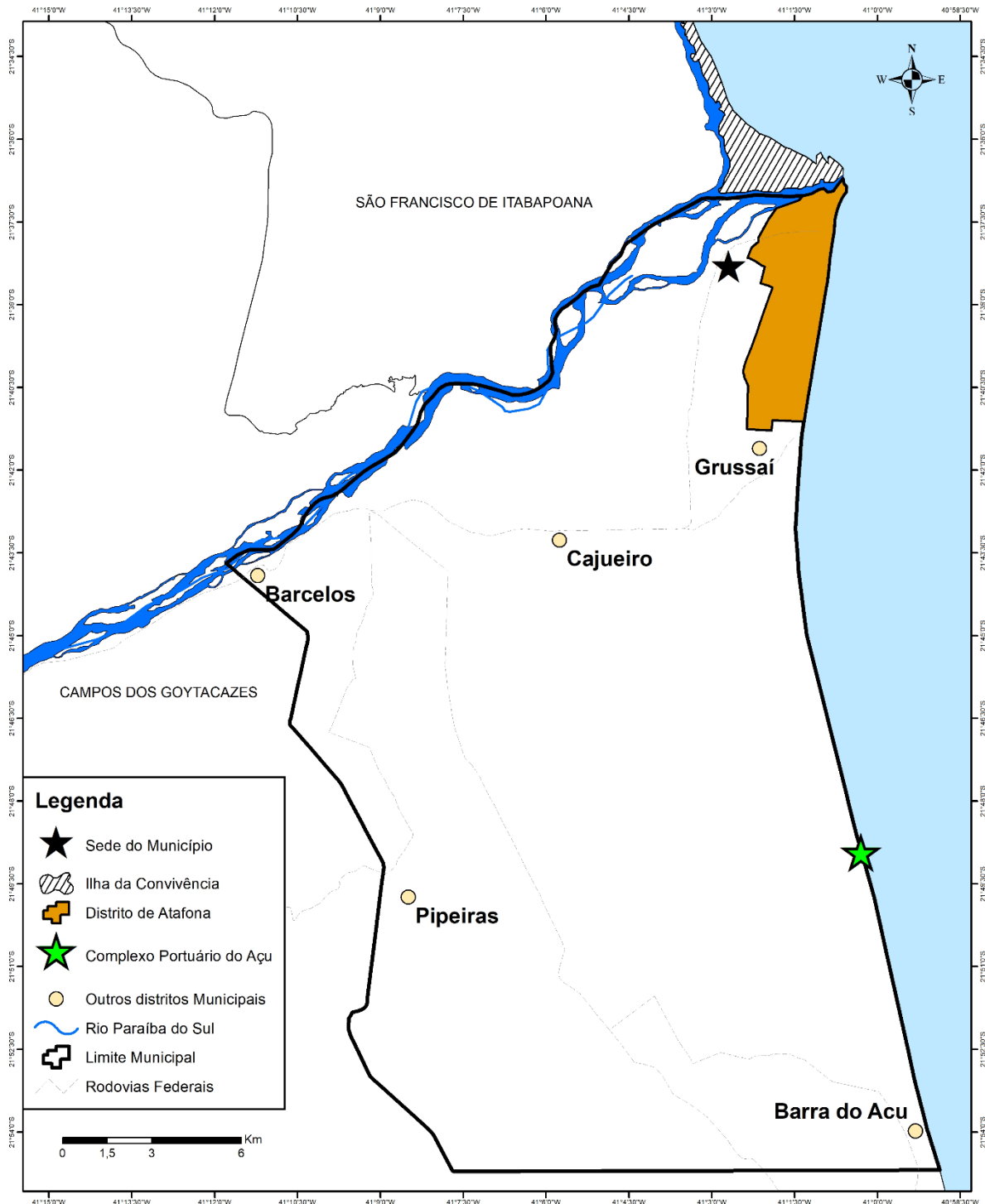


Imagem 1.1 – Mapa do município de São João da Barra

## 1.1 São João da Barra no contexto do Norte Fluminense

Uma das referências mais antigas ao início da colonização do Norte Fluminense é a vinda de um pescador, Lourenço do Espírito Santo, a Atafona, em 1622. Acompanhado por dez famílias, esse pequeno grupo teria se fixado na desembocadura do Paraíba, atraído pela piscosidade das águas da região (NORONHA, 2007). Uma rua atrás da igreja de Nossa Senhora da Penha demarca essa associação que permanece viva entre Atafona e a pesca: uma rua que conduz ao rio, como se fosse um afluente de pedras, no final da qual se construiu o “Pier do Pescador”, um pequeno marco urbanístico para essa memória, indicando o local que serviu de porta de entrada para a onda de colonização que se sobrepôs à ocupação indígena da região.

O impulso verdadeiro para o povoamento veio, no entanto, da atividade portuária. (FARIA, 2006; NORONHA, 2003). Os primeiros núcleos que originariam as vilas do Norte Fluminense foram associados à criação de gado em Campos e, posteriormente, ao cultivo de cana, que aí se estabeleceu, no século XVI, após uma tentativa frustrada em terras sanjoanenses (IBGE, 2017). A agricultura não encontrou no solo arenoso de São João da Barra o mesmo desenvolvimento que na planície aluvial de Campos, em geral mais fértil (LAMEGO, 1945 apud PITREZ, 2014), onde os cultivos de cana e de mandioca se adaptaram bem. O crescimento das duas localidades esteve estreitamente associado: o escoamento da produção agrícola de Campos, e posteriormente o de outras áreas, foi por muitos anos feito por São João da Barra, que cresceu em função da movimentação de seu porto. Para isso se deve levar em conta sua posição geográfica. Ela permitiu a navegação fluvial e marinha, por se localizar na desembocadura do Paraíba do Sul, e a articulação entre o Rio de Janeiro e algumas das principais regiões de produção de alimentos que abasteciam a capital da época à medida que sua população aumentava. O porto sanjoanense, assim, promoveu a ligação entre norte do estado, sul de Minas e Espírito Santo com a capital federal (FARIA, 2006), bem como, por meio do comércio de cabotagem, fazia parte da ligação do Rio com Salvador (CIDE, 1989).

Essa centralidade assumida pelo comércio portuário se deu a despeito de alguns entraves ligados à morfologia fluvial. O botânico August de Saint-Hilaire, descrevendo o movimento do porto entre 1815 e 1820, afirmou que

Sumacas capazes de levar 50 a 120 caixas de açúcar, de 2000 libras cada uma, podem entrar no Paraíba, entretanto a embocadura desse rio é muito perigosa, obstruída por areias. E unicamente nas marés altas que as sumacas podem entrar e sair. Da cidade de Campos a esse ponto, as mercadorias são transportadas em barcos que na época das enchentes comportam de 18 a 20 caixas de açúcar, mas que não podem conter mais de 13 quando as águas estão baixas. (SAINT-HILAIRE, apud NORONHA, 2007, p. 41)

Apesar desses riscos ligados às condições de navegação no rio, relata-se que, em 1860, uma movimentação de duas mil toneladas de carga passava por dia pelo porto sanjoanense (NORONHA, 2007 p. 44), o que demonstra a vitalidade da movimentação de cargas ao longo do século XIX.

Esse dinamismo conseguiu se alimentar em parte do que Cruz definiu como o ciclo áureo fluminense, que, segundo o autor, compreenderia o período de 1850 a 1920. Ao longo do século XIX, a economia norte-fluminense era diversificada, havendo o cultivo de café, açúcar, algodão, além da presença de indústrias têxteis, cerâmica, de doces, mobiliário, barcos de pesca e aguardente, cuja produção chegava a ser comercializada em outras regiões do país. O imaginário da “região-problema”, estreitamente associado ao domínio da monocultura da cana-de-açúcar, passa a se firmar na segunda metade do século XX, com a decadência do cultivo do café e de gêneros de subsistência, além do recuo dos setores agropecuários e industriais (CRUZ, 2006).

Antes que essa situação de crise se estabelecesse, o declínio da atividade portuária em São João da Barra já ocorria. O final do século XIX costuma ser sublinhado como a crise do porto sanjoanense, o que constitui um aspecto que destoa do quadro regional mais amplo. O porto se desenvolveu em função de atividades que ocorriam em boa parte fora de São João da Barra. Sua movimentação de cargas, no entanto, começou a cair antes que essas mesmas atividades atravessassem alguma crise. Isso porque o declínio do porto não parece ter sido associado à diminuição das atividades agrícolas do interior, mas sim ao início de uma transição na malha de transportes da região, com o surgimento de novos itinerários e novos modais, que passaram a competir e a tomar dianteira em relação ao transporte fluvial no Paraíba do Sul e ao transporte marítimo. Marcos nesse processo foram a abertura do canal Campos-Macaé<sup>14</sup>, inaugurado em 1872, a construção da ferrovia Campos-Macaé, inaugurada em 1874 (NORONHA, 2007), que posteriormente seria ligada a outras linhas, promovendo uma integração até Niterói, e também a ligação ferroviária entre Campos e São João da Barra, finalizada em 1895 (SANTAFÉ, 1999).

---

<sup>14</sup> A história do canal Campos-Macaé é particularmente ilustrativa desse processo de transição. Tido como uma das maiores obras de engenharia do século XIX e um dos maiores canais artificiais do mundo até hoje, teve uma vida útil muito breve, sendo logo superado pelo crescente uso das ferrovias e, em seguida, das rodovias: “O período de uso do canal foi pequeno comparado aos custos sociais, financeiros e o tempo necessário à sua construção, visto que muitos escravos perderam a vida na construção do canal, e o mesmo levou cerca de 28 anos para ser construído. Após dois anos de inauguração, o canal caiu em desuso, prestando-se apenas para escoar as águas do Rio Paraíba do Sul em períodos de cheias. A inauguração da ferrovia Campos-Macaé, em 1874, e, mais tarde, a da rodovia, contribuiu, certamente, para a desativação do canal.” (ARAÚJO, 2015)



As dificuldades de navegação no rio Paraíba do Sul também são indicadas como um fator importante de declínio do porto de São João da Barra, com a constante formação de bancos de areia, o que dificultava a passagem dos navios, à medida que se passou a utilizar embarcações maiores, que, por conta de seu tamanho, passaram a exigir um leito mais profundo, em que o deslocamento fosse seguro. Apesar de a desembocadura ser descrita desde o início do século XIX como perigosa, é possível que as condições de navegação tenham se degradado no final deste mesmo século. Ocorria então um intenso desmatamento ao longo da bacia, associado a uma erosão mais intensa e o conseqüente aumento da carga fluvial. Além disso, o desvio de parte de suas águas para a produção de energia pode ter contribuído para o acúmulo de sedimentos na foz (CIDE, 1989).

A dinamização do transporte ferroviário é correlata ao declínio do transporte fluvial, fato expresso pela venda e transferência da Companhia de Navegação de São João da Barra, em 1919. O município, “muito dependente da atividade de seu porto, que pouco a pouco é desativado, começa a declinar. Assim, a cidade de Campos dos Goytacazes vê reforçada a sua posição de polo irradiador e dinamizador da região.” (FARIA, 2006, p. 88). Um aspecto da configuração da hierarquia urbana regional será enfatizado a partir de agora: o modo como a ascensão e o declínio da função portuária e também das atividades econômicas no âmbito regional se refletiram nas configurações do tecido urbano de Atafona, bem como nas formas de sociabilidade vigentes.

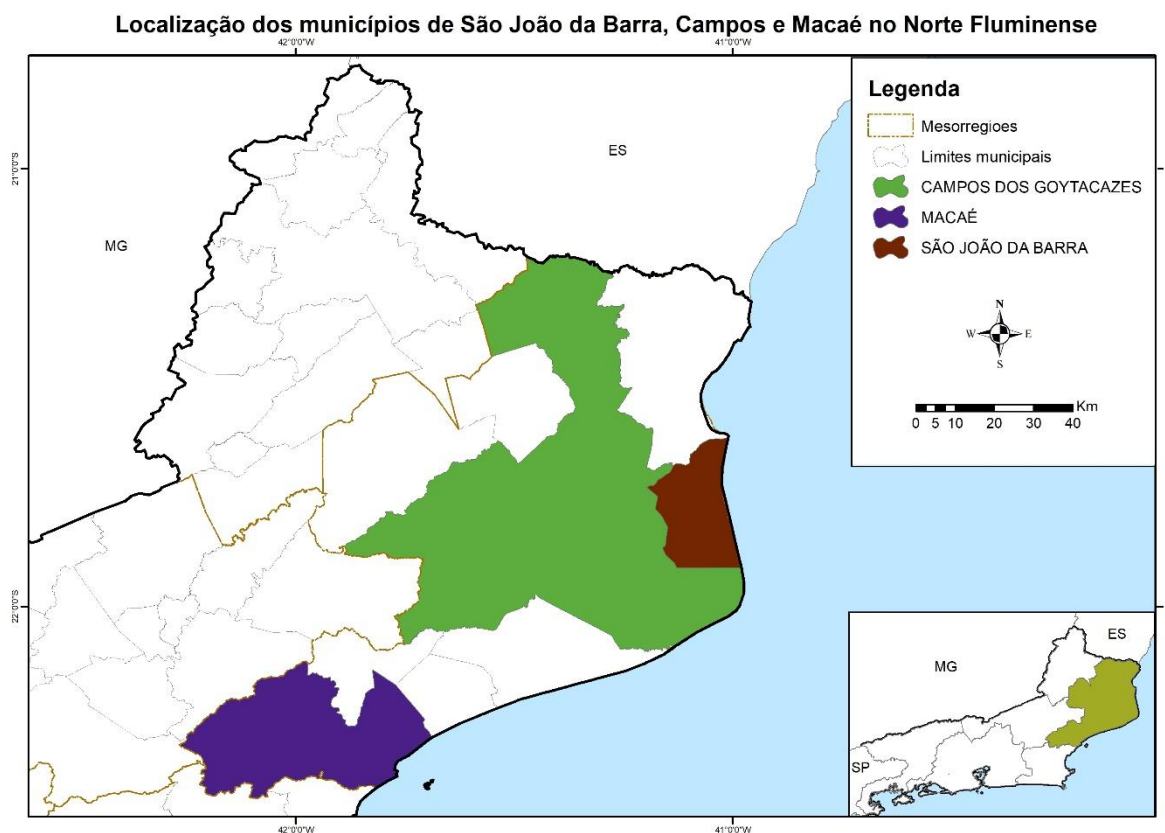
## 1.2 A gênese de um balneário

A expansão urbana em Atafona guarda relações estreitas com o avanço da estrutura de transporte e com a abreviação do tempo de viagem a partir de Campos que esse processo permitiu. Até o final do século XIX, a única opção para chegar a Atafona era pela água, quer pelos vapores vindos do mar, quer por canoas largas, as “pranchas”, que levavam os passageiros pelo rio Paraíba. Saindo de Campos, a viagem por meio desses barcos durava oito horas<sup>15</sup>. Um impulso importante no sentido de acelerar as relações entre São João da Barra e Campos veio com a conclusão da ligação ferroviária entre os dois municípios, em 1895. Essa linha foi

---

<sup>15</sup> “Era comum, nessa época, que os poucos veranistas fossem nessas pranchas, que saíam às 22 h da Beira Rio em Campos, a favor da correnteza e contra o vento nordeste, e chegava a Atafona às 6 h da manhã.” (CUNHA, 2007)

estendida até Atafona, tendo sua operação iniciada em 1897 (SANTAFÉ, 1999).



*Imagem 1.2 – Mapa do Norte Fluminense*

O tempo de viagem se encurtou também em função das melhorias nas ligações rodoviárias, com uma melhor estruturação das estradas, entre as décadas de 1930 e 1950, o que contribuiu para a expansão de serviços e para a prática da recreação, fazendo com que Atafona assumisse cada vez mais o perfil de um balneário associado às demandas de parcelas da população de Campos<sup>16</sup> (CUNHA, 2007). Isso progressivamente alterou o perfil das relações interurbanas vigentes até então:

a interação entre as duas localidades (Campos e São João da Barra) passou de um interesse estritamente econômico, pela saída para o mar de Campos via o porto de São João da Barra, para uma série de atividades e sentimentos em relação ao lugar dedicado à vilegiatura à beira mar, em Atafona. Em fins do século XIX e início do XX, pouquíssimos moradores habitavam Atafona e os que o faziam eram, em sua maioria, pescadores. Nesse período, o lugar começou aos poucos a ser procurado e frequentado como espaço de vilegiatura. Alguns moradores de São João da Barra além de veranejar no balneário, passaram a construir casas de aluguel para as famílias de campistas que, ao longo do século XX, acabaram se tornando seus mais assíduos “veranistas” e ocupando lugares de destaque na hierarquia local de Atafona. (CUNHA, 2007, p. 35)

<sup>16</sup> A ligação rodoviária passou a ser a mais frequente, tanto que a desativação da linha férrea até Atafona na década de 1960 não representou um grande impacto na frequência do balneário. (PITREZ, 2014)

Dessa maneira, o ritmo de vida e as características do tecido urbano atafonense passaram a ser influenciados pelas preferências desses novos habitantes, que buscavam ali um local para uma segunda residência, visitada com regularidade. A função urbana vinculada cada vez mais ao veraneio criava os seus desdobramentos próprios: a construção de novas casas obedecia às melhorias na estrutura de transportes, dispendo-se inicialmente no entorno da estação de trem e, posteriormente, na Avenida Atlântica, que começou a ser aberta da década de 1940, refletindo o interesse pela proximidade com a orla. Já nessa época, as casas de veraneio assumiam papel expressivo na expansão urbana de Atafona (Pitrez, 2014; Noronha, 2003). A mesma avenida foi alvo de melhoramentos, como o calçamento com pedras portuguesas e modernização do sistema de iluminação, havendo também o plantio de casuarinas ao longo da orla, por iniciativa dos próprios moradores, traço presente até hoje na fisionomia da praia (Noronha, 2003).

O planejamento urbanístico de que o distrito fora alvo foi também um reflexo desse interesse em promover as práticas de veraneio. No final da década de 1970, o Plano Agache<sup>17</sup>, uma proposta sistematizada de planejamento urbano pensada para o Rio de Janeiro nos anos 30, foi adaptado para Atafona, como integrante de um conjunto de intervenções propostas para o embelezamento do litoral fluminense (Noronha, 2003). A preocupação estética<sup>18</sup> fica evidente na fala do idealizador do projeto, o urbanista francês Alfred Agache:

Na parte já existente, procuramos manter o traçado em xadrez, com pequenas modificações, retificando alinhamentos e reduzindo ao mínimo as desapropriações, que devem ser feitas e suprimidas pequenas ruas quase sem edificações. Na extensão futura – para a harmonia do conjunto – manteremos o mesmo traçado em xadrez, porém mais alongadas e com predominância de vias públicas. Considerando a praia como elemento dominante, manteremos a composição com a profundidade limitada à cerca de 700 metros, a dominância da praia. Outrossim, a formação em dunas do terreno, nos levou a prosseguir no mesmo traçado em xadrez, todavia no sentido alongado, acompanhando a direção do mar”, explica o urbanista Agache em entrevista ao jornal ‘A Manhã’, do Rio de Janeiro. (A Evolução, 17-05-1942, pag 3). (NORONHA, 2007, p. 84)

O adensamento da urbanização em Atafona, acompanhado dessa busca por melhoramentos estéticos, associou-se a uma pluralidade de práticas de vilegiatura, que não se

---

<sup>17</sup> “O Plano Agache foi a primeira proposta de intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro com preocupações genuinamente modernas. Concluído em 1930, introduziu no cenário nacional algumas questões típicas da cidade industrial, tais como o planejamento do transporte de massas e do abastecimento de águas, a habitação operária e o crescimento das favelas. Além disso, com discussões emergentes que iam desde a necessidade de um zoneamento para a cidade até a delimitação de áreas verdes, ultrapassou os limites do Academicismo das intervenções predecessoras de Pereira Passos e Paulo de Frontin.” Disponível em: <<http://planourbano.rio.rj.gov.br/>>. Acessado em janeiro de 2017.

<sup>18</sup> A centralidade dessa preocupação estética que contrasta com a amplitude dos objetivos do plano pensado para a capital federal da época: “O projeto, que ficaria conhecido como Plano Agache, pretendia organizar o crescimento do Rio, determinando áreas de expansão, prevendo a criação de redes de serviço e tratando da instalação da infraestrutura urbana.” Acervo Rio de Histórias - Jornal O Globo. Disponível em: <<https://goo.gl/5d3YWr>>. Acessado em janeiro de 2017.

restringia ao contato com o mar, como seria mais imediato imaginar, em se tratando de uma localidade litorânea. As melhorias urbanísticas ajudaram a potencializar o interesse pelo clima local e pelas propriedades ditas medicinais da praia. Ainda hoje é comum que seja apontado pelos moradores, sobretudo os mais idosos, os efeitos benéficos sobre a saúde de uma estadia na praia. Tais efeitos costumam ser relacionados ao vento e à temperatura agradável ao longo do ano, bem como à presença de certos minerais na areia. A construção de uma narrativa que enfatiza esses ditos efeitos sobre a saúde em geral toma a forma de relatos sobre a longevidade de muitos de seus moradores, bem como sobre casos de cura entre frequentadores acometidos por enfermidades variadas. Segundo Cunha,

Esse repertório de casos [de cura, sobretudo de beribéri], comum aos antigos veranistas, parece ter a função de, ressaltando suas potencialidades, diferenciar Atafona das outras praias da região. É através da exaltação das propriedades terapêuticas desse balneário que seus antigos veranistas buscam singularizar esse lugar na região, no país e, até mesmo, no mundo. Atafona, no início do século XX, servia, portanto, como uma espécie de cidade sanatório que recebia enfermos da região. (CUNHA, 2007, p. 75)

O turismo medicinal contribuiu para a construção desse imaginário de uma “cidade sanatório” e, segundo Noronha (2007), constituía, já na década de 1940, um dos principais motivos para a busca por temporadas em Atafona<sup>19</sup>.

Um aspecto central dessa configuração de Atafona como um balneário é o tipo de investimento de que foi alvo por parte de certos estratos sociais de Campos. Muitos autores indicam que o perfil dos frequentadores era de membros da elite econômica e política da cidade vizinha, para os quais ter uma residência de veraneio em Atafona se converteu em um símbolo de status social (Noronha, 2003, 2007; Santafé, 1999; Cunha, 2007). Segundo Cunha,

Grande parte desses veranistas era de famílias que pertenciam ao que, nas colunas sociais de Campos, em meados do século XX, chamava-se de “sociedade” campista. [...], que eram famílias com poder econômico variado que, através de hábitos compartilhados, uniam-se compondo um só grupo: a “sociedade” campista. Essas famílias relacionavam-se entre si por meio de um complexo e hierárquico sistema de prestígio, cabendo a cada uma lugares e papéis sociais bem definidos. O grupo compõe-se de abastados usineiros até comerciantes e professores que compartilham, por exemplo, dos mesmos salões dos clubes sociais de Campos e do mesmo espaço de vilegiatura: Atafona. (CUNHA, 2007, p. 4)

O perfil dos frequentadores acabou se convertendo em um traço distintivo de Atafona em relação a outras praias da região, fazendo dela uma “praia da elite”, onde “toda família de ‘maior conceito’ de Campos tinha uma casa de veraneio. As formas de sociabilidade em

<sup>19</sup> “Além da facilidade de deslocamento do trem, o crescimento da praia no início do século XX se deu também pela fama de deter propriedades medicinais – vento nordeste, a areia monazítica e a alta concentração de iodo – e conselhos médicos para cura de determinadas doenças, como beribéri. Como descrevem os autores (CUNHA, 2007; Noronha, 2003; Santafé, 1999) a busca dos ares terapêuticos e a escolha de Atafona como local de segunda residência foram determinantes para que a praia apresentasse um volume significativo de casas de veraneio já na década de 1940.” (PITREZ, 2014, p. 37)

Atafona guardam estreita relação com esse “sistema mais ou menos elaborado de status e posições pautadas no poder econômico de cada família” (CUNHA, 2007), com reflexos nas práticas de veraneio e na relação com outros estratos da população local.

Estar em Atafona sendo um veranista era uma experiência que passava pela busca da apazibilidade do clima e do contato com o litoral, mas que a todo instante se configurava como uma atualização de vínculos entre os membros da “sociedade” campista que ali mantinham suas residências. A discussão de Cunha (2007) ressalta justamente esse padrão de sociabilidade associado à prática do veraneio pela elite campista. Observando, nos dias de hoje, a calma reinante na maior parte do ano, é compreensível o tom nostálgico que alguns de seus moradores mais antigos manifestam. Suas memórias recuperam uma época em que havia uma efervescência social, ligada ao elevado status dos frequentadores que o balneário perdeu:

Símbolo de status e ponto de encontro de gente da moda, que desfilava com os seus carros do ano, motocicletas equipadas e animais de estimação, as manhãs na avenida Atlântica eram divididas entre os bate-papos, brincadeiras e banhos de mar, as tardes reservadas para passeios e as noites, as festas - embora poucas, mas concorridas. As dunas parcialmente cobertas por vegetação de restinga (batata e salsa da praia), para a criançada empinar ‘papagaios’ e ‘arraias’ [...] A avenida Atlântica “passou a ser importante ponto referencial no final da década de 1960, quando as construções residenciais de industriais, fazendeiros, comerciantes bem-sucedidos, intelectuais e ex-políticos começaram a ganhar um ritmo acelerado de ocupação. (NORONHA, 2003, p. 33)

O ritmo pacato de hoje não sugere toda a agitação antes associada ao balneário: a jogatina no cassino, o flerte disfarçado nos bailes, as “tardes longas e duradouras”, divididas entre “jogos de vôlei, ping-pong, tênis e futebol no clube, torneios de biriba, xadrez e dominó, conversas nos portões das casas”. Destacavam-se também os banhos de mar, que se tornaram mais comuns a partir dos anos 1960, que faziam a orla ficar “repleta de guarda-sol, cadeiras de diversas cores e de vendedores ambulantes de picolé, refrigerantes, coco gelado, salgadinhos e doces.” (NORONHA, 2003). Neles, evidenciava-se a ligação estreita entre o veraneio e o universo de sentido que o ligava a uma determinada hierarquia social:

A mídia social não despregava os olhos, pois sempre rendia boas notas em seus espaços-notícia. O banho de mar passava a ser uma parada obrigatória pela manhã, para os que gostavam de viver no mundo das amenidades. O soçaite imperava de ponta a ponta, numa verdadeira demonstração de alto poder com mulheres bem-vestidas e carregadas de jóias [...] (NORONHA, 2003, p. 106)

O perfil dos frequentadores permite associar a gênese de Atafona enquanto balneário aos ciclos de expansão econômica do município vizinho de Campos, e ao mesmo tempo ao desdobramento das hierarquias e vínculos sociais entre os membros da “sociedade” campista no tecido urbano atafonense. Não se deve ignorar, entretanto, que os esforços em projetar o balneário como a “praia da elite” não foi um projeto isento de tensões. Em Atafona, outros

estratos sociais sempre se fizeram presentes, o que ajuda a entender uma certa ambivalência socioterritorial que até hoje se faz presente, com a presença de grupos de origem, poder aquisitivo e inserções sociais de caráter extremamente distinto<sup>20</sup>.

Se, por um lado, a ocupação dos veranistas reiterava os vínculos entre as famílias da elite de Campos, a presença no balneário também ajudou a criar limites entre os grupos ali presentes, quer fosse por meio dos usos sociais de que a praia foi alvo, quer através de mecanismos de segregação que influenciaram na ocupação do solo urbano.

Em geral, a proximidade em relação à praia era associada a um status social maior, estando os pescadores concentrados na “*Baixada*”, área de mangue, aterrada para a construção das casas, próxima à foz, ou, à medida que avançava a erosão na Ilha da Convivência, em partes mais afastadas da orla, como a Vila Esperança. A cartografia social do balneário abrangia uma hierarquia que se expressava também entre as localidades. Santafé relata a percepção sobre o traslado feito de ônibus entre a estação de trem de Atafona e Grussaí, uma praia vizinha: “[o dono da pousada localizada em Grussaí] vinha a Atafona pegar os hóspedes e veranistas que iam, como diziam a turma atafonense, para o subúrbio. Coisas de rivalidades antigas.” (SANTAFÉ, 1999, p. 80). A caracterização de Atafona como a praia da elite parece ter sido acompanhada pela caracterização negativa de outras localidades, o que se relaciona com o jogo de hierarquias sociais de que era imbuída a frequência do litoral.

A complexa composição social e as tensões a elas associadas em Atafona se expressavam em algumas questões cotidianas bastante prementes, como a elevação do custo de vida em função do crescimento do veraneio:

A exploração visa, sem dúvida, os veranistas que ali se encontram temporariamente e não fazem questão de gastar. Mas, com isso sofrem os praianos. Porque, uma vez elevados os preços, não descem mais. Cessado o veraneio, continuarão no mesmo nível. E como, de ano para ano, aumenta a ganância dos comerciantes, teme a população - aqueles que vivem da pesca e dos escassos produtos de uma precária lavoura - chegaram a um ponto em que não mais poderão viver no lugar. Atafona acaba sendo contra ela própria. A praia não é apenas procurada pelos ricos, pela pessoa de maiores posses, mas igualmente pelos pobres, por pessoas desprovidas de meio.” [A Evolução, 11-03-1951, 1ª pág.] (NORONHA, 2007, p. 35)

Além disso, as clivagens entre os diferentes estratos sociais se tornavam presentes nas práticas cotidianas, em movimentos sutis que expressavam a mobilização de valores associados

---

<sup>20</sup> Sobre a complexidade dessa composição social em Atafona, Argento e Costa destacam a presença de dois grupos principais: “Sua população apresenta dois estratos bem distintos. Uma camada de baixa renda, essencialmente formada de pescadores que aí vivem em caráter permanente e se estabelecem na parte ribeirinha do braço do rio Paraíba do Sul. O outro estrato é composto por uma população de maior poder aquisitivo, que habita a parte praial, constituída de uma população temporária de veranistas ou voltada, em sua maioria, para o lazer de fins de semana.” (ARGENTO E COSTA, 2005, p. 1205-6)

às hierarquias vigentes. Sobre os banhos de mar durante os anos 60 e 70, Noronha retrata os ritmos particulares do balneário:

Aulas de ioga, leitura de ‘best-sellers’, revistas e jornais, cooper, caminhadas, jogos de peteca, frescobol e futebol desceram as areias e movimentaram os banhos de mar, que começavam por volta das 10h e iam até 15h, quando as empregadas domésticas começavam a chegar para ‘farrear’ com os praianos, o que era considerado um insulto aos bons costumes das tradicionais famílias, que viam nos assédios uma apologia à imoralidade. (NORONHA,2003, p. 106)

Algo dessa variedade de práticas de vilegiatura ainda é observado, embora sua intensidade não seja mais a mesma. O declínio pelo qual Atafona passou recebe explicações variadas. Cunha (2007) sublinha que o avanço do mar foi um fator importante para a diminuição da frequência à praia por parte dos membros da “sociedade campista”. No entanto, a autora também afirma que, a partir dos anos 1980, a crise econômica no setor sucroalcooleiro da região fez com que muitas famílias cortassem o custo adicional ao orçamento que representava a manutenção das casas de veraneio.

Se a gênese do balneário se liga à ascensão do poderio econômico e político da “sociedade” campista, o declínio desse grupo se desdobra em um declínio também de Atafona, ou ao menos na decadência de antigos usos sociais de que era alvo. A crise econômica enfrentada por essa camada social de Campos dificultou não só a manutenção das casas de veraneio em si, mas também a manutenção do padrão de interações a elas associado, com as festas e recepções, que marcavam sua existência e posição social naquele contexto (CUNHA, 2007).

Após esse declínio, frequentemente lembrado pelos veranistas mais antigos, a imagem de Atafona parece oscilar entre a de um lugar paradisíaco e a de lugar parado no tempo (PITREZ, 2014). Não é todo o ano que a praia é frequentada por um volume expressivo de veranistas. Essa oscilação pronunciada no movimento de visitantes na praia é assim expressa por Pitrez:

Se o ‘ano teve praia’, os banhistas aproveitam com familiares e amigos especialmente nos finais de semana de verão, quando há uma série de shows promovidos pela prefeitura municipal. Enfim, trata-se de um rico cenário ritmado com dinâmicas de “alvorço” e “calmaria” que se configuram na praia de Atafona, com destaque para determinados períodos do ano. (PITREZ, 2014, p. 14)

Essa referência ao ano ter praia ou não ilustra bem o caráter situacional do espaço e do tempo: obviamente, a praia, enquanto entidade física, está lá, porém não necessariamente o dinamismo social que faz da praia um evento social, com capacidade de atrair as pessoas para o balneário.

### **1.3 Entre a água doce e a salgada**

Além da importância das práticas de veraneio na configuração urbana de Atafona, um aspecto que ajuda a lhe conferir singularidade é a natureza do seu caráter costeiro, ao mesmo tempo sujeito a sua inserção na bacia do Rio Paraíba do Sul e à proximidade da bacia de Campos. Assim, uma particularidade importante de Atafona é sua posição geográfica caracterizada por estar entre as águas do rio e do mar, no limite da justaposição entre a bacia hidrográfica que abrange uma das regiões economicamente mais importantes do país e a bacia de onde se extrai uma expressiva parcela do petróleo nacional.

#### **1.3.1 A inserção na bacia do rio Paraíba do Sul**

O passado de São João da Barra e o início da colonização do Norte Fluminense estão ligados às possibilidades abertas pelo rio Paraíba do Sul, uma primeira via de penetração dos colonos que entram em choque com as comunidades indígenas aí presentes. A utilização do transporte fluvial entra em declínio no final do século XIX, sendo substituído pelas ligações ferroviárias e rodoviárias, conforme discutido no primeiro tópico do capítulo. Apesar da perda dessa antiga e importante função econômica, algumas atividades permitem que o rio seja considerado um elemento importante na vida local, sobretudo por conta da sua importância cênica e turística e por conta da pesca.

A bacia do Paraíba do Sul abrange três estados, somando cerca de 55.400 km<sup>2</sup>, distribuídos entre São Paulo (13.500 km<sup>2</sup>), Minas Gerais (20.900 km<sup>2</sup>) e Rio de Janeiro (21.000 km<sup>2</sup>). A importância da bacia reside sobretudo no uso para o abastecimento e para a produção de energia. A posição de Atafona na foz do rio torna a pesca ali sujeita aos efeitos das atividades que se dão nas áreas abrangidas pela bacia nos referidos estados, e que provocam despejos industriais e domésticos, em função da densa rede de cidades aí presente (CARVALHO E TOTTI, 2006). Segundo Coelho (2012), a área mais crítica quanto à qualidade da água é o médio vale do Paraíba, uma importante região industrial fluminense. O autor também enumera outros fatores que promoveram a degradação das águas do rio:

a disposição inadequada do lixo; desmatamento indiscriminado com a consequente erosão, que acarreta o assoreamento dos rios, agravando as consequências das enchentes; retirada de recursos minerais para a construção civil sem a devida



recuperação ambiental; uso indevido e não controlado de agrotóxicos; extração abusiva de areia; ocupação desordenada do solo; pesca predatória.(COELHO, 2012, p. 37)

Coelho estima que aproximadamente 1 bilhão de litros de esgoto seja despejado praticamente sem tratamento, já que 90% dos municípios da bacia não contam com estação de tratamento de esgoto (idem). Na desembocadura é recorrente a fala, entre os pescadores, sobre a diminuição da variedade e da quantidade de peixe capturada no rio. Além desses problemas de ordem sistêmica que afetam o rio, a ocorrência ocasional de acidentes ao longo da bacia muitas vezes se refletiu negativamente na qualidade das águas. Dentre eles, destaca-se o vazamento de resíduos tóxicos do reservatório da Empresa Florestal Cataguazes, ocorrido no rio Pomba em 2003, afluente do Paraíba, episódio a que os pescadores se referem como “*quando a água preta desceu*”. Essa contaminação provocou uma grande mortandade de peixes e inviabilizou a pesca no rio por algum tempo.

Além dos efeitos sobre a ecologia do rio, alguns eventos geram efeitos negativos em função das modificações de suas propriedades morfológicas, como variações muito bruscas na profundidade do leito, seja por falta ou excesso de chuvas, ou aumento da carga de sedimentos. Esse último caso foi o que ocorreu em 2011, com os fortes temporais ocorridos na região serrana do estado do Rio. Tratou-se, no entanto, de um evento extremo de chuvas, fora do habitual, pois a percepção geral é de uma diminuição do nível d’água, uma percepção que pode ser remetida às intervenções realizadas a montante, sobretudo o desvio das águas para abastecimento urbano e para a geração de energia elétrica. O principal efeito em Atafona foi o aumento da dificuldade em movimentar as embarcações, tanto no próprio rio, quanto em ocasiões de saída para o mar.

Uma associação recorrente é feita entre essa diminuição do caudal do rio com a ocorrência do processo erosivo, que chegou a apresentar médias de avanço de 7 a 8 metros em Atafona (BASTOS E SILVA, 2000), o que explica muito das falas que personificam no mar uma potência capaz de “comer”, “devorar” a praia de acordo com seus desígnios próprios<sup>21</sup>. Em levantamento sobre as hipóteses que explicariam a erosão em Atafona, Argento e Costa (2015) apontam que a diminuição do volume d’água traria uma outra consequência: a diminuição do aporte de sedimentos à praia:

A primeira hipótese aventada se baseia na diminuição do aporte dos sedimentos à foz, decorrente principalmente do grande volume de águas retidas por sucessivos represamentos a montante do rio Paraíba do Sul. Tal fato modificaria não apenas a

---

<sup>21</sup> O projeto de cartografia social coordenado por Alfredo de Almeida e Rosa Marin sugere a existência de uma interpretação semelhante encontrada na comunidade de pescadores de Saramém, Sergipe, na desembocadura do São Francisco, onde um fenômeno semelhante é observado: “Lá pelos tempos de oitenta quando fizeram a barragem de Xingó, o rio foi enfraquecendo. Enfraqueceu tanto que o mar saiu devorando. Devorou os coqueiros, devorou nossas roças, devorou os barquinhos, até devorar as casinhas de nós tudinho. Só não devorou o farol, que antes era mesmo no meio da praça. O mar avançou e ele ficou lá orgulhoso.” (ALMEIDA E MARIN, 2010, p. 3)

descarga fluvial na foz como, principalmente, a textura dos grãos transportados. Esse local de forte dinamismo dos agentes flúvio-marinhos sofreria as conseqüências decorrentes de uma ação muito mais intensa da erosão marinha, em sua porção praial, originando, assim, sucessivas modificações destruidoras no perfil longitudinal da praia de Atafona. (ARGENTO E COSTA, 2015, p. 1207)

Ainda são elencadas outras duas hipóteses principais. Uma é relacionada à predominância do vento nordeste, que modifica os parâmetros básicos do sistema de ondas (como direção, velocidade) assim como os pontos e ângulos de incidência no local. A hipótese defendida pelos autores é a última, de acordo com a qual Atafona estaria “sofrendo um rebaixamento, em virtude da ocorrência de movimentos de massa sub - aquáticos [...], ocasionando desmoronamentos regressivos em sub-superfície e a conseqüente destruição das áreas emersas adjacentes” (idem).

A despeito das possíveis divergências quanto às causas do processo, muito moradores convivem há décadas com as variações no ritmo do “avanço do mar”, o que, conforme será discutido mais à frente, mobiliza valores e julgamentos morais entre os que vivenciam o processo.

### **1.3.2 A inserção no litoral e na bacia de Campos**

A posição do município lhe garantiu a participação no recebimento de royalties da exploração do petróleo, a partir dos anos 80. Assim, São João da Barra tirou proveito do impulso provido pela mais significativa atividade econômica do Norte Fluminense nas últimas décadas. Esse foi um marco na mudança do perfil econômico do município, pois o petróleo contribuiu para reverter o quadro de estagnação presente na região, com algumas oscilações, desde a década de 1930.

Esse quadro reunia muitas variáveis. Nesse período, o norte do estado começou a passar por um processo de especialização produtiva, concentrando-se cada vez mais no cultivo da cana-de-açúcar. No primeiro governo de Getúlio Vargas, com a criação do Departamento Nacional do Café, em 1933, a priorização das exportações do produto acabou desfavorecendo as regiões onde se produziam grãos de pior qualidade, como era o caso do Norte Fluminense. Esse recuo da atividade cafeeira cruzou-se com a difusão do imaginário da região-problema, não só por expressar o declínio das atividades tradicionais, mas também por seu passado agrícola não se encaixar mais em um novo ideal de modernização, calcado no modelo de uma sociedade urbano-industrial. A cana passou por um novo desenvolvimento nos anos 60 e 70,

com a elevação do preço no mercado internacional, como um desdobramento das mudanças nas relações entre Estados Unidos e Cuba (até então fornecedor preferencial do produto para o mercado americano) no contexto geopolítico da Guerra Fria. Além disso, sua produção se beneficiou dos recursos federais destinados à modernização da agricultura (CRUZ, 2006).

Mesmo essa expansão e modernização do setor agrícola foi incapaz de promover efeitos tão positivos na economia. O modo como esses processos ocorreram no Norte Fluminense já demarcava a hegemonia do capital paulista no setor, o que gerou uma desregionalização da atividade canavieira: não se tratava mais da elite econômica de Campos comandando os rumos da economia regional. Manifestavam-se também os costumeiros desdobramentos tão presentes nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar no país: o aumento da concentração de terras, a desigualdade social, as condições de trabalho degradantes no campo. Com o fim das políticas de fomento ao setor, vindas após a perda de capacidade de intervenção do estado através de políticas desenvolvimentistas ao longo da década de 80, o caráter periférico e com baixo potencial dinamizador da atividade canavieira se viu reforçado (CRUZ, 2006; TOTTI e PEDROSA, 2006).

De acordo com Cruz (2013), os declínios do ciclo do café (primeira metade do século XX) e da cana-de-açúcar (segunda metade do século XX) no Norte Fluminense se somaram a um contexto mais amplo de esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, associado à crise do setor industrial do estado e ao desmonte da burocracia político-administrativa. Essa crise observada em setores distintos ajuda a compreender como a exploração de petróleo passou a assumir um papel crescente na economia do estado.

Apesar do incremento das receitas municipais e estaduais promovido pela atividade petrolífera, existe um debate acerca dos seus efeitos socioeconômicos nem sempre positivos. Cruz (2013) fala sobre o caráter de enclave que assume a economia do petróleo, como uma atividade que não consegue criar um circuito dinamizador junto com outras atividades. Ao mesmo tempo, enfatiza que o avanço da exploração do petróleo não promoveu ao longo das décadas uma redução expressiva dos índices de pobreza na região produtora mais importante, o Norte do estado do Rio.

Acerca disso, pesa também a dificuldade da população local em obter boas colocações no mercado de trabalho, já que os empregos que oferecem melhor remuneração exigem uma qualificação adequada, difícil de ser obtida em vista das dificuldades de acesso às escassas oportunidades de formação técnica e profissional ofertadas (CRUZ, 2006). Esse quadro cria uma dependência dos municípios em relação às receitas oriundas dos royalties, sem que uma dinamização mais ampla ocorra na economia regional, e sem que tampouco sejam melhorados

os indicadores sociais ou as oportunidades educacionais da população. No caso específico de São João da Barra, Pitrez (2014) sublinha que mais de 80% de sua receita<sup>22</sup> advém do setor petrolífero e portuário, o que, por um lado, demonstra a importância dessas atividades, mas que, por outro, revela essa dependência em relação às mesmas.

Dois aspectos podem ser retidos dessa contextualização na economia regional para compreender suas reverberações em Atafona. O primeiro deles toca em particular a vida dos pescadores. Segundo Bronz (2009), desde o início da exploração de petróleo na Bacia de Campos, na década de 1980, há interação entre os pescadores e os petroleiros, que ocorre a despeito das normas de segurança que restringem a aproximação de embarcações junto às plataformas, estabelecendo uma zona de exclusão de 500 metros de raio em torno das mesmas. A motivação para que os pescadores naveguem até as plataformas se relaciona ao *efeito atrator*<sup>23</sup> que elas exercem sobre os peixes, o que as torna pesqueiros com alta produtividade.

Partindo da discussão sobre os usos sociais e econômicos variados de que as plataformas são objeto, a autora desconstrói a ideia do espaço como uma dimensão estanque e separada dessas formas de apropriação, no sentido de concebê-lo, tal como se almeja aqui, como uma construção ancorada nas práticas sociais:

O resgate da ocupação histórica do lugar me possibilitou observar que a Bacia de Campos é mais do que um ponto geográfico, uma bacia hidrográfica no mar ou uma fonte de recursos naturais. Sua configuração é o resultado de diferentes formas de apropriação dos territórios sobrepostos ao sítio geográfico, resultado num mapa difuso, entrecortado por linhas que unem e fragmentam os interesses dos grupos sociais que habitam esse espaço marítimo. (BRONZ, 2009, p.22)

A compreensão da dinâmica da pesca em Atafona passa, nas últimas décadas, pelas tensões associadas ao contínuo recurso à plataforma, onde se pratica uma das modalidades de pesca mais importante.

Um segundo ponto a ser destacado da conjuntura regional, e que ilumina aspectos da vida em Atafona, diz respeito à cronologia dos ciclos econômicos. Conforme sinalizado por Cunha (2007), a precarização da situação financeira das famílias que compunham a “sociedade” campista, ligada à crise do setor sucroalcooleiro regional a partir da década de 1980, foi um fator que contribuiu para a diminuição da frequência ao balneário. Isso reforça a ideia de que a expansão do tecido urbano de Atafona e sua gênese como uma “praia da elite” foi um

---

<sup>22</sup> Os 20% restantes são oriundos “da pesca, plantação de cana, pequena produção agropecuária, turismo, além da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho, que fabrica o famoso conhaque de alcatrão de São João da Barra.” (PITREZ, 2014, p. 40)

<sup>23</sup> Noção discutida na pesquisa de Bronz: “Trata-se de um fenômeno conhecido como *efeito atrator* no universo do petróleo. As estruturas das plataformas funcionam como recifes artificiais, que favorecem a concentração dos peixes.”. Isso ocorreria em função do fato de as estruturas das plataformas acabarem funcionando como um recife artificial. (BRONZ, 2009, p. 150-1)

desdobramento urbanístico e territorial da ascensão econômica de certos estratos da população de Campos. O mesmo movimento não parece se repetir atualmente: o desenvolvimento da atividade petrolífera aparenta não ter despertado igual procura por Atafona.

Mesmo diante de um novo ciclo econômico de vulto na região, Atafona não voltou a exibir a mesma atmosfera social vibrante de décadas atrás. Foge ao escopo do trabalho buscar um aprofundamento dessa questão, porém é interessante sublinhar que essa reduzida frequência ao balneário reforça a ideia de que as práticas de vilegiatura ali guardavam, tal como preconizado por Cunha (2007), ligação estreita com a reprodução de um certo padrão de sociabilidade, e não somente com as qualidades ambientais ali presentes, fossem elas de caráter terapêutico, climático ou estético. As demandas por veraneio das classes abastadas parecem ser supridas por outras praias da região, notadamente as da região dos lagos, cujo acesso foi facilitado pela modernização e expansão da malha viária<sup>24</sup>.

### 1.3.3 A nova função portuária

Uma outra atividade, também relacionada ao mar, tem reavivado as expectativas de um novo período de crescimento econômico em São João da Barra: o porto do Açú, em distrito homônimo, no extremo sul do município. Sua construção foi iniciada em 2007 e, depois de alguns atrasos nas obras, teve sua operação iniciada em 2014.

O projeto inicial envolvia uma variedade de atividades que se valeriam da infraestrutura portuária e de ligações com outras regiões do estado e com Minas Gerais, constituindo na verdade um projeto não só de construção de um porto, mas também de implantação de um complexo industrial, a partir de parcerias com empresas interessadas. Falava-se então da “construção de um porto capaz de receber navios de grande porte, uma usina termelétrica, uma usina de pelotização e retroárea projetada para abrigar um polo industrial de grande capacidade” (VIDIGAL RIBEIRO, 2010, p. 23). À medida que as obras avançavam, cresciam as expectativas sobre o empreendimento:

Aos poucos eles estão chegando. Ao fim de 15 anos serão 250 mil, mais de sete vezes

---

<sup>24</sup> Uma outra possibilidade de compreensão se relaciona à migração que ocorreu do polo dinâmico da economia do petróleo, de Campos para Macaé, em função de esta última cidade passar a ser o centro logístico das operações na bacia (CARVALHO E TOTTI, 2006). A concorrência com outros balneários na região dos lagos, ainda mais próximos de Macaé do que de Campos, pode ajudar a entender por que Atafona não absorveu parcelas mais expressivas da demanda de lazer da crescente população urbana, advinda com o desenvolvimento da atividade petrolífera.

o atual número de habitantes (32.747). Ou seja, a pacata São João da Barra, localizada no Norte Fluminense e que hoje não enche sequer o estádio do Engenhão, terá uma população suficiente para lotar três Maracanãs em 2025. A razão para tamanho salto são as perspectivas de investimento no município a partir da construção do Porto do Açú, empreendimento da LLX, o braço logístico do grupo de Eike Batista. Em pouco mais de dez anos, a cidade deverá receber uma injeção de quase R\$ 70 bilhões - R\$ 3,4 bilhões do porto e outros R\$ 64 bilhões de empresas que deverão se instalar no seu entorno. (O GLOBO, 15 de maio de 2011)

O projeto recebeu recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, um conjunto de medidas lançado em 2007 que objetivava, segundo o Ministério do Planejamento, “a retomada de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2017). Apesar de ser um projeto de iniciativa privada, a construção do porto integrou esse contexto de investimentos na melhoria de infraestruturas a nível nacional e contribuiu para movimentar o mercado de trabalho de São João da Barra. A nível global, o empreendimento se liga ao contexto do aumento da demanda por matérias-primas em função da aceleração das economias asiáticas, notadamente a da China, o que teria incentivado “a criação, tanto no Continente Africano, quanto na América Latina, de novas plantas industriais e logísticas financiadas por capitais internacionais em setores como petróleo, siderurgia e portos.” (VIDIGAL RIBEIRO, 2010).

O vulto dos investimentos e as promessas de parcerias com empresas de diversos setores interessados em tirar proveito da localização estratégica nas proximidades do porto, como siderúrgicas e montadoras de automóveis, ajudam a compreender a razão de o porto do Açú ter figurado em um relatório da Federação das Indústrias do estado como um dos grandes eixos de desenvolvimento do Rio de Janeiro<sup>25</sup>. Um ano antes da conclusão das obras, no entanto, as expectativas cederam lugar às dúvidas:

O império de negócios criado ao longo de mais de uma década pelo empresário Eike Batista, de 56 anos, que abrange desde o ramo de petróleo e mineração até o mercado de entretenimento, está ameaçado por uma crise de credibilidade que vem contaminando os resultados das companhias do grupo com ações negociadas na Bolsa (OGX, OSX, LLX, MPX, MMX, CCX). Além de perderem R\$ 86 bilhões em valor de mercado desde outubro de 2010, quando viveram seu apogeu na Bolsa, o patrimônio líquido dessas seis empresas X – letra com a qual Eike batiza seus negócios – é insuficiente para cobrir o que as mesmas empresas devem ‘na praça’. Ou seja, numa situação extrema de falta de crédito no mercado, mesmo se o empresário vendesse por completo suas seis companhias pelo valor do patrimônio, hoje seria insuficiente para cobrir as dívidas de R\$ 18,8 bilhões com investidores, bancos privados e públicos. Somente o BNDES concedeu R\$ 10 bilhões ao empresário, sendo que, neste caso, uma parte já foi paga. (O GLOBO, 14 de junho de 2013)

<sup>25</sup> “O mesmo documento [o relatório sobre o desenvolvimento do estado do Rio elaborado pela Firjan em 2009] afirma que ainda é possível destacar que existe atualmente no estado do Rio de Janeiro a formação de quatro grandes eixos de desenvolvimento: o Norte, ancorado pela construção do Complexo Portuário do Açú e investimentos na exploração de petróleo; o Leste, com o Comperj; o eixo de Sepetiba, derivado da competitividade logística da região a partir da combinação de portos, rodovias e indústrias; e o eixo Sul, cujo motor maior será a retomada da construção da usina nuclear Angra Três.” (VIDIGAL RIBEIRO, 2010, p. 22)

O andamento das obras sofreu com a crise das empresas do grupo. O início das operações foi adiado algumas vezes, até que, em 2013, a Prumo Logística assumiu o empreendimento, que sofreu adaptações em relação ao projeto inicial. A nova empresa gestora direcionou o foco para o transporte de ferro e de petróleo, servindo de base para a indústria *offshore*.

Segundo dados da Agência Nacional de Transporte Aquaviários, o Açú movimentou 8,6 milhões de toneladas de minério no primeiro semestre de 2017, uma alta de 31% em relação a igual período do ano anterior. Em dezembro de 2017 foi editado um decreto presidencial que criou uma zona de processamento de exportações (ZPE) no porto do Açú, que prevê a isenção de impostos federais (IPI, PIS, Confins e Impostos de Importação) para atrair empresas que pretendam exportar no mínimo 80% de sua produção<sup>26</sup>.

Mesmo tendo sido reduzida a variedade de atividades previstas, ainda assim o porto representa um dos empreendimentos mais importantes no Rio de Janeiro nos últimos anos. Ele se cruza com um processo mais amplo de desconcentração dos investimentos industriais e em infraestrutura que tem ocorrido nos últimos anos no estado, e que a longo prazo pode reverter a histórica tendência à forte polarização das atividades econômicas fluminenses pela capital estadual e pela sua região metropolitana. Os grandes investimentos realizados em atividades industriais e na criação de novas estruturas portuárias e logísticas incorporaram áreas antes periféricas, particularmente no eixo da BR - 101 e no litoral.

A criação de novos corredores na malha de transportes do estado compõe um processo mais abrangente de reestruturação logística, que compreende também a instalação de outro porto em Presidente Kennedy e de um terminal em Anchieta, respectivamente no Sul e no Centro-Sul do Espírito Santo, formando um corredor de importação e exportação (Cruz, 2013). Tanto o perfil assumido pelos empreendimentos quanto os efeitos produzidos durante a sua implantação e o início das operações têm suscitado leituras críticas em diferentes frentes de pesquisa.

Em uma perspectiva calcada nas características do desenvolvimento econômico, Vidigal Ribeiro (2010) questiona a capacidade de o poder público local promover medidas que conduzam a uma endogenização dos efeitos do porto, processo que abrangeria “o estímulo local às empresas pertencentes à cadeia portuária, a atração de novas empresas, a geração de efeitos emuladores sobre a economia municipal e a criação de uma logística de transportes que seja integrada ao município” (VIDIGAL RIBEIRO, 2010, p. 37). O autor realiza uma comparação

---

<sup>26</sup> Citados em reportagem da Folha de São Paulo, edição online, de 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Rm1yqe>>.

com outro município fluminense, Itaguaí, no qual a experiência com a instalação de grandes estruturas portuárias é mais antiga e, portanto, pode render indicações sobre os desafios com os quais também a população de São João da Barra deverá lidar:

A exemplo do que tende a ocorrer em São João da Barra, com a instalação do Porto do Açú, a economia de Itaguaí demonstra, até agora, uma forte dependência em relação a projetos de grande envergadura e, na maioria das vezes, fruto de decisões tomadas no âmbito externo aos centros institucionais e empresariais locais (Muls, Becue e Melo, 2005). Espera-se a constituição nestes locais de dois pólos de desenvolvimento fundado em uma economia portuária de serviços, fazendo a economia local saltar de uma vocação eminentemente agrícola, ou de veraneio, para uma economia dos serviços, ao longo das próximas décadas. O que se desenha para Itaguaí tende a ocorrer em São João da Barra, ou seja, de um lado os setores modernos e dinâmicos da prestação de serviços, transporte e comunicações, alavancados por uma estrutura portuária em processo de crescimento, convivendo com setores da economia tradicional na indústria e na pesca (VIDIGAL RIBEIRO, 2010, p. 37).

Cruz (2013) relaciona o traçado dos novos eixos de circulação a interesses corporativos, voltados para o objetivo de melhorar a fluidez do território para a exportação de *commodities*, o que deixa em segundo plano a integração entre as regiões que margeiam tais eixos. Isso recupera o padrão espacial da malha de transportes ocorrida em outros ciclos econômicos voltados para a exportação, ligando através de corredores áreas produtoras de gêneros agrícolas e de exploração de minérios do interior ao litoral, sem que isso signifique uma verdadeira integração do território nacional.

O autor remete esse padrão ao processo de reprimarização da economia brasileira, com o crescente peso das *commodities* minerais e agrícolas na pauta de exportações e na economia nacional como um todo. Ao discutir esse modelo de desenvolvimento, Cruz afirma que ele representa um padrão periférico de integração à economia globalizada, uma vez que não se apoia no fomento a atividades pautadas no desenvolvimento tecnológico em bases nacionais e não prioriza a integração regional e a diminuição das desigualdades. Isso faria com que esses investimentos dificilmente promovessem a diversificação, integração e modernização das economias locais e regionais (idem). A lista de efeitos negativos em uma escala local se avoluma:

No ERJ [estado do Rio de Janeiro] é o caso do Complexo do Açú, um GI [grande investimento], cujo impacto no crescimento urbano, rápido e exponencial, já se faz sentir pelo deslocamento “involuntário” de população de áreas econômicas produtivas; pela desestruturação de atividades tradicionais, como a pesca; pelo prejuízo em toda a cadeia produtiva, com a salinização da água do lençol freático, utilizada, entre outras finalidades, na produção agrícola; com a demanda de água do Paraíba, que afetará a capacidade de atendimento da demanda urbana regional; com a incrustação no território do Corredor Logístico – murado, com cerca de 400m de largura, compreendendo, mineroduto, ferrovia e rodovia – atravessando terras produtivas e áreas de assentamentos de reforma agrária, entre outros aspectos, que estão a motivar a apresentação de proposta de diminuição do porte do projeto, por parte da sociedade e dos movimentos sociais, articulados de forma multiescalar. Algo semelhante pode ser esperado para o COMPERJ, embora com suas particularidades.



[...] Esses GIs possuem, ainda, potencial do que se pode denominar uma espécie de “criação destrutiva”, para nomear uma relação custo/benefício negativa, que contrapõe ao seu potencial de industrialização e de geração de trabalho e renda vetores de devastação de estruturas e dinâmicas produtivas preexistentes, sem a contrapartida da reintegração positiva das populações atingidas, bem como vetores de constituição de novas e ampliação de antigas periferias urbanas precárias, dada a inoperância demonstrada pelo poder público no atendimento das demandas de equipamentos e infraestruturas urbanas no volume e ritmo requeridos. (CRUZ, 2013, p. 67)

No contexto dessas repercussões negativas, Falcão (2014) ressalta um aspecto relevante para os interesses da presente pesquisa: as dificuldades de acesso dos pescadores à esfera pública, devido ao pouco capital social que possuem, originando uma dificuldade de interpor resistências efetivas aos empreendimentos através de sua ação política. Apesar de não me pautar pela ótica da avaliação de impactos ambientais ou sociais do porto, essas discussões são importantes, pois reverberam no cotidiano dos pescadores e nos modos como se relacionam com o seu ambiente, conforme será discutido nos próximos capítulos. Há um forte paralelismo entre essas mudanças recentes em Atafona e a implantação de outros empreendimentos que produzem efeitos sobre a pesca. No levantamento realizado por Cristiano de Paula, listam-se quais seriam esses empreendimentos:

Grandes empreendimentos de energia em todo o país instalaram-se em territórios tradicionais de pesca. Hidroelétricas, plataformas de petróleo e gasoduto são implantados em áreas que eram importantes territórios pesqueiros. Apesar de se mobilizarem, os pescadores artesanais são apenas espectadores desse processo, sem possibilidade de reivindicar seus territórios tradicionais diante dos grandes poderes econômicos. Também são relatados inúmeros empreendimentos industriais e agroindustriais que, semelhantes aos de energia, são priorizados e se instalaram nos territórios pesqueiros. Nesse mesmo contexto, a instalação de portos e estaleiros avança sobre a orla, onde, historicamente, estão as comunidades pesqueiras. No sul e no sudeste são destacados conflitos e consequente afastamento das comunidades de pescadores da orla para a instalação de terminais portuários e avanço da indústria naval. O valor agregado à paisagem também tem causado o avanço de grandes empreendimentos de turismo e lazer sob os territórios tradicionais de pescadores. Atividades de turismo e lazer são motivadas pelo poder público em comunidades de pesca, como possibilidades de consumo. Isso implica a atração de indivíduos com culturas diversas ao lugar, que costumeiramente não respeitam a dinâmica e as convenções das comunidades. Em casos mais extremos são instalados resorts e praias são privatizadas, o que influi diretamente no acesso aos territórios tradicionais de moradia dos pescadores e pesqueiros.” (Paula, 2016, p. 46)

Esse breve panorama aqui esboçado sugere o quanto as modificações observadas nas últimas décadas trazem grandes tensionamentos para a prática da pesca.

## Capítulo 2 – Paisagem e Memória: da Convivência à Esperança

A análise regional empreendida anteriormente tem os seus méritos: ela insere um elemento local em um cenário mais amplo, do qual sem dúvida é caudatário. O recurso à variação das escalas permite identificar as correlações entre fragmentos, a articulação das trocas econômicas, a posição na hierarquia urbana, as modificações ocorridas ao longo do tempo, bem como os processos físicos naturais que modelam o substrato material. Olhando de perto, no entanto, essa pequena peça que é Atafona é por si só um mosaico.

Há uma tradição de estudos na geografia que toma a paisagem em sua materialidade, sobretudo em sua aparição enquanto forma, que deve ser explicada. O recurso à explicação coloca a paisagem na posição de um conjunto de formas interligadas cuja modelagem é decorrente de arranjos socioeconômicos, políticos e físico-naturais, o que inclusive rende a conhecida associação da noção de paisagem com uma abordagem sintética, no entrelaçamento entre o humano e o natural. Atafona é, assim, fruto de sobreposições: da ação erosiva que o vento e as ondas impõem ao seu litoral, do aporte de sedimentos do rio que lhe tingem as águas, do seu cenário urbano que remete à valorização do contato com o mar e com o clima aprazível.

A paisagem explicada é de certa maneira o ponto de chegada de processos que lhe moldam, a expressão material de uma sociedade e de um determinado modo de funcionamento da natureza. O aspecto mais frágil dessa abordagem é o risco de reduzir a paisagem a um epifenômeno, expressão secundária, material e visível de processos mais amplos. Não por acaso são comuns as analogias entre a observação da paisagem e o ato de leitura: a paisagem é um texto, cujo entendimento é alcançado mediante a aquisição de certas habilidades e através do uso de certos procedimentos de pesquisa. Essa abordagem tão costumeira guarda uma semelhança com um processo cultural mais amplo. Explicar a paisagem é uma das facetas da racionalização do mundo, o que eleva a explicação racional ao posto de via privilegiada de produção de sentido.

Um outro modo muito distinto de buscar os sentidos que envolvem a paisagem tem a ver com caminhar sobre ela. O distanciamento que acompanha os esforços explicativos tende a limar da produção do conhecimento qualquer reverberação que esse ato tão simples possa provocar. Explica-se uma paisagem, porém, desse ato de pensamento, não se pode produzir uma imagem do que é a experiência de se encontrar imerso nela. É nesse percurso de andar e de conhecer as pessoas que cotidianamente se inserem nesse contexto de vida que as imagens de Atafona se multiplicam, que múltiplas camadas de sentido se desvelam.

Esse é um movimento bastante distinto de uma explicação, embora não se negue a validade desse recurso. O exercício que sugiro aqui é semelhante ao de Simon Schama, o de recuperar os “mitos, lembranças e obsessões” que compõem uma tradição paisagística. Para o autor,

se toda a história da paisagem no Ocidente de fato não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos, metáforas e alegorias, no qual o arbítrio absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição. No âmago do presente livro, há uma obstinada convicção de que, na verdade, essa não é a história inteira. [...] O objetivo de Paisagem e Memória [...] é revelar a riqueza, a antiguidade e a complexidade de nossa tradição paisagística para mostrar o quanto podemos perder. Ao invés de postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza ocidentais, quero mostrar a força dos elos que as unem. (SCHAMA, 1996, p. 24-5).

O elo a que Schama se refere remete a uma esfera do sentido que ultrapassa vínculos funcionais ou relações de causa e efeito. É essa busca pelo sentido o motor daquilo que o referido historiador denomina um movimento de “escavação”, uma busca a ser feita “abaixo de nosso nível de visão convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sob a superfície.”. Seria uma busca que recupera a sensibilidade que pontua a tradição paisagística, que “reencanta o mundo”, de certo modo, e oferece um contraponto à suposição do domínio único da racionalidade. Essa escavação de lembranças e mitos será um primeiro exercício de recuperação dos sentidos que pontua as memórias de Atafona como um “mundo de vida”, fruto de uma “complexa interação da memória e do esquecimento, da transmissão fiel e do implacável esvaziamento das experiências originais”. (CROWELL, 2012, p. 38)

## **2.1 Lembranças, mitos e narrativas sobre Atafona: percurso escavatório**

Atafona é delimitada por uma área de brejos e terrenos agrícolas em franco processo de conurbação, que tende a fundir esse núcleo urbano à sede do município. Mais ao norte, encontra o limite com o município vizinho de São Francisco do Itabapoana, traçado pelo rio Paraíba do Sul. A travessia para localidades vizinhas além desse ponto ainda hoje pode ser feita de barco, um caminho mais direto do que o oferecido pelas estradas, dependendo do destino almejado.



*Imagem 2.1 - Desembocadura do Paraíba do Sul. Ao fundo, Ilha da Convivência. Janeiro de 2016.*

Mais do que um limite político, o rio também é uma barreira às comunicações terrestres, pois não há estrada que ligue as duas margens de maneira direta na área da desembocadura. Caso se deseje seguir adiante por veículo terrestre é preciso contornar um longo trecho, ao invés de ir em linha reta. É frequente, por isso, que os moradores se refiram a Atafona como um ponto final, como um fim de linha.

Escondido por detrás das casas, voltadas para as ruas, o rio descreve um arco que passa pela sede da colônia de pescadores, pelo mercado de peixe, perto da igreja de Nossa Senhora da Penha, por um conjunto de casas, conhecido como “Baixada”, onde moram muitos pescadores, e logo em seguida chega à desembocadura, tendo de um lado a ilha da Convivência e do outro o Pontal de Atafona.

Na Avenida Professora Carmelita Morães Nassif, atrás da igreja de Nossa Senhora da Penha, localiza-se o “Pier do Pescador”. Ali uma placa sublinha que nem sempre aquele ponto foi considerado um ponto final: “Nesta imediação, alguns pescadores vindos de Cabo Frio, tendo à frente o Sr. Lourenço do Espírito Santo, construíram um pequeno povoamento no ano de 1622, estabelecendo o 1º núcleo de colonização efetiva da planície do norte fluminense.” A placa, fixada na ocasião da inauguração do pier pela prefeitura de São João da Barra, em 2007, inverte esse sentido dado a Atafona. Antes de se tornar a interrupção de uma jornada, o próprio rio representou o começo da colonização no norte do estado. O pier, com sua placa comemorativa, é um ponto de observação privilegiado da desembocadura do rio, acaba sendo

uma fotografia que já vem com sua legenda, evocativa da importância memorialística daquele sítio.

Do píer é possível ver as águas calmas do baixo curso se encrisparem no encontro com o mar, além da curva e por entre os braços em que se dividem, margeando as pequenas ilhas cobertas de manguezal e a maior ilha de todas, a da Convivência. Tanto ela quanto a linha da costa mais próxima da desembocadura foram as que mais sofreram com a erosão marinha. Caminhando pela costa em direção ao sul, o pontal e o rio ficam às costas, com o mar caramelo tingido pela pluma de sedimentos fluviais à esquerda, e uma sucessão das marcas que o avanço e recuo do mar produziram, à direita.



*Imagem 2.2 - Cemitério de árvores. Janeiro de 2016.*

Minhas incursões em Atafona começaram em um contexto distinto, em 2006, quando participava de um projeto de cartografia que visava a monitorar o processo erosivo que ali se dava. Pude acompanhar algumas das alterações no desenho do pontal. Houve momentos em que a caminhada da margem do rio até a praia era contínua pela areia. Agora o trajeto é mais difícil, feito entre pedaços de alvenaria, montes de galhos retorcidos e de folhas mortas. O avanço do mar fez de um trecho de mangue um pequeno cemitério de árvores. Os troncos, lustrados pela umidade e cobertos de limo e algas, pareciam exigir do caminhante um batismo na água salgada: continuar a caminhada exige, em algum momento, molhar os pés no mar.



*Imagem 2.3 - Carrancas do mangue. Janeiro de 2016.*

Ultrapassada a franja do mangue próxima à praia, o caminho volta a ficar mais livre, com pedaços de troncos mais antigos despontando aqui e ali, ossadas vegetais exumadas pelas ondas. As árvores caídas, ainda com folhas, denunciam que a movimentação das dunas e do mar perdura. Há uma zona híbrida entre mar, rio e mangue, na qual os urubus vêm buscar carcaças trazidas pelo Paraíba ou restos de peixes empurrados do Atlântico. Os sons vinham do bater de suas asas e do rugido do mar. Quando este se acalmava, era o ruído da areia erguida pelo vento, que batia contra as folhas, contras os trocos e contra os pés. Esse som sibilante e suave, que lembrava a lenta dissolução de um remédio efervescente, contrastava com a destruição provocada pelo vento: atrás, as árvores mortas, à frente, as ruínas das casas demolidas pela erosão, tudo aparentando ter sido quebrado pela violência das ondas.

Ao longo da praia de Atafona as ruínas se sucedem. É possível perceber que as casas ou perderam a sustentação por conta da areia removida ou foram soterradas pelo movimento das dunas. Algumas caídas há anos, outras se inclinam em ângulos estranhos, com seus quintais e muros já comprometidos e rachaduras pronunciadas em alguns de seus cômodos. As ruínas, em contraponto com as árvores, revelam uma propriedade fundamental dos materiais expostos aos elementos: a plasticidade. Ela divide as coisas ali em duas categorias: aquilo que é plástico e se deforma, entorta ou fica fora de prumo, e aquilo que é rígido e inflexível, e cedo ou tarde

simplesmente se parte, fragmenta-se e desaba. Atafona produz essa inversão: quanto mais duros os materiais, mais frágeis eles são.



*Imagem 2.4 - Fora de prumo. Janeiro de 2016.*

Os escombros são um tema paisagístico recorrente. Figuram em cartões postais, em panfletos de informações turísticas distribuídos pela prefeitura, nas reportagens realizadas no local. Nessas últimas, são mostrados como um símbolo das consequências do aquecimento global, ignorando que a região é naturalmente propensa à erosão.

As ruínas oferecem um espetáculo cênico não muito usual, cujo exotismo atrai um grande fluxo de visitantes. São organizadas excursões da unidade do Sesc, em Grussaí, nas quais Atafona constitui uma atração mais por conta do espetáculo cênico do que pelos outros usos de que as praias geralmente são alvo. Em contraste com essa atitude de surpresa, os moradores revelam uma apreciação distinta sobre as ruínas.

Os pescadores, por exemplo, trocam afirmações sobre o que acham que vai acontecer em cada estação, a depender das condições do vento e das marés. Já vivenciaram muitas vezes a situação em que uma casa, na iminência de ser engolfada pelas ondas, é salva por conta de um recuo repentino das águas. Aquilo que, para os não familiarizados, parece ser o anúncio de uma catástrofe na verdade não provoca em geral grande alarde entre os que já estão habituados com as flutuações do processo erosivo.

Também em parte por conta do convívio mais prolongado com tal paisagem, os moradores sabem que aquela cena que chama tanto a atenção dos visitantes é só uma parcela pequena da destruição que já se observou por ali. É muito frequente, sobretudo entre os pescadores, que eles já tenham precisado se mudar por conta da perda de casas ou que conheçam amigos ou parentes próximos que tiveram que fazê-lo. Um recurso expressivo muito comum durante as entrevistas era que a fala se fazia acompanhar das indicações de prédios, casas ou equipamentos públicos que não são mais visíveis. Descrevendo o avanço do mar, as pessoas apontam para antigos locais de referência, traçam linhas no ar para falar das ruas que não existem mais. Alguns desses pontos estão agora no mar, e nem mais os escombros estão acessíveis como testemunho da destruição.

Para falar sobre Atafona, eles sentem a necessidade de fazer referência a uma outra cidade, que os visitantes mais recentes não conhecem, a que está “*debaixo d’água*”. Na fala de Valdinéia<sup>27</sup>, à época com 37 anos:

- Valdinéia: “*o mar avançou, o prédio caiu. A água já chegou até aqui na rua. Recuou no final do ano passado.*”

- “Você não tem medo de ele possa avançar mais?”

- Valdinéia: “*Não tenho medo não! Tá nas mãos de deus [ergue as mãos para cima, em atitude irreverente]. Se não fosse as dragas da prefeitura...em setembro passa todo dia. Passou ontem. Se não passasse já taria aqui [aponta para o muro da casa, indicando onde acha que as dunas estariam caso não houvesse o trabalho de remoção].*

“A senhora não pensa em sair daqui?”

Valdinéia: “*Tô esperando ele [o mar] vir aqui primeiro. Aqui tinha calçada. A cidade ficou dentro do mar. O centro de Atafona era aqui, no prédio do Julinho. Parava ônibus, era referência, tinha supermercado.*”

Um outro ponto marcante da relação dos moradores com as ruínas é a emergência frequente de um juízo moral transpassado por valores religiosos, na apreensão do que ocorreu com as casas. Algumas das edificações destruídas eram grandes casas pertencentes a políticos ou membros da elite local e de Campos. Ao relatar como foram tomadas pelas ondas, era comum que a narrativa viesse acompanhada por comentários sobre alguma conduta reprovável, do ponto de vista de meus interlocutores, assumida pelos proprietários.

As entrevistas seguiam um roteiro que se repetia com frequência: os moradores indicavam a ruína alvo dos seus comentários, falavam como era enquanto a casa estava de pé e

---

<sup>27</sup> À época da entrevista, concedida em 2012, ela morava na casa em frente ao antigo Hotel do Julinho, já há dez anos, tendo morado antes no pontal.



em seguida caracterizavam os comportamentos dos proprietários. Falavam das casas onde ocorriam festas descritas como “orgias”, ou do caso de um homem que teria afirmado sua capacidade de fazer a casa resistir. Entrevistando Pedro<sup>28</sup>, foi relatada a situação de um morador que fez obras de contenção próximo a sua casa. Ele teria afirmado que nem se fosse para chegar lá de helicóptero ele não sairia da casa, e que nem Deus o tiraria de lá. “*Falou demais. Abusou de Deus. Deus acima de tudo!*” – provocou concordância de seus amigos, que estavam próximos de nós dois. “*Foi jogar conversa fora e logo com quem!*”. O morador ainda teria dito: “*com o quebra-mar aqui só Deus tira*”, e algum tempo depois a casa cedeu.

O tom desses relatos, nos quais se operavam uma moralização da destruição das casas, era discernível também em outros contextos. O prédio do Julinho, referido na fala de Valdinéia, já foi um dos prédios mais altos de Atafona, e demarcava um centro local importante, por ser o ponto final das linhas de ônibus, e por lá ter funcionado um pequeno mercado. Depois de ser condenado pela Defesa Civil, passou, segundo o relato de alguns moradores, a ser frequentado por usuários de drogas. É como se houvesse aí uma segunda condenação, pelo uso que se passou a fazer do prédio. Sua queda por conta da ação das ondas é um marco importante ligado às memórias sobre as ruínas, e revela novamente uma leitura moral sobre a paisagem. Nas várias vezes em que passei pelo prédio ainda em pé e depois de ter ruído, sempre notava as pichações feitas em suas paredes, que em geral reuniam trechos do livro do Apocalipse, inscrições que eram constantemente renovadas.

A evocação da religiosidade se fazia presente também em outro marco espacial importante: a capela de Nossa Senhora dos Navegantes. Quem se dirige à “Baixada”, saindo de uma das ruas principais, depara-se com a parte traseira da capela, que parece fora de posição em relação à rua. Isso porque, conforme narrado em algumas ocasiões, ela era idêntica a uma capela mais antiga, destruída pela erosão, que ficava voltada para a rua – e, portanto, de costas para o mar. A sua sucessora inverteu essa posição: de costas para a rua, mas de frente para o mar.

Mais adiante, assoma-se outro marco importante, uma torre com uma antiga caixa d’água. Em uma área de construções não muito elevadas, ela acaba sendo um ponto de referência. O trecho de praia entre o Pontal e a caixa d’água figura em relatos locais sobre uma suposta visita de Chico Xavier a Atafona. Os relatos afirmam que o médium teria dito que a energia do local acabava ali. Um último mito com o qual entrei em contato durante a realização da pesquisa de campo foi o que afirmava a presença de propriedades energéticas ou curativas

---

<sup>28</sup> Pescador nascido na ilha da Convivência. Entrevista concedida em 2012, quando Pedro tinha 55 anos.

em Atafona. Especialmente entre moradores mais velhos, era comum o relato de pessoas doentes que receberam a recomendação de médicos para passarem uma estadia no balneário, especialmente no intuito de curar doenças pulmonares.

São essas as imagens múltiplas que a escavação das lembranças revela em Atafona: o balneário que fica no fim, mas que já foi uma porta de entrada, início da colonização no Norte Fluminense, o mar e o vento que arruinam as construções, pessoas em ruína que atraem a destruição para as suas casas, mas ao mesmo tempo uma paisagem de cura, e da qual muitos fizeram grandes sacrifícios para não se desvincularem. Essa sobreposição de camadas de memória que se interpolam remete ao que Le Breton chama, apelando à expressão poética, de “infinito do cotidiano”:

a banal constatação da fuga do tempo, da acumulação interminável de diferenças ínfimas, mas cuja ação contribui, lenta ou brutalmente, segundo as circunstâncias, para transformar a vida cotidiana. A constatação também da complexidade do objeto, de sua incansável polissemia. (LE BRETON, 2012, p.125)

A recuperação de algo tão particularista como as memórias dos moradores de um pequeno distrito de um pequeno município revela, justo em sua polissemia, esse caráter “infinito do cotidiano”. Dessa multiplicação de sentidos e de memórias, que atravessam continuamente a vivência das paisagens e as moldam a partir da trajetória de cada um, destacarei agora os percursos dos pescadores.

## **2.2 Um mundo de ontem: a saída da Ilha da Convivência**

A estreita vinculação dos pescadores com o ambiente se apresenta à primeira vista pela proximidade que procuram manter com o rio ou com mar. Por questões de natureza prática e também por exigências que extrapolam um pragmatismo mais imediato, as áreas tradicionalmente ocupadas pelos pescadores estão perto da costa ou das margens do Paraíba, destacando-se entre elas a concentração na *Baixada*, pequeno trecho de casas próximo do Pontal ocupado pelos pescadores, e a ocupação da Ilha da Convivência.

Apesar de a ilha ter se despovoado ao longo das últimas décadas e de hoje ela se encontrar totalmente desocupada, em muitos momentos as memórias da vida na Convivência são evocadas, denotando que ela é um marcador temporal importante. As memórias relacionadas à ilha são contrapostas à vida nas áreas mais densamente ocupadas por pescadores em tempos atuais. Assim, mesmo desocupada, a ilha continua presente, demarcando limites:

ajuda a construir a imagem do que é viver em Atafona e do que é o viver agora, em contraste com um mundo de ontem, de antes da migração para o continente.

Esses contrastes apresentam variações importantes na fala dos pescadores. A migração da ilha não envolveu um grande deslocamento espacial. De fato, um nadador razoavelmente bom atravessaria com facilidade a desembocadura do rio em direção à Convivência, que é banhada de um lado pelo rio e do outro pelo mar, o que se cruza com a prática da pesca nos dois ambientes. A ilha e o pontal surgem com frequência como um conjunto, como uma “ *fusão* ”, uma “ *coisa só* ”. Mesmo quando moravam na ilha, era comum a manutenção de um contato estreito com o Pontal, onde se encontrava o comércio mais diversificado e os serviços de que não poderiam dispor na ilha, sobretudo os de assistência médica.

Os relatos sobre a ilha enfatizam o tamanho que ela possuía antes da intensificação do processo erosivo e da quantidade de famílias que lá habitavam, com todo o universo social associado. Aproximadamente 200 pessoas moravam por lá, onde se mantinham laços sociais estreitos. A proximidade das casas de parentes e o fato de todos se conhecerem conferia à ilha um padrão de convívio diferente daquele que veio a se concretizar com a mudança para Atafona. Isso ajuda a entender a ambiguidade que essa migração assume. Ao mesmo tempo que falam de como viver em Atafona é mais confortável, não deixam de enfatizar o que foi deixado para trás:

- Antônio: “ *lá tinha tudo: escola, igreja, festa, comércio. A festa de Nossa Senhora [dos Navegantes] não é igual a antigamente. Na Convivência tinha baile. Era bom. Carnaval era bom. Era divertido. Tinha até circo. Cinema na Convivência [falando da utilização de um projetor] Cidade mesmo. Movimentado.* ”<sup>29</sup>

Falar da erosão que motivou a saída de muitas famílias para Atafona é uma imagem que remete também à erosão de uma  *Convivência* , como se não fosse só areia que o mar levasse. Esse arranjo de relações encontrou condições muito distintas em Atafona e sofreu alterações para se adaptar, conforme será detalhado mais adiante.

Uma outra diferença marcante é que, apesar da proximidade, havia uma distância entre as duas localidades que não se podia medir em metros, a distância oriunda do acesso a determinados avanços da técnica:

---

<sup>29</sup> Entrevista cedida por Antonio em 2011, à época com 74 anos. Nasceu em São Pedro e foi morar na ilha com 18 anos.

- Serafim: “A bateria da tv durava de 8 a 10 dias. Às vezes pifava. Hoje tem até gente aqui com tv de plasma. A vida é boa, pra quem sabe administrá o dinheiro. Antes a casa era de sapê, parede de estuque. Hoje é mais comum a alvenaria. Devagarinho vai melhorando.”<sup>30</sup>

O *antes* na fala de Serafim se refere à Ilha, enquanto o *hoje*, à Atafona, onde o acesso à água encanada e à energia elétrica é mais fácil. Viver em Atafona é valorado positivamente nesse aspecto, de maior inserção em circuitos econômicos modernos, nos bens que eles ofertam e nos equipamentos de que os pescadores passaram a dispor. Só que esse *antes* possui outras conotações afetivas. Os moradores falam, por exemplo, do quão prático é abrir uma torneira e ter água, enquanto que na Ilha não havia essa comodidade. Lá eles abriam um buraco na areia e nele colocavam um recipiente, para o qual a água minava, ou seja, faziam uma cacimba, procedimento demorado e trabalhoso para obter água. Um trabalho sem o qual se sentem aliviados, só que não deixam de sublinhar como essa água fresca e limpa tinha um sabor distinto da água encanada que agora bebem.

Esse jogo de contraposições entre a comodidade que se ganha em Atafona e alguns aspectos da experiência da vida na ilha que se perderam com a migração é recorrente. Mesmo estando próxima, na ilha vivia-se em um outro ritmo. Isso se vivenciava também na pesca: barcos a remo, o que dificultava deslocamentos mais extensos e os tornava mais lentos. A impossibilidade também de incorporar a refrigeração adicionava o trabalho de salgar o peixe às tarefas cotidianas. A narrativa dessas dificuldades era acompanhada, no entanto, por ressalvas: a pesca era mais trabalhosa, porém o peixe era mais abundante, assim como as condições ambientais do rio eram melhores.

É muito significativo que, apesar da recorrência dessa caracterização de Atafona como um lugar mais confortável, porque provido de infraestrutura mais completa, a migração na maioria dos casos não foi motivada pela busca desse conforto. E tampouco se deu por influência direta do avanço do processo erosivo. Era comum moradores da ilha perderem as antigas casas por conta da erosão e logo em seguida construírem as novas também na ilha, só que em posição mais recuada. Acredito que isso denote a vinculação com a ilha e ao mesmo tempo com a rede de relações que se teceu nela. Falar da Ilha da Convivência, e o topônimo aqui parece muito apropriado, implica fundir essas duas dimensões: uma topográfica, pois a configuração da ilha e sua posição abriam uma série de facilidades para a pesca, e uma que se pode dizer topofílica: o estabelecimento de uma teia de relações e vínculos sociais que se temia romper caso os pescadores se vissem forçados a se transferir.

---

<sup>30</sup> Serafim, à época da entrevista, em 2011, estava com 67 anos, dos quais 53 morou na ilha e 14 anos em Atafona.

A construção de casas novas na própria ilha se deu, para algumas famílias, mais de uma vez. Os materiais das casas antigas que podiam ser removidos eram aproveitados nas novas construções, empreendidas com a ajuda de parentes e vizinhos, o que inclusive ajudava a amenizar o impacto econômico da perda e refletia o peso que essas relações comunitárias possuíam. Grande parte dos moradores entrevistados relata que só saiu da ilha quando não havia mais como recuar as casas para terrenos mais seguros, pela exiguidade de áreas adequadas para construção. Nesse ponto acredito que o efeito da erosão da ilha tenha se somado com a erosão da *convivência*: quando a erosão avançou o suficiente para comprometer a manutenção da ilha enquanto um conjunto social coeso, a migração se intensificou. Há evidências que sugerem que isso tenha ocorrido do final dos anos 60 e ao longo da década de 70, pela quantidade de famílias que deixaram a ilha nesse período, como se a migração fosse um processo que alimentasse a si próprio.

Os relatos dão conta de que não era mais possível ficar na ilha, pois ela estava “*vazia*”. O uso dessa palavra envolve uma semântica ilustrativa da erosão de laços sociais: a ilha não estava pequena, o que daria ênfase ao seu encolhimento com o avanço do mar, mas sim esvaziada de pessoas. À medida que a ilha se tornava menos *habitada*, ela se tornava menos *habitável*. Ilustrativo disso é que, mesmo após a ilha ter aumentado novamente pelo aporte de sedimentos, não houve interesse em recolonizá-la, o que sugere que não era o tamanho da área disponível para construção que seria o fator determinante. Mesmo tendo crescido novamente, ela continua vazia. É importante lembrar que o processo não se deu exclusivamente na ilha, tendo sido intenso também em Atafona. A maior diferença entre as duas áreas quanto a esse processo é que a ocupação de Atafona é mais complexa, tendo diferentes estratos sociais em justaposição, enquanto que na ilha as trajetórias de vida giravam em torno da pesca.

Houve também uma diminuição gradativa da mobilização para o cortejo de barcos para a ilha, o que costumava ocorrer durante as festividades de Nossa Senhora. Nesse momento os pescadores iam até a ilha e passavam o dia por lá, faziam churrasco e bebiam, como se na ilha se desse o momento profano da festa religiosa. Na última ida a campo esse cortejo já não ocorria mais.

Para além dos efeitos que a erosão possa ter produzido no modo como se organizavam as relações sociais, ela também mobilizava os pescadores em seus conhecimentos sobre a dinâmica físico-natural. As explicações se valiam do recurso à personificação – o mar era convertido em personagem, que *lambe* a ilha ou que *come* o pontal.

A compreensão do processo passava pela articulação de seus conhecimentos sobre a dinâmica hidrográfica, o regime de ventos e o aporte de sedimentos do rio. Isso ficou mais

evidente nos momentos em que as entrevistas se deram no contexto de eventos marcantes de mudanças ambientais. Eles reavivavam as discussões e os debates sobre o que poderia explicar as alterações sensíveis que foram vivenciadas ao longo dos trabalhos de campo: períodos de forte chuva na região serrana do Rio, que se refletiram em cheias anormais na desembocadura<sup>31</sup>, estiagens prolongadas que produziram o efeito inverso<sup>32</sup>, ou mesmo acidentes que provocaram a contaminação das águas, como o rompimento da barragem em Cataguazes, que afetou o rio Pomba, afluente do Paraíba<sup>33</sup>. Esses debates sobre o funcionamento do ambiente eram motivados até por eventos que mobilizavam o imaginário local, mas que não tiveram efeitos diretos ali, como o rompimento da barragem em Mariana (MG).

Por meio das conversas sobre esses eventos, os saberes dos pescadores vinham à superfície. As personificações sugeriam uma paisagem sujeita à constante tensão. Se chovesse demais, a cheia seria maior, porém o mar poderia *aceitar* a água, fazendo com que não ocorresse necessariamente enchentes, já que o mar deixaria a água vaziar. Se chovesse menos, o rio poderia baixar ao ponto de dificultar a saída dos barcos, por conta dos bancos de areia que ficavam mais próximos dos cascos das embarcações. Nesses casos, relatavam também o temor de que se formasse uma barra, que poderia inviabilizar a saída. Havia ainda a possibilidade de o mar avançar:

- Serafim<sup>34</sup>: *“Da Caixa d’água pra cá, o mar comeu tudo. Tinha quatro ruas pra dentro. O pessoal que perdeu casa era de Campos. O mar lambeu tudinho. Morei em barraca até ganhar uma casa do governo. A ilha era muito grande. Pra ir pra praia andava uns 400 metros. Muita duna de areia, sala [planta espinhosa encontrada na região]. O mar avançou quando o rio perdeu força. Depois que represaram a água, começou a comer. Teve muita sangria no rio [escavação de canais para irrigação ao longo do curso]. Tinha muito peixe. Maio, junho, dava muito robalo. Represaram muito o rio. O rio tinha água, hoje tem areia. Antigamente tinha peixe. Aí os cara do Ibama acha ruim tirá madeira [dos mangues]”*.

A fala de Serafim afirma a memória da ilha como um lugar *devorado* pelo mar, depois de o rio ter perdido força graças às intervenções ocorridas ao longo do seu curso. Não cabe aqui

<sup>31</sup> Santana, que morava próximo ao rio, em entrevista cedida em 2011: “Tem chovido bastante. Desce muita água de Minas, Muriaé. Mas o mar tá aceitando. A água vai embora.”

<sup>32</sup> Elialdo Bastos, presidente da colônia de pescadores, em entrevista cedida em julho de 2015: “O mar sempre avança, o rio tá fraco. A água não tem peso. O rio fica com três, quatro metros de profundidade. Em alguns pontos, só um. Os barcos não conseguem passar.”

<sup>33</sup> As águas do Paraíba costumam ser contrapostas às do mar por cores: água marrom (carregada de sedimentos) e água azul. O rompimento da referida barragem é descrito por uma outra cor. Ele fez descer pelo rio a água preta, ou maré preta, referência à contaminação produzida pelos produtos químicos, que ainda produziu grande mortandade de peixes.

<sup>34</sup> Ver nota 2.

julgar essas afirmações por parâmetros geomorfológicos, verificando se suas explicações são confirmadas ou não pelas pesquisas científicas. O que desejo ressaltar é o modo como os pescadores articulam sentido a partir de suas experiências: eles apresentam o pontal e a ilha como um ponto onde as tensões entre as forças do rio e do mar se encontram. Um equilíbrio instável se constitui, que ora pende para um lado, como quando o mar “*aceita*” a água do rio, ora pende para outro, o que por sua vez altera aspectos importantes do ambiente que irão influenciar na pesca: a profundidade do leito do Paraíba, a turbidez da água em função dos sedimentos fluviais, o potencial erosivo do mar.

A leitura que Serafim faz do que os pescadores chamam de “*avanço do mar*” é interessante, pois articula o ambiente local a um contexto espacial mais amplo, o da bacia hidrográfica. Além disso, ainda faz um questionamento sobre a política ambiental, pois se são permitidas as “*sangrias*” no rio, e tantas outras intervenções que alteram expressivamente sua dinâmica hidroecológica, por que as ações de preservação incidem, em sua visão, somente sobre os pescadores que coletam madeira no mangue? Diante do rio sangrado, seu lamento é por não ver o Paraíba sangrado, como antes, pelos barcos, que têm mais risco de atolar durante as estiagens em seus bancos de areia. Com a força do mar que *come, devora* a ilha, o pontal e as casas, sobrevêm dois choques.

O primeiro diz respeito à perda da casa em si, uma perda amenizada pelo tempo e por laços de solidariedade ou por programas de assistência (tratados a seguir). Cheguei a entrevistar muitos moradores que eram vizinhos de dunas que já bloqueavam parte da passagem, mas que mesmo assim não decidiam sair. A insistência em ficar pode ser remetida a diversas posturas: os vínculos com o local de moradia, a tentativa de evitar uma mudança sem necessidade e até mesmo o conhecimento sobre as flutuações do processo, que fazia o mar avançar e logo em seguida recuar. A insistência em permanecer produziu situações narradas com dramaticidade. Moradores que acordaram com o grito dos vizinhos, que os alertavam sobre a invasão das casas pelo mar, e que quando saíram da cama já mergulharam os pés na água. Os detalhes como casos semelhantes eram relatados me parece indicar a carga emocional envolvida: em plena noite, um pescador se dar conta de estar rodeado de água produz uma imagem demasiado semelhante à invasão dos barcos pela água, uma imagem estranha que mistura mar e terra firme, como se um temido naufrágio no mar pudesse ocorrer dentro de casa. Uma propriedade que esse primeiro choque parece adquirir é a sua reverberação: todos conheciam um parente próximo ou amigo que tenha passado por ele. Alguns reproduziam a história ouvida dos pais, mesmo tendo se mudado ainda crianças da ilha.

Um segundo choque se liga aos encaminhamentos que tiveram que ser feitos após a perda das casas. Soluções provisórias envolveram morar na casa de parentes. Uma rede de apoio se estabeleceu entre os próprios moradores, que participavam de mutirões para construir novas residências. Foi relatado que a prefeitura de São João da Barra e governo do estado ofereceram auxílio na construção de novas habitações, inclusive na implantação de um conjunto habitacional para realojar as famílias cujas casas haviam sido destruídas. Além disso, alguns moradores receberam um auxílio financeiro para o pagamento de aluguel de imóveis.

Para os que conseguiram uma nova casa própria, a vivência de habitar fora da ilha era marcada pela maior comodidade possibilitada pelo acesso à infraestrutura, anteriormente descrito, porém sugere também a diluição ou esgarçamento de antigos vínculos sociais e familiares. Estar em casa na ilha implicava a proximidade constante de pessoas conhecidas e familiares e nunca se estar entre estranhos. Como cada morador teve que lidar com diferentes restrições de recursos e com a disponibilidade de terrenos e imóveis em Atafona, o núcleo mais coeso da ilha foi pulverizado, e antigos vizinhos e parentes moram hoje relativamente distantes entre si. Mesmo para quem conseguiu comprar ou construir um novo imóvel, estar em casa não tem o mesmo significado de antes.

Não foi para todos que a questão da moradia foi resolvida. Alguns ainda se queixam em ter de comprometer parte da renda com o pagamento do aluguel. Parte dos imóveis se localiza em pontos mais distantes do mar e do rio, além de serem descritos como violentos: Carrapicho, Coreia e Vila Esperança. Esse último local, pela quantidade de ex-moradores da ilha que para lá se transferiu, e por algumas características geográficas importantes, receberá atenção especial.

### **2.3 Tempos e ritmos na Vila Esperança**

A erosão na Ilha e no Pontal ocorreu em dois estratos, tanto no geológico como no social. Ela levou embora sedimentos e também uma matéria menos palpável, a proximidade cotidiana e os laços afetivos – a convivência. O processo estabeleceu um reordenamento da disposição espacial das casas e das atividades econômicas dos antigos moradores das residências afetadas, o que impôs algumas dificuldades à manutenção daquelas relações.

O lugar em que pude observar mais claramente as novas tensões foi a Vila Esperança. A localidade, distante a poucos minutos de caminhada do Pontal, fica um pouco mais distante



do mar e é cortada pela estrada que liga Atafona ao centro de São João da Barra. O motivo para ter direcionado as entrevistas também para a Vila se liga ao fato de para lá ter se dirigido uma parte importante dos pescadores que antes moravam na ilha. Esperava que essa outra frente me pusesse em contato com moradores cujas trajetórias da Ilha para a Vila oferecessem pistas sobre as mudanças ocasionadas pelo reordenamento alavancado pelo processo erosivo.

A preferência pela mudança para a Vila Esperança foi indicada em muitas entrevistas de pescadores da *Baixada*, que também foi afetada pela erosão, embora ainda seja até hoje um pequeno núcleo de casas de pescadores. A *Baixada* possui um padrão de habitação mais semelhante ao da ilha: as casas ficavam próximas da água. O final da rua principal conduzia ao rio Paraíba do Sul e de lá era fácil observar o encontro com as águas do mar. Em vários trechos a margem do rio é usada como atracadouro para as embarcações. Lá se localizam também uma fábrica de gelo, carpintarias que trabalham na construção e reparo de barcos e pequenas bancas de trabalho que fazem a evisceração dos peixes para venda no próprio local. Essa reunião de atividades mostra como o cotidiano da *Baixada* é demarcado pela pesca.



*Imagem 2.5 – Mapa Baixada e Vila Esperança*

Logo ao chegar à Vila Esperança, a mesma impressão começa a se delinear. A praça do bairro é margeada por um braço de rio e sua beira também é usada como um pequeno porto. A

sucessão de barcos pintados de cores vibrantes, balançando com o movimento da água, sugeria que, mesmo tendo perdido aquele contato mais imediato com o mar, a pesca continuava a ser praticada entre os moradores do bairro. Esse canal constitui um aspecto do interesse dos pescadores pelo local. Mesmo constituindo a praça um ponto mais recuado em relação ao mar e ao Paraíba, é possível uma conexão fácil com os pontos de pesca: o riacho permite uma ligação rápida até o Paraíba e dele para o mar.

A despeito da manutenção do vínculo com a atividade pesqueira, existem algumas diferenças sensíveis. O isolamento com o qual estavam habituados na ilha não existe mais: as conexões com a sede do município são facilitadas pela proximidade física (é viável ir a pé ou de bicicleta, além de ser comum o uso de motos), e ônibus e veículos menores fazem o trajeto para o centro, além de para outros distritos de São João da Barra, assim como para Campos. Era comum a queixa de que, vivendo na ilha, para ter acesso a qualquer serviço mais especializado, era necessário vir até Atafona. O conforto de não precisar mais se deslocar tanto para resolver assuntos cotidianos é mencionado com frequência como aspecto positivo.

A mudança para a Vila traz um outro efeito, indesejado. Por ser atravessado por uma estrada, é difícil de se ter o mesmo controle de antes sobre quem passa. Enquanto que na ilha todos se conheciam e a presença de pessoas de fora se dava em ocasiões muito específicas, como nas festividades, a passagem contínua de pessoas e o tráfego de veículos aumentam a sensação de insegurança. Os roubos de materiais de pesca, como redes, motores e combustível passaram a ocorrer com certa frequência. Os moradores afirmam que é mais fácil o material roubado ser transportado, já que pelo bairro passa a estrada, o que fez surgir o hábito de proteger os materiais com correntes e cadeados, na tentativa de dificultar os roubos.

A mesma estrada corta o riacho perpendicularmente, mas seu fluxo não é interrompido, pois ele é canalizado por um duto que passa debaixo dela até o outro lado, seguindo para a praça. Isso evita que a água seja represada pela estrada, porém impossibilita a passagem dos barcos de um lado para o outro da Vila. Assim, as embarcações ficam atracadas na praça e os pescadores devem caminhar até lá, por vezes carregando os fardos de redes e outros apetrechos, para aí sim iniciar a pescaria. Diante da ocorrência dos roubos, essa distância entre as casas e os barcos é apresentada como um problema. Antes, um pescador e seus vizinhos vigiavam os barcos uns dos outros. Com o distanciamento entre as casas e os barcos, esse controle se torna mais difícil:

- Serafim<sup>35</sup>: “O valão tem vezes que fica raso. Tem que esperar a maré subir de novo. Não tem mais tranquilidade. Roubam coisa para comprar droga. É melhor nem falar. Na ilha tinha mais liberdade. Eles arreventam cadeado. Levam motor, rede. Aqui vai acabar o sossego. Na Ilha podia dormir de porta aberta. Andava qualquer hora da noite. Agora aqui a polícia aborda as pessoas, com o fuzil com pra fora [da viatura]”

### Vila Esperança no distrito de Atafona

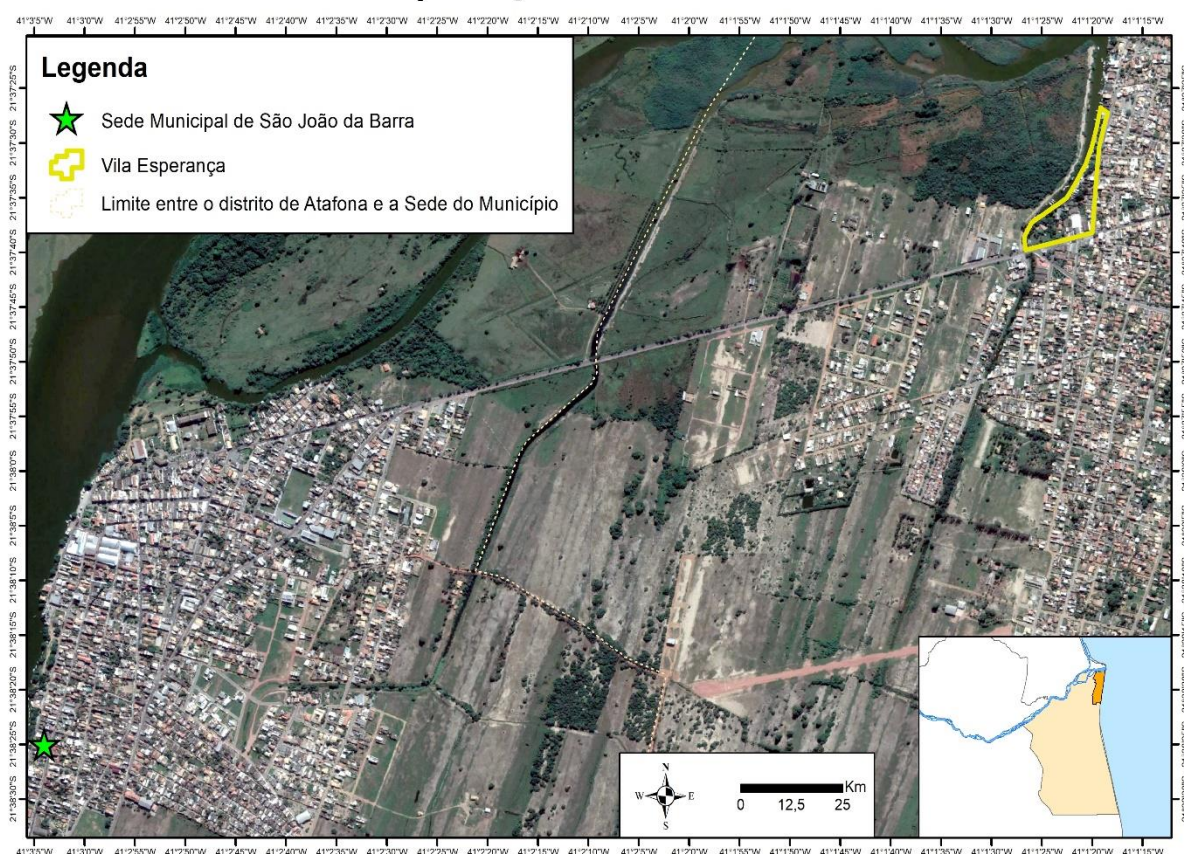


Imagem 2.6 – Mapa Vila Esperança no distrito de Atafona

É interessante recordar que a ilha era descrita como um lugar onde os pescadores tinham que lidar com muitas restrições decorrentes da escassa infraestrutura e oferta de serviços, o que em tese pôde encontrar uma solução com a mudança para o continente. Só que, ao mesmo tempo, pesa a dificuldade de restabelecer os vínculos entre os moradores e a presença de “pessoas estranhas” no tecido social antes coeso dos moradores da ilha. Isso se soma a outro transtorno, também descrito acima, causado pelo fato de o riacho que corta Vila Esperança,

<sup>35</sup> Ver nota 2.

mesmo sendo uma ligação importante com o Paraíba, possuir um caudal muito reduzido, o que dificulta a navegação por ele e aumenta o risco de encalhe.

A vila, mesmo dotada de melhor infraestrutura urbana, aparece como um lugar “sem liberdade”, no sentido do aumento do temor quanto à violência, estimulando mudanças microscópicas nos hábitos cotidianos dos moradores, o que fica patente na fala de:

- Lindalva<sup>36</sup>: “*Se tivesse opção voltaria para a Ilha. Lá era mais tranquilo, mais seguro, o único problema é que tinha que vir todo dia pra Atafona pra tudo. Agora aqui não dá mais pra ficar até tarde sentada com o banco na porta de casa. Você sabe do que estou falando, né?*”.

Todas essas comparações entre a vida na Ilha e na Vila sugerem que o momento da mudança e as condições encontradas depois dela constituem marcadores temporais importantes. Na fala dos pescadores há um *antes* que se refere a um momento bem específico recuado na memória: é o antes em que muitos deles viviam na Convivência, um quadro contra o qual a vida na Vila Esperança é contraposta e ganha sentidos particulares. As características ganham relevo através das comparações: a Vila é mais dinâmica e bem estruturada, embora mais violenta, quente, sem árvores. A ilha era isolada e devorada pelo mar, porém nela os laços sociais eram mais firmes, nela a observação das condições de navegação era facilitada pela proximidade mais imediata com o rio e o mar.

Havia aqueles que ainda nutriam fortes afetos em relação à ilha, como Lindalva, 66 anos, que nascera por lá: “*Não quero nem olhar, tem uns quatro anos que eu não vou, não vou nem à beira do rio.*” Esse era um sentimento que a orientava a sequer direcionar seu olhar para a Convivência. Havia outros que enfatizavam mais as possibilidades abertas pela inserção da Vila em uma rede de transporte e de energia mais adequados às suas necessidades, embora as dificuldades quanto ao aumento da insegurança e das condições nem sempre adequadas de navegação no riacho não deixassem de ser sublinhadas.

Acredito que esses pares de oposição possam ser sintetizados na imagem das duas localidades como *anfíbias*. Sendo terrenos firmes para a construção das casas e ao mesmo tempo estando perto da água, tanto a Ilha quanto a Vila constituem um paralelismo geográfico às trajetórias e envolvimento dos pescadores com o ambiente, em suas vidas divididas entre terra e água, nas quais a passagem ágil de um ambiente ao outro é valorizada.

Esse caráter anfíbio possui uma outra camada no caso da Vila Esperança. Já foi dito que a escolha dessa localidade se deve ao fato de ela oportunizar um contato com o Paraíba e o mar.

---

<sup>36</sup> Pescadora de 66 anos, nascida na Ilha da Convivência. Mora há 40 anos em Atafona. Entrevista cedida em agosto de 2016.

É como se os pescadores buscassem uma vinculação às condições que encontravam na ilha, fazendo da Vila um espaço com estrutura para presentificar o que deixaram para trás. Na Vila tentou-se reproduzir essa temporalidade do *antes*, ligada ao ritmos específicos e demandas da atividade pesqueira: a necessidade de estar próximo da água e das embarcações, espaços abertos para o remendo das redes, acesso a estruturas para reparos de barcos, condições para observação das condições de navegação, para saída para a pescaria e desembarque do pescado. Juntam-se a essa temporalidade os ritmos associados à inserção em um contexto de moradia marcado pelos agenciamentos da vida urbana, que não era tão acessível na ilha.

A Vila Esperança possui uma outra duplicidade: ela se coloca entre a terra e a água, mas também entre a presentificação do *antes* da vida na Ilha e a vivência dos ritmos da cidade. A trajetória dessa mudança para o continente cruza uma tentativa de manter os vínculos entre o mundo da pesca e a adaptação aos ritmos da vida urbana, associados à quebra do antigo isolamento. Se, conforme indicado por Adomilli (2007), a realização da pesca depende de um conjunto de prognósticos sobre as condições de navegação e possibilidades de captura dos peixes, estar perto da água se converte em uma condição para a boa execução da atividade:

Morar na praia significa, para estes pescadores, estar em melhores condições de seguir o ritmo das incursões diárias na lagoa em busca de peixe. Tais condições dizem respeito a uma interação com a beira da praia, de onde analisam o regime de ventos e a correnteza, através de um sistema de prognósticos. Dessa forma, determinam se haverá ou não pescaria. (ADOMILLI, 2007, p.55)

Do ponto de vista de acesso a serviços e bens, a Vila conta com melhores condições para a inserção dos moradores no quadro das relações econômicas do município. Do ponto de vista da prática da pesca, o pequeno caudal do riacho bem como seu assoreamento diminuem a agilidade com que as tarefas se dão quando comparadas às condições nas quais se dava a pesca na Ilha, no que pesa também o distanciamento entre as casas e a praça onde os barcos ficam atracados.

Frente ao tempo de antes, que é atualizado com negociações e adaptações que devem fazer face a condições por vezes adversas, a Vila abre a possibilidade de inserção de outros ritmos no cotidiano dos pescadores. A organização mais geral do tempo da pesca divide o ano entre verão, o tempo de *calmaria*, em que as condições de navegação são mais favoráveis e o tempo de permanência no mar pode ser maior, e o inverno, tempo de mar agitado. Dentro desse calendário anual mais abrangente, as variações das condições atmosféricas e hidrológicas recebem atenção pois podem criar momentos favoráveis dentro da época de mar agitado, ou pode, pelo contrário, criar momentos desfavoráveis em épocas de mar calmo.

Essa temporalidade da pesca é bem ilustrativa de como o vínculo aos ritmos de organização tradicionais é mantido, embora com outros agenciamentos ligados ao melhor acesso a recursos técnicos e infraestrutura urbana. No passado, a capacidade de fazer previsões meteorológicas a partir da imersão sensível na paisagem contava no conjunto de habilidades que formavam a perícia na lide com pesca. Hoje, através do uso dos rádios ou até do acesso à televisão, os pescadores acompanham as previsões e se organizam em função delas. Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, difundiu-se o uso de motores nas embarcações, o que não só aumenta sua velocidade, como também permite que se vá para mais longe da costa e para outras regiões litorâneas a sul e a norte. Com os motores maiores e mais potentes, as próprias embarcações mudam: tornam-se elas também maiores, aumentando a capacidade de carga tanto para os peixes quanto para as redes e outros materiais usados na sua captura e o gelo usado em sua conservação.

A introdução dos motores mais potentes não se fez somente no sentido de aumentar a eficiência da atividade pesqueira. A técnica engendra novos ritmos na relação com o ambiente e cria demandas a partir dos resultados que ajudou a obter. O uso do gelo e dos barcos a motor desobriga os pescadores do trabalho de salgar o peixe e remar, mas cria outras exigências, devido a uma maior monetarização da atividade. Deve-se pescar o suficiente, e o peixe deve estar com um preço favorável em função das despesas que o uso dessas novas técnicas gera, o pagamento do óleo diesel e do gelo, para só então dividir os excedentes entre a tripulação.

Esse é o outro lado do aumento da comodidade ou da eficiência associado à incorporação das novas técnicas, que se cruzam com a própria vida na Vila Esperança: há energia, água encanada, mais conforto de maneira geral, mas um conforto pelo qual se deve pagar. O modo como essas dificuldades eram narradas evocava novamente a contraposição com a Convivência: lá a vida era mais “*descansada*”, gastava-se menos. A introdução de recursos modernos na pesca muda o modo como se dá o envolvimento dos pescadores com as embarcações. Elas permitem mais: navegar para mais longe, carregar mais peso. Porém, suas demandas também se multiplicam, representam uma pressão monetária importante que é sempre levada em conta para avaliar os ganhos e decidir quando vale a pena ou não sair para a pescaria, uma avaliação em que pesa a observação das condições para a navegação, mas que também é inclusa em um cálculo econômico.

Uma boa pescaria é, assim, apreciada de modo distinto. Ela não se refere a uma abundância de peixe, mas sim parte de um equacionamento que relaciona o preço do diesel, o tempo de permanência no mar, o preço do peixe e a divisão dos excedentes entre o proprietário da embarcação e a tripulação. Os instrumentos de trabalho não são meros corpos inertes que se

manejam como se bem entende: eles produzem suas demandas próprias, como ferramentas que mudam a natureza dos gestos de quem as utiliza. As mudanças ocorridas nos barcos induzem a mudanças importantes na organização do trabalho, na relação com os recursos pesqueiros e com a paisagem. As distâncias e as condições adversas de navegação são vencidas com mais facilidade, porém exigem uma coordenação mais precisa entre os prognósticos acerca da captura dos peixes e os custos envolvidos na saída para o mar.

Além da introdução dessas novas técnicas, um outro aspecto que altera as temporalidades da pesca é a política ambiental, sobretudo na figura dos períodos de defeso. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o defeso

é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes. (MMA, 2016)

Durante esse período, os pescadores cadastrados recebem o seguro-defeso, que visa a complementar sua renda enquanto a pesca sofre interrupção. O calendário do defeso se sobrepõe ao do tempo habitual da pesca, entre verão e inverno, compreendendo o defeso de 4 meses no rio, de dezembro a março, e o defeso no mar, que vai de março a maio. O modo como eles se referem a esses períodos, como “o rio está fechado” ou “o mar está fechado” revela o peso dessas restrições. Estar na Vila Esperança implica também uma maior facilidade de os pescadores serem fiscalizados.

Os relatos falam do aumento do número de multas aplicadas, de apreensões de equipamentos e barcos e até mesmo de prisões. A aplicação das medidas legais associada ao descumprimento do defeso é interpretada em um quadro ambiental mais amplo. Conhecendo bem a desembocadura do rio e o alto-mar, os pescadores são conscientes dos efeitos da poluição e das intervenções realizadas na bacia hidrográfica, bem como dos efeitos da exploração de petróleo na plataforma continental. Seus questionamentos dão a entender que, por serem “gente pequena”, a fiscalização é mais rígida perante as faltas que cometem. Eles não deixam de sugerir uma ironia que enxergam nessa situação, pois a degradação do ambiente e a diminuição das populações de peixes têm causas mais amplas do que a mera sobrepesca da qual são por vezes acusados de praticar.

Um último aspecto da inserção dos pescadores nesse novo contexto urbano é o interesse por outras atividades profissionais, cuja obtenção o acesso a outras áreas do município facilita. A construção do porto impulsionou o mercado de trabalho da região, e se tornou comum que pescadores fossem trabalhar no Açú. O interesse pelos empregos no porto gira em torno da



possibilidade de ganhar um salário fixo, mesmo que maior parte dos postos de trabalho criados tenha sido de caráter temporário. De fato, com a crise do grupo de empresas responsáveis pela implementação do porto e com os atrasos para o início de sua operação, a quantidade de empregos diminuiu. Diante disso, a alternativa foi o retorno para a pesca. É notória a diferença que demarcam ao usar a palavra “emprego” nesse caso, associada a uma outra inserção no universo do trabalho, marcada por uma impessoalidade e por um tempo mais repetitivo, mecânico.

Em vista da crescente monetarização a que estão sujeitos, inclusive para adquirir os insumos que passaram a ser necessários para a pesca (motores, rádios, óleo diesel), os empregos foram vistos como atraentes. Os salários constituem uma certeza - o ganho pelo trabalho não depende dos preços flutuantes do gelo, do óleo diesel e do peixe. Trabalha-se uma quantidade de tempo pré-determinada e o salário correspondente é recebido.

A apreciação acerca da inserção dos pescadores no trabalho formal revela algo dos parâmetros que mobilizam para falar sobre as atividades que desempenham no porto. Falam que trabalham no sol durante todo o dia, sem qualquer proteção. Além disso, queixam-se das hierarquias existentes enquanto trabalham na construção civil. É emblemático que essas sejam características quase opostas aos aspectos valorizados na pesca: trabalham imersos no vento, carregados pelas águas, onde é mais fresco e agradável, e, quando trabalham juntos com outras pessoas, elas são referidas como “camaradas”<sup>37</sup>. Isso sugere que, mesmo na condição de pedreiros, ocupação mais comum que conseguiram obter no porto, eles vivenciam o emprego em função de suas experiências com a pesca. Recebem o salário, porém perdem a aprazibilidade e o contato com os camaradas, convivência que também apresenta as suas tensões, mas não se traveste da impessoalidade que narram acerca das relações de trabalho no porto.

Os empregos anunciam um ritmo de trabalho muito distinto, mecânico. Dizem que pescador não gosta de “bater cartão”, sugerindo um ritmo de trabalho muito diferente daquele que a pesca proporciona: não há tempo fixo, repetitivo. Podem sair a qualquer instante ou serem obrigados a permanecer em terra a contragosto, podem ao mesmo tempo ficar dias sem estar no mar por conta de condições de navegação adversas ou permanecer nele por semanas para aproveitar ao máximo as condições favoráveis.

Outra observação recorrente acerca dos empregos obtidos no porto é a queixa de que os pescadores só conseguem os empregos com as piores remunerações e as piores condições de trabalho. Eles justificam essa situação pela baixa escolaridade que possuem. Mesmo com a

---

<sup>37</sup> A organização das pescarias a partir do modelo dos *camaradas* será especificada mais à frente.

oferta de cursos de profissionalização, que poderiam aumentar suas chances de uma inserção menos precária, o problema não se resolve, pois tais cursos exigem tempo e por vezes recursos dos quais os pescadores, sobretudo os que já constituíram família, não podem dispor.

Nesse universo de valores ligados ao trabalho, é comum que os pescadores falem uns dos outros tomando de empréstimo parâmetros ligados à perícia no trabalho com a pesca. Certos traços pessoais que fazem um bom pescador, como a predisposição ao trabalho, tenacidade (“não fazer corpo mole”), coragem (vivenciam-se situações extremas em alto-mar, tanto pelo trabalho extenuante quanto por conta de tempestades e risco de naufrágio) e solidariedade (“pescador sempre tá ajudando o outro”).

Deixar a pesca assume, em decorrência disso, uma outra conotação. Se na pesca eles têm maior autonomia, moldando seus papéis sociais na interação com os seus pares, a recorrência da figura do pescador “sem estudos” que vai trabalhar como pedreiro no porto aponta para uma dissolução desses papéis, como se lá eles fossem mais um número em uma massa amorfa de trabalhadores pobres e pouco instruídos, sujeitados a ordens estritas e ao controle dos empregadores. A imagem do empregado como alguém que “bate cartão” é muito distinta das imagens de liberdade que se reúnem na figura do pescador, que traça seus itinerários e ritmos de trabalho em conjunto com o rio, o mar, o vento e os seus camaradas. Talvez por isso a pesca nunca seja referida como “emprego”, pois ela remete a outros regimes de envolvimento muito distintos daqueles que os pescadores associam a um trabalho formal.

Ao longo do capítulo, foram reunidos relatos sobre os eventos que pontuam a vida dos pescadores e como se deram alguns desdobramentos. O aspecto que desejo reter de toda a narrativa apresentada, e que será desenvolvido mais à frente, é como a pesca e o conjunto de relações a ela associado são o viés pelo qual as mudanças vivenciadas adquirem sentido. No início da pesquisa acreditava que a perda das casas seria uma pista importante para entender como as transformações do ambiente afetavam os pescadores. Fui levado aos poucos a pensar que o que imaginava como sendo suas casas não terminava nas paredes ou nos telhados. Não era a perda da casa enquanto construção, enquanto um bem, que mais causava lamento, pois a reconstrução das mesmas não era em si um problema insolúvel. A questão era a perda da teia de relações em que essas casas se inseriam, essa sim de difícil reconstrução. Era como se as casas perdidas possuíssem uma propriedade relacional que pressupunha sua materialidade, mas ao mesmo tempo a transcendia.

Não foram só as casas enquanto construções materiais, mas enquanto ambientes propiciatórios de certas relações, possíveis em um determinado arranjo geográfico. Ter uma casa em outros pontos, mais afastados do mar ou sujeitas a outros obstáculos para a prática da

pesca, mudava a natureza do habitar para os pescadores. Os novos horizontes abertos com o reordenamento espacial alavancado pelo processo erosivo, a possibilidade de inserção em outras atividades laborais, a experiência de morar no Pontal ou na Vila Esperança: muitos sentidos criados a partir dessas experiências mobilizavam a vivência e o envolvimento com a pesca como parâmetro fundamental, sujeito, é claro, aos tensionamentos que essas novas situações impunham. Isso, como será aprofundado posteriormente, é um elemento crucial para compreender os efeitos da construção do porto para além da lógica dos “impactos ambientais”.

As obras e o início das atividades do porto produzem modificações sentidas pelos pescadores, só que esses efeitos não se dão somente em um ambiente restrito a suas propriedades físico-naturais, mas sim em um ambiente tal como ele se mostra a partir dos envolvimento com a pesca. A centralidade da prática da pesca no modo como se organizam as relações com o ambiente, no que chamo aqui de uma paisagem-para-os-pescadores, bem com a duplicidade dessa relação, que constitui os pescadores enquanto tais na medida e extensão do seu envolvimento com o mar, o rio, o vento e os peixes, serão discutidas mais à frente. Junto a essa discussão, tentarei reter dos relatos obtidos alguns que me permitiram repensar – ou ressensibilizar – o modo como um estudo sobre a emergência dessa paisagem pode abrir possibilidade de entendimento sobre as geografias que pontuam a existência dos pescadores.

### Capítulo 3 – Narrativas sobre Atafona em trajetórias biográficas

A construção do capítulo anterior se valeu em boa parte das regularidades na fala dos pescadores. Esse pode ser um modo de construir um retrato geral dos eventos marcantes e das experiências dos meus interlocutores durante a pesquisa, um modo que possui suas potencialidades, porém não deixa de apresentar seus riscos.

Multiplicar os pontos de vista através das entrevistas tem duas funções complementares. A primeira, explorada anteriormente, dá conta dos modos mais frequentes como os eventos cotidianos são articulados nos discursos e nas práticas dos interlocutores ao longo da pesquisa. Uma outra função, a ser explorada nessa sequência de relatos, vale-se do quadro geral que foi montado para conseguir identificar as trajetórias pessoais que despontam como relevantes para desvelar outros horizontes interpretativos.

Para além das regularidades de uma “fala média”, as dissonâncias que as trajetórias pessoais apresentam também são reveladoras do que se procura compreender através dessa investigação. Esse é um contraponto importante ao modo de construção do capítulo anterior. Ele recupera a importância das narrativas de trajetórias biográficas, pois falar de um indivíduo, mais do que representar qualquer foco excessivo em particularismos, é também falar sobre a sociedade, sobre um grupo no interior do qual essas trajetórias pessoais ganham e produzem sentido<sup>38</sup>. Tomando as paisagens pictóricas como imagens desse modo de construção, é como se a plena compreensão de um panorama passasse pelo recuo para uma posição distanciada, em que seu conjunto possa se apresentar como um todo, mas também passasse pelo avanço para uma posição mais próxima, que permite um cuidado na observação dos detalhes. Nessa dialética entre aproximação e distanciamento, o quadro social que se visa a compreender vai se desvelando, de perto e de longe.

Este capítulo se debruça sobre os mesmos temas e cenários até agora explorados, só que partindo das articulações feitas ao longo dos percursos biográficos que meus interlocutores compartilharam comigo. A exploração das trajetórias despertou atenção por possibilitar a emergência dos personagens por vezes esquecidos em narrativas baseadas nas regularidades,

---

<sup>38</sup> Uma maneira de proceder semelhante à indicada por Adomili (2007, p. 90): “Nas entrevistas e no desenvolvimento da etnografia em geral, trabalhei com as trajetórias individuais dos pescadores, mas procurando também elementos em comum para traçar uma história coletiva. Nessa perspectiva, a abordagem das trajetórias individuais, assim como a história do grupo como um todo, constitui-se em um recurso imprescindível para entender o contexto de significados, conflitos e ambiguidades existentes na organização social dos pescadores. Condição pautada na busca em apreender seus significados, padrões culturais e focos de ruptura quanto às relações de trabalho, representações da saúde, o jogo de papéis familiares e a relação com as instituições e códigos dominantes.”

personagens com quem conversei, nos olhos de quem olhei durante a interação, cujos gestos e inflexões de voz pude acompanhar. Os relatos apresentados a seguir visam também a dar conta dos modos como as relações de pesquisa se desdobraram, no intuito de contextualizar as narrativas nas condições em que ocorreu o trabalho de campo. Recorrendo novamente a uma ressonância metodológica da paisagem, se ela é um lance de vista parcial, um fragmento que a vista alcança, sua configuração pressupõe um olhar, um observador, cujo posicionamento e ações influenciarão a paisagem percebida. Remeter a esse posicionamento do pesquisador será aqui um recurso para contextualizar a pesquisa e tirar proveito das perturbações mútuas<sup>39</sup> produzidas, como um falar de si que lança novas camadas sobre a experiência de campo que se visa a evocar e a compreender.

### 3.1 Rosa-Branca sob a castanheira

Após concentrar as entrevistas na “*Baixada*”, em 2011, decidi abrir um segundo caminho para a pesquisa em campo, em que deveria conduzir entrevistas junto aos moradores de Vila Esperança. Comecei pela rua a montante do canal que ligava o bairro ao Paraíba do Sul. Não havia, nessa parte da Vila, qualquer polo que parecesse concentrar os encontros, em que se desse uma sociabilidade mais pública, como praça ou centro comercial, ao contrário do que ocorria no Pontal de Atafona, cujo planejamento urbano dotou a localidade de tais equipamentos, ou do outro lado da estrada, à jusante do canal, onde posteriormente realizei também aproximações. As ruas eram muito compridas e não arborizadas. A orientação segundo a qual foram construídas as expunha praticamente durante todo o dia à luz direta do sol. O calor tirava as pessoas das calçadas, dificultando uma aproximação “descompromissada” da minha parte, como acontecia na *Baixada*, onde sempre havia alguém conversando nas portas de casa e onde a permanência na rua era mais aprazível.

Na longa rua de paralelepípedos havia um pequeno oásis de sombra: uma castanheira que crescia ao lado do portão de uma das casas. Embaixo de sua copa ampla, uma mulher

---

<sup>39</sup> Valho-me aqui das contribuições do etnólogo e psicólogo Georges Devereux (1980), que em sua análise forneceu um rico espectro de reações e perturbações mútuas entre o pesquisador e seus interlocutores, fosse durante a realização de psicoterapia ou através de situações vivenciadas durante pesquisas etnográficas. O autor contribui para refinar o senso de observação ao indicar os inúmeros pontos de tensionamento entre o pesquisador e seus interlocutores. Isso se dá não no sentido de considerar tais tensionamentos como obstáculos à investigação, mas como aspectos inerentes à pesquisa, que podem ser alvo de reflexão e que ajudam a desvelar novos aspectos das situações vivenciadas.

remendava as redes. Ela as amarrava no tronco da castanheira e trançava os fios de náilon nos pontos onde a trama fora rompida, usando para isso a “*agulha*”, pequena peça de plástico da qual o náilon era desenrolado à medida que o trançado da rede era refeito, como se a “*agulha*” de rede fosse simultaneamente agulha e carretel. Uma pequena faca era usada para liberar o fio, quando o remendo era concluído, e para que assim se pudesse continuar com o trabalho em outros trechos danificados. Havia também um pedaço de tronco na calçada, que servia de banco para quem passava. Como logo vim a perceber, aquela sombra solitária era muito valorizada. Muitos dos que passavam se deixavam ficar um pouco, para descansar e sobretudo conversar. Acabei sendo um dos que se detiveram por ali.

Quando ia à Vila Esperança, permanecia boa parte do tempo nessa calçada. Essa revelou ser uma boa estratégia de aproximação: as conversas na calçada com Rosa tinham uma composição flutuante. Sua recepção, desde o início, foi calorosa e logo percebi como conversar com ela me colocava em contato com os que passavam e se deixavam ficar para trocar umas palavras. Era como se não precisasse negociar tanto assim minha presença. Fui incluso no circuito de fofocas. As pessoas vinham até a calçada para contar os acontecimentos de todos os dias, pois a aceitação de Rosa da minha presença acabava se convertendo na aceitação da minha presença também pelos outros. Além disso, tendo conversado longamente com ela durante meus primeiros dias na Vila Esperança, ela demonstrava uma compreensão do valor que aquelas conversas tinham para mim. Expliquei que realizava uma pesquisa, que precisava fazer algumas entrevistas que iriam compor uma tese. Ter comentado que era professor talvez tenha ajudado. Rosa tinha uma filha da minha idade, que cursava odontologia. Senti que estar ali, como que em um “trabalho para a faculdade”, era um espelhamento dos esforços que a filha fazia, e pode ter contribuído para neutralizar um pouco das desconfianças que pairam sobre um desconhecido.

O contato com Rosa adquiriu ramificações quando ela passou a orientar alguns encontros, apresentando-me para seus vizinhos. Durante a conversa ela indicava entre os transeuntes quem já tinha sido morador da Ilha ou do Pontal, o que me ajudou a dar conta de como a Vila de fato reunia antigos moradores dessas duas localidades. Foi através dela que conheci alguns dos moradores mais antigos de ambos lugares.

Para além desses ganhos oriundos da colaboração de Rosa na minha inserção em campo, houve também os ganhos de conhecer sua própria trajetória. Em nossas primeiras conversas, descobri que havia morado na Ilha durante a infância e a adolescência. Na época em que nos conhecemos ela tinha quarenta e um anos, tendo permanecido na ilha até os dezoito. Depois da saída da ilha, inicialmente morou no Pontal, onde permaneceu por nove anos, e em seguida foi

para a Vila Esperança. O relato inicial de seu percurso foi pontuado pelas dificuldades. A mudança ocorreu depois do seu casamento, quando sua filha mais nova adoecera. A travessia do rio em direção ao Pontal era feita de barco a remo, já que o uso de motores ainda não era muito difundido. Fazê-la junto com uma criança doente, sobretudo quando o rio estava cheio, era difícil. Nessa época Rosa já havia perdido um filho, por conta do difícil acesso a tratamento médico. Até então sabia que esse era um problema frequentemente comentado quando se falava da ilha, só que saber desse filho morto era um retrato mais tocante dessa situação. O risco a que estavam submetidos por conta da distância de qualquer assistência médica motivou a decisão de deixar a ilha. É emblemático que esses relatos tenham sido feitos de forma espontânea, mas, quando perguntei diretamente sobre a ilha, as memórias evocadas foram alegres:

- *Como era na Convivência?*

- *Rosa: “Tinha festa, tinha circo. Era como daqui [da Vila] até a Caixa d’água. Era grandão, muito grande demais. Aí o mar foi invadindo.”*

As memórias de Rosa cruzavam as antigas dimensões que a ilha possuía com o tamanho de sua antiga população e com a sociabilidade que se tecia por lá. Sua família relutou em deixar essa convivência. Eles tiveram a casa destruída pelo avanço do mar e compraram uma outra mais recuada, de uma outra família que já havia partido. Isso se deu ainda duas vezes, tendo morado ao todo em três casas diferentes na ilha. Assim, Rosa partiu somente no final dos anos 1980, quando o processo de esvaziamento da ilha já estava avançado. Nessa época já se sentia o esgarçamento das relações sociais que a erosão da ilha ajudava a desencadear:

- *Rosa: “para tudo tinha que atravessar. Quando a Convivência era grande, tinha tudo pra comprar. Quando o mar começou a comer, só tinha o básico.”*

Apesar disso, os afetos que as memórias da vida na ilha mobilizavam eram latentes. Rosa falava que, mesmo diante da *invasão* do mar, teria permanecido mais tempo caso não fosse o adoecimento da filha. Sua fala entrecruzava a descrição das dificuldades que as limitações de infraestrutura da ilha impunham com suas vinculações afetivas com aquela época, mais difíceis de serem devoradas pelo mar:

- *Rosa: “Gostava de viver na Convivência. Tudo era sacrifício. Lá só tinha até a quarta série. Casei com quinze anos. E depois vim pra Atafona. Gostava de morar lá. Tinha tristeza, mas tinha alegria também.”*

Essa atitude diante da vida na ilha nem sempre encontrava eco entre seus antigos moradores. Como muitas de nossas conversas aconteciam junto com outras pessoas que passavam pela rua e se detinham um pouco embaixo da castanheira, suas falas eram interrompidas por outros comentários sobre os assuntos discutidos. Um dia, em que Rosa falava

que se pudesse voltaria a morar na ilha, as reações foram de contrariedade, ou até de uma censura jocosa (“*you are crazy, Rosinha!*”). Tenho falado sobre como a paisagem é suporte de memória, porém essas pequenas censuras mostravam que serviam também como um suporte de esquecimento. Falar com apreço da ilha de alguma maneira negava um avanço que a maioria considerava ter obtido com a mudança para a Vila.

Esse modo de comunicação formava um contraste com as dificuldades para avançar durante as entrevistas com os pescadores em relação a certos temas. A pesca é sobretudo um envolvimento prático com o ambiente, os peixes e os camaradas, que não necessariamente pode ser evocada através de um discurso estruturado de regras sobre o que deve ser feito. Acessar essas experiências por meio das palavras produzia certas resistências. Frente a essa relativa escassez de palavras com riquezas de gestos que a pesca é, as falas de Rosa atualizavam um vínculo não mais possível de ser vivido, a não ser pela memória. Quando as pequenas censuras aconteciam, a precisão dos relatos de Rosa ganhava novo sentido. Sentia que constituíam uma fala importante para ela, mas que não podiam ser enunciados com tranquilidade, sem provocar aquelas brincadeiras ou desacordos entre os seus pares. Nessa outra escuta, durante as entrevistas, os detalhes microscópicos que diziam tanto sobre a vida na ilha podiam emergir:

- Rosa: “*Na ilha só tinha lampião a querosene, a tv era a bateria. Quem tinha um pouco mais de posse tinha lampião a gás. Assistia televisão na casa dos vizinhos, e mesmo assim tinha que desligar no comercial, pra não gastar tanto.*”

Após a saída da ilha, começou a adaptação ao Pontal, onde Rosa narrou acontecer tanto enchentes de mar quanto de rio, já que a *Baixada*, localidade onde morava, ficava próxima ao rio e ainda sujeita a avanços do mar. Logo após a mudança, uma diferença que se destacou foi a distância dos amigos e parentes. Os laços construídos na ilha tiveram que se reorganizar nas condições encontradas na *Baixada*, e depois, com sua mudança para Vila Esperança. “*Se virar sozinha*”, enquanto esses laços não foram recompostos ou substituídos por outros, fez parte desse processo de adaptação, até chegar a uma situação em que “*todos se ajudam*”. Não era qualquer estrutura de que o bairro dispusesse ou a recriação desses laços comunitários que era o maior motivo de satisfação de Rosa. Ela se dizia “rica” pelo o que pôde proporcionar à filha, que teve melhores condições de seguir com os estudos e cursava o ensino superior (“*Quando uma filha de pescador vai fazer faculdade?*”). Essa valorização dos estudos aparecia diversas vezes. Era apontada inclusive como fator determinante para que os pescadores não tirassem muito proveito das oportunidades que enxergavam na construção do porto.

De todas as pessoas que conheci através da mediação de Rosa, Branca foi a que mais esteve presente. As duas eram vizinhas e amigas. Branca também morara na ilha e também



nutria por ela boas recordações. Dizia: “*Se eu parar pra pensar lembro de tudo direitinho*”. Desde o início foi enfática: “*sou filha de pescador, esposa de pescador, mãe de pescador e sou pescadora também.*”<sup>40</sup> O vínculo com a pesca tão orgulhosamente proclamado contrastava com as dificuldades que a Vila interpunha à atividade. Falava sobre como alguns pescadores passaram a desempenhar outros trabalhos:

*“Tem muita gente que trabalha com a pesca aqui. Mas tem gente que trabalha em casa de família também, tomando conta da casa. Tem gente que tá cansado de tá lá e cá, de ter que ficar carregando rede.”*

O *lá e cá* de sua fala se refere aos dois lados do bairro, unidos pelo canal que conduzia ao Paraíba do Sul, porém cortados pela estrada que conduzia à sede do município. O orgulho com que tanto ela quanto Rosa falavam da pesca guiava muito de suas leituras sobre os desdobramentos decorrentes da construção do porto, embora suas atitudes guardassem algo de diferente em relação àquelas dos pescadores, cujas falas apresentavam um componente de afirmação muito forte, como ficará mais claro nos relatos que se seguirão. Em todo o caso, esse orgulho de falar sobre a pesca e se identificar como pescador estava presente com frequência. Ao realizar entrevistas com outros setores da população local, era interesse notar o contraste com os outros juízos que se projetavam nos pescadores. Esse orgulho era o reverso de alguns estigmas, que os associavam à preguiça, ou até mesmo à dependência química e à prática de pequenos delitos. Isso tinha expressão até em um conflito toponímico: os pescadores chamavam a área do Pontal onde habitavam de “*Baixada*”, enquanto era comum os veranistas que

---

<sup>40</sup> Essa maneira algo ambígua de declarar o vínculo com a pesca é ilustrativa de uma tensão que perpassa a participação das mulheres nesse universo social. Em fóruns de debates e de mobilização política esse é um tópico recorrente: o modo como a restrição da atividade da pesca à mera captura do peixe empobrece a pluralidade de atividades envolvidas, bem como contribui para ocultar os papéis que nelas assumem as mulheres. Segundo Alencar (2013, p. 35): “persistem algumas ideologias de gênero (MOORE, 1988) nos critérios utilizados para avaliar a forma de participação das mulheres no processo de produção pesqueira [...] Ainda são consideradas como pesca as atividades de captura do peixe realizadas em determinados espaços, com o investimento de certa quantidade de tempo de trabalho e com capacidade de geração de renda. A persistência desse conceito pelos elaboradores de políticas públicas, e também por parceiros de trabalho, reforça a desvalorização e a invisibilidade do trabalho das mulheres, que, não sendo reconhecidas como pescadoras, não podem ter acesso a políticas de seguridade social, tais como a aposentadoria, o salário-maternidade ou seguro de acidente de trabalho, e a políticas compensatórias, como o seguro defeso (SCHERER, 2010). Para alterar esta percepção é necessário repensar o valor social atribuído aos diferentes tipos de atividades, de modo a compreender porque algumas são consideradas mais importantes que outras. A mudança deve começar com o emprego do termo pesca, que deve ser usado para aludir a todas as atividades que compõem o complexo sistema de produção econômico pesqueiro, que ocorrem tanto nas áreas costeiras quanto nas águas interiores (rios e lagos) da Amazônia. Embora a mulher não realize atividades de captura com a mesma frequência que o homem, no mar, nos rios ou nos lagos, ela participa cotidianamente de outras etapas do processo da produção pesqueira, essenciais para toda cadeia produtiva da pesca, atuando na condição de ‘tripulação de terra’ (SILK, 1994).” Discorrendo sobre a busca por reconhecimento das mulheres nesse contexto de trabalho, Ferreira (2013, p.75) ressalta que “O trabalho das pescadoras artesanais possui caráter inconstante e variado, muitas vezes voltado para o consumo familiar e não apresenta retorno monetário, assim, não conseguem visibilidade social, apesar de o Ministério da Pesca e Aquicultura informar que metade da produção pesqueira é realizada pelas pescadoras (MANESCHY, 1997).”

moravam por perto se referirem ao mesmo local como *Favela do Sapo*, com toda a semântica negativa que geralmente acompanha o termo “favela”. Foi Branca a primeira a me alertar sobre o incômodo que essa designação provocava.

Era comum as entrevistas assumirem uma composição tríplice, de Rosa, Branca e eu, conversando sob a sombra da castanheira, em que cada fala alimentava a outra. Gostaria de destacar algumas falas a partir das quais se pode delinear suas atitudes frente à implantação do porto no Açú, tema recorrente ao longo de nossa interação. O assunto acabou surgindo espontaneamente: um dia, pelo rádio que Rosa sempre mantinha ligado no muro da casa enquanto remendava as redes, chegou-nos a notícia da realização de uma audiência pública no centro de São João da Barra. Ela iria tratar sobre o licenciamento ambiental da construção de linhas de transmissão de energia, o que fazia parte dos empreendimentos ligado ao complexo portuário.

O que se deu a partir daí foram falas que seguiam dois questionamentos. Um sobre os motivos que conduziram à degradação das condições de pesca e um segundo sobre quem estaria mais autorizado a falar sobre o assunto. Tanto Rosa quanto Branca haviam participado de audiências anteriores, mas davam sentido a essa participação de modos diferentes. Branca afirmava o valor da experiência direta dos pescadores com o mar:

- Branca: *“Eles falaram que [o porto] não prejudica a pesca. Eles têm faculdade e tudo, mas quem conhece a pesca é o pescador.”*

A seguir Branca enumerou as causas que considerava as responsáveis pela piora das condições de pesca na região. A construção do porto era apontada como o fenômeno mais recente que provocava esse efeito negativo, mas que tinha sido antecedido por outros: a contaminação do Paraíba do Sul, a realização de atividades de prospecção de petróleo na bacia de Campos e a pesca realizada por grandes embarcações de pesca comercial. A tudo isso ainda se sobrepunha a fiscalização a que estavam sujeitos, que segundo ela tratava os pescadores locais como ameaças à integridade do meio ambiente, ignorando o peso dessas outras atividades. Quanto às embarcações de pesca comercial, por exemplo, descritas como bem equipadas, dispostas de sonar, aparelhos de GPS e grande capacidade de carga, dizia

- Branca: *“se um pescador daqui pega cinco quilos de peixe para matar a fome da família, vai preso. Agora esse pessoal aí tem dinheiro, paga advogado...”*

A postura de Rosa era diferente. Ao ser perguntada se iria para aquela audiência:

- Rosa: *“Eu vou fazer o quê lá, se eu não tenho estudo? Pescador não sabe o que falar. Falar pra quê, pra todo mundo rir? Eu vou trabalhar, ganhar o meu, pra pagar a passagem da minha filha”.*

Enquanto Branca reagia a uma hierarquização de conhecimentos que parecia desautorizar os saberes dos pescadores, Rosa pensava no domínio desses saberes formais como condição para que o diálogo pudesse ser estabelecido. Frente aos danos que o porto poderia causar, Rosa se preocupava mais em garantir que a filha pudesse estudar, com se os instrumentos de que poderiam se valer para questionar e oferecer resistência direta ao empreendimento fossem falhos. Mais valeria, nessa lógica, manter uma disciplina de trabalho que proporcionasse as condições para que sua filha se formasse no curso superior.

Essas falas voltaram a se manifestar depois de minha ida à audiência pública. Enquanto relatava o que havia vivenciado por lá, era interrompido pelos comentários das duas. Ao falar da execução do hino nacional e do minuto de silêncio proposto em respeito às vítimas dos deslizamentos de terra ocorridos na região serrana naquele ano, Branca desacreditava a solenidade do evento: *“Aquela palhaçada de sempre”*. Branca chegou a ter atuação nessas reuniões. Ela disse ter participado de várias, mas que tinha se cansado. A impressão que passou foi de descrença frente à efetividade das mesmas. Observei que no início da audiência, que ocorrera na quadra esportiva de uma escola estadual no centro de São João da Barra, o quantitativo de funcionários da organização, policiais e bombeiros era maior do que o de moradores. O andamento da audiência teve um caráter mais informativo do que consultivo. Quando comentei achar que o objetivo era mais de comunicar o que iria acontecer, Branca concordou com veemência: *“Quando vem pra cá, já tá tudo amarrado, tudo pronto.”*

Para ela, o porto traria benefícios, mas não para os pescadores. Diz que, caso fosse feita uma consulta de fato entre eles, a implantação do porto não seria aprovada, *“mas pescador é minoria”*. O que vê acontecendo é que os pescadores tentam extrair algum benefício, porém só conseguem de uma maneira limitada:

- Branca: *“A pesca aqui dá dinheiro. É instável, mas dá dinheiro. Pescador daqui não quer empreguinho de oitocentos reais não. Essa empresa tira o couro mesmo.”*

Aceitar esses empregos não se relaciona somente a uma questão financeira, mas também a abrir mão de uma série de condições de trabalho muito prezadas, como a autonomia, a apazibilidade do ambiente e uma relação mais clara entre o trabalho e o rendimento. Branca caracterizava o tipo de trabalho oferecido aos pescadores: nas obras, como sempre, compreendendo longas jornadas, pouco pagamento e trabalho contínuo e extenuante debaixo do sol durante todo o dia. Essas características se contrapunham aos ritmos associados à pesca: *“Pescador tem uma cultura totalmente diferente. É livre, solto, corre atrás do próprio sustento.”*. O trabalho debaixo do sol não se refere somente a uma busca de conforto. O envolvimento com os fluxos de vento, marés e rio era muitas vezes evocado para falar sobre o

ritmo de trabalho na pesca, tido com um tempo mais “livre”, distinto da rigidez a que deviam se acostumar nos empregos formais, conforme será discutido mais à frente.

Entrementes, já se relatava por ali um aumento no preço dos terrenos com a construção do porto. Rosa tinha interesse em comprar um terreno maior, que lhe permitisse plantar e criar animais, como fazia na Convivência. Enquanto veranistas e donos de pousadas falavam disso como um símbolo do “desenvolvimento” da região, aqui essa valorização dos imóveis prejudicava a continuação de um determinado modo de viver. Ao lado de Vila Esperança, iniciavam a construção do “Jardim das Palmeiras”, um novo condomínio. Entre a roça que Rosa queria fazer e esse jardim de concreto, modos de vida muito distintos entravam em oposição.

### 3.2 As distâncias do mar

O primeiro contato que tive com Wagner se deu em 2011, quando ele estava com trinta anos. Sua família era da Ilha da Convivência, onde nunca ele próprio chegou a morar. Apesar disso, a referência à “*invasão do mar*” era recorrente. Isso se refletia em como os relatos sobre a mudança da ilha eram replicados pelos familiares e permaneciam na memória mesmo de quem não viveu por lá. Um momento privilegiado para que essas narrativas fossem atualizadas era durante as festas e procissões em direção à Convivência. Wagner dizia conhecer a ilha através desses eventos, um vínculo, mesmo que episódico, com o antigo lar de seus pais.

Tal como Rosa, ele trabalhava no remendo de rede, só que na *Baixada*. Isso era curioso, pois geralmente quem realizava esse tipo de trabalho eram os pescadores mais velhos, que não se sentiam mais em condição de ir para o mar e usavam o remendo com um complemento à renda<sup>41</sup>. Após a aproximação inicial, começou a falar sobre seu afastamento da pesca, que dizia ser temporário. Essa sua interrupção do trabalho abriu algumas oportunidades de pesquisa.

Um primeiro ponto quanto a seu afastamento é que ele parecia fazer de Wagner um bom interlocutor. Os estilos de aprendizagem envolvidos na pesca pressupunham mais um envolvimento com o ambiente, os materiais e os camaradas do que propriamente uma vontade

---

<sup>41</sup> Outro aspecto relevante do remendo de rede, para além de seu papel como alternativa de inserção econômica, também presente em Atafona, era o modo como ele possibilitava a manutenção do vínculo com o universo da pesca, conforme também sinalizado por Colaço (2015) entre os pescadores da Lagoa Feia.

de pôr a pesca em palavras. A situação mais comum era de os pescadores serem oriundos de famílias cujos membros se dedicavam à atividade e de terem aprendido ainda muito jovens o ofício. Wagner representava uma posição discordante, pois era adulto e saudável, mas não praticava pesca naquele momento. Ao mesmo tempo, nunca deixou de enfatizar o quanto sentia a falta do trabalho com o mar. Essa posição me pareceu se refletir no interesse dele de falar mais sobre a pesca, com mais detalhes do que era habitual entre os outros pescadores, como se ele pudesse reviver através dos relatos algo dessas memórias que valorizava.

Wagner vivenciou a incorporação de novos recursos tecnológicos aos barcos: o uso dos rádios e dos motores, e mais recentemente aparelho de GPS. Esses novos recursos puderam ampliar o tempo de permanência na água, conferir mais estabilidade à navegação e segurança em alto-mar, porém não eliminavam uma série de agenciamentos a serem cumpridos para que a pesca pudesse ser bem-sucedida. Mencionava até uma ferramenta de uso mais sutil, os celulares com câmera, para pôr fim à fama de “contadores de história” carregada pelos pescadores. Era mais difícil exagerar no tamanho dos peixes, até que atingissem dimensões mirabolantes, já que as fotos podiam ser usadas para mostrar suas reais dimensões, tema que alimentava tantas conversas.

Na *água amarela*, o trecho de mar tingido pela pluma de sedimentos oriunda da foz do Paraíba, só se encontravam certas espécies de peixe, de tamanhos específicos e que tinham um determinado comportamento na água. Para capturá-los, eram necessários o domínio de certas estratégias e o manejo de redes apropriadas para esse tipo de captura, que acontecia próxima à costa. Na *água azul*, a água já livre da influência do rio, encontravam-se outras espécies, a depender também do quanto se distanciava da costa. O maior distanciamento implicava outras demandas acerca de custos e necessidade de divisão de trabalho. Os relatos de Wagner descreviam a atuação de uma série de fatores interdependentes que ajudavam a compreender a variedade de práticas englobadas dentro da denominação mais generalista de “pesca”.

Em função dessas diferentes circunstâncias e dos agenciamentos técnicos que se acoplavam a elas, a atividade se ramificava em diferentes estilos. A prática de um determinado estilo obedecia às demandas associadas à captura de um tipo desejado de pescado e ao local onde era encontrado com mais frequência, geralmente os ambientes onde se alimentavam ou procriavam, os pesqueiros. A partir dessas demandas, definiam-se o material a ser utilizado: linhas, de espessuras e comprimentos definidos, tipos de anzóis, redes, com variadas espessuras de linha e de espaçamento da trama. Dependendo do estilo envolvido, a permanência no mar era mais longa, o que fazia variar também o gasto com gelo para conservação do pescado, óleo diesel e víveres para a tripulação. A intensidade de esforço envolvida durante a pesca podia

aumentar o número de *camaradas* engajados na atividade. Essas decisões eram tomadas em conjunto com as temporalidades implicadas, fossem aquelas associadas aos fluxos do ambiente, com a oposição que faziam entre “*verão*” e “*inverno*”, ou “*calmaria*” e “*mar agitado*”, fosse a temporalidade ligada à política oficial de preservação do ambiente, quando o rio ou o mar ficavam *fechados* durante o período de defeso.

Nesse momento, a evocação do modo como essas informações eram apresentadas ajuda a lhes conferir espessura:

– Wagner: “*Um dia, a água tava bem calma. Bateu um peso de mar de repente. Levou 50 peças de rede. Deus dá, Deus tira. Pescaria é fogo! Na volta ainda tive que ajudar dois pescadores em outro barco que tavam tentando puxar as redes de volta.*” [falando sobre um dos estilos de pesca, a de cerco] *muita rede atrás do barco. Só se vendo... de 7 a 9 pessoas puxando. Dois barcos fazem o cerco. Fecha pro peixe não sair. Teve dia que pescamos bonito. Tem que ver o cardume. Dava até pra andar por cima do peixe. Enchemos tudo. Tô com saudade da pesca. Tô com saudade do mar.*”

Muitos dos relatos de pescaria feitos por Wagner e outros pescadores sugeriam uma forte vinculação afetiva com a atividade. O trabalho é extenuante e apresenta muitos riscos. Era necessário ter perícia e assumir certas disposições, descritas como coragem e solidariedade, traços que suas narrativas sempre enfatizavam. Havia muito de um movimento de construção de si com o envolvimento com a pesca, como se através daquela dinâmica de trabalho se cunhassem suas condições enquanto sujeitos naquele contexto social.

Ao mesmo tempo, a própria fala de Wagner sugeria que tais disposições afetivas eram não só uma atitude necessária no trabalho com o mar, mas também um modo como os pescadores gostavam de falar de si próprios. As histórias das pescarias mais bem-sucedidas que ocorreram em situações imprevistas, os naufrágios que não tiveram consequências graves pelo intercurso da ajuda dos outros pescadores, tempestades vividas em alto-mar: elas assumiam o tom de narrativas épicas, em que certas características de personalidade dos pescadores eram demarcadas em consonância com os acontecimentos narrados.

Aqui entra um segundo desdobramento importante do afastamento de Wagner da pesca. Tendo se vinculado a uma igreja evangélica local, a presença da religião na sua vida influenciou sua decisão de deixar o mar por algum tempo. Dizia que até então, quando chegava das pescarias, gastava rapidamente o dinheiro com “*aquilo que não devia*”. Através do afastamento da pesca intentava afastar-se de certas companhias, associadas ao que chamava de uma “*vida mundana*”. Isso conferia a Wagner um papel dissonante, o que se desdobrava em uma posição

conflitiva com os outros pescadores, como bem demonstrou um episódio ocorrido durante as entrevistas.

As interações que ocorriam na *Baixada* sempre possuíam um caráter público. A rua terminava próxima à desembocadura do rio e recebia a brisa vinda do mar. Era comum que os pescadores ficassem na porta de suas casas para realizar reparos nas redes ou só para conversar. O tempo que permanecia com Wagner e a natureza de nossa conversa, particularmente quando ele falava de sua religião, eram sujeitos à observação e escuta dos que passavam. De alguma forma isso provocou perturbações.

A jocosidade entre os vizinhos atingiu um ápice estranho, que me deixou preocupado sobre a continuidade das entrevistas. Um dos vizinhos fazia comentários sobre a nossa conversa, de modo que nem eu nem Wagner deixássemos de ouvi-lo. Ele era chamado de “pastor”. Tentava sobrepor sua voz à dele enquanto falava comigo. A brincadeira me pareceu tomar proporções mais sérias quando o mesmo vizinho raspou na calçada os dois facões que segurava, para chamar a atenção dos que estavam ali, e em seguida fez o sinal da cruz unindo-as. Isso provocou risos discretos entre outras pessoas que estavam por ali, mas visivelmente deixava Wagner desconfortável. Para evitar maiores desconfortos, decidi que era hora de encerrar minha permanência ali naquele dia.

O episódio me ajudou a pensar nas tensões que a trajetória de Wagner parecia reunir e no quanto suas falas se relacionavam a elas. O caso dele era singular, pois ao mesmo tempo revelava ligação com o ofício da pesca, porém, em parte pela influência do seu vínculo também com a igreja, afastava-o dos hábitos que ajudariam a compor sua identidade como pescador e a firmar sua posição no universo social da pesca. A atividade se baseia também na manutenção de uma certa sociabilidade, da qual, por conta de sua adesão a certos valores morais, ele tentou se distanciar.

- Wagner: “*Mas eu só tô dando um tempo [de pescar]. Só tô dando um tempo, ficando sossegado, me fortalecendo, pra depois voltar a pescar.*”

Falava constantemente sobre sentir que tinha uma “*cabeça fraca*”, deixando-se influenciar por “*má companhia*”. Em todos os momentos em que conversamos, inclusive na última ida ao campo, ele ainda não havia retornado à pesca. As tensões de Wagner o tornavam menos comprometido com um estilo de fala que afirmava uma imagem dos pescadores como trabalhadores, corajosos, tenazes e solidários em situações adversas. Ele corroborava com esse discurso, porém ao mesmo tempo falava sobre outras atitudes que não correspondiam com essa imagem.

Essa ambiguidade de seu discurso mostrava sua inserção parcial e tensa no universo da pesca. A apreciação das condições sensoriais em que o trabalho se dava bem como a afirmação das imagens positivas da sua identidade como pescador estavam presentes. Só que uma outra parcela da interação habitual de um pescador adulto não era aceita por ele como antes, o que se refletia e se alimentava de sua vinculação com a igreja. Sobretudo os encontros que ocorriam após as pescarias, em geral nos bares, eram o que ele rejeitava. Isso é interessante, pois era um aspecto que não estava presente na fala de outros pescadores jovens, que evitavam diante de mim assuntos desse teor.

Diante dos outros pescadores, de algum modo comentar sobre isso, ainda mais com uma pessoa de fora, como eu, significaria corroborar com os estigmas de que eram alvo por parcelas da população local. É significativo nesse contexto que as referências a esse universo de socialização dos pescadores tenham surgido na fala das mulheres. Muitas se queixavam de que os maridos ou filhos passavam muito tempo no mar e, quando voltavam, saíam para beber ou iam para festas. Elas faziam a imagem dos pescadores oscilar entre o trabalho no mar e a “*farra*”, na qual acabavam “*torrando o dinheiro*” que conseguiam obter.

A trajetória de Wagner permite refletir ainda sobre o que constituiria uma identidade de pescador. Referi-me à necessidade de contemplar a diversidade social existente nesse grupo, porém esses matizes de sentido podem se juntar em uma mesma trajetória biográfica, como se um sujeito pudesse ser o ponto de junção de muitos corpos. Aqui se está longe da ideia de identidade como um bloco monolítico, sólido e indivisível. Wagner parecia amar a pesca, embora precisasse dela se distanciar. Distanciava-se, mas, ao mesmo tempo, desejava o retorno. Qualquer tentativa de retratar sua trajetória como coerente e estável trairia sua riqueza particular.

Dessa discussão gostaria de reter algo que é de interesse para o modo como a relação com o ambiente adquire e produz sentido. O trabalho no mar, mesmo descrito como agradável, pode ser longo e extenuante. Implica afastar-se de um determinado arranjo de vida em terra firme e na criação de outro. A vida, enquanto se permanece no mar, é distinta daquela que se vive em terra. As vicissitudes que os pescadores enfrentam enquanto estão no mar fazem parte do esforço de conferir um bom andamento à pescaria. Nesse processo de exposição ao sol, ao vento, ao mar e à dureza das condições de trabalho, eles pescam também o material de constituição de suas imagens enquanto sujeitos, como em um fluxo entre o que fazem e o modo como adquirem as características que definem suas posições perante os outros. As tempestades podem fazer estragos nas embarcações, porém marcam as memórias dos pescadores que a elas resistem. Ungidos pelas tempestades, eles se tornam corajosos. Resgatando os camaradas cujos



barcos não tiveram tanta sorte, eles se tornam solidários. Os corpos queimados de sol, riscados pelas rugas e pelas cicatrizes falam de sua tenacidade, dureza, resistência. Das experiências que produzem na relação com o mar, mais do que uma relação meramente utilitária ligada ao sustento, há também um devir: eles se tornam pessoas diferentes através dessas experiências.

Por outro lado, existem as “*farras*”, um contraponto a essas tensões sobre o qual pesa um silêncio, quebrado somente em alguns momentos, talvez por ser uma sociabilidade potencialmente disruptiva com a lógica de trabalho valorizada. Isso permite recuperar o argumento central desenvolvido por Duarte (1999), que aponta na lide com a pesca um elemento central da constituição dos pescadores enquanto sujeitos. Ao mesmo tempo, convida para que se lance uma outra compreensão sobre os deslocamentos que se fazem no mar, inclusive o movimento de distanciamento em relação a ele, tal como o operado por Wagner, pois se trata de movimentos que transformam quem os executa<sup>42</sup>.

O que é o mar no contexto dessas relações? Ele não é só onde o peixe se encontra e onde ele deve ser buscado. Ele pode ser também o horizonte no qual o pescador se faz corajoso, solidário e tenaz. Pode ser também onde seus limites físicos e emocionais são testados por um trabalho duro a tal nível, que o retorno deve vir acompanhado por uma necessidade de distensão que assume com frequência a forma das *farras*. Seja qual for a posição que um pescador ocupe entre esses dois extremos, evidencia-se aqui a possibilidade de pensar esses envolvimentos com o mar a partir do que ele oportuniza em termos de constituição de si, da construção de papéis sociais. Os gestos, afetos e atitudes envolvidos em deslizar um barco pelo mar durante a pesca possuem uma dimensão moldante: há um fazer a si próprio nesses movimentos no mar.

### 3.3 - O cercamento das águas

Desde o início da pesquisa, as idas a campo se deram em diferentes momentos no tocante à implementação do porto do Açú. Minhas primeiras interações com os pescadores de

---

<sup>42</sup> Sobre essas nuances do movimento, Bachelard comenta as contribuições de Bergson: “Bergson mostrou que o estudo científico do movimento, dando o primeiro lugar aos métodos de referência espacial, conduzia à geometrização de todos os fenômenos do movimento, sem nunca tocar diretamente, como o faz a mecânica, já não é mais que o transporte no espaço de um objeto que não muda. Se tivéssemos que estudar seres que se deslocam para mudar, nos quais o movimento seja uma vontade de mudança, deveríamos reconhecer que o estudo objetivo e visual do movimento - estudo totalmente cinemático - não prepara a integração da vontade de mover-se na experiência do movimento. E Bergson mostrou, em várias ocasiões, que a mecânica - na verdade, a mecânica clássica - não nos dava dos mais diversos fenômenos senão traços lineares, linhas inertes, sempre percebidas em seu acabamento, nunca verdadeiramente vividas em seu desenvolvimento circunstancial [...]” (BACHELARD, 2013 [1942], p. 264)

Atafona ocorreram quando o porto ainda era um projeto, que começava a ser divulgado na imprensa. Já nos trabalhos de campo ocorridos na época do mestrado, em 2011, o porto entrou em fase de implementação, enquanto nos do doutorado estava prestes a entrar em operação ou já em operação. Esse é um aspecto que ajuda a entender um pouco das atitudes relacionadas ao empreendimento que chegaram a mim através das entrevistas.

Enquanto o porto estava em construção, notícias sobre o andamento das obras eram constantes nas rádios locais. Esse era um assunto que muito rapidamente surgia nas conversas. Tentava durante as interações iniciais não direcionar as conversas para nenhum tema específico, mas sim fazer perguntas mais gerais sobre as condições de vida e de trabalho em Atafona, com o intuito justamente de explorar o que viria nas falas dos meus interlocutores e guiar através delas o nosso diálogo. Sobretudo quando se falava da pesca, a construção do porto acabava surgindo, em que pesassem as divergências sobre os efeitos que iria produzir.

Levando em conta a retomada da proeminência de produtos primários na pauta de exportações do país nos últimos anos e todos os arranjos territoriais para possibilitar a exploração e transporte desses produtos, poder vivenciar as reações dos pescadores acerca das mudanças pelas quais o município passava é uma amostra do modo como essas atividades econômicas reverberam no cotidiano da população. Isso é particularmente sensível para um grupo cujo modo de vida pressupõe uma contínua ligação com o ambiente, como os pescadores.

Julguei válido então buscar uma aproximação junto ao presidente da colônia de pescadores. O primeiro contato com William Pereira se deu depois de ter iniciado as entrevistas em Vila Esperança, em 2011. Rosa me acompanhou até lá e intermediou o contato com William. Na época, com 52 anos, ele ocupava o cargo desde 2000<sup>43</sup>. Até então sempre ouvia opiniões sobre os efeitos negativos da construção do porto, sobretudo quanto à possibilidade de ela acarretar a diminuição do pescado, principalmente a do camarão. A pesca do crustáceo se dava mais próxima à costa. Os pescadores relatavam que o aumento da turbidez da água por conta dos materiais usados na construção do píer e o ruído provocado pelas embarcações fariam com que o importante pesqueiro do Açú fosse comprometido<sup>44</sup>. Mesmo que críticas ao

---

<sup>43</sup> William faleceu alguns anos depois de eu tê-lo conhecido, em 2013.

<sup>44</sup> Segundo Falcão, “O píer, que faz parte da estrutura portuária, tem aproximadamente 2,9 km de extensão; 26,5 metros de largura e vãos de 18 metros. Em conversas com pescadores da região, foi relatado que este píer, chamado de ponte por eles, foi construído no melhor pesqueiro da região, chamado de ‘Paga Dívida’, que hoje recebe o nome jocoso de “*Paga Eike*”, onde é predominante o camarão e a pescadinha. Nesta área foi instituída uma zona de exclusão de 500 metros de raio, que restringe a área da pesca, criada pelas normas de autoridade marítima (NORMA -08 - DPC), estabelecida pela Capitania dos Portos (Marinha do Brasil). Sendo instituída a princípio para áreas de atividade petrolífera, também é usado nesta situação e por consistir num local altamente piscoso e usado historicamente pelos pescadores, continuam utilizando-o. Com isso, acabam tendo seus materiais de pesca danificados, ou mesmo quando não pescam neste local, o movimento das águas acaba levando as redes [...]” (FALCÃO, 2014, p. 242).

empreendimento estivessem presentes, havia uma dificuldade grande de articulação política que desse encaminhamento a elas.

O diferencial mais marcante da postura do William era que ele possuía um longo envolvimento com a pesca, compartilhava muito dos temores em relação à construção do porto, mas, na posição de presidente da colônia, conseguia dar um encaminhamento político a suas críticas ao empreendimento, embora não do jeito como desejava. Acredito que sua fala ecoava os discursos divergentes que cercam esse tipo de empreendimento e o modo como estava sendo implementado em São João da Barra. O complexo portuário era apresentado como indutor do desenvolvimento local, porém havia o forte temor de que gerasse impactos para os quais as medidas de compensação não eram adequadas, sobretudo em vista do incipiente diálogo com a população local.

Muitas dessas tensões estavam expressas nas posturas de William. Sua caracterização sobre o estado atual da pesca em Atafona não era muito positiva. Dizia que desde 2008 a pesca já perdia espaço em função das atividades de prospecção de petróleo empreendidas na bacia de Campos. Ao mesmo tempo falava abertamente sobre a precariedade das condições de vida em Atafona, onde o desemprego era alto e crescia o consumo de drogas, falando inclusive do envolvimento direto de pescadores com o tráfico.

Nesse contexto, ele reconhecia a potencialidade do porto de gerar oportunidades que poderiam reverter esse quadro, mas questionava se esse potencial seria de fato explorado, dado que as medidas adotadas não caminhavam nessa direção. Entre a época na qual se falava publicamente sobre a construção do porto e o início efetivo da construção, William falava que teria havido um intervalo suficiente para “*qualificar o pescador*”, através da oferta de cursos que lhes possibilitasse alcançar postos de trabalho com melhores remunerações. As vagas que os pescadores acabavam preenchendo eram ligadas às atividades que exigem menor qualificação, como na construção civil. William dizia que eles deixavam a pesca para ir “*carregar pedra e areia no porto*”, defendendo que, caso um trabalho prévio de capacitação profissional tivesse sido feito, o cenário seria distinto, mais favorável do ponto de vista das oportunidades a que poderiam ter acesso.

William tecia assim comparações com um outro município do norte fluminense: “*Querem fazer aqui igual o que fizeram em Macaé, que virou lugar de droga e favela*”, uma comparação que lança um questionamento sobre os efeitos sociais da implantação de grandes empreendimentos. As justificativas que são apresentadas pelas empresas envolvidas passam

---

pelos efeitos que em tese provocariam a melhoria das condições de vida da população, o que chega a ser usado também pelas autoridades públicas como justificativa para legitimar o apoio dado pelo setor público. A carência de medidas que pudessem preparar a população local para tirar um melhor proveito dos investimentos era, no entanto, enfatizada por William.

Além disso, em sua perspectiva, contribuía para esse reduzido efeito positivo a insuficiência ou ineficácia das medidas tomadas diretamente junto à comunidade de pescadores. Ele citava como exemplo a realização de uma parceria com as empresas do consórcio responsável pela construção do porto, para a realização de coletas de espécimes da biota marinha, o que seria utilizado na elaboração do relatório de impacto ambiental. Apontando para a parede contra a qual ele cedia a entrevista, na sede da colônia, de dentro de vidros cheios de líquido, boiavam em solução os espécimes de peixes e crustáceos coletados no mar. Alguns pescadores foram contratados para as coletas, que deveriam durar três anos, mas se encerraram nos dez primeiros meses. Ao comentar o caso, William declarou que “*Dinheiro para fazer show eles dão. Agora dinheiro para quem quer trabalhar com a pesca, não*”. Isso revela a ineficiência, ou desinteresse, em promover atividades que inserissem a população local no contexto do empreendimento em posições mais favoráveis. Para William, os pescadores perderiam com a implantação do porto, e o que lhes era oferecido como compensação não constituía alternativa de fato.

Para ele, havia dois problemas de natureza política. O primeiro dizia respeito à própria postura da comunidade, cuja participação pouco expressiva tornava difícil qualquer resistência às decisões que eram tomadas quanto ao porto, inclusive aquelas que lhes afetariam diretamente. William havia se candidatado duas vezes a vereador, sem conseguir se eleger. Dizia que a prática da compra de votos era comum na região, o que apontava como um dos motivos para nunca ter se eleito. Diante daquele contexto em que os interesses dos pescadores não pareciam ser levados em conta, o presidente da colônia dizia ficar claro o efeito da compra de votos: os representantes eleitos não eram de fato representativos.

Um segundo problema em sua visão era relacionado à dificuldade em fazer valer os canais de interlocução disponíveis. As audiências públicas não funcionariam no sentido de ouvir de fato os pescadores. Além disso, falava de uma atuação seletiva dos órgãos ambientais, citando o caso da dificuldade de obter autorização do Ibama para construir um cais para ser usado pelos pescadores, enquanto os empreendimentos conseguiam as licenças com facilidade. Esse aspecto pode revelar a dificuldade de os instrumentos de interlocução de fato atingirem os seus objetivos, mas também pode refletir a dificuldade de os pescadores lidarem com os

aspectos legais sem alguma assistência jurídica adequada. Obviamente, eles não contavam com todo o aparato técnico de que as empresas dispunham.

Em todo o caso, seja qual for a origem dessa dificuldade em obter o licenciamento para o cais, é válida a reflexão sobre o quanto os instrumentos legais oferecem proteção ou instauram mecanismos consultivos que de fato promovem diálogo entre as partes envolvidas. Esperar que toda a população domine as minúcias da legislação ambiental para poder questionar a implantação de empreendimentos que ameacem seus estilos de vida é negligenciar a complexidade da composição da sociedade brasileira, bem como as maneiras como as desigualdades sociais nela se reproduzem. Durante a entrevista, William me mostrou o Relatório de Impacto Ambiental do porto entregue na colônia. *“Só estudei até a quarta série, como é que vou ler um negócio desses?”*. O volumoso documento apresentava inúmeros gráficos e mapas, com uma profusão de termos técnicos. Ficam os questionamentos sobre quais formas de promoção de diálogo são possíveis sem que a defesa de direitos básicos fique oculta sob o rigor técnico ou sob as formalidades do mundo jurídico, que não podem se sobrepor à defesa da cidadania e do debate democrático. Acontecimentos mais recentes levantam a possibilidade de essas dificuldades técnico-jurídicas serem atrevidas por questões de ordem política. As relações do empresário que à época comandava o consórcio de empresas do porto com membros do governo do estado do Rio, bem como a natureza dessas relações foram alvo de operações da Justiça Federal, o que ajuda a corroborar as críticas sobre o tratamento diferenciado que setores do poder público ofereceram ao empreendimento<sup>45</sup>.

Em última instância, nos múltiplos entrecruzamentos políticos nos quais a construção do porto foi viabilizada, delineia-se um problema epistemológico, que hierarquiza os saberes, pondo os conhecimentos técnico e científico em posição superior, rebaixando os saberes oriundos da experiência e dos modos de vida dos pescadores. Ao deslegitimar esses conhecimentos, corre-se o risco de perder algo muito mais sutil do que os aspectos geralmente evocados sob a rubrica de “impactos ambientais”. Perde-se um tipo particular de envolvimento

---

<sup>45</sup> Esse caráter seletivo da atuação dos órgãos públicos também foi ressaltado por Falcão e Mota: “No contexto das controvérsias públicas, muitos recursos políticos e simbólicos foram acionados. A Colônia de Pescadores Z-2 tornou-se um meio de canalizar as demandas dos grupos. Num dos documentos analisados, a Colônia pede o esclarecimento das atividades da draga usada para construir os terminais do Porto e questiona a forma que as instituições ambientais lidam com as outras empresas, criticando e denunciando essa diferença no tratamento recebido. A crítica realizada não só pelo representante dessa instituição, como também pelos pescadores, problematiza a lógica desigual e assimétrica presente nas políticas voltadas aos pescadores, já que, segundo eles, o mesmo órgão enquanto “cai em cima dos pescadores, lá no Açu deixa o bicho correr solto” (referindo-se aos investimentos que provocaram alterações ambientais e sociais na região).” (FALCÃO E MOTA, 2015, p. 111)

com o ambiente, uma modulação particular de sensibilidade, em um processo que poderia ser englobado no que Boaventura de Sousa Santos denominou “epistemicídio” (SANTOS, 1999 apud SANTOS E MENESES, 2009).

A dificuldade em promover uma articulação mais forte entre os pescadores e o diálogo pouco efetivo entre as partes envolvidas na construção do porto cruzam-se com esse “epistemicídio” para produzir uma situação difícil. As críticas que William e outros pescadores fazem a respeito da condução das discussões sobre as novas atividades econômicas e sobre a política ambiental do município apontam para uma deslegitimação dos saberes dos pescadores. Ao mesmo tempo, dizem que o acesso aos conhecimentos técnicos que poderia lhes oportunizar melhor inserção nos empreendimentos não foi uma prioridade para as medidas compensatórias ou para a própria atuação do governo municipal. O quadro é ainda mais problemático quando se recorda o comprometimento das condições de pesca na região, tanto no rio quanto no mar. Isso antecede o porto, porém sua construção e operação acrescentaram ao processo novos obstáculos.

Assim, os pescadores ficam sujeitos a múltiplas tensões. William se queixava de não conseguir se fazer ouvir, de fazer com que os interesses dos pescadores influenciassem o andamento das mudanças em curso no município. Ao mesmo tempo, os empregos aos quais os pescadores tinham acesso eram os de remuneração inferior e os que se davam em piores condições de trabalho, além dos contínuos atrasos de pagamento a que ficaram sujeitos. Soma-se a isso o fato de muitos dos empregos gerados serem temporários e, portanto, sem grande potencial para mudar a realidade socioeconômica dos pescadores. Ao se verem inclinados para retornar ao trabalho com o mar, as condições de pesca já não são mais as mesmas, em parte por conta das alterações territoriais induzidas ou pela construção ou pela operação do porto. Remetendo esses movimentos ora de transição para outras atividades e ora de retorno eventual para a pesca à costumeira oposição cosmológica entre o moderno e o tradicional, é como se os pescadores não pudessem ir de fato em direção ao novo, nem retornar ao antigo, devido, por um lado, à dureza e à precariedade de suas inserções de trabalho no porto, e por outro, à degradação das condições de pesca e de mobilidade por conta do mesmo empreendimento.

Essas dificuldades ganharam novos desdobramentos com o início da operação do porto, conforme ficou claro no relato de Elialdo Bastos, que sucedeu a William na presidência da colônia de pescadores<sup>46</sup>. Para ele, já começava um movimento de retorno dos pescadores para as atividades de origem:

---

<sup>46</sup> O início das operações se deu em outubro de 2014. A entrevista com o novo presidente da colônia ocorreu em julho de 2015.

- Elialdo: “*Muitos que foram para o porto voltaram. Não têm estudo. As obras foram acabando. [quem era trabalhador] Braçal foi mandado embora. O porto vai ser bom para a prefeitura, para o pescador não. O dinheiro vem, mas não chega até nós.*”

A geração de empregos, sempre presente como um grande justificativa pelo interesse na realização do empreendimento, não assumiu uma configuração tal de modo a representar uma elevação no padrão de vida de muitos dos pescadores que foram trabalhar no porto. Somase a isso a intensificação de efeitos de outra natureza. A circulação de navios já ocorria antes da abertura do porto, só que associada ao fluxo de embarcações que auxiliaram na sua construção. Esse fluxo já vinha representando riscos aos pescadores, cujas embarcações, por serem menores, poderiam não ser vistas, sujeitas, portanto, a entrarem em rota de colisão contra os navios. Os esforços no sentido de evitar esse tipo de acidente tiveram consequências importantes na pesca.

Ainda durante a construção, tanto a fala dos pescadores quanto a literatura reunida sobre os impactos produzidos pelo empreendimento enfatizavam as mudanças acarretadas nas condições físico-ambientais e seus efeitos na fauna marinha. Havia o temor de que essas mudanças pudessem provocar uma grande diminuição do pescado. A esses efeitos sobre a dinâmica ambiental, cresceram os efeitos dos novos arranjos territoriais necessários para a construção do porto e sua posterior operação. O mais direto deles, já presente no período de construção, foi a proibição de circulação de pequenas embarcações no Açú. A área também era explorada pelos pescadores de Atafona, onde inclusive a colônia de pescadores mantém um posto avançado, com cento e cinquenta pescadores cadastrados. Quando a circulação por ela passou a ser proibida, por motivos de segurança, um importante pesqueiro de camarão foi perdido. Com o início do funcionamento do porto, Elialdo confirmou que as embarcações dos pescadores não podiam passar por suas proximidades:

- Elialdo: “*Querem que passe por fora, 500 metros, por fora das boias. Bem distante do porto. Não pode passar por dentro. A Capitania [dos portos] manda a multa para casa [de quem ultrapassa esses limites].*”

A delimitação de uma zona de exclusão de pequenas embarcações tem esse duplo efeito: tanto exclui o acesso a pesqueiro do Açú quanto obriga a uma mudança nos trajetos, caso se queira ir mais para o sul, partindo de Atafona. A imposição desses novos ordenamentos territoriais instituiu um “dentro” e “fora” onde antes só havia mar, livre tanto para a exploração do pescado quanto para a circulação das embarcações. Para evitar essa zona de exclusão, os pescadores devem passar *por fora*, implicando um tempo maior de deslocamento.

Elialdo dizia já terem ocorridos casos de multas (que chegavam ao valor de mil e seiscentos reais) aplicadas em virtude de algumas embarcações terem ultrapassado esses limites. Segundo ele, o monitoramento é feito a partir do solo e também por um barco de apoio, que coíbe a aproximação dos pescadores. Após a abertura do porto, esse controle teria se tornado mais rígido, inclusive por parte dos órgãos oficiais:

- Elialdo: “*A Justiça fica do lado deles. Aqui somos pequenos. Barco fica preso, pelo motor. Lacram aqui e não tem como sair. Só depois de pagar a multa.*”.

Após a atracação do primeiro navio no porto, uma nota da empresa que assumiu sua operação, a Prumo Logística, descreve os instrumentos utilizados para promover esse controle sobre a área:

Um dos marcos conquistados na última semana foi a conclusão da instalação de 28 boias de sinalização, que auxiliam os navios no trajeto de entrada dos canais. Foram colocadas 18 unidades no T1, e outras 10 no T2. As boias, que são do tipo articuladas submersíveis, ficam abaixo da linha d’água, apenas com uma haste com a lanterna de fora. Este tipo de boia oferece maior segurança à navegação por ser fixa e não se deslocar da posição original, como geralmente acontece com a boia flutuante. Com uma espécie de âncora em sua base, chamada de poita, que fica presa no fundo do canal, além de uma lanterna na superfície que permite melhor visualização do navegador, este tipo de boia dispensa o uso de faróis de alinhamento. O trabalho de instalação levou cerca de dois meses e foi realizado com o apoio de embarcações, que lançaram as boias que possuem de 12 a 14 metros de comprimento e pesam cerca de 28 toneladas cada. Outra tecnologia em funcionamento no Porto do Açú, e que garante o aumento da segurança da navegação no canal do T2, é o radar VTS. Instalado no Centro de Controle Operacional do Tráfego Marítimo (CCOTM), o equipamento funciona como um scanner 360° e detecta, em tempo real, embarcações de pequeno porte dos mais diversos tipos, como barcos de apoio e de pesca, além de surfistas. O radar tem alcance de cerca de 25 milhas náuticas de distância, equivalente a 50 quilômetros. O Porto do Açú é o primeiro porto brasileiro a contar com o sistema, que fornece uma série de informações como localização, velocidade, porte, calado, tipo de carga e bandeira das embarcações. O monitoramento é realizado por meio de câmeras de vigilância e sensores, que recebem dados que permitem monitorar e controlar o tráfego marítimo. (PRUMO LOGÍSTICA, 2014)

O uso desses recursos é complementado, segundo o presidente da colônia, pelo trabalho de funcionários que atuam em um barco de apoio. Eles atuam para impedir que as redes sejam lançadas muito próximas das boias de delimitação. Assim, a zona de exclusão acabava se expandindo informalmente, pois mesmo estando “*fora*”, os pescadores deveriam manter certa distância para evitar a aproximação das redes. Aqui entra em jogo a materialidade das ferramentas usadas em cada caso. O porto conta com tecnologias que conferem alta precisão a seus equipamentos, uma rigidez que não se cruza bem com as técnicas utilizadas na pesca. As redes na *pesca de caída*, uma das modalidades praticadas, não permanecem fixas nos locais onde são lançadas. Em suas pontas são amarrados materiais flutuantes que permitem sua localização, de modo que seja conhecida sua movimentação depois de serem lançadas. O vento e as ondas podem provocar deslocamentos, fazendo os barcos terem que se mover em função



do reposicionamento das redes, uma mobilidade que os novos arranjos territoriais acabam embarreirando.

O início das atividades do porto se vale, portanto, de um novo arranjo espacial, marcadamente político, para garantir a passagem dos navios. Isso, por sua vez, traz empecilhos para a circulação de embarcações de pesca. A estratégia para garantir o fluxo de navios compreende a delimitação da área de exclusão, a restrição do acesso, com o uso de vigilância particular ou da atuação da Capitania dos Portos e investimentos em equipamentos de vigilância, com alcance e detalhamento suficientes para captar até mesmo “embarcações de pequeno porte dos mais diversos tipos, como barcos de apoio e de pesca.” (PRUMO LOGÍSTICA, 2014). Esse processo tem as suas especificidades. As desapropriações em áreas rurais de Campos e São João da Barra se deram em contextos muito problemáticos, como bem aponta o relatório apresentado pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 2011) e como sugere a realização de manifestações realizadas por trabalhadores que se sentiram lesados pelas desapropriações. No mar, no entanto, não se trata de uma área ocupada permanentemente, ou sobre a qual se reconheça os direitos de uso.

O que os novos ordenamentos territoriais no Açu apontam é a mobilização de recursos variados para garantir a fluidez dos navios, mesmo que isso implique reverberações negativas nos modos tradicionais de apropriação do mar pelos pescadores. Os marcos físicos, as tecnologias de monitoramento e vigilância e a atuação do Estado, na figura da Capitania dos Portos, convergem no sentido de promover um “cercamento das águas” que inviabiliza a realização da pesca em um importante pesqueiro da região e impõe dificuldades a uma propriedade fundamental da atividade pesqueira: a mobilidade. Apesar de todas essas dificuldades, Elialdo afirmava haver ainda interesse pela pesca artesanal. No ano da entrevista, 2016, afirmou ter auxiliado na emissão de 30 novas inscrições, que formalizam o vínculo com a pesca. Segundo ele, isso permitia afirmar que, mesmo com esses novos obstáculos, os mais jovens desejavam se manter na atividade pesqueira.

### **3.4 A praia dos campistas em ruínas**

Em muitas das vezes em que Atafona é mencionada na imprensa, ela surge em associação com o processo erosivo, com a destruição provocada pelo mar ou pelas dunas. Em que pesem as divergências sobre as causas evocadas para o processo ou a contabilidade das

casas destruídas, desponta também um tom passadista, vindo da memória dos que viram a imagem do balneário, antes frequentado por uma elite da região, desfazer-se junto com água do mar. “Há mais de 40 anos, os moradores de Atafona, região Norte Fluminense, só usam o verbo no passado.”<sup>47</sup>. Assim começa umas das reportagens feitas sobre Atafona que se valeu das falas do jornalista Jair Vieira.

Durante alguns trabalhos de campo realizados ainda no curso de graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense, as idas para Atafona se faziam acompanhar da visita à casa de Jair. Na época, meu orientador de pesquisa conduzia todo o grupo de bolsistas do projeto de geoprocessamento para conhecê-lo. Jair havia organizado na garagem de sua casa e em um espaço interior adjacente uma coleção de fotografias, quadros e obras de artesanato que se misturavam ao seu jardim.

No último trabalho de campo, em 2016, encontrei Jair, com 80 anos, cuidando desse espaço reservado em sua casa. O esvaziamento de que tanto falava ter ocorrido em Atafona fez diminuir também as visitas ao material que reunira e produzira por mais de trinta anos. As tentativas de dar uma destinação às fotografias e pinturas, tentando fazer com que a prefeitura de São João da Barra as comprasse, não foram adiante. Elas foram assim sendo guardadas ao longo dos anos, ao invés de permanecer em exposição. Era comum que turistas passassem por esse espaço organizado em sua garagem. Os quadros recolhidos deixaram seus contornos marcados na parede, parecendo ecoar os outros tantos vazios em Atafona.

As entrevistas realizadas com Jair revelam uma atmosfera muito diferente da atual. Tendo frequentado o lugar na juventude, dizia que na década de 1950 “*não dava para andar em Atafona. A praia ficava lotada.*”. Para Jair, tanto minguou a quantidade de visitantes desde então, quanto se alterou bastante o seu perfil. Antes eram “*peessoas da alta sociedade, juiz disso, desembargador daquilo, doutor não sei das quantas*”. Essa afluência que parecia ser a marca dos antigos frequentadores de Atafona encontra ressonância no porte e estilo arquitetônico das casas, principalmente as que ficam mais próximas da orla, algumas das quais em ruínas ou demolidas.

No perfil social dos antigos veranistas se expressavam as relações entre São João da Barra e Campos. O balneário sanjoanense ficou conhecido por ser a escolha da elite campista, sendo visitado por membros de famílias abastadas do município vizinho. A dinâmica dessas estadias também era diferente:

---

<sup>47</sup> Notícia publicada no jornal on-line do portal G1, em fevereiro de 2015, sobre a aceleração do processo erosivo em Atafona e no Açú. Disponível em: <<https://goo.gl/XJFAsD>>.

- Jair: *“No passado, mesmo em dia de semana havia movimento. As famílias vinham no final de semana. Os pais retornavam para o trabalho e deixavam as esposas e os filhos em Atafona. Algumas famílias ficam assim de dezembro até fevereiro”*.

Para ele, dois locais assumiam importância nesse contexto, o Hotel Cassino e o Atafona Praia Club. Durante o funcionamento do cassino, o jogo foi responsável pela atração de uma clientela abastada e o clube realizava um baile de carnaval com concurso de fantasias. Havia ainda uma sociabilidade típica desse período, em que as famílias se visitavam e se revezavam na realização de serestas, o que não deixava de envolver um certo padrão de relações em que o ver e ser visto era importante: *“As famílias faziam enxoval para virem a Atafona, era badalado”*.

Um outro atrativo que surge na fala de Jair e de moradores mais antigos é o clima da região. Muitos mencionam casos de pessoas que sofriam de problemas pulmonares e recebiam recomendação médica para passar uma estadia em Atafona, que seria *“uma das melhores praias do mundo para a saúde.”* Dentre os aspectos que teriam contribuído para a atração de veranistas, identificam-se práticas de lazer e de fruição do ambiente distintas de práticas que atualmente se buscam em localidades turísticas, como Jair bem sublinhou. Em todo caso, antes que as demandas dos visitantes sofressem grandes mudanças, Atafona permaneceu no posto de um balneário frequentado por *“gente graúda”*, o que seria um dos seus principais traços distintivos em relação a outros balneários da região. Isso reflete a pluralidade de práticas normalmente englobadas na designação mais geral de *“turismo”*, que acaba designando um conjunto muito heterogêneo de hábitos, ainda mais se levarmos em conta as transformações pelas quais passam ao longo do tempo.

Falando das comparações costumeiras com outra praia, pouco mais ao sul, Jair dizia que *“A divisão de Grussaí e Atafona era de classe”*. Essa observação era recorrente entre os veranistas e aposentados que se mudaram permanentemente para suas antigas casas de veraneio. Os fluxos de pessoas em direção às praias seguiam uma estratificação, e era comum que moradores de Atafona evocassem termos pejorativos para falar dos que se dirigiam para o Farol de São Tomé, uma praia localizada em Campos ou para Grussaí. Era para essas praias que se dirigia a *“peãozada”*, a *“farofada”*, designações usadas para se referir às pessoas oriundas de classes populares, que muitas vezes chegavam transportadas em caminhões. Ir a Atafona ou ir para Grussaí ou para o Farol eram atos aparentemente semelhantes: dirigir-se à praia para um momento de lazer. No entanto, esses destinos remetiam a uma categorização social que os tornava bem diferentes. A relação entre a frequência de uma dessas praias e a demarcação de uma origem social parece se expressar bem em uma outra categoria utilizada para se referir a

indivíduos de classes populares que iam ao Farol: os *faroleiros*. O adjetivo mesclava a referência do Farol a outro termo, “farofeiros”, utilizado comumente para depreciar frequentadores das praias oriundos de classes populares. A palavra, portanto, não significa somente “pessoa que frequenta o Farol de São Tomé”, trazendo embutida uma depreciação sobre a origem social ou geográfica desses indivíduos.

Tal divisão dos balneários locais em categorias sociais distintas, segundo os relatos de Jair, associava-se a articulações que visavam a promover um processo de segregação. A presença de autoridades de diferentes esferas do governo local facilitava, sobretudo no contexto da Ditadura Militar, a mobilização do aparato do Estado para coibir a presença de membros de classes populares na praia que foi tornada a “*dos campistas*”. A polícia teria chegado a atuar nesse sentido, impedindo a chegada de caminhões que traziam essas pessoas e induzindo sua ida a Grussaí. Essa “*praia dos campistas*” incrustada no litoral de São João da Barra deu origem a animosidades:

- Jair: “*A bronca dos sanjoanenses era que os campistas mandavam aqui. Quando o trem passava pelo centro de São João da Barra, jogavam pedras. Os campistas levavam pedras também. As pessoas daqui não davam ‘nem bom-dia’ para quem vinha de fora, mesmo morando aqui.*”

Jair defendia que poucos desses traços estavam presentes nos dias de hoje. A “*elite*” não frequentava mais Atafona. Para isso dizia terem concorrido variados fatores. O controle sobre quem seriam os visitantes não poderia ocorrer da mesma forma que antes, mencionando nesse ponto o processo de redemocratização. Acionar instrumentos oficiais, nem que fosse a força policial para intimidar pessoas tidas como indesejadas, não era tão simples como fora. Dizia pesar também na diminuição do afluxo dessa elite a crise no setor sucroalcooleiro de Campos, com a redução do poder econômico e políticos dos “*usineiros*”.

Com o fechamento do cassino (que continua funcionando só como hotel) e do Atafona Praia Club, o local perdeu alguns dos seus atrativos. Mesmo antigos hábitos começaram a se desfazer. As famílias reduziam seu tempo de permanência, a realização das serestas foi rareando. Jair também enumerava motivos que tinham a ver com um contexto mais amplo de transformações: a melhoria das interligações entre as regiões do estado favoreceu o deslocamento para a região dos Lagos, fazendo surgir uma preferência pelas praias em Búzios ou Cabo Frio. Isso era remetido por ele também a uma mudança nas demandas dos próprios veranistas, em seus perfis de interesse e práticas de lazer:

- Jair: “*Os garotões não querem ficar aqui. Muito sossegado. Cheiro de alga, cheiro de mar. Não tem cinema, teatro. Só tem solidão. Cheio de barzinho por aí, vão ficar em casa*

*jogando baralho? Ninguém mais quer sossego, só quer arruaça. Meus filhos mesmo nunca deram bola para Atafona.”*

No decorrer das últimas décadas, mudanças nas preferências e formas de vivenciar o lazer ocorreram sem que o turismo local tenha mudado de maneira expressiva, o que pode ter feito com que o balneário perdesse poder de atração frente a outros espaços turísticos melhor estruturados para atender tais demandas.

Como um outro fator para a diminuição do afluxo de veranistas, de atuação gradual e flutuante, destruindo casas e ruas ao longo de décadas, temos a erosão, apontada como um indutor da saída de muitas famílias. Além dessa indução, ela parece ter dado origem a alguns dos maiores símbolos da *decadência* de Atafona: as ruínas ao longo da orla.

É possível rastrear sentidos muito variados atribuídos às ruínas. Apesar de a região ser naturalmente sujeita a processos de modelação do relevo por influência marinha, não foram poucas as reportagens e artigos de jornais a sugerir uma relação com o aquecimento global. Neles aparecem novamente a personificação: Atafona é “*devorada*” pelo mar, que sofreria com a “*fúria da natureza*”. Esse discurso está presente entre alguns frequentadores entrevistados, como se as ruínas lembrassem a eles o poder da natureza e como medidas para evitar o aprofundamento dos problemas climáticos devem ser tomadas, embora raramente se mencione a suscetibilidade natural da região ao processo, independentemente das mudanças no clima. Isso por si só já carrega uma determinada leitura do que representa a relação da sociedade com a natureza: se algo se destrói, a causa é buscada nas intervenções antrópicas, em uma busca pela responsabilização das ações humanas em qualquer processo que possa produzir efeitos considerados destrutivos.



*Imagem 3.1 - Orla em ruínas. Janeiro de 2016.*

As ruínas assumem assim um ar romântico, no sentido de remeterem ao tema da relação com a natureza. Se com frequência a fruição das ruínas costeiras é um contraponto, muito desejado nos momentos de lazer, a uma sensorialidade e ritmos de vida tensos do cotidiano de muitas pessoas, em Atafona esse contato possui um aspecto particular. Experimentada por meio desse viés ambientalizante, as ruínas são um símbolo do poder destrutivo, de uma natureza que assume feições dramáticas por conta das agressões a que é submetida<sup>48</sup>.

Significativo nesse contexto é a conversão das ruínas em atração. Excursões são realizadas para Atafona e as pessoas não vão à praia para se banhar, mas sim para ver e fotografar as ruínas. De alguma maneira o “ar romântico” a que me referia adquire outro sentido. O paisagismo romântico abarcava as tentativas de incutir emoções, por vezes de terror, como experiências a serem proporcionada pela paisagem (SCHAMA, 1996). Em Atafona, uma caminhada pela praia não carrega as associações costumeiras de um turismo litorâneo, com o banho de mar e de sol. A praia é vista como “*cenário de guerra*” por alguns turistas entrevistados, atraindo pelo seu exotismo e dramaticidade. Muitos sobem nos montes de entulho a que as antigas casas se reduziram, entram nas que ainda permanecem de pé, ou mesmo nas que ameaçam ruir.

---

<sup>48</sup> É expressivo que boa parte das fotografias de Atafona que surgem a partir de mecanismos de busca na internet sejam das ruínas.

Com frequência as paisagens ecoam um “mito moderno da natureza intocada”<sup>49</sup>. Uma busca por ambientes cuja fisionomia não remeta à intervenção humana, que apresentem amostras de biomas bem preservados, nos quais ocorrem práticas turísticas em que o idílico e o edênico confluem em um hedonismo de imersão na natureza. Se, como afirma Schama (1996), os mitos ainda ecoam por toda volta e constituem parte da experiência de mundo, as ruínas e casas fora de prumo prestes a cair em Atafona parecem a refutação dessa busca por paisagens edênicas. As ruínas são o reverso de uma pretensa docilidade de uma natureza paradisíaca, um ponto de fratura do ideal de mundo racionalizado, planejado e dominado pelos recursos da técnica. A paisagem *corroída* pela erosão abala o ideal de uma domesticação das forças naturais, prova-se como uma paisagem indócil. É significativo que parte dos equipamentos públicos destruídos tenham sido ordenados no padrão geométrico característico do plano Agache. As ruas amplas, bem pavimentadas e providas de postes de iluminação em intervalos regulares, reúnem algumas das imagens associadas à racionalização do espaço, que se torna plano, reto e iluminado. Um urbanismo que termina por ser fraturado, interrompido, que se torna áspero pelo toque das areias.

Essa poética do espaço feita sobre escombros recupera um traço recorrente na experiência de paisagem: a valorização das formas, das superfícies, do que se mostra disponível aos olhos. As formas revelam muito, porém não esgotam a polissemia da paisagem. Aqui não necessariamente se faz apelo ao “imaterial”, mas sim ao que um dia foi forma, e já não é mais.

Nesse ponto o acervo reunido por Jair ganha espessura. Suas memórias não parecem uma idiossincrasia, uma particularidade oriunda de interesses puramente individuais. A constante recuperação do que Atafona um dia foi é um modo recorrente de construção das narrativas dos moradores. Existem, obviamente, versões muito distintas do que foi esse passado. O acervo produzido por Jair traz a vantagem de ser uma cristalização de um determinado olhar sobre esse passado. Se toda fotografia pressupõe uma circunscrição do que é fotografável (EDWARDS, 1996), a seleção de temas representativos e dignos de serem registrados nas fotografias é algo que conta sobre o modo como aquilo que já desapareceu tenta ser recuperado do devoramento, quer seja pelo mar, quer seja pelo tempo.

Relacionadas às drásticas mudanças paisagísticas ocorridas nas últimas décadas, as narrativas dão conta de uma paisagem que é plena de vazios, que é preenchida também por aquilo que não existe, ou que só existe enquanto recordação. Apesar de depreender daí uma

---

<sup>49</sup> Esse mito é sugerido por Diegues (2004) em sua análise sobre a implantação no Brasil de um modelo de parques naturais vindo dos Estados Unidos, locais em que era vedada a ocupação humana permanente e que acabam assim recuperando o mito de um espaço edênico, virgem, livre do toque humano.

ligação dos sujeitos a sua imersão na paisagem, isso não significa um aprisionamento ao passado. As vidas assumem novos arranjos diante das perdas. Uma diferença, entretanto, parece-me significativa. Foi descrito como os pescadores realizaram a saída da Ilha da Convivência e foram se restabelecendo em parte do Pontal e da Vila Esperança. Mesmo os problemas que afetam a pesca encontraram encaminhamentos, sobretudo através da mobilidade, em vista do fato de a pesca não pressupor uma territorialidade fixa. Com todos os reveses e violências a que estiveram sujeitos, os pescadores resistem na atividade, falam de si próprios como “*raçudos*”, tornam o enfrentamento das adversidades mais um elemento que reforça sua autoimagem como tenazes trabalhadores do mar.

As falas e fotografias de Jair têm um tom diferente, mais nostálgico. Se a pesca e os pescadores persistem, e se ao mesmo tempo eles se afirmam enquanto persistentes no processo, por outro lado Atafona nunca voltou a ser o *balneário da elite* do qual sentia falta. E nada indica que isso se reverte. Uma antiga elite que a frequentava entrou em ruínas, tanto quanto suas mansões, embora por motivos distintos, ou simplesmente perdeu o interesse em favor de outras localidades. O silêncio e a calma não parecem ser atrativos suficientes.

A ruína adquiriu essas camadas de sentido. A ela se pode fazer mais de uma pergunta: “*ruína do quê?*”, “*ruína de quem?*”. Jair conta a história de Atafona a partir das ruínas, conforme registrado nas suas fotografias, e através delas fala de uma outra ruína, que remete à diminuição do status social de Atafona, que fez com que perdesse seu antigo posto como balneário de uma elite regional. Na mesma reportagem que abriu esse relato, Jair foi entrevistado diante do clube. Ao ser questionado sobre qual seria a solução para aquele e tantos outros lugares abandonados, sua resposta é taxativa: “*Acabou. Agora é olhar para a frente*”, uma resposta emblemática vinda de alguém cercado por tantas janelas fotográficas para o passado.



#### **Capítulo 4 – Percursos marítimos: pesca e dinâmica de trabalho**

Os primeiros contatos que tive com Atafona antecederam a realização da pesquisa. Sendo minha família paterna de São João da Barra e tendo parentes que moravam por lá, a visita a alguns álbuns antigos me conduzia à paisagem que se tornou familiar em outros sentidos durante meus estudos. Em fotos de família, em que apareço junto de minha mãe e irmãs, alguns personagens que já figuraram nessas páginas se fazem sentir: os cabelos desgrenhados e as roupas infladas denunciam o vento, a perspectiva elevada com o mar ao fundo indica que estávamos no alto de uma das dunas. De lá, descíamos aos tropeços, com os pés se emaranhando nas ervas de flores roxas, meio andando, meio escorregando na areia, provocando pequenos deslizamentos de terra até chegar à parte mais baixa e, daí, ao mar.

A caminhada durante as primeiras incursões em minha participação no projeto de monitoramento do processo erosivo abrangia a faixa costeira entre a desembocadura do rio Paraíba do Sul, no extremo setentrional de São João da Barra, até a praia seguinte, a de Grussaí. Era preciso segurar as antenas e mantê-las retas, perpendiculares à linha d'água. O vento forte soprava uma maresia que era mais líquida do que vaporosa: era possível sentir o gosto salgado na boca e a ardência nos olhos, que lacrimejavam em contato com as gotículas de oceano. Com o tempo, o passo pesava, não só pelo vento, mas pelo caminhar na areia amarela, de textura grossa. Seus grãos pareciam ranger sob os passos, como se fosse possível ouvir sua voz com a sola dos pés.



*Imagem 4.1 - Casa à beira-mar*

No caminho de Atafona a Grussaí, a faixa arenosa se ampliava aos poucos e as dunas ganhavam volume. Em governos anteriores, os moradores e depois a prefeitura, talvez para embarreirar os montes de areia, talvez movida por uma pulsão paisagística de embelezamento, plantou inúmeras casuarinas pela orla. Bem adaptadas à boa drenagem do solo, que o tornava seco, as árvores subiam as ondulações e dotavam as dunas de um topete de folhas, que o vento insistia em pentear em sua direção favorita: nordeste. Seus galhos retorcidos denunciavam a força eólica. Eles faziam lembrar os ciprestes pintados por van Gogh, como se de cada duna subisse ao céu uma chama verde-ocre, bruxuleante. Nos restos de uma das avenidas principais, destruída pelas ondas, os grãos de areia pipocavam nos pés, como uma névoa rasteira e sólida, varrida quase sem descanso.

Em alguns pontos, para continuar o percurso necessário ao mapeamento, era necessário subir as dunas ou contornar alguns escombros. Topávamos com algumas construções que já haviam ruído, com as pichações com trechos da bíblia. Pouco disso importava, então. Da multiplicidade daquela experiência, selecionavam-se alguns parâmetros a serem representados no mapa: aqueles ligados ao monitoramento da erosão. Dessas primeiras fases da pesquisa que vieram a ganhar outros desdobramentos até o doutorado, herdei duas pistas importantes.



*Imagem 4.2 - Dunas em Grussaí*

A primeira se referia à importância conferida à experiência sensível, que não era uma prioridade naquele tipo de cartografia. Sentia como se o mapeamento silenciasse a verve sensorial da paisagem, operando uma redução da sensibilidade para conduzir o foco ao processo erosivo. Foi dessa distância entre a vivência de campo e os mapas, supostos resultados finais da pesquisa, a origem de minhas primeiras inquietações. A impressão que surgia daquele contato era de perder algo importante, que não poderia ser traduzido em coordenadas, linhas, áreas.

A segunda pista vinha das pichações. Se, por um lado, sentia uma simplificação da minha experiência ao operar sua transcrição em um mapa, quais seriam as outras tantas simplificações, as ocultações que haveriam nesse processo de transcrição cartográfica, ao se pensar nos modos como aquelas mudanças eram vividas no cotidiano local? Entre as ondas invisíveis, vindas dos satélites e captadas pelas antenas de gps, e o ruído que os pés ouviam quando friccionavam a areia grossa povoada de conchas, havia um largo espectro de possibilidades de compreensão sobre o que Atafona poderia ser. Possibilidades que se tornavam ainda mais ricas quando atentava para o que as pichações pareciam indicar: que um fenômeno objetivado através de recursos tão sofisticados era vivido a partir de um envolvimento muito distinto com os elementos da paisagem.

Meu intuito com a pesquisa inicialmente foi de investigar as diferentes representações acerca dos processos que se anunciavam como os mais expressivos de mudanças em Atafona.

A seleção desses processos foi basicamente informada pelos dados que os mapeamentos sugeriam. À medida que uma área importante do distrito fora afetada pelo processo erosivo, procurei através do trabalho de campo investigar como os diferentes atores sociais conferiam significado àquelas mudanças em curso.

Alguns deslocamentos na abordagem se operaram. Primeiro, houve algumas dificuldades de caráter mais prático. Trabalhar com a variedade de atores em questão se revelou como uma dificuldade. No caso dos que visitam Atafona só ocasionalmente, referidos localmente como os “veranistas”, o contato se revelou um pouco difícil, sabendo que boa parte das casas permanecia vazia ao longo da semana. A aparência de Atafona é, muitas vezes, a de um lugar vazio. Em boa parte do tempo mesmo a praia permanece deserta. Durante as excursões organizadas pelo Sesc em Grussaí, os visitantes permanecem na maior parte do tempo dentro dos ônibus, que possuem largas janelas que permitem a contemplação sem requerer o desembarque. Ao mesmo tempo que notava algumas dificuldades para abordar esses grupos, crescia o interesse pelos pescadores.

Dentre os grupos com os quais entrei em contato nessa época, era nos pescadores que enxergava uma maior possibilidade contrastiva, uma experiência de paisagem mais diferente do que as pesquisas por documentos ou através dos mapas até então havia me revelado. Suas experiências remetiam a uma sensibilidade que era difícil de encaixar no que eu considerava conhecer da paisagem, sem os pressupostos que eu mesmo carregava, por vezes sem me dar conta.

Por exemplo, o fundo do mar e o leito do rio eram muito reais para os pescadores, só que de uma maneira muito distinta de como eram reais para mim. A realidade dessas duas superfícies era algo que me escapava subaquaticamente: a despeito de quantas vezes contemplasse a foz do Paraíba, não estava em condições de percebê-las como eles as percebiam. Passando com os barcos, os pescadores desenhavam trajetos que me pareciam erráticos, o que só depois vim a compreender. Os percursos dos barcos não seguiam uma linha reta, pois deviam desviar de bancos de areia e rochas que sequer imaginava estarem ali. E não seria através da minha contemplação distanciada que eles seriam descobertos, pois era através de outras práticas que esses substratos imersos na água despontavam no horizonte de vida dos pescadores.

Minha observação oferecia aos olhos a passagem tranquila de barcos pela foz do Paraíba, deslizando pela água que me parecia a mais lisa das estradas, uma planície líquida mais plana do que qualquer outra existente em terra firme. Entretanto, sobretudo quando o rio se encontrava mais baixo, as chances de os barcos encalharem aumentavam. Aí entrava em jogo a emergência de uma outra experiência de paisagem, que a mediação pelos barcos oferecia: o

ruído que os cascos faziam ao roçar em superfícies sólidas e duras escondidas debaixo d'água. A vibração que isso produzia era sentida por quem estivesse embarcado e sinalizava para o risco de encalhe ou, em casos mais graves, de rompimento do casco. Quem passava por uma situação como essas comunicava aos outros a localização do ponto onde esses bancos de areia ou rochas estavam, de modo que todos passassem a evitar ou contornar essas áreas. Era como se os barcos, mais do que apenas possibilitar a navegação, permitissem tatear essas saliências que permaneciam na maioria das vezes invisíveis, o que não significava que não poderiam ser sentidas, ou que não fossem de fundamental importância para o desenrolar da atividade.

Essas indicações vindas com a observação de campo me permitiram compreender a centralidade da atividade pesqueira na construção do que seria a paisagem para esses atores sociais. E em decorrência dessas experiências, multiplicaram-se os incômodos com um esquema muito recorrente nos estudos da geografia: o da paisagem representada de maneiras distintas por diferentes grupos e sujeitos. A noção de representação começou a me parecer o postulado da existência de um substrato material fixo, sobre a qual se projetam diferentes perspectivas, enquanto que as entrevistas com os pescadores me revelavam aspectos dos quais até então sequer pudera perceber. Não se tratava, portanto, de um mesmo elemento visto de maneira diferente, de um mesmo arcabouço sensorial. Tratava-se, sim, de um modo de desvelar o mundo, distinto das minhas percepções, apreendidas a partir do trabalho de campo ou através de outros registros materiais, como as fotografias ou os mapas.

Esse foi um segundo deslocamento importante da abordagem: o de procurar pensar a paisagem não como um dado da realidade perspectivado de maneira distinta, mas uma dimensão da experiência emergindo dos envolvimento que se criam através das práticas cotidianas. Esse modo de conceber a emergência da paisagem, entretanto, pode se estender para além dessas relações buscadas entre a percepção e a prática da pesca. Uma viagem de férias, um projeto de cartografia ou a lide com o mar constituem possibilidades de envolvimento dentre outras tantas. Não caberia operar uma hierarquização entre essas experiências, no sentido de indicar qual seria a mais real, a mais verdadeira, mas sim de pontuar em quais contextos de práticas, saberes, hábitos e relações as paisagens emergem desses envolvimento específicos. Esse raciocínio pode ser expresso de maneira mais direta através de uma pergunta fundamental: a experiência possui uma geografia? Projetamos códigos de interpretação sobre um “mundo natural” já dado, ou há algo na nossa imersão no mundo que o transforma – e nos transforma junto? A

investigação sobre os envolvimento característicos da atividade da pesca oferece alguns elementos para esse debate<sup>50</sup>.

Esse capítulo visa, assim, a reunir os relatos que versaram sobre o desenrolar da atividade de pesca, no intuito de contextualizar como uma paisagem emerge daí. O foco sobre a dinâmica de trabalho permite entender como a pesca pressupõe e engendra um outro envolvimento com o ambiente. Esse desvelamento a partir dos envolvimento específicos relacionados à atividade pesqueira será levado em conta no diálogo com a literatura reunida sobre outras comunidades de pescadores. Essa contraposição contribui para revelar, por contraste, algumas nuances da pesca em Atafona. Em seguida, essa descrição servirá para alimentar a mobilização das experiências de pesquisa no sentido de repensar alguns dos encaminhamentos teóricos e metodológicos que pontuam a tradição de estudos de paisagem na geografia.

#### **4.1 A pesca enquanto um *enquadramento* da paisagem**

“*A força de Atafona é a pescaria*”, diz Aurélio, de 73 anos, pescador em Atafona e ex-morador da Ilha da Convivência. Os sinais de que se vive uma vida cujo ritmo é em boa medida ditado pela pesca se espalham: a praça à margem do rio, em Vila Esperança, repleta de barcos com suas bandeirolas coloridas e tremulantes, o mercado de peixe ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Penha, as redes sendo tecidas nas calçadas e nos quintais, o vai e vem de barcos coloridos na desembocadura do Paraíba. Para que essa força se manifestasse, um determinado arranjo e circunstâncias deveriam estar presentes.

Há na *Baixada* uma oficina para a construção de barcos. Nela toda a estrutura da embarcação é feita, com o corte, lixamento e encaixe das ripas de madeira. O material para sua construção antes era extraído de algumas espécies do mangue, o que passou a ser coibido pela atuação do Ibama. O material utilizado deveria ser resistente e ao mesmo tempo flexível, já que precisa ser curvado para dotar o barco de uma forma adequada à navegação. Ao final, aplica-se uma mistura de pó de serragem e resina para ajudar a vedar as pequenas frestas entre as ripas, para o qual a pintura final do casco também contribuía.

---

<sup>50</sup> Conforme será detalhado mais à frente, esses encaminhamentos guardam relação com as leituras de Ingold e Berque e algumas apropriações da fenomenologia.

Com a incorporação dos motores mais potentes, os barcos passaram a ser feitos em maior tamanho, podendo ir para mais longe e abrigar um número maior de pescadores por viagem (de quatro a cinco). Algumas mudanças precisaram ser feitas, como o aumento da altura da borda das embarcações, de modo que ficassem mais protegidas contra as ondas em alto-mar. Com o tempo, a deterioração da madeira, acelerada pela água salgada, a ocorrência de alguma colisão ou danos provocados por tempestades obrigavam a realização de reparos, para os quais os carpinteiros da oficina estavam preparados. Os maiores transtornos surgiam quando eram os motores que apresentavam problemas. Uma queixa frequente era a dificuldade em realizar esse tipo de reparo mecânico, que onerava muito os pescadores pelo fato de não se contar com uma oficina para esse tipo de conserto nas proximidades. Barcos menores e canoas, também motorizadas, eram usados na pesca no Paraíba, sendo menos rentável do que a pesca no mar. Era comum também que esses barcos fossem utilizados com a finalidade de transporte, interligando Atafona com outras localidades de São João da Barra e de São Francisco do Itabapoana.

Além dos barcos, os apetrechos utilizados na pesca em si variavam bastante, a depender sobretudo do ambiente onde a pesca ocorreria e do tipo de pescado almejado. A diferença mais clara se dava entre a pesca de linha e as outras, que utilizavam redes. Nela, por volta de trinta anzóis eram amarrados ao longo de uma linha de náilon de quinze metros. Os anzóis (cuja marca tem nome sugestivo, “Eagle Claw”) eram iscados com pedaços de camarão e lançados na água com o barco em movimento. Os outros estilos de pesca usam a rede como principal recurso. Elas guardam muitas diferenças quanto a tamanho, espessura da linha e espaçamento da trama. O tipo de pescado capturado varia em função disso. Quando as redes são trançadas isso é levado em consideração desde o início: elas já nascem direcionadas para a captura de um tipo de pescado. Dependendo do espaçamento entre as linhas de seu trançado, sendo maior ou menor, é possível discriminar o tamanho dos peixes que serão capturados. O *puçá*, por exemplo, por ter uma trama muito estreita, captura peixes de tamanhos muito variados, incluindo os menores, como se fosse uma peneira muito fina. Por conta disso existe um julgamento negativo sobre o uso dessa rede, pois ela exige, para que a reposição dos cardumes não seja prejudicada, que os peixes que não alcançaram a maturidade sejam devolvidos para a água, o que não é feito por todos.

Varia também o modo como as redes são usadas. Uma técnica usada para a captura da anchova e do cação consiste na pesca de rede *caída*, boiando na água de um dia para o outro. Nas bordas dessas redes, são fixados pedaços de materiais flutuantes, como isopor ou linhas amarradas com garrafas pet, de maneira a indicar sua localização enquanto permanecem

submersas. Elas são lançadas por volta das cinco da tarde, sendo recolhidas às cinco da manhã do dia seguinte, processo que é repetido ao longo de uma semana, durante a qual o pescado fica acondicionado no gelo. Já na pesca *de cerco*, uma única rede mais extensa é manejada por um grupo maior de pescadores (de sete a nove), distribuídos em dois barcos. A rede é disposta de tal modo que as duas embarcações, ao descreverem um movimento ao redor de um cardume, consigam realizar sua captura.

Um outro aspecto importante é a perecibilidade de cada material. As linhas de náilon são largamente difundidas e em nenhum momento cheguei a ver o uso das linhas de algodão, que, segundo relatos, foram utilizadas em outras épocas. A substituição dessas últimas em favor do náilon se deu por conta da maior resistência desse material. Isso não salva as redes de serem arrebitadas pela passagem de outras embarcações (algo que se torna mais comum com o início das atividades no porto do Açú) ou mesmo, durante o inverno, por conta da passagem de baleias, que por vezes as arrastam por completo.

Isso ajuda a estabelecer um mercado de prestação de serviços de reparos nas redes. Por mais que muitos pescadores saibam remendá-las por conta própria, é comum que paguem outras pessoas para fazê-lo, o que constitui um complemento de renda importante para pescadores aposentados ou que se encontram afastados da pesca por motivos de saúde, muitos dos quais envolvidos com essa tarefa. Também se deve lidar com a degradação dos anzóis, que é de outra ordem: eles enferrujam, amassam ou perdem o ferrão, tendo que ser desatados das linhas e substituídos por novos.

Apesar de a resistência desses materiais ser um ponto positivo, seu uso apresenta alguns riscos: as perfurações com os anzóis enferrujados, os cortes feitos pelas redes pesadas de pescado. Há de se ponderar também a pressão financeira que exercem. À medida que são recursos obtidos mediante compra, o cálculo para a pesca ser considerada rentável passa pela apreciação do custo desses materiais. Além dele, o preço do pescado é ponderado em função dos outros mecanismos requeridos para a pesca e permanência no mar: o gelo para a conservação do pescado, o óleo diesel para os motores e a alimentação para os pescadores embarcados. Esses três recursos são reunidos na categoria “*rancho*”. Só se parte para a pescaria quando se reúne o *rancho*, o que geralmente fica por conta do dono da embarcação.

A necessidade de arcar com esses custos é um fator importante a ser ponderado. As pescarias que implicam um tempo de permanência mais longo no mar podem proporcionar a oportunidade de capturar mais peixes, de espécies que são comercialmente mais valiosas, porém implicam também um maior *rancho*, que precisa ser coberto para que a saída para o mar seja considerada de fato rentável. Esse constitui um elemento de incerteza, pois além das flutuações



nas condições ambientais para a pescaria, deve-se lidar também com as flutuações nos preços relacionados à composição do *rancho*, sobretudo os do gelo e do óleo diesel, além das variações de preço dos peixes e do camarão no mercado local.

Outro ponto mencionado com frequência é a incorporação de novas tecnologias. A avaliação das condições meteorológicas faz parte de um conjunto de conhecimentos naturalísticos que orientam a atividade pesqueira. A aproximação de uma tempestade e a mudança no vento são eventos que podem determinar se a pescaria renderá frutos ou não e sinalizam para os perigos a que se pode ficar exposto durante a permanência no mar. Se “*os antigos*” sabiam se valer de suas observações para realizar esse tipo de prognóstico, agora um rápido acesso à internet permite consultar a previsão do tempo.

O uso dos celulares e da televisão também disponibilizam informações meteorológicas muito úteis, e a difusão do uso dos rádios vai na mesma direção. Muitos o utilizam para se comunicar com outras embarcações mais ao sul do país, de modo a serem alertados sobre a aproximação de frentes frias. Os rádios são usados também para alertar a aproximação de navios, de modo que desvios nas trajetórias sejam feitos para evitar colisões, um risco mais presente com o funcionamento do porto. O uso desse tipo de recurso tensiona a ideia de uma pesca artesanal ancorada exclusivamente em técnicas oriundas da tradição. A incorporação deles, inclusive nos próprios barcos, sinaliza uma sofisticação dos recursos utilizados, na qual as técnicas tradicionais se integram ou ao menos se justapõem a outras, ligadas ao desenvolvimento técnico-científico<sup>51</sup>.

Uma utilização secundária dos rádios também foi comentada: ao permitir uma comunicação rápida entre as embarcações mesmo no mar, eles acabaram se convertendo em um eficiente veículo de fofocas. Foi relatado o caso em particular de um pescador que teria passado mal do coração ao ouvir comentários sobre uma suposta traição da esposa. Apesar de não ter relação com as atividades pesqueiras, essa incorporação particular do rádio lança luz sobre questões importantes: ela sinaliza para algumas formas de afirmação da masculinidade tão comum entre os pescadores e para o temor diante de qualquer evento que lhes arranhassem essa autoimagem. O afastamento de casa durante as pescarias remete a nuances afetivas ligadas ao universo da pesca, tanto para os homens que vão para o mar quanto para as mulheres que permanecem em terra.

---

<sup>51</sup> A incorporação dessas tecnologias não se dá, entretanto, na mesma intensidade como ocorre nos chamados barcos de pesca industrial. Um aspecto muito mencionado é a desigualdade de condições de trabalho entre esses barcos e os dos pescadores artesanais, o que foi com frequência caracterizado como uma das grandes dificuldades a que se deve fazer frente. O fato de os barcos de pesca industrial serem equipados com recursos mais sofisticados introduz uma desvantagem contra a qual os pescadores de Atafona se queixam bastante.

Essa complexificação das técnicas da pesca artesanal com os recursos tecnológicos não abarca todos os domínios relacionados à atividade. Enquanto as consultas às previsões do tempo feitas por centros de pesquisa meteorológica se tornaram fáceis, a observação das condições do tempo in loco acaba surgindo como uma habilidade detida pelos “antigos”. Por outro lado, se as tecnologias que possibilitam acesso a informações meteorológicas se difundiram, o mesmo não se pode dizer dos sonares que lhes renderiam informações sobre o leito fluvial e marinho, bem como sobre a distribuição dos cardumes. Para isso, os saberes sobre a dinâmica do ambiente elaborados a partir da experiência fornecem as melhores orientações. A navegação na desembocadura e próxima à costa possui uma propriedade tátil, que informa sobre a presença de bancos de areia e rochas<sup>52</sup>.

A atenção às formas assumidas pelo leito é fundamental para aumentar a segurança da navegação bem como para auxiliar na localização de determinados tipos de pescado, que costumam ficar próximos de formações rochosas, como é o caso do camarão. Isso exige um cuidado constante, pois a localização dos bancos de areia e das rochas não é fixa. Ao entrevistar Jairo, um dos carpinteiros que trabalhavam no reparo de barcos danificados, foi dito que o desconhecimento daquelas saliências no leito era um motivo frequente para a ocorrência de danos nas embarcações. Perceber o roçar do casco nessas saliências fornecia uma informação importante, como se os barcos, além de permitirem o deslocamento, fossem também uma grande mão hidrodinâmica de madeira, impermeabilizada por uma luva de serragem e resina, que ocasionalmente tocava essas saliências, dando conta de suas localizações. Houve casos em que um toque demasiado forte rompia o casco, tendo as embarcações que serem rebocadas antes que naufragassem.

Os modos como essas ferramentas são utilizadas permitem relacionar a lide com a pesca com uma sensorialidade muito particular, uma experiência que é construída nesses contatos que a atividade abre aos pescadores, e que ao mesmo tempo é um condicionante para que a atividade exista enquanto tal. Os pescadores parecem sentir o rio, o mar e o vento de modo distinto por estarem envolvidos com a pesca, e ao mesmo tempo a pesca existe na configuração como se apresenta em Atafona pelo fato de os pescadores conseguirem perceber e lidar com esses elementos de forma particular. Em outros termos, muito mais claros:

- Jaime: “*O bom pescador tem que ter a sabedoria das águas. Quem sabe entender as águas é um bom pescador.*”<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Esse é um ponto muito enfatizado por Gianpaolo Adomilli (2007) em sua etnografia, que contribui para chamar a atenção para esse aspecto particular da navegação.

<sup>53</sup> Jaime, pescador, 64 anos. Ex-morador da Ilha da Convivência, vive em Atafona há 40 anos.

Uma sabedoria que transfigura a imagem do mar. Faz toda a diferença olhá-lo de uma posição distanciada, em terra firme, vê-lo como uma planície contínua de água. Para os pescadores, o mar não parece ser assim, um objeto contemplado à distância, que se lê com olhos treinados, se for aplicar aqui todas as metáforas que aproximam a paisagem de um texto. A experiência de trabalhar embarcado rompe com essas imagens: ao invés de *texto*, o mar é antes *textura*. Ele aparece nos relatos como um *mar liso*, quando o vento é calmo e a navegação tranquila, ou como *mar embaraçado*, quando se encrispa durante o mau tempo e dificulta a navegação. Se a textura do mar surge como uma reverberação dos humores da atmosfera, ela também ressona dentro dos barcos. Quando o mar está *embaraçado*, é mais difícil, pela instabilidade do barco, organizar os materiais necessários, iscar os anzóis, fazer algum reparo de emergência nas redes, o que acaba atrasando o trabalho. Em última instância, essa ressonância se dá nos próprios corpos. O *embarço* do mar se liga ao *embrulho* do estômago: o enjojo se manifesta mais forte e é mais difícil de ser controlado nessas situações.

Na fala de Senilton<sup>54</sup>: “*A pesca tem uma safra. Tem a época de avançar e a de recuar.*” Nesses avanços e recuos o vento assume um papel fundamental. Ele podia transformar o *mar liso* em *embaraçado*, deixando-o parecido com “*água fervendo em uma panela*”, afetando assim o andamento dos trabalhos. O vento ainda era um importante condicionante para o início e término das atividades, soprando para nordeste facilitava a saída para o mar e, para sul, o retorno. Nessa regulação eólica do tempo, a pescaria “*não tem hora certa, o vento é que comanda*”<sup>55</sup>.

Mesmo com motores mais potentes e adaptações na estrutura dos barcos, a direção e a intensidade dos ventos eram fatores determinantes para a saída e o retorno. O vento influencia também na distribuição dos cardumes. Era comum que o local onde a pescaria iria acontecer se deslocasse em função das mudanças de direção do vento. Apesar de essas mudanças poderem ocorrer ao longo de todo o ano, no geral, o verão era caracterizado como um período de *calmaria*, enquanto que o inverno como uma época de *mar agitado*, portanto mais arriscada e menos rentável. Os ritmos da atividade ainda devem considerar um último aspecto, que tem relação com a política de preservação ambiental oficial: o calendário do defeso, que abrange quatro meses no caso do rio (de dezembro a março) e três meses no mar (de março a maio)<sup>56</sup>.

<sup>54</sup> Pescador, entrevistado em 2016, à época com 65 anos. Morador da Vila Esperança.

<sup>55</sup> Aurélio, pescador aposentado que na época da entrevista (2011) estava com 67 anos e trabalhava na secretaria de pesca, cuja sede se localizava em Atafona.

<sup>56</sup> Os modos como essas temporalidades se sobrepõem, por vezes de maneira tensa, foram analisados por Colaço (2015) na contraposição entre o que chamou de “calendário nativo”, “calendário legal” e “calendário político”. Essa indicação sinaliza para a importância de se considerar as nuances na construção dos sentidos do tempo a partir das práticas sociais.

Além desses personagens não-humanos, a pesca se compõe obviamente de relações sociais. Todos os tipos de pesca mais importantes ocorriam em grupos, nos quais a divisão básica de papéis se dava entre “*camaradas*” ou “*companheiros*” e os “*mestres*”. Esses últimos eram geralmente os pescadores mais experientes, podendo ser também os proprietários dos barcos. Eles assumiam o comando das atividades durante as pescarias e se encarregavam da condução do barco. A quantidade de dias que o grupo permanecia no mar variava de acordo com o tipo de pesca. A do camarão e do peroá levava de três a quatro dias, a *de caída de rede*, uma semana, e a mais longa de todas, a *de plataforma*, dedicada à pesca do dourado e da anchova, que também se dava a uma distância maior da costa, durava de duas semanas a vinte dias. Essa permanência do barco e o caráter extenuante das tarefas eram evocados quando se falava do modo como os *camaradas* eram escolhidos: era fundamental que todos se dessem bem. Em muitos relatos a qualidade das relações interpessoais que cada um nutria pelo *camarada* a ser escolhido surgia mesmo antes da sua boa capacidade de trabalho. Era comum que parentes próximos e amigos fossem pescar no mesmo grupo.

Após o retorno, o pescado era dividido em partes iguais, os *quinhões*. Ao mestre eram reservados mais quinhões, sobretudo se fossem eles os que arcassem com os custos do *rancho* (os víveres necessários durante o período que permanecessem no mar, iscas, gelo e óleo diesel para que o barco pudesse partir), o que podia ficar também por conta dos proprietários, que ficavam com uma parte maior do pescado. Aos *camaradas* era reservado um *quinhão* para cada. O volume de cada *quinhão* era calculado em função dessas divisões, a partir do volume total e do tipo do pescado, cujos preços variavam.

A pesca no rio Paraíba gozava de um status muito distinto. Havia uma queixa muito comum acerca da diminuição do pescado ao longo dos últimos anos, situação agravada pelo rompimento da barragem de rejeitos industriais no rio Pomba, afluente do Paraíba do Sul, em 2003. Desde então, foi relatada uma lenta recuperação dos cardumes fluviais na desembocadura. Pescar no rio, apesar disso, não era uma atividade rentável o suficiente e assumia um papel mais associado ao lazer pelos pescadores. Pescar no Paraíba era “*só para a cachaça*” ou só para “*pegar uma manjubinha de sacanagem*”: uma maneira de pegar peixe de maneira rápida sem precisar lidar com os agenciamentos que a pesca marítima implicava. Para todos os envolvidos na pesca, a distância entre o Paraíba e a plataforma era mais do que uma distância métrica: implicava também uma certa moralização dessas distâncias, pois remetiam a

práticas muito contrastantes<sup>57</sup>, de uma pesca que assumia muitas vezes um caráter recreativo e outra em que se lidava com riscos sérios e grandes possibilidades de ganho ou prejuízo.

Além das divisões de tarefas entre os camaradas e mestres dentro dos barcos, a disposição espacial desses últimos no mar cumpria uma função importante. Em relatos sobre acidentes, problemas mecânicos nos motores ou tempestades, o que impediu consequências mais graves foi a proximidade de outras embarcações. Pesca-se na maior parte do tempo rodeado de outros barcos, o que facilita pedir socorro em casos de emergência e contar com o apoio direto dos outros pescadores. Essa disposição próxima dos barcos, que se mistura com a disposição de ajudar em caso de necessidade, atualiza a solidariedade que os pescadores comentam nutrir uns pelos outros. Essa proximidade nunca foi mencionada em sentido negativo, para sugerir que ela pudesse diminuir o pescado, diferente do que costuma ser dito acerca dos barcos de pesca industrial, que costumam ser retratados como instrumentos de uma competição desleal com os pescadores artesanais, por disporem de mais recursos tecnológicos e maior capacidade de carga. Mesmo com eles, no entanto, surgem formas particulares de cooperação. Os pescadores de Atafona indicam que esses barcos vêm interessados na captura de algumas espécies, tidas como “*Classe A*”, a pescada, o namorado e o atum. Os de “*classe B*”, a corvina e o bagre, costumam ser descartados, para que não diminuam a capacidade de armazenamento no espaço refrigerado. Muitas vezes, ao invés de serem de fato descartados, os pescadores dos outros barcos deixavam esses peixes com os pescadores artesanais.

O trabalho *dentro* dos barcos e *entre* os barcos é complementado por um trabalho *fora* dos barcos, que acontece antes e depois das saídas para o mar. A preparação das redes, com a realização de eventuais remendos antes da saída, e a evisceração dos peixes e seu acondicionamento no gelo são atividades para as quais as mulheres contribuem com frequência. Elas não realizam a captura do peixe em si, embarcando e indo para o mar, mas se identificam como pescadoras, e pontuam se são filhas, esposas ou irmãs de pescadores, assim como se têm filhos que trabalham no mesmo ofício.

Os elementos reunidos até aqui confluem para a caracterização de uma situação propícia à pesca, descrita pela noção de “*quadra*”. Por todos os condicionantes envolvidos, a pesca possui um ritmo que não é regular, que não pode ser descrito pelo tempo mecânico do relógio. Basicamente, a pesca vai se dar quando as condições para a navegação são adequadas, quando se encontram os barcos equipados e com o *rancho* e quando os *camaradas* estão disponíveis

---

<sup>57</sup> Contrastos que serão discutidos com mais profundidade mais à frente.

para o trabalho. Ou seja, quando se tem *quadra*. É por isso que “*o feriado do pescador é quando não tem quadra*”, conforme comenta Aurélio<sup>58</sup>.

A habilidade de um pescador não parece estar inscrita somente na maneira como executa os trabalhos manuais em si, mas também na adequada observação da emergência desse arranjo de condições em que a atividade pode se dar da maneira mais proveitosa possível. A pesca acontece em um contexto de espacialidades e temporalidades específicas, nem sempre muito claras de se identificar. Ela demanda perícia na preparação dos barcos, na seleção das redes adequadas para cada tipo de pescado, na iscagem das linhas e na amarração firme dos anzóis. Ao mesmo tempo, a perícia dos pescadores também se refere a uma capacidade de relacionar toda essa capacidade de trabalho com os ritmos das águas, dos ventos e dos cardumes e à sazonalidade do clima, coordenando todos esses ritmos uns aos outros.

Adomili (2007) fala em como o trabalho no mar frequentemente é associado pelos pescadores à sensação de liberdade, dada a imensidão da superfície marinha, sem anteparos que barrem a visão, e como essa sensação contrasta com o confinamento nos barcos, que parecem minúsculos no meio do mar. Essa contraposição entre o espaço intrabarco e extrabarco me remete a estas habilidades contrastantes: lidar com o trabalho pesado, com as redes, linhas e iscas, içando o pescado com a força do corpo, debaixo de sol e chuva, e uma outra habilidade, talvez mais sutil, de afinar a disponibilidade para esse trabalho pesado e os espaço-tempos que permitem uma pesca rentável. Parte do que a pesca é passa pela afinação entre os corpos e o ambiente: a coordenação do trabalho dentro dos barcos, cujos resultados estão conectados ao contexto de fora dos barcos, aos fluxos que se passam no entorno das embarcações, bem como às interações entre os barcos, dos laços de solidariedade que se configuram no mar, e que devem todos ser adequadamente percebidos e levados em consideração. Acredito haver aqui uma oportunidade de reflexão sobre os sentidos da paisagem.

O que poderia dizer uma paisagem-para-os-pescadores se desvela através dessas afinações e rompe com alguns dos pressupostos comumente associados a essa noção, com sua associação exclusiva ao sentido da visão e à linguagem pictórica. É a essa ruptura que o jogo de palavras do título do capítulo se refere: a pesca enquanto um *enquadramento* não se restringe aos limites de uma paisagem confinada entre um primeiro plano e uma linha do horizonte estável, tampouco remete a um quadro estanque de objetos encapsulados em seus próprios contornos externos. A “*quadra*” remete a movimento, a uma confluência de devires, não só humanos, mas também oceânicos, atmosféricos, animais e instrumentais.

---

<sup>58</sup> Ver nota 54.

Quando se fala de paisagem, o antropocentrismo dos estudos de geografia ganha novos capítulos. É comum que se adote o princípio de que diferentes grupos sociais elaboram diferentes versões sobre a paisagem. A polissemia da paisagem é sempre pensada em função das representações elaboradas por diferentes sujeitos, muitas vezes fazendo a ênfase incidir mais sobre a construção dessas representações do que sobre as materialidades, cores, texturas e substâncias que constituem essa circunscrição concreta da existência. Isso acaba reafirmando a centralidade do humano, livre para projetar suas representações sobre um objeto inerte que as acolhe, que passa a ter o seu sentido determinado pelo olhar do observador. A pesquisa com os pescadores possui uma riqueza nesse sentido, ao permitir compreender um modo de vida em que as experiências são abertas aos ritmos e fluxos de seus elementos constituintes, que se sintonizam com as propriedades fenomênicas do meio. Nesse modo de vida, a polissemia não significa só um apelo às múltiplas falas do humano sobre a paisagem, mas remete igualmente às práticas humanas que se cruzam com as do sopro do vento e do marulho das águas, do ruído friccionante do leito fluvial e seus bancos de areia e rochas ao serem tocados pelos barcos, com as coreografias que ligam os movimentos dos barcos com os dos cardumes submersos. O mar é como um verbo, que os pescadores conjugam em modos e tempos descobertos através da lide cotidiana com a pesca.

Se os grupos sociais fazem emergir uma paisagem, é possível indagar em que medida seus modos de vida entram em orquestração com o ambiente, sobre como as decisões, gestos e atitudes são calibrados em função de uma imersão sensorial particular no ambiente, no rumo da constituição de uma paisagem singular, uma experiência que no caso dos pescadores de Atafona não abarca a paisagem somente com os olhos ou através das leis da perspectiva, mas busca identificar nela a *quadra*. Valendo-se de outros envolvimentos sensoriais abertos através da pesca, em um *enquadramento* muito particular do seu horizonte concreto de vida, rumo a uma *Atafonia*, o acorde paisagístico anima e torna corente essa multiplicidade de gestos e atitudes perante o ambiente.

#### **4.2 Considerações a partir de estudos sobre a pesca**

Até esse momento foram reunidos alguns elementos que permitem caracterizar o horizonte de vida dos pescadores de Atafona, uma caracterização que se alimentou sobretudo das observações e entrevistas. Muitos dos temas e fatos relatados até agora ajudam a compor o

horizonte de vida dos pescadores, mas ao mesmo tempo se afiguram como importantes por terem sido antes sensibilizados pela produção de outros autores que trabalharam com recortes empíricos semelhantes.

Os processos retratados na literatura sobre pesca nas ciências sociais permitem notar o que existe em comum e de discordante nos diferentes contextos em que a atividade se dá. Assim, pelas possibilidades de compreensão que esses contrastes abrem, serão discutidas aqui algumas das contribuições de autores que se voltaram para a pesquisa junto a essas comunidades. Será possível perceber alguns traços recorrentes nas disputas que ocorrem nos ambientes de pesca, o que ajuda a remeter os processos em curso em Atafona a uma escala mais abrangente de acontecimentos. Ao longo do capítulo, alguns aspectos ligados ao modo como a pesca se dá no contexto da presente pesquisa serão evocados ou retomados a partir de outras partes do texto, para que as comparações fiquem mais claras.

Um traço recorrente na literatura reunida é o enfoque sobre as condições físico-ecológicas com as quais os pescadores lidam. Isso tanto no sentido de discriminar as especificidades dos diferentes ambientes, como rio, lagos, baías e mar, como também de apontar para sua degradação, o que dificulta seja a captura dos peixes, seja as condições de navegação.

Esses processos de degradação muitas vezes ocorrem em função de atividades situadas fora das áreas de pesca. O fluxo de água dos rios se encarrega de espalhar os poluentes, nem sempre dando conta de diluí-los a níveis aceitáveis. Assim, falando sobre a degradação do rio Jucu, Filgueiras afirma que ela está

relacionada ao progressivo despejo de esgoto não tratado, ligado principalmente ao aumento populacional ocorrido em toda a Grande Vitória, a partir da segunda metade do século XX, com os grandes projetos industriais (Aracruz Celulose s.a., CST, CVRD). O aumento das áreas de pasto, nos municípios do interior do estado atravessados pelo rio contribuiu [...] através do assoreamento, que dificulta a navegação mesmo de barcos pequenos. (FILGUEIRAS, 2007, p.33)

No caso de Atafona, efeitos semelhantes, ligados à dinâmica e ao uso do solo na bacia, fazem-se presentes. Sua localização na desembocadura do Paraíba a torna sujeita a receber os rejeitos industriais e o esgoto não-tratado de áreas urbanas mais distantes. Assim, mesmo que o município de São João da Barra não seja grande o suficiente para produzir uma contaminação da água em larga escala, aí se observam os efeitos da degradação em escala regional, que ocorre por toda a bacia.

Alguns efeitos da proximidade de Atafona com o tecido urbano da sede do município ou mesmo suas relações com Campos também são sentidos. Falando sobre a situação de comunidades de pescadores nesse quadro de urbanização na região sudeste, Hoefle afirma que



os pescadores artesanais lidam com os desafios impostos no mar com a competição com grandes empresas de pesca de larga escala, mas também com desafios em terra, ligados ao progressivo crescimento de atividades urbano-industriais, “na forma de turismo, especulação de terras, expansão urbana e poluição industrial” (HOEFLE, 1992, p.02).

O autor faz a ressalva, entretanto, de que nem sempre os processos de expansão urbana caminham no sentido de impactar negativamente a pesca. Discorrendo sobre o crescimento da ocupação na costa verde a partir da construção da rodovia Rio-Santos (um trecho da BR - 101), Hoefle defende que

No Rio, a costa oriental tornou-se crescentemente urbana enquanto a ocidental tornou-se uma hinterlândia rural com atividades recreativas de fim de semana. Como geralmente ocorre em regiões metropolitanas, se por um lado pequenos produtores são ameaçados pelo avanço da urbanização, por outro eles podem se beneficiar com o acesso a mercados urbanos mais amplos. A possibilidade de vender mais produtos a um preço mais alto permitiu financiar um processo de capitalização, de modo que consideráveis melhorias técnicas puderam ocorrer durante o auge da pesca de pequena escala, entre 1960 e 1990. (HOEFLE, 2013, p.5)<sup>59</sup>

Apesar de os efeitos do aumento da construção de casas já serem igualmente sentidos em Atafona, sobretudo nos terrenos entre a sede do município e Vila Esperança, e das animosidades por vezes presentes entre os moradores locais e as “*peessoas de fora*”, a proximidade com um centro urbano de maior porte é um traço incontornável da ocupação de Atafona. Ela rende oportunidades para os pescadores, sobretudo quanto ao aumento da comercialização de peixes nos fins de semana, feriados e no verão.

Em uma conjuntura mais ampla, os impactos a que os pescadores estão sujeitos são um dos aspectos levados em conta em suas articulações políticas. Sobre o encontro do Monape (Movimento Nacional de Pescadores), Cardoso relata terem sido feitas

denúncias de degradação dos ecossistemas litorâneos e de águas interiores, levada a cabo pela poluição ambiental e industrial, especulação imobiliária, desmatamentos, queimadas, despejos de vinhoto e mercúrio, aterros de mangues e lagos, assoreamento de rios e derramamento de petróleo. (CARDOSO, 2001, p. 82)

O fato de sofrerem os efeitos da degradação do ambiente, a despeito do fato de ela ser muitas vezes engendrada muito além dos seus horizontes de atuação, não impediu, entretanto, que os pescadores fossem alvo de regulações rígidas por parte de políticas preservacionistas. Segundo Silva,

---

<sup>59</sup> No original: In Rio the eastern coast became increasingly urbanised and the western coast became a rural hinterland with weekend recreation activities. As usually occurs in metropolitan settings, if on one hand small-scale producers are threatened by urban penetration, on the other they can benefit from greater access to large urban markets. Selling more produce at higher prices permitted financing a process of capitalization so that considerable technical intensification occurred during the heyday of small-scale fishing from 1960 to 1990. (HOEFLE, 2013, p.5)

na história das unidades de conservação do Brasil tem-se demonstrado forte criminalização dos pescadores artesanais nessas áreas [...] Os pescadores têm sido os elos mais frágeis do processo de modernização nas baías no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro. Os argumentos da criação de unidades de preservação remetem aos problemas, tais como extinção de espécies, poluição, pesca predatória, dentre outros. Trata-se de argumentação genérica e punitiva e muito pouco educativa, que insere todos os níveis de pescadores numa mesma situação de agentes responsáveis pela destruição do meio ambiente. No entanto, historicamente os pescadores artesanais são trabalhadores de uma atividade que vem desde o Brasil colonial com diversidades de técnicas europeias, indígenas e africanas, com respeito à natureza e ao processo natural de reprodução das espécies. Trabalham com baixa tecnologia, em pequena escala de extração e respeitam o processo natural de crescimento das espécies. (SILVA, 2015, p. 100)

Em Atafona, os controles impostos pela política ambiental se fazem sobretudo em relação à proibição da extração de recursos dos manguezais, como madeira ou caranguejos. A ironia da situação foi assinalada diversas vezes: eles vivenciaram a diminuição da variedade e da quantidade de peixes no Paraíba, bem com alterações no volume de água e sedimentos por conta de atividades que ocorrem a montante, e que não têm relação alguma com qualquer efeito ambiental que suas práticas pudessem acarretar, mas ao mesmo tempo são punidos quando desrespeitam as restrições impostas, como se suas ações fossem as grandes responsáveis pela degradação ambiental observada.

Apesar de não concordar com uma visão genérica positiva das ações dos pescadores<sup>60</sup> que, segundo Silva, “respeitam o processo natural”, cabe questionar se ações de cunho punitivo (envolvendo multas, apreensões de redes e barcos e até casos de prisão ocorridos em Atafona) de fato constituem o melhor encaminhamento. A efetividade de uma gestão ambiental pautada em usos tão restritivos pode ser questionada. É ilustrativo o caso descrito por Sautchuk, que permite refletir sobre os efeitos das políticas ambientais na Vila Sucuriju, no Amapá:

Com a proibição da captura, a população e o tamanho dos jacarés também aumentaram, atrapalhando e ameaçando os pescadores. Assim, o que deve ser considerado o fator crítico na reprodução da atividade lacustre não é tanto o mercado regional do pescado (que mantém demanda relativamente estável), mas as mudanças nos domínios ambiental e ambientalista. (SAUTCHUK, 2007, p. 33)

O caso é um lembrete de que o ritmo da pesca se cruza com outros ritmos e dinâmicas próprias, inclusive aqueles ligados ao crescimento das populações de outras espécies, sob as quais as políticas de conservação incidem, sem que as reverberações nas comunidades de pescadores sejam levadas em conta.

---

<sup>60</sup> Existe, por exemplo, acerca das questões ambientais, um ponto de divergência relacionado ao defeso. O efeito que as restrições à pesca em certos períodos do ano poderiam causar é atenuado pelo recebimento dessa renda suplementar. Só que se comenta sobre como alguns pescadores ocasionalmente desrespeitam a restrição mesmo ganhando o seguro, o que constitui uma atitude moralmente reprovável no contexto das interações locais, e que se tenta fazer sem que os outros percebam. Isso mostra a importância de não tomar como pressuposto que sob a denominação de “pesca artesanal” só existam práticas de pouco impacto no ambiente.

O conjunto de tensões a que a atividade pesqueira está sujeita no Brasil não se reduz às situações de degradação do meio ambiente. Cardoso aponta para as disputas que ocorrem entre a pesca artesanal e a chamada pesca industrial:

Parte da frota industrial atuando com técnicas predatórias para as baixas profundidades próximas à costa acarretaram a diminuição da oferta de pescado para os pescadores artesanais, cujos meios de produção não lhes possibilitam um deslocamento mais amplo acirrando disputas pela apropriação desses espaços e do pescado neles contido. (CARDOSO, 2001, p. 81)

Essa disputa foi mencionada com frequência em Atafona, ocasiões em que eram assinaladas as diferenças de tamanho, capacidade de carga e recursos tecnológicos disponíveis nas outras embarcações. Filgueiras chega a apontar a atuação desses barcos como um dos principais motivos para a diminuição do pescado, ao lado da degradação ambiental, por conta da utilização de métodos de captura e exploração de estoques pesqueiros centrados em espécies de maior valor comercial, o que muitas vezes produz efeitos negativos nas demais espécies (Filgueiras, 2007). O relato sobre a competição em Atafona, entretanto, por vezes cedia espaço a uma fala sobre cooperação (como no caso de quando pescadores dos barcos da frota industrial cediam para os pescadores artesanais peixes que, por seu baixo valor de mercado, seriam descartados) ou assumia um tom complacente e conciliador (como quando se diz que “*onde pesca um, pescam dois*” ou “*tem peixe pra todo mundo*”).

Ao mesmo tempo, é preciso dimensionar o que seria esse “deslocamento mais amplo” aludido por Cardoso (2001), o que depende das condições locais de navegação bem como dos tipos de embarcações e recursos de que elas estão equipadas. Em Atafona, com a diminuição do pescado no rio Paraíba e a incorporação de motores nas embarcações, já se opera um deslocamento mais amplo do que no passado, mas ainda assim de abrangência restrita quando comparado a esses barcos de pesca industrial<sup>61</sup>.

Seguindo essa mesma linha de autores que sinalizam para uma disputa entre os pescadores artesanais e outros agentes sociais e econômicos, Ferreira fala dos diferentes modos de apropriação de que a baía de Guanabara (região metropolitana do Rio de Janeiro) é alvo. Nesse caso, a autora não trata da disputa pelos recursos pesqueiros, mas sim de uma disputa que afeta principalmente a circulação de embarcações, que se conjuga com um processo mais antigo de deterioração das condições ambientais da baía:

No mar os espaços que comandam são evidenciados pela nova forma de ocupação da baía de Guanabara, que se impõe e pode ser constatada pela crescente instalação de gasodutos e oleodutos, pelas novas instalações da Petrobrás, pelas áreas Militares e pelo aumento do tráfego e fundeio de grandes navios - muitos de bandeiras

---

<sup>61</sup> Segundo relatos, os pescadores de Atafona podem se deslocar do sul do Espírito Santo até a Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, enquanto é comum que cruzem em alto-mar nessa região com barcos industriais vindos de Santa Catarina.

estrangeiras - em algumas áreas de baía de Guanabara, tais como o profundo Canal Central, também conhecido pelos pescadores como ‘Canal Varrido’. Áreas como essa, de grande profundidade e importante dinâmica de circulação das águas, vêm tendo seu acesso dificultado aos pequenos e médios barcos em razão dos riscos provocados por esse aumento de tráfego de embarcações de grande porte. Desta forma, entendemos que os pequenos e médios pescadores estariam perdendo espaço para a circulação das grandes embarcações. Devemos lembrar que esses pescadores, ao longo do tempo, foram se afastando da costa, em razão da diminuição da quantidade de pescado ocasionada pela degradação e pela poluição de todo o tipo originada a partir da intensificação do processo de urbanização. (FERREIRA, 2014, p. 124-5)

O mesmo argumento que evoca a segurança para justificar a exclusão do acesso a determinadas áreas é usado em relação às plataformas de petróleo, em torno das quais há uma zona de exclusão de 5 milhas náuticas<sup>62</sup>. O problema surge quando, conforme discutido por Bronz (2009), sabe-se como as plataformas se convertem em importantes pesqueiros, e que a transgressão dessas zonas de exclusão representa uma estratégia de reprodução social para os pescadores. Discorrendo especificamente sobre Atafona, Falcão afirma que “os pescadores não assistem a essa situação de maneira estática, eles se ajustam e agem de maneira criativa para continuarem sua reprodução social e econômica, resguardando seu território, mesmo de maneira que pode ser representada como uma infração.” (FALCÃO, 2015, p. 18).

No litoral de São João da Barra, tanto o aumento da circulação de embarcações próximo ao porto do Açú quanto a instalação de plataformas de petróleo resultaram na definição de zonas de exclusão por motivos de segurança e ao mesmo tempo na adoção de práticas que em algum grau implicam a transgressão dessas restrições<sup>63</sup>.

É registrado também, na literatura sobre comunidades pesqueiras, um modo de lidar com essas disputas através do deslocamento. Paula, acerca da pesca no rio Sinos, no Rio Grande do Sul, sugere estar ocorrendo um processo de desterritorialização:

o Rio dos Sinos está deixando de se configurar um território da pesca artesanal, o que tem levado os pescadores locais a estabelecerem territorialidades em outras áreas como os Rio Jacuí e Ibicuí. Entretanto, destacamos que muitos pescadores estão orientando suas estratégias no sentido de incrementar as infraestruturas de navegação e de pesca para viabilizar pescarias em locais mais distante como o Norte da Laguna dos Patos. (PAULA, 2013, p.71)

---

<sup>62</sup> “As áreas nas quais os pescadores de plataforma são proibidos de pescar são classificadas como área de exclusão, zona de restrição ou segurança. Se os pescadores as desrespeitarem existe a possibilidade de serem multados. Como instituído pelas normas de autoridade marítima (NORMAM-08/DPC), estabelecida pela Capitania dos Portos (Marinha do Brasil), ‘são proibidas a pesca e a navegação, com exceção para as embarcações de apoio às plataformas, em um círculo com 500m (quinhentos metros) de raio, em torno das plataformas de exploração de petróleo’ (Seção II - informação sobre o tráfego, item h. - Restrições à Navegação)10, 500 metros de raio equivale a 5 milhas náuticas. Justifica-se esta restrição para evitar acidentes causados pela produção de petróleo, e do mesmo modo, para resguardar os pescadores e mergulhadores que trabalham na região.” (FALCÃO, 2015, p.12)

<sup>63</sup> O modo como os pescadores lidam com esses novos arranjos introduzidos sobretudo por conta das obras e início das operações do porto será discutido mais à frente.

A mobilidade constitui um dos traços centrais no modo com os pescadores de Atafona enfrentam as transformações em curso, tanto em terra, lidando com as reconfigurações decorrentes do avanço do processo erosivo, quanto no rio e no mar, sendo levados a realizar a pesca em locais mais distantes por conta da poluição e do início das operações do porto.

Por enquanto, cabe uma observação nesse esforço comparativo feito a partir de outras pesquisas sobre comunidades pesqueiras. Delas, além de se poder tirar proveito enquanto registros documentais, é possível depreender também algo sobre as abordagens que são adotadas de modo mais recorrente nos estudos dessas comunidades. Analisando uma base de 62 artigos relacionados à pesca<sup>64</sup> apresentados nos Congressos Brasileiros de Geógrafos e nos Encontros Nacionais de Geógrafos de 2004 a 2014, Paula identificou entre os trabalhos analisados duas abordagens predominantes.

A primeira delas é reunida sob a denominação de “abordagens territoriais”, enfoque mais utilizado em trabalhos sobre a pesca, e segundo o levantamento:

Esses enfoques [os territoriais] utilizam conceitos de território, territorialidade, territorialização, desterritorialização. Para tanto, o autor mais utilizado para tratar de território é Claude Raffestin, com a obra *Por uma Geografia do Poder* (1993). O autor baseia-se na realidade material quando compreende que as relações sociais se materializam no território e significam territorialidades. A partir de uma concepção multidimensional, destaca o poder como prática espacial estratégica em todos os níveis, logo, afasta-se da abordagem do poder unidimensional cristalizado no estado, no capital ou na máquina de guerra. Nesse contexto, a ênfase é dada às particularidades do corpo social. Para discutir os processos de (re)desterritorialização, o autor mais evocado é Haesbaert (2007), o qual entende que a dinâmica territorial deve ser estudada no processo contínuo de territorialização e desterritorialização dos atores sociais. (PAULA, 2016, p. 38-9)

Seja por efeitos da imposição de zonas de exclusão da pesca, pelos remanejamentos decorrentes do avanço da poluição ou até mesmo por conta da erosão marinha, essa perspectiva relacionada aos processos de desterritorialização é uma possibilidade de investigação elucidadora para os processos em curso em Atafona e outras comunidades pesqueiras, conforme sugere a discussão empreendida ao longo do capítulo. Já a segunda abordagem mais utilizada é a ambiental, cujos trabalhos

Enfatizam a relação entre a sociedade e natureza na pesca artesanal. Assim, fazem referência à sustentabilidade ambiental (LEFF, 2004) e aos conhecimentos que resultam da relação diferenciada das comunidades tradicionais com a natureza. Enquanto atores cognoscentes, que conhecem porque o conhecimento está inscrito nas suas vidas, esses ‘peritos tradicionais’ têm se destacado por ampliar a qualidade do conhecimento sobre o ambiente em que vivem e pela qualidade e eficácia das suas práticas (PORTO-GONÇALVES, 2002). (PAULA, 2016, p. 39)

---

<sup>64</sup> Paula faz uma observação importante sobre a triagem do material: “Tendo consciência do elevado número de trabalhos que compuseram esses eventos, a escolha dos trabalhos analisados tomou por critério selecionar aqueles que continham no título palavras como pesca, pescador, ribeirão, caçara etc. Assim, compreendemos que outros trabalhos devem ter sido apresentados, contudo, não compuseram a amostra dessa análise” (PAULA, 2016, p. 34)

O exercício proposto neste capítulo partiu de um interesse motivado pelos pontos de comparação que as referências aqui reunidas permitiriam operar, com o intuito de ressaltar algumas das especificidades e dos pontos em comum entre Atafona e outras localidades cuja vida social orbita, ao menos em parte, em torno da pesca. Os autores com os quais se estabeleceu o presente diálogo corroboram com a classificação sugerida por Paula, com a concentração das pesquisas da chamada geografia da pesca nas perspectivas territoriais e ambientais. O autor, no mesmo trabalho supracitado, ainda critica a carência de uma discussão epistemológica nas pesquisas que analisou em seu levantamento. Das suas duas propostas no caminho de uma sistematização do campo da geografia da pesca empreendidas - a identificação das duas abordagens mais recorrentes e a crítica à carência de uma fundamentação teórica mais sólida - surgem desdobramentos importantes para os próximos capítulos.

O primeiro desdobramento é que nem todos os trabalhos levantados para orientar a presente pesquisa em Atafona são oriundos da geografia, tendo sido reservado um papel na condução das pesquisas às etnografias de comunidades pesqueiras. Esse recorte, diferente daquele operado por Paula, permitiu perceber que existem trabalhos na antropologia realizados junto a comunidades pesqueiras que assumiram abordagens na linha territorial ou ambiental, ou mesmo combinações de ambas, mas que ao mesmo tempo sugerem outras leituras que não se encaixam nessa tipologia. Não se parte aqui do objetivo de enxertar um novo recorte empírico no levantamento realizado, indicando a presença de um novo item dessa classificação de abordagens (mesmo porque Paula caminha no sentido de centrar seu foco nas pesquisas da geografia).

O interesse de incorporar uma breve discussão sobre as etnografias gira em torno de três motivos principais. O primeiro liga-se aos investimentos de longa data realizados por antropólogos em comunidades pesqueiras, de modo que a pesquisa possa se valer desses importantes registros documentais que permitiram efetuar comparações e aproximações com o contexto empírico de investigação em Atafona. Um segundo motivo diz respeito ao fato de, por conta do uso do trabalho de campo, ter surgido um interesse pelas etnografias, nas quais essa ferramenta metodológica e as discussões sobre suas potencialidades são alvo de reflexão constante. Esse ponto ajudou na condução das entrevistas e na reflexão sobre as interações ocorridas em campo, bem como os seus significados para os temas que nortearam a pesquisa. O terceiro motivo vem da possibilidade de usar as etnografias não só para obter indicações sobre as vidas nas comunidades pesqueiras e a relação que mantêm com o ambiente, mas também para entrar em contato com os modos distintos como pesquisadores de uma outra área acadêmica organizam uma compreensão sobre os contextos estudados.

Este último motivo, talvez o mais rico, permite aplicar à antropologia um raciocínio caro ao próprio pensamento antropológico, referente ao interesse em compreender a alteridade e, através dela, adquirir novas compreensões sobre aquilo que é familiar. Em alguma medida, a alteridade aqui não é somente composta por outras comunidades de pescadores pesquisadas, mas também por antropólogos que construíram suas pesquisas junto a essas comunidades, como se através de suas produções fosse possível entrar em contato com uma espécie de alteridade epistemológica, que permita, por contraste, repensar algumas das abordagens da geografia ou ao menos torná-las mais claras e consistentes.

A partir desse interesse sobre outros modos de apreender e conferir sentido às experiências dos pescadores em sua lide cotidiana, a discussão empreendida a seguir parte das contribuições feitas na antropologia. Pretendo sinalizar como algumas indicações interpretativas feitas por antropólogos acerca de comunidade de pescadores diferem das perspectivas normalmente adotada na geografia.

Um segundo desdobramento da sistematização de Paula se relaciona a esse ponto. Se de fato concordar com a carência de uma fundamentação teórica nos estudos de geografia da pesca, identificar e discutir outras perspectivas, originadas a partir de outros contextos acadêmicos e interesses disciplinares, pode oferecer pistas sobre aquilo que se deixa de lado ao se adotarem determinados pressupostos de pesquisa na geografia. A pequena amostra sobre como se lida com temáticas ligadas a comunidades pesqueiras na antropologia servirá como um prelúdio a um esforço que balizará os capítulos subsequentes: mobilizar o conhecimento sobre os contextos de vida desses grupos para tensionar algumas abordagens conceituais estabelecidas na geografia e, a partir daí, indicar outras possibilidades de estudo.

Conforme afirma Sautchuk, “pescadores [...] elaboram sobre a água não apenas porque vivem perto dela, mas porque seus principais modos de relação estão integrados a ela.” (SAUTCHUK, 2011). Cabe refletir sobre como a paisagem, suas substâncias e seus ritmos podem alimentar novas possibilidades de interpretação, sobretudo quando se trata de um contexto que não figura tradicionalmente nas pesquisas de geógrafos. Ou, em outras palavras, cabe refletir sobre o que acontece quando a geografia, tal como os pescadores, é conduzida a “elaborar sobre a água”.

## Capítulo 5 – A geograficidade da pesca

Pretendo neste capítulo desenvolver a ideia da emergência de uma paisagem em consonância com a atividade pesqueira. Esse exercício se cruza com uma temática clássica na geografia, a da relação das sociedades com o seu meio, mas retoma uma contribuição de Éric Dardel, no encaminhamento que propõe para a geografia: ocupar-se da dimensão espacial da existência. É assim que se visa a compreender a *geograficidade* da pesca, conceito que expressa o fundamento espacial da existência. Segundo Besse, esse conceito primordial na obra de Dardel remete a um movimento de

levar a sério o enunciado fundamental da geografia clássica segundo o qual ela é a disciplina que trata das relações do homem com a Terra. Porém essas relações, para Dardel, definem uma ‘geograficidade’ primordial que tem repercussões sobre o modo devemos considerar a geografia científica. Elas são compreendidas por Dardel como inscrições do terrestre no humano e do homem sobre a Terra, de tal modo que nem o humano nem o terrestre podem ser geograficamente pensáveis um sem o outro. O ‘sujeito’ e o ‘objeto’ se envolvem um no outro, e para dar conta dessa circularidade que constitui propriamente o mundo geográfico, podemos nos manter unicamente no ponto de vista da ciência que analisa e separa os elementos para colocar em seguida o problema de sua síntese. O mundo geográfico só é autenticamente acessível a partir do nível da experiência vivida, em que o terrestre e o humano se ajustam a uma medida original. (BESSE, 2011, p. 112)

Busco, em um primeiro momento, dialogar com a literatura sobre comunidades pesqueiras, para assim reunir indicações que subsidiem essa compreensão da espacialidade da existência e, em um segundo momento, uma revisão do conceito de paisagem a partir dessa perspectiva teórica sinalizada por Dardel. O esforço se justifica diante da presença de um tom de distanciamento da experiência na produção acadêmica da geografia, um tom que, se adotado nessa pesquisa, ocultaria algumas das dimensões fundamentais do ser-pescador.

### 5.1 Elementos para pensar a experiência de ser pescador

A relação das comunidades pesqueiras com o seu entorno material surge com frequência associada estritamente à reprodução material dos indivíduos, sujeita a distúrbios, seja pelas disputas pela apropriação desses territórios onde se realiza a atividade pesqueira, seja pelos impactos ambientais que se processam a nível local ou regional.

Essa concepção muito pragmática sobre os saberes ligados à pesca não deixa de ecoar o modo como na geografia clássica se discutiam os “gêneros de vida”, como um conjunto de



técnicas que possibilitam, através das alterações no meio, garantir a sobrevivência dos grupos humanos. No entanto, esse enfoque não encerra todas as possibilidades interpretativas em jogo. Sem dúvida, para os pescadores, o conhecimento adquirido na lide com os ritmos e materialidades do ambiente é de fundamental importância para o bom desempenho da atividade. Porém, isso compreende somente um dos papéis que esses conhecimentos desempenham.

Partindo de um diálogo com Maldonado, Filgueiras sugere que o

o mar enquanto meio indiviso e instável, tanto do ponto de vista do perigo quanto da produção, produz um contexto produtivo que vai desencadear diferentes formas de cognição e sociabilidade que, a despeito das especificidades locais, compõem o que a autora chamou de maritimidade, ou seja, o conjunto de práticas e conhecimentos do meio natural, das sazonalidades, dos cardumes, dos locais adequados para a pesca, das formas de organização da produção, que se colocam como imprescindíveis para a realização da atividade pesqueira seja qual for a escala de produção, artesanal ou industrial. (FILGUEIRAS, 2007, p.31)

A maneira como os conhecimentos aparecem aqui abrange também as habilidades que viabilizam a realização da pesca e a reprodução material dos pescadores. Porém, já surge uma nuance importante: as implicações da imersão no mar enquanto um contexto produtivo e como essa imersão reverbera em formas de cognição e sociabilidade. Essa leitura amplia o horizonte interpretativo sobre as técnicas utilizadas, evitando de concebê-la somente a partir de sua função de captura do peixe. Os conhecimentos construídos no contato com essa “maritimidade” assumem uma centralidade nos modos como se organizam as relações sociais e no modo como as interações com o meio são imbuídas de sentido. A discussão fornece elementos para compreender a pesca para além de uma técnica de subsistência – embora ela seja importante enquanto tal: trata-se de uma via através da qual os pescadores constituem a si próprios e, concomitantemente, engendram um tipo particular de imersão no ambiente.

Essa ampliação da perspectiva sobre as técnicas de pesca foi seguida por Colaço, em sua etnografia comparativa entre duas comunidades pesqueiras no Brasil e em Portugal. Falando sobre o contexto da pesca na Lagoa Feia, em Campos dos Goytacazes (RJ), afirma que

A permanência da pesca artesanal na Lagoa Feia, mesmo praticada em condições muitas vezes adversas, pode ser explicada pelo fato de constituir esta atividade uma instituição central, capaz de estruturar as relações sociais do povoado. É, por assim dizer, o elemento catalisador deste sistema cultural. Mais do que um simples meio de coleta visando a suprir as necessidades materiais de uma família, a pesca artesanal imprime sua marca nos aspectos mais elementares da vida cotidiana: a feitura dos instrumentos de pesca, a comercialização do peixe, a alimentação do povoado, as conversas nas casas, nos bares e nas ruas, a transmissão informal dos conhecimentos sobre a Lagoa. (COLAÇO, 2015, p. 51)

Essa leitura na qual a pesca “imprime sua marca” na vida cotidiana é uma pista de interpretação que desejo explorar aqui. Em muitos trabalhos que se pautam mais diretamente

pela abordagem territorial ou pela ambiental, discutidas no capítulo anterior, depreende-se um tratamento dado aos sujeitos que nem sempre é explicitado. É comum que os pescadores e seus modos de vida surjam como os elos finais de uma cadeia de eventos ligada a processos de territorialização promovidos por outros agentes sociais, bem como aos efeitos da degradação do ambiente. Isso os coloca em uma posição de reatividade, como se o modo como constroem os seus mundos e, em última instância, quem eles são fosse secundarizado em função dos impactos que sofrem. É como se o fato de serem afetados por esses processos constituísse o elemento fundamental de suas vidas, o drama essencial de suas trajetórias.

A própria terminologia do “impacto” se revela problemática nesse sentido. Não que se queira negar os tensionamentos a que as comunidades pesqueiras, assim como indígenas, quilombolas, ribeirinhas estão sujeitas no Brasil. Porém essa chave interpretativa tão recorrente na geografia, de valorizar os aspectos mais pragmáticos e ligados à reprodução social nas técnicas tradicionais, e de descrever a vida dessas comunidades a partir dos impactos que sofrem, restringe a compreensão que se pode construir acerca dessas comunidades. Elas fazem muito mais do que reagir a impactos: toda uma vida se articula através do engajamento na pesca. Mesmo quando se deseja entender os efeitos dos chamados “impactos”, o ponto de partida não deveria ser somente o modo como eles reverberam nas condições mais imediatas e superficiais de vida, pois mesmo isso depende da compreensão do sistema social que constroem e de modos particulares de entrar em relação com o ambiente.

A pesquisa em Atafona rendeu boas oportunidades para refletir sobre essas inflexões no modo como encarava a vida entre os pescadores. De início, um dos eixos de investigação que havia imaginado como central era o de apurar sobre a destruição das casas, o aspecto mais simbólico no cenário da erosão marinha, que ajudou a dotar Atafona de uma estética tão marcante. Talvez carregado das minhas próprias preocupações sobre as dificuldades de garantir habitação em um contexto urbano, pensava que esse ponto seria um dos “impactos” mais graves sofridos pelos pescadores. Não esperava que o assunto fosse ser comentado com tanta tranquilidade. Conforme discutido anteriormente, eles haviam criado estratégias para contornar o problema, em parte apoiados nas suas redes de relações, por meio das quais se reunia a mão-de-obra e os materiais para a construção das novas casas com a ajuda de familiares e amigos.

O modo como pensava inicialmente nos pretensos impactos revelava muito do quanto meu olhar era “exocêntrico” (LINDÓN, 2008), tomando a perda de um bem material como o aspecto mais importante das mudanças em curso. Na verdade, o afastamento e a mudança na disposição das casas *entre si* talvez tenham provocado um efeito mais duradouro do que a perda da casa *em si*. Em um contexto em que as relações de vizinhança eram tão intensas, o habitar ia

além da dimensão física ou das características mais ou menos propiciadoras de conforto no interior das casas: elas eram feitas de muros, telhados, portas e janelas, mas igualmente do arranjo espacial em que se localizam, o que potencializava as relações valorizadas entre amigos e parentes.

O que desejo ilustrar retomando esse exemplo é a maneira como uma pesquisa que se pauta pela lógica dos “impactos” pode muito facilmente naturalizar os olhares de fora, como se não fosse necessário conhecer o cotidiano das pessoas envolvidas para compreender como as modificações nas condições do meio ou dos arranjos territoriais irão reverberar nas suas vidas.

Para que essa compreensão possa emergir, os modos como as técnicas e o envolvimento com a atividade de pesca são concebidos têm que ultrapassar o seu papel ligado à subsistência. Nesse sentido, outras nuances da atividade têm de vir à tona. Saber se mover e mobilizar conhecimentos para uma boa pescaria não é somente uma via de se obter o sustento, mas um caminho para a construção de si perante os outros. Para Colaço, “Reconhecer e manipular informações relevantes sobre o funcionamento do ecossistema distingue os praticantes deste ofício. Os coloca em diferentes posições sociais seja dentro ou fora da Lagoa.” (COLAÇO, 2010, p. 174).

Isso ilustra o modo como os saberes articulados em torno da pesca, para além de uma função pragmática mais imediata, a captura do peixe, são indissociáveis do sistema cultural de que fazem parte e podem assumir um papel no estabelecimento de hierarquias em um determinado contexto de interação entre pares. Ser reconhecido como um pescador que detém as disposições corporais e emocionais para desempenhar com perícia as atividades é um traço de distinção perante os demais. Esse reconhecimento influencia, por exemplo, nos convites para realizar as saídas para o mar.

Cabe sublinhar aqui um termo utilizado pelo autor: a pesca artesanal imprime sua *marca* no cotidiano (COLAÇO, 2015, grifo nosso). É significativo que esse termo esteja, nos estudos de paisagem na geografia, muito mais associado ao potencial de a chamada “ação antrópica” imprimir suas marcas na superfície da Terra. É como se o trabalho dos geógrafos fosse acompanhar uma grafia do homem sobre a Terra, uma *antropografia*, no sentido de uma escrita que marca as superfícies a partir das atividades humanas, um modo de criar uma narrativa sobre a história gravada no espaço, atualizada pelas discussões contemporâneas acerca das reverberações negativas que essas marcas têm provocado no equilíbrio ambiental do planeta.

As indicações feitas por Colaço e por outros autores sugerem um outro sentido que essas “marcas” podem ter: trata-se de uma inversão no sentido usual como o termo surge na geografia – e nos estudos de paisagem em particular. Não se trata de ler na paisagem as marcas da ação

humana, mas de compreender como os sujeitos, em sua interação com o ambiente, marcam a si próprios, constituem-se tendo como elemento central essa interação. Os modos como os pescadores interagem com o ambiente implicam reverberações sobre os ritmos de suas próprias vidas e sobre as maneiras como constroem sentido para elas. Ao discutir as mudanças na realização da pesca em São José do Norte, no Rio Grande do Sul, Gianpaolo Adomilli sugere essa ancoragem da constituição dos pescadores nos modos como se relacionam com o ambiente:

‘O mar tá abraçando, vai engolindo a gente. Nós temos que ir cada vez mais longe pra matar o peixe.’ Sua frase carrega um sentimento que sintetiza certo drama acerca deste processo, no qual a pesca embarcada, ao se consolidar enquanto alternativa à pesca na lagoa, engendra uma série de mudança nos ritmos do viver. A dependência crescente em relação ao mar refere-se, primeiramente, a uma temporalidade diferenciada. Esta situação demonstra como há uma configuração cultural que vai sendo construída de acordo com a transformação local da atividade pesqueira. O fato da pesca ser realizada num espaço cada vez mais distante da terra, gradativamente passando da terra para as áreas costeiras e lagunares, e destas para a pesca no oceano, barra afora, se apresenta com certo espanto quando se constata que o mar consome os homens. Ao passo que o distanciamento, possível através de barcos maiores e mais potentes, é narrado como uma escalada, como certo ‘pioneirismo’ em um meio que paradoxalmente é o mais alto e o mais profundo. (ADOMILLI, 2007, p. 188-9).

Essa “configuração cultural que vai sendo construída de acordo com a transformação local da atividade pesqueira” pode ser traduzida pela imagem da marca: os pescadores realizam um trabalho nos diferentes ambientes em que a pesca se realiza, um trabalho que os marca, também, de alguma maneira. Em Atafona, o progressivo distanciamento em relação ao rio e à costa, em parte motivado pela degradação das condições de pesca na desembocadura do Paraíba, provoca ressonâncias parecidas. Os relatos sobre os riscos que acompanham a pesca de plataforma adquirem ares de ato de heroísmo, de afirmação da perícia e das disposições morais que seriam exigidas nesse estilo de pescaria. Os pescadores assim constroem uma imagem de si, baseada na capacidade de serem mais tenazes e hábeis ao se envolverem na pesca de plataforma.

A construção de si através da pesca possui uma centralidade sugerida pelo modo como determinadas disposições transbordam para fora do mar: o trabalho nos barcos engendra modos de relação que orientam as interações mesmo quando não se está realizando a pescaria. Isso é ilustrado pelas indicações de Adomilli:

O tempo em terra, quando prolongado, levava muitos pescadores a buscarem uma transposição das relações de companheirismo do barco, para os espaços públicos dos bares. São espaços onde os pescadores se reúnem para jogar bilhar, canastra e beber cerveja, dando sentido à disposição na retomada das relações de companheirismo que caracteriza o cotidiano de trabalho no barco. (ADOMILLI, 2007, p. 294)

Em Atafona, para a composição da tripulação dos barcos, esses laços de amizade eram o aspecto mais importante. O companheirismo forjado nessas condições ajudava a fortalecer ou enfraquecer esses laços. Se pescar com bons *camaradas* tornava o trabalho mais eficiente e

agradável, cada pescaria era um contexto em que essas amizades eram sujeitas a forte tensão, pela própria dureza do tempo em que permaneciam nos barcos. Fazer parte de uma determinada tripulação demonstrava a existência de vínculos e ao mesmo tempo apontava a necessidade de atualizá-los cotidianamente, pela boa execução das tarefas, por uma adequada disposição para o trabalho e bom relacionamento com os *camaradas*.

O transbordamento das relações de companheirismo do barco para a terra firme é ilustrativo das marcas que a pesca promove no cotidiano dos pescadores. Esse caráter central da pesca na organização da vida nessas comunidades também é ilustrado pelo acoplamento que se sugere haver entre o trabalho no mar e o modo como é associado a uma determinada vivência do tempo. Ainda segundo Adomilli,

a perspectiva do trabalho assalariado em terra também pode ser pensada de forma negativa, uma vez que se contrapõe à ideia de ‘liberdade’ associada às pescarias. Um primeiro aspecto dessas diferenças reside nas relações tradicionais de trabalho marcadas pela informalidade que caracterizam a pesca [...]. Em segundo lugar, para os pescadores, a experiência de trabalho terrestre consiste na temporalidade do assalariamento, que obedece a rotina de ‘bater cartão’ para entrar e sair do trabalho, enquanto que na pesca há uma clara percepção de que o tempo livre em terra, embora reduzido, é usufruído com intensidade [...] Ao retornarem, dedicavam-se ao convívio familiar, mas também passavam, na medida do possível, a frequentar bares, bailões e domingueiras, no convívio com os amigos ou na alegria de poder jogar uma partida de futebol. (ADOMILLI, 2007, p. 296-7)

As oportunidades de trabalho mais acessíveis aos pescadores de Atafona com a implementação do porto do Açúcar alimentaram esse tipo de demarcação de diferenças entre ritmos de vida e temporalidades distintas. Trabalhar na construção civil, tendo que se adaptar ao tempo regado do “bater cartão”, expostos durante todo o dia ao sol e sendo submetidos a uma hierarquia rígida e impessoal de trabalho, caracterizava uma atividade tida como desagradável, à qual muitos recorreram somente por necessidade e pela relativa segurança que esses empregos ofereciam. A pesca, mesmo sendo considerada atividade instável e insegura, era alvo de valorização por estar associada a condições ambientais mais agradáveis (a proximidade da água, a constância do vento), a uma temporalidade menos rígida (eram as condições atmosféricas que comandavam as saídas para o mar e o tempo de permanência dependia de suas próprias observações sobre o comportamento dos ventos e das marés) e a um padrão de sociabilidade e hierarquia de trabalho considerado mais justo (trabalhava-se entre *camaradas*, sob o comando do *mestre*, que assumia essa posição pela sua própria experiência com a pesca, além de os rendimentos serem divididos entre a tripulação segundo acordos claros e negociáveis).

Esse arranjo de relações de trabalho e sua ligação com as variações das condições ambientais faziam com que os pescadores em Atafona usassem frequentemente uma caracterização da pesca como uma atividade mais livre. Formava-se assim uma contraposição

entre a liberdade da pesca, mesmo com as limitações ligadas à insegurança de seu potencial em prover o sustento das famílias, e o “*bater cartão*” das atividades assalariadas, que, apesar de implicarem uma temporalidade e relações de trabalho não apreciadas, proporcionava um grau de previsibilidade maior em relação aos seus rendimentos do que a pesca. Essa instabilidade econômica que marca os trabalhadores do mar é recorrente na literatura sobre a pesca artesanal, sendo sublinhada por Diegues:

O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado deve ser vendido rapidamente, o que, usualmente, lhe são desfavoráveis. (DIEGUES, 1999, p. 371)

Essa caracterização das condições em que ocorre a pesca em Atafona assumia uma dubiedade semelhante: a fluidez, a instabilidade e a flutuação de circunstâncias ideais para o bom desempenho da pescaria oscilavam ora em direção a uma imagem de liberdade, ora de instabilidade e insegurança. Se, por um lado, a falta de uma regularidade rígida, como aquela exigida nos trabalhos assalariados, era valorizada, por outro a ausência de qualquer garantia era apontada como um ponto negativo, gerador de incertezas que afligiam os pescadores.

O trabalho nesse contexto parece associar-se à gênese de determinadas habilidades e afetos. Em sua discussão sobre a aprendizagem dos pescadores em sua imersão em um contexto material tão singular, Sautchuk sinaliza para a constituição de uma disposição específica para o trabalho, construída em consonância com essas propriedades do meio e o tipo de inserção que nele se tem através da pesca. Ser um bom pescador não seria algo a ser alcançado pela execução adequada de um conjunto de técnicas previamente dominadas. Não se trata do domínio de uma habilidade como se ela fosse uma propriedade inerente ao sujeito, que pudesse ser executada independentemente do contexto em que se desenvolve. O trabalho na pesca sempre apresenta essa natureza situacional: a pesca é um engajamento particular entre um fluxo de acontecimentos instáveis que eventualmente se harmonizam em condições que se acredita serem propiciatórias para uma boa pescaria. Parte daquilo que faz um bom pescador é a perícia em observar a orquestração dessas condições em fluxo, assim como promover o agenciamento adequado para aproveitar ao máximo tais condições quando elas surgem e ao longo da duração instável em que se manifestam. É nesse sentido que Sautchuk capta uma nuance do que seria um *barco* junto aos pescadores do Sucuriju:

Um *barco aviado*, isto é, pronto para partir à pesca, compõe-se de vários elementos, dentre os quais o motor, o aparelho, os tripulantes etc. A falta de uma peça mecânica, do sal ou de um tripulante são exemplos corriqueiros da incompletude que leva um barco a permanecer *no porto*. O termo *barco* refere-se assim a algo mais amplo do

que o termo *embarcação*, ele é um conjunto de elementos engajados nos regimes da pesca. (SAUTCHUK, 2007, p. 152)

O modo como o autor caracteriza o barco sublinha os aspectos relacionais envolvidos. O sentido que as embarcações possuem não é essencializado: ele deve surgir a partir de um determinado arranjo de circunstâncias, como uma ferramenta que só passa a funcionar inclusa em um certo circuito de relações. Os barcos acabam desempenhando um papel fundamental na mediação com o ambiente ao se constituírem como um nexos fundamental desse circuito de relações. Essa natureza relacional dos barcos encontra paralelo também nos modos de engajamento dos pescadores. Sautchuk chama atenção para a necessidade de o pescador tornar-se *ativo*:

Ser *ativo* quer dizer engajar-se em sinergia com outros elementos, envolvendo-se nas ações que compõem o serviço no barco, mas não de um modo maquinal, e sim se prontificando em qualquer situação e principalmente mostrando ímpeto e desembaraço, quando uma dada configuração dos elementos do barco propicia a intervenção do pescador. (SAUTCHUK, 2007, p. 178)

Dentre os fatores que estavam sob o alcance da ação humana, as disposições que pescadores de Sucuriçu chamavam de *ser ativo* eram observadas em Atafona, evidenciadas particularmente no contraste que os pescadores mais experientes faziam entre si e os mais jovens. Para eles, estava se perdendo a tenacidade para o trabalho, e os mais jovens eram associados a um ato de “*fazer corpo mole*”, não sendo confiáveis durante as pescarias. Independentemente do peso que se possa atribuir a essa generalização, certamente não corroborada pelos mais jovens com quem pude conversar, esse contraste ajuda a compor uma determinada elaboração sobre o universo masculino perante aquele grupo.

A narrativa dos desafios e riscos que a pesca impõe, o modo como o pescador deve lidar com eles através de suas habilidades, de seus conhecimentos e da solidariedade cultivada entre os *camaradas*, e sobretudo o tom enfático e orgulhoso que essas narrativas adquiriam, descrevem a rotina do trabalho no mar, e ao mesmo tempo sublinha o investimento afetivo de que essa rotina se imbui. Em alguma medida, falar sobre como a pesca deixava os homens “*acabados*”, pela exposição ao sol e ao sal, era algo que sugeria de modo implícito o quanto eram resistentes. Falar sobre a instabilidade do volume de pescado sugeria sua persistência. Falar de como o trabalho era pesado os apresentava como fortes. Era como se operasse uma reversão dos sentidos negativos geralmente atribuídos às atividades que demandavam força física. Discorrendo sobre a relação dos pescadores com a educação formal, Sautchuk apresenta alguns pontos para essa discussão:

É necessário incorporar aqui a discussão de Guedes (1991), sobre a opção das classes trabalhadoras urbanas pelas profissões que têm algum envolvimento corporal, mesmo quando há outras opções. Guardadas as especificidades, é possível ver na prática dessa

‘decisão’ pela pesca no Sucuriçu, não apenas o fracasso em relação aos estudos, mas o valor também da atividade da pesca, como algo com tons negativos frente aos estudos. Ainda dialogando como o trabalho de Guedes (1991), se não é o caso de falar de uma ‘cultura anti-escola’ no Sucuriçu (mesmo que exista algum menosprezo pelo saber escolar face às capacidades relativas à pesca), pode-se evocar sem dúvida o papel central de um ‘ethos masculino’, que envolve as atividades profissionais opostas à escola. (SAUTCHUK, 2007, p. 240)

Apesar de ter ouvido muitas vezes um lamento sobre as dificuldades de continuidade dos estudos, o que, segundo os pescadores, dificultava a obtenção de melhores condições de vida, ao mesmo tempo o envolvimento com o trabalho na pesca era valorizado por aquilo que o enfrentamento de seus riscos parecia sugerir acerca dos próprios pescadores. Em outras palavras, parece haver uma permeabilidade de sentido entre a pesca e quem os pescadores são: o envolvimento com a pesca é um traço definidor. Mesmo quando se fala de suas precariedades e incertezas, afirma-se algo importante acerca das qualidades daqueles que se engajam nessa atividade.

É oportuno evocar aqui um outro contraste: aquele em relação às mulheres. Se as investidas em alto-mar adquirem ares heróicos ao serem narradas pelos homens, entre as mulheres, que permanecem em terra, o tom é bem diferente. Para elas, a saída dos homens, seus filhos, maridos, netos e irmãos para o mar é carregado de ansiedade perante os imprevistos que podem acometê-los no mar. O medo de que ocorram acidentes é constante, mesmo que a saída para a pesca seja algo corriqueiro. Ao mesmo tempo, o retorno para a terra nem sempre representa um pleno alívio. Há a queixa constante de que os homens, ao retornarem, acabam por frequentar bares junto com os amigos de pesca. As mulheres então se dividem entre o temor de perdê-los para o mar ou perdê-los para essa sociabilidade, em parte forjada nos barcos. Mesmo sendo uma vivência muito distinta do tempo e uma maneira também distinta de conferir sentido para as saídas para o mar, esses afetos revelam mais uma vez como a vida na comunidade se articula em torno dos acontecimentos relacionados à pesca.

Se as condições em que a pesca ocorre são flutuantes e podem mudar rapidamente, frente a elas cabe uma certa capacidade de ação e de adaptação que faz diferença no bom andamento da atividade. Em Atafona, essa predisposição para o trabalho era evocada como um fator de diferenciação entre os pescadores. Da mesma maneira conforme indicado por Colaço (2010) acerca da pesca na Lagoa Feia, o conhecimento acerca das condições de navegação e técnicas de pesca em si ajudava a definir posições sociais. Porém igualmente assumia relevância essas disposições para o trabalho observadas na preparação do barco (quando o *rancho* deveria ser providenciado), durante a estadia no mar (com todas as operações requeridas para a captura do peixe) e no seu retorno (com o seu descarregamento e encaminhamento do pescado para a



eviceração, acondicionamento, transporte e comercialização). Ser um bom pescador não diz respeito somente ao domínio de um certo tipo de conhecimento, encerrado na mente, mas também a um contínuo envolvimento com os barcos, os *camaradas* e com o ambiente, pois o único jeito de tornar-se *ativo* é o engajamento na atividade.

Mesmo com uma atenta observação das condições para a pesca e a criação de uma adequada disposição para o trabalho, consonante com os ritmos que a pesca assume em cada ambiente, ainda assim a atividade se desenvolve em um contexto de incertezas. Diante delas, era comum em Atafona que essas oscilações entre sucesso e fracasso, por vezes inexplicáveis do ponto de vista das condições observáveis e dos arranjos para a pescaria, fossem associadas a uma narrativa de cunho religioso. Isso se assemelha ao indicado por Colaço:

Os movimentos das águas, a incidência dos ventos ou o comportamento das espécies são a dimensão objetiva de algo que não pode ser visto, isto é, a vontade divina e as forças sobrenaturais. Sabem, assim, que sua intervenção, diante deste quadro, é muito limitada. (COLAÇO, 2015, p. 273)

A capacidade de trabalho e as flutuações do ambiente se somavam a essa esfera mais ampla, intangível, que influencia o modo como o ambiente é imbuído de sentido, notada sobretudo nos pontos de articulação entre a fala sobre os ritmos do ambiente e as referências à religião e à vontade divina. Por mais que se possam tomar medidas que visam a diminuir os riscos e aumentar as chances de sucesso, há o reconhecimento de uma força que escapa a qualquer tentativa de contenção ou controle, uma força com poder de salvar ou destruir e à qual se presta referência.

As pesquisas aqui debatidas sugerem uma grande variedade de temas. Elas caminham no sentido de identificar no trabalho no mar, rios e lagos um traço inelutável no cotidiano das comunidades pesqueiras, influenciando o modo como se configuram as interações, com a criação de vínculos afetivos e a constituição de hierarquias e posições sociais distintas. Mesmo as disposições afetivas, como aquelas que permitem assumir engajamentos requeridos para a boa execução das atividades, têm sua gênese relacionada a modos específicos de relação, engendrados a partir da pesca, problematizando a dicotomia entre essas dimensões supostamente internalizadas e o comportamento exterior dos indivíduos.

As interpretações empreendidas nas etnografias aqui apresentadas ampliam a discussão sobre a pesca para além da subsistência ou para o modo como as comunidades lidam com determinados “impactos”. O que gostaria de reter desse debate é o contraste que ele promove em relação às abordagens mais recorrentes na geografia.

Um primeiro ponto de articulação diz respeito a alguns aspectos que não costumam receber atenção muito detida por parte dos geógrafos, mas que constituem tópicos importantes

para compreender a imersão dos sujeitos em seus contextos materiais de vida. Para levantar somente um desses aspectos negligenciados, pode-se apontar para o modo como as emoções se fazem ou não presentes nos estudos da geografia. Cabe retomar a crítica de que

Na superfície, a geografia frequentemente nos apresenta um terreno emocional estéril, um mundo desprovido de paixão, espaços ordenados somente por princípios racionais e demarcados de acordo com lógicas políticas, econômicas ou técnicas. Essa ausência aparente, no entanto, não surpreende muito, já que as emoções nunca são simplesmente fenômenos de superfície, elas nunca são fáceis de definir ou demarcar, de serem observadas ou mapeadas, embora elas estejam presentes em todos os aspectos de nossas vidas.<sup>65</sup> (BONDI et al, 2005)

Nesse mundo desprovido de emoções, é possível depreender uma concepção implícita do que caracterizaria os sujeitos. Imersos na tarefa de sua própria sobrevivência, instrumentalizando-se dos recursos do meio para garantir sua reprodução material (eventualmente ameaçada por impactos ambientais ou pela emergência de novos atores que promovam arranjos territoriais disruptivos em relação aos seus modos de vida), os pescadores parecem se mover perante um meio inerte, que lhes provê, com maior ou menor dificuldade, seu sustento. Depreende-se também o seu caráter passivo diante de agentes hegemônicos (que comprometem a qualidade ambiental dos locais de pesca ou comprometem seus modos de acesso aos mesmos). Em todo o caso, são motivações estritamente pragmáticas que parecem movê-los.

A partir da amplitude das discussões realizadas nesse capítulo, concluo que circunscrever o modo de vida dos pescadores à sua reprodução material é uma maneira demasiado esquemática e restritiva de conceber quem são os pescadores e como se dá sua relação com o ambiente. A pluralidade de temas evocada nas etnografias fornece indicações valiosas de pesquisa, porém ao mesmo tempo faz surgir o desafio de como tais discussões podem ser postas no campo da geografia, como fazer essas leituras dialogarem com os interesses desse campo de conhecimento, em suas particularidades. Em suma, levar adiante as indicações reunidas aqui produz o desafio de operar uma tradução dessas contribuições de modo que elas possam ser alvo de novos desenvolvimentos, levando em conta as especificidades da geografia enquanto campo de conhecimento.

Como um guia na discussão aqui empreendida através de uma seleção de pesquisas etnográficas, tomo como referência as discussões de Augustin Berque sobre os diferentes sentidos atribuídos ao espaço no pensamento ocidental. Partindo da recuperação das noções de

---

<sup>65</sup> On the surface, the discipline of geography often presents us with an emotional barren terrain, a world devoid of passion, spaces ordered solely by rational principles and demarcated according to political, economic or technical logics. But this apparent absence is hardly surprising since emotions are never simply surface phenomena, they are never easy to define or demarcate, and they are not easily observed or mapped although they inform every aspects of our lives. (BONDI et al, 2005)

*topos* e *chôra* na filosofia grega, sobretudo das obras de Platão, Berque se esforça em questionar modos muito consolidados de pensar a relação dos sujeitos e o seu meio. Na tradição que mais se desenvolveu no pensamento ocidental, largamente presente na ciência, o espaço é concebido como um limite externo ao ser, passível de ser objetivado e medido, um sentido próximo do que seria o *topos*. Por outro lado, Berque recupera os sentidos contidos na noção de *chôra*, uma outra possibilidade de conceber a imersão do humano no mundo: a sua condição de não ter o seu ser delimitado pelas suas formas exteriores. Para Berque, o que distinguiria a condição humana da dos demais seres seria o prolongamento de sua existência para além dos limites de seu corpo animal:

Essa saída do ser para fora não é outra senão a irrecusável existência de nosso corpo social: o tecido dos aparelhos simbólicos e técnicos dos quais são feitos os meios humanos, sem os quais nós não saberíamos ser propriamente humanos, uma vez que não haveria mais uma existência humana. E as cidades, a obra mais humana, são o lar desses sistemas simbólicos e técnicos; elas são o lar do nosso corpo social. As tratar como puros objetos em um espaço puramente métrico é atentar contra nossa humanidade.<sup>66</sup> (BERQUE, 2000, p. 47)

Essa leitura aponta na direção de compreender a existência humana em seu movimento de desdobrar-se para além dos corpos dos sujeitos: aquilo que somos não seria algo a ser compreendido por um mergulho subjetivo e individualizado, e sim pela imersão de nós mesmos nos contextos de que fazemos parte e ao mesmo tempo que ajudamos a compor. O ser do humano deixaria assim de ser concebido como uma propriedade inerente aos sujeitos e fechada em seus corpos. Tal leitura constitui um segundo ponto de articulação, também sugerido no contexto das pesquisas em comunidades pesqueiras por Duarte (1999): a relação de constituição dos pescadores enquanto sujeitos com sua imersão particular no meio através da atividade pesqueira. Defendo que este eixo reúne possibilidades muito ricas para a revisão dos estudos na geografia, uma revisão que pode acrescentar novas nuances de pesquisa no sentido de compreender uma temática clássica da disciplina: a relação do homem com o meio.

Antes de chegar a esse debate, empreenderei uma discussão sobre alguns dos pressupostos associados aos estudos de paisagem. Tal noção tem tradicionalmente, capitaneado o interesse pela referida relação homem - meio, o que oferece a possibilidade de, a partir de sua discussão, tematizar os modos como se pensa a inserção das sociedades e dos grupos sociais em seus horizontes de vida.

---

<sup>66</sup> Cette sortie de l'être au dehors, ce n'est autre que l'irrécusable existence de notre corps social: le tissu des appareils symboliques et techniques dont sont faits les milieux humains, sans lesquels nous ne saurions être proprement humains, puisque il n'y aurait plus d'existence humaine. Et les villes, l'oeuvre la plus humaine, sont le foyer de ces systèmes symboliques et techniques; elles sont le foyer de notre corps social. Les traiter comme des objets dans un espace purement métrique, c'est atter à notre humanité même. (BERQUE, 2000, p. 47)

## 5.2 Morte e Vida da noção de paisagem

É comum evocar o caráter polissêmico da noção de paisagem como um reflexo dos investimentos tão contrastantes de que é alvo. Por meio de práticas sociais variadas, de esforços de estudo e intervenção por parte de profissionais de áreas de formação distintas, a referência à paisagem se difunde, penetrando em várias camadas da vida cotidiana e se renovando em suas formas de expressão. No entanto, é igualmente comum que logo após a menção à sua polissemia se opere uma restrição do seu significado a limites muito mais estreitos que essa variedade de sentidos sugere.

Esse é o caso da geografia, em particular, e das suas reiteradas tentativas de se servir da noção de paisagem na orientação de alguns dos seus estudos. Tomando a produção acadêmica da geografia como um campo de reflexão com longa tradição em pesquisas pautados pela noção de paisagem, o objetivo desse capítulo é de promover um debate sobre algumas abordagens desenvolvidas pelos geógrafos, e que de alguma maneira ganharam concretude pautados na referida noção. Os modos como a paisagem tem sido concebida e mobilizada enquanto ferramenta de compreensão podem se constituir como um eixo de leitura sobre o projeto de conhecimento presente na geografia, em diferentes épocas e contextos institucionais.

As discussões que realizo são alimentadas pelos desdobramentos da pesquisa junto aos pescadores: partem do intuito de mobilizar uma literatura sobre a noção de paisagem no sentido de afiná-la à compreensão do contexto em questão. Assim, opero um movimento duplo: em primeiro lugar, sugerir em quais pontos as discussões sobre paisagem na geografia promovem uma abertura para novas compreensões acerca dos fenômenos estudados e, em segundo, tirar proveito das experiências desveladas a partir da pesquisa para submeter os estudos de paisagem a uma crítica, circunstanciada pelo próprio envolvimento com o contexto da pesca. Não se trata de um levantamento amplo sobre o desenvolvimento do conceito na geografia, mas sim de uma discussão teórica estreitamente vinculada às indicações a que cheguei a partir da pesquisa de campo. Alguns desdobramentos da pesquisa em Atafona foram eleitos como eixos de leitura sobre as propostas concernentes à noção de paisagem. Assumo, portanto, que, longe de construir um panorama sobre o que os geógrafos disseram sobre a referida noção, minha intenção é de me valer de uma leitura enviesada sobre essa discussão conceitual, um viés que toma como orientação as observações e experiências de campo.

Procuro fugir da postura que elege o conceito como uma lente de análise, como se ele encerrasse em si todas as possibilidades de compreensão da realidade. O movimento que busco

é o de tensionar as ideias associadas à paisagem na geografia, com intuito de fazer reverberar nela os pontos cegos que a própria noção cria. A partir do que já foi discutido sobre os pescadores e pescadoras de Atafona, pretendo abrir a discussão para as ressonâncias vindas do cotidiano da pesca, dialetizando a paisagem a partir dessas vivências.

Um primeiro ponto diz respeito às consequências de uma adesão a um modelo de cientificidade calcado no controle e objetivação da experiência, cuja expressão é o modo como o olhar assume centralidade na geografia. É notório que, nas últimas décadas, tem ocorrido um esforço de aproximação em relação aos modos como os diferentes grupos sociais vivenciam o espaço. Isso demanda uma atenção especial para a chance de essas experiências não necessariamente valorarem os mesmos aspectos aos quais a paisagem é identificada nos estudos da geografia. Para apontar algumas das possibilidades pouco exploradas, é interessante recuperar os modos como um determinado projeto de conhecimento se constitui na disciplina, um projeto que se reflete e que ao mesmo tempo se faz através do entendimento sobre a paisagem.

É um traço recorrente nas críticas à ciência moderna o modo como ela parte de uma determinada concepção de sujeito. Para Azevedo et al. a “produção do conhecimento científico moderno tem subjacente a descorporização do sujeito, a subtração da experiência sensorial no seu conjunto em detrimento da experiência ocularcêntrica” (AZEVEDO et al., 2009, p. 11). Essa postura reverbera na maneira como o pesquisador se posiciona diante do contexto estudado: o despojamento das emoções e afetos, a redução da sensibilidade a uma observação orientada para o visual, tido, por sua vez, como o sentido mais facilmente submetido a critérios de objetividade. Partindo dessa discussão entre a ciência moderna e o modo como o sujeito passa a ser concebido através dela, Le Breton afirma que o corpo passa a ser alvo de suspeita pois

O universo vivido, sentido, tal como aparece graças às atividades perceptivas, cai em desgraça em proveito de um mundo inteligível, puramente conceitual. Ao mesmo título que a imaginação, os sentidos são enganadores, não se poderia fundar sobre eles a menor certeza racional. As verdades na natureza já não são imediatamente acessíveis à evidência sensorial; elas são objeto de um distanciamento, de uma purificação, de um cálculo racional. (LE BRETON, 2012, p. 111)

O discurso científico moderno é caudatário dessa tentativa de purificação do conhecimento em relação às interferências que a sensorialidade do corpo provoca. Ainda segundo Le Breton, esse modo particular de conceber o conhecimento acaba engendrando e ao mesmo tempo se apoia em uma série de práticas, algumas das quais relacionadas a um eixo muito pertinente para discutir a geografia, a produção de imagens:

com as diferentes mediações técnicas, que ampliam o domínio utilitário pelo homem

do mundo que o cerca, outro uso dos sentidos aparece, mas dissociado do corpo. O homem consegue ver astros furtarem-se à apreciação do mero olhar, ele percebe o infinitamente longe e o infinitamente pequeno. E essas descobertas são como a confirmação experimental para os mecanicistas das insuficiências da sensorialidade humana. (LE BRETON, 2012, p.115)

A ampliação da gama de fenômenos a que se tem acesso através dos dispositivos técnicos parece ao menos ilustrar a necessidade de uma desconfiança em relação aos sentidos tal como emergem do corpo a partir de sua imersão no mundo. Aquilo para o que nem sempre se atentou foi o risco de que, ao desprezar a sensibilidade do corpo, perdesse-se também o acesso à cotidianidade, à vivência concreta e sempre em fluxo dos acontecimentos na vida de todos os dias. Essa experiência acaba escapando a esse projeto de conhecimento, uma vez que o corpo através do qual ela é sentida passa a ser tido como imperfeito de acordo com as demandas do método científico moderno.

Esse modelo epistemológico da modernidade produziu seus efeitos na geografia. Discorrendo sobre a produção do conhecimento geográfico do início do século XX, Philo indica que a chamada geografia humana tradicional geralmente se concentra nos aspectos tangíveis, contáveis e mapeáveis dos fenômenos que se apresentam aos sentidos, sobretudo a visão. A partir desse enquadramento, os geógrafos passariam a seguir as modificações humanas no ambiente natural ou a produção humana da paisagem<sup>67</sup>.

Há sinalizações de que essa associação entre saber e objetivação através do olhar perdura na disciplina. Hissa (2006) também identifica na ciência moderna essa pretensão de controle, que acaba investindo o olhar do papel de fundamento para um conhecimento objetivo da realidade. O autor sugere um questionamento interessante para a presente discussão: “na geografia [...] olhar seria observar e contemplar para descrever o que está à mostra, o que é visível e aparente. Tal interpretação não estaria amesquinhando a própria natureza do saber geográfico?” (HISSA, 2006, p. 179). Esse amesquinhamo da natureza do saber geográfico é uma pista sobre o que se ignora ao se conferir centralidade à dimensão visível, ou antes sobre um visível ancorado em práticas disciplinares que o encerram em uma determinada acepção do que é para ser visto, bem como na eleição dos meios adequados para o seu registro. É assim que se pode compreender a valorização de um modo particular de observação e sua relação com uma ferramenta fortemente ligada às práticas dos geógrafos, a cartografia:

As descrições clássicas da geografia construíram-se, basicamente, a partir do exercício de observação fundamentado no olhar. E, de um modo geral, o que se pretende por síntese, em geografia clássica, é transportado para o mapa. A cartografia,

<sup>67</sup> No original, a geografia tradicional “generally took the end-point of its enquiries to lie in patient accounts of obvious, tangible, countable and mappable phenomena present to the senses (primarily sight) of the geographical researcher. It thereby concentrated on observable human modifications of natural environment [...] or equally observable human productions in the landscape [...]” (PHILO, 2000, p. 30)

portanto, passa a ser compreendida como uma técnica indispensável ao trabalho de síntese espacial, que se realiza através do mapeamento do visível, do fotografável e do perceptível ao olhar. Não são tomadas como objeto de investigação, e mesmo da ‘síntese geográfica’ e de sua representação, as relações e os processos ‘invisíveis’, também constitutivos da realidade aparente. Ressalte-se que, na atualidade construída pelo desenvolvimento tecnológico, alguns mapeamentos podem ser elaborados sem a participação corriqueira do olho humano, através da utilização de programas especiais de informática que, a partir de imagens, reconstroem imagens do relevo, simulando a estereoscopia e localizando referências de altitude e coordenadas. (HISSA, 2006, p. 188)

A crítica não necessariamente deve conduzir ao desprezo das dimensões visíveis, quantificáveis e mapeáveis dos interesses de estudo na geografia. O que se questiona é a possibilidade de a ênfase nesses aspectos ter conduzido ao silenciamento de tantos outros, que pontuam a experiência de espaço dos sujeitos. Conforme apontado por Hissa, a “síntese” geográfica acaba excluindo aquilo que não é aparente, e já nessa escolha descarta a possibilidade de compreender pontos de articulação da experiência que os sujeitos cultivam em sua imersão no mundo<sup>68</sup>.

Acompanhando a indicação de Daniel Hiernaux-Nicolas, cabe a ressalva de que a adesão a esse modelo não foi tão absoluta. Segundo o autor, a obra de Alexander von Humboldt, nos primórdios da sistematização dos conhecimentos que vieram a ser reunidos como geografia, foi construída conferindo profundo valor à expressão poética e à experiência direta nas paisagens. Igualmente na obra de Elisée Reclus encontram-se descrições literárias que fogem ao pretense distanciamento da sensibilidade (HIERNAUX-NICOLAS, 2008). Algo semelhante também é dito sobre uma das correntes que frequentemente é associada à valorização do visual: a chamada geografia clássica francesa. Ribeiro, discutindo a partir de Besse e Mendibil<sup>69</sup>, sugere que o papel que o uso da descrição possuía na geografia ia além do mero registro preciso do que era visto:

A geografia dita clássica foi objeto de inúmeras críticas por conta do lugar que concedia à descrição, julgada incapaz de dotar a disciplina de cientificidade. Essas críticas estão, ao nosso ponto de vista, equivocadas, porque elas julgam a visão ‘clássica’ de maneira parcial e descontextualizada. Jean-Marc Besse situa com êxito a descrição em uma tradição muito rica e antiga, ligada à pintura de paisagens (BESSE, 2000). É nesse contexto que se deve localizar o *Tableau de la Géographie de la France* [Quadro de Geografia da França]. Esse título e sua abordagem largamente descritiva, não são acidentais: o quadro não é uma pintura da França? Ele não busca reconstituir com nitidez aquilo que nossos olhos podem ver? A descrição detalhada não é ligada, além disso, à necessidade de sublinhar toda a riqueza inerente ao solo francês e, do ponto de vista metodológico, não é um reflexo do trabalho de campo? É

<sup>68</sup> A oposição mesma entre sujeito e mundo pode ser em si problematizada, dando origem a novas pistas de investigação na geografia, conforme será discutido no próximo capítulo.

<sup>69</sup> O autor chega a indicar que a centralidade conferida a uma descrição objetiva a partir do observável foi encetada mais pelos pós-vidalianos. Segundo ele, a descrição em Vidal de la Blache transcendia a busca por um registro seco do que era observado, mas visava a oferecer ao leitor uma via de acesso à experiência de estar diante das paisagens, valorizando a vivacidade das experiências, o que fez Mendibil identificar Vidal como um “*dresser d’images*”. (MENDIBIL, 2000).

preciso lembrar também que dentre outros aspectos, a geografia vidaliana moderniza a prática da disciplina através da reunião dos dados *in situ* e da observação de paisagens. Finalmente, a descrição é um traço metodológico que quer revelar, da maneira mais detalhada possível, a multiplicidade cultural e paisagística da França.<sup>70</sup> (RIBEIRO, 2014, p. 120)

A vivacidade e a qualidade estética da escrita de Vidal de la Blache indicam que nem sempre o visual sofreu a purificação e o controle de que seria alvo. Porém, ao mesmo tempo sugere-se que esse estilo de escrita e apresentação das paisagens não se tornou a regra, eclipsando-se ao longo do desenvolvimento da disciplina, à medida que os geógrafos aderiram a outros modos de acessar, registrar e vulgarizar as informações sobre os contextos espaciais que estudam, em estreita associação com o surgimento de novas tecnologias de produção de imagens (MENDIBIL, 2006). Besse também afirma a importância das diferentes técnicas e recursos de produção de imagem utilizados pelos geógrafos, sugerindo a correlação entre eles e uma “exigência de aprender a ver, uma “educação do olhar”, acompanhada de uma espécie de “adestramento da experiência” (BESSE, 1992).

Essa prefiguração da experiência em favor da adesão a um determinado modelo de cientificidade caminhou junto, na chamada geografia clássica, com uma aproximação em relação às vivências dos sujeitos que interagem cotidianamente com as paisagens que ajudavam a moldar<sup>71</sup>. Esse traço específico da geografia francesa carregava, no entanto, de acordo com Claval, um paradoxo:

O sentido do espaço, a maneira pela qual o meio é percebido são só raramente objeto de investigação direta. Na geografia francesa, eles são lidos através dos eruditos locais e dos historiadores, através também dos testemunhos que a toponímia fornece sobre as identidades regionais: explica-se assim o paradoxo de uma tradição que deve sua superioridade sobre as escolas estrangeiras ao lugar que ela concede às interpretações vividas, mas nunca as apreende diretamente [...] <sup>72</sup> (CLAVAL, 1974, p. 180)

<sup>70</sup> La géographie dite classique a été l’objet d’innombrables critiques à cause de la place qu’elle accordait à la description, jugée incapable de doter la discipline de scientificité. Ces critiques sont à notre avis équivoques, parce qu’elles jugent la vision ‘classique’ de manière partielle et hors de son contexte. Jean-Marc Besse situe heureusement la description dans une tradition assez riche et ancienne, attachée à la peinture de paysages (BESSE, 2000). C’est dans ce contexte qu’on doit placer le Tableau de la géographie de la France. Ce titre, et son approche largement descriptive, ne sont pas accidentels: le Tableau n’est-il pas une peinture de la France? Ne cherche-t-il pas à restituer avec netteté ce que nos yeux peuvent voir? La description fouillée n’est-elle pas liée, en outre, à la nécessité de souligner toute la richesse inhérente au sol français et, du point de vue méthodologique, ne reflète-t-elle pas le travail de terrain? Il ne faut pas oublier que parmi d’autres aspects, la géographie vidalienne modernise la pratique de la discipline à travers le rassemblement des données *in situ* et l’observation des paysages. Finalement, la description est un trait de la méthode qui veut révéler, de la façon la plus détaillée possible, la multiplicité culturelle et paysagère de la France. (RIBEIRO, 2014, p. 120)

<sup>71</sup> Segundo Claval, “Les thèses relatives aux régions françaises ou étrangères consacrent presque toutes des chapitres à ces problèmes: elles introduisent ainsi dans l’interprétation des groupements une part de subjectivité collective qui manque chez la plupart des auteurs étrangers.” (CLAVAL, 1974, p. 180)

<sup>72</sup> Le sens de l’espace, la manière dont le milieu est perçu ne sont que rarement objet d’enquête directe. Dans la géographie française, ils sont lus à travers les érudits locaux et les historiens, à travers aussi les témoignages que la toponymie fournit sur les appartenances régionales: on s’explique ainsi le paradoxe d’une tradition qui doit ce qui fait sa supériorité sur les écoles étrangères à la place qu’elle accorde aux interprétations vécues, mais ne les appréhende jamais directement [...] (CLAVAL, 1974, p. 180)



O “vivido” a figurar nos estudos regionais tinha que ser, ele também, passível de ser apropriado pelos métodos usados para o estudo de fenômenos palpáveis, tomando como referência a influência das ciências naturais. Ainda segundo Claval:

estamos certos de estar em um terreno sólido se estamos diante dos testemunhos objetivamente mesuráveis e cartografáveis como as denominações, os compromissos aceitos ou recusados, os pertencimentos claramente manifestados pelo conjunto de uma população<sup>73</sup>. (CLAVAL, 1974, p. 180)

Assim, mesmo lidando com a dimensão do vivido, o foco recai sobre os mesmos critérios usados na condução do estudo de fenômenos de outra ordem, como clima, estruturas geológicas ou o povoamento. O modo como os sujeitos percebiam o espaço vivido se confundia com a toponímia, justo por ela ser uma dimensão da vida cotidiana e do modo de se relacionar com o espaço passível de ser transposta sem grandes dificuldades para um mapa. Isso ajuda a entender a posição ambígua que Claval afirma ser nutrida diante do mundo da percepção na geografia clássica: ao afirmar o interesse pela dimensão do vivido, nunca a torna objeto de investigação direta, e ao mesmo tempo olha com desconfiança qualquer iniciativa para alargar o interesse por ela<sup>74</sup>.

Essas observações são pertinentes para a discussão entre o olhar e a produção do conhecimento, pois sinalizam para a possibilidade de alguns fenômenos serem enquadrados por orientações que na verdade contribuem para o seu silenciamento. Ao comparar a geografia francesa com o contexto do desenvolvimento da geografia na Alemanha e nos Estados Unidos, Claval sugere que a adoção de um determinado modelo de cientificidade pode barrar o alargamento dos interesses de pesquisa em direção a certos temas:

A curiosidade pelos fatos culturais que se manifesta na Alemanha e nos Estados Unidos poderia ter conduzido pelo mesmo caminho, mas os geógrafos foram marcados quer pela sua formação de naturalistas que pelo objetivo de chegar a uma descrição perfeitamente neutra dos fatos do comportamento, segundo o modo do behaviorismo ou do cientificismo que dominam do ponto de vista metodológico nesses países. Na Alemanha, onde as reflexões epistemológicas sobre a significação haviam conferido uma forte originalidade às ciências sociais, os geógrafos não se sentiram concernidos pelo debate<sup>75</sup>. (CLAVAL, 1974, p. 181)

---

<sup>73</sup> on est certain de rester sur un terrain solide si on les prend dans les témoignages objectivement mesurables et cartographiables que sont les dénominations, les allégeances acceptées ou refusées, les appartenances clairement manifestées par l'ensemble d'une population. (CLAVAL, 1974, p. 180)

<sup>74</sup> “Les problèmes de perception ont donc de tout temps retenu l'attention des géographes français, mais leur position est restée marquée d'ambiguïté. Dès que l'un d'entre eux élargissait trop visiblement la part donnée au sens du vécu local, une certaine réticence se manifestait [...]” (CLAVAL, 1974, p. 181)

<sup>75</sup> La curiosité pour les faits culturels qui se manifeste en Allemagne et aux États-Unis aurait pu conduire dans la même voie, mais les géographes étaient marqués ou par leur formation de naturalistes ou par le souci d'arriver à une description parfaitement neutre des faits de comportement, selon le mode du behaviorisme ou du scienticisme qui dominaient alors au point de vue méthodologique dans ces pays. En Allemagne même, où les réflexions épistémologiques sur la signification avaient conféré une forte originalité aux sciences sociales, les géographes ne se sont pas sentis concernés par le débat.” (CLAVAL, 1974, p. 181)

Qualquer modelo de ciência ou de conhecimento implica uma parcialidade. Porém o que se pode questionar nesse caso é o quanto a referência ao vivido e a referência à experiência direta com a paisagem permaneceram restritas, uma vez que circunscritas ao observável. Isso é ainda mais importante quando se lembra que não se tratava de qualquer tipo de observação, mas uma que encontrava sua ancoragem em uma série de práticas disciplinares, que cruzavam a observação e descrição da paisagem, o trabalho de campo e a cartografia, tida como a síntese final dessas observações (CLAVAL, 2013).

Analisando o modo como a noção de paisagem foi incorporada no contexto da geografia nos Estados Unidos, Cosgrove afirma que lá também houve uma tentativa de distanciamento em relação às ressonâncias que o termo carregava, sobretudo em sua associação às artes:

Ao introduzirem a paisagem como um conceito espacial, geógrafos anglo-saxões não ignoraram os problemas causados pelo seu uso comum como um termo relativo à pintura. No entanto, movidos pelo interesse por uma geografia científica, eles estavam inclinados a distanciar o seu conceito de paisagem em relação aos pintores e escritores, poetas e romancistas<sup>76</sup>. (COSGROVE, 1985, p. 55)

Isso ajuda a entender o apelo à morfologia: ao “estudo das formas, seu isolamento, análise e recomposição em um todo sintético” (COSGROVE, 1985), uma escolha relacionada a essa tentativa de afastar a paisagem de qualquer ressonância pretensamente subjetiva e de lhe afirmar a objetividade através do estudo de suas formas.

Trazendo essas ideias para o contexto da pesquisa de campo, questiono se a busca pelo entendimento sobre os diferentes modos de conferir sentido à paisagem e a adoção de métodos que conferem centralidade ao visual, sobretudo às formas, caminham sempre juntos. Trabalhos realizados sob diferentes orientações e em diferentes contextos sociais e ambientais sugerem a possibilidade de que outros sujeitos possam se sintonizar com o seu horizonte de vida de modos distintos ao que subjaz o conhecimento moderno. Isso permite indagar sobre o quanto a associação entre paisagem e visão funciona como a projeção de um determinado modelo de entendimento sobre a realidade, que não necessariamente encontra paralelo nos modos de vivenciar a paisagem que se pretende compreender.

Não se trata aqui de chegar a um relativismo generalizado, como se cada sujeito percebesse o ambiente de modo particularista, como se seu mundo e sua própria subjetividade constituíssem uma folha em branco, em um estado de plena indeterminação. O que levanto aqui é a necessidade de uma reflexão mais detida sobre esse projeto que se anuncia na geografia, o

---

<sup>76</sup> Anglo-Saxon geographers introducing landscape as an areal concept were not unaware of the problems caused by its common usage as a painters' term. But in the interest of a scientific geography they were keen to distance their concept of landscape from painters or literary writers; poets and novelists.” (COSGROVE, 1985, p. 55)

de compreensão da espacialidade dos sujeitos, sendo a paisagem uma de suas expressões. Pois se a percepção pode variar radicalmente, isso não quer dizer que mesmo assim ela não se ancore em práticas e discursos sociais, que lhe figuram, não como causalidades, mas como suas condições de possibilidade.

Se de fato estudar a percepção das paisagens é um projeto para a geografia, questiono se o caminho para sua concretização passa por uma estratégia recorrentemente posta em prática: a defesa da pretensa objetividade dos seus métodos de observação. O que se sugere aqui é antes a promoção de uma abertura para o tensionamento desses métodos frente a outros modos de se sintonizar aos elementos do meio, que por vezes não tomam a visão como o sentido predominante, ou ainda a valoram de maneira distinta.

Uma pista interessante nesse sentido é a discussão empreendida por Simmel em *A vida mental e a metrópole*. Ao sugerir que a atitude mental do habitante da grande cidade moderna é profundamente marcada pela multiplicidade de estímulos aí presentes, o autor estabelece uma ponte entre um quadro social e espacial e o modo como se organizam as orientações sensoriais e disposições afetivas dos sujeitos (SIMMEL, 1974). Le Breton, ao comentar a mesma obra, indica que, para Simmel,

As estruturas urbanas favorecem um constante emprego do olhar. A visão do cidadão é permanentemente solicitada pelo espetáculo tão diferenciado da cidade (as vitrines, o emaranhamento da circulação de veículos e pedestres, o caleidoscópio das calçadas, etc.) [...] A sociabilidade urbana induz uma excrescência do olhar e uma suspensão ou um uso residual dos outros sentidos, cujos usos, em última instância, o homem só encontra na privacidade de sua casa. (LE BRETON, 2012, p. 159)

Essa ponte que Simmel estabelece é sugestiva de um caminho de investigação. Ela ajuda a recuperar as indicações que outros autores que o sucederam fizeram sobre essa relação entre aquilo que é percebido e o quadro social nos quais a experiência se dá. Isso ajuda a enriquecer os modos como essa experiência pode ser compreendida, como se o sentido que se confere às paisagens não fosse algo interiorizado nos sujeitos e que se plasmasse em um espaço passivo, através da projeção de uma representação mental. Sinaliza-se aqui para uma experiência que se dá em ato, em um movimento que se constitui na imersão dos sujeitos em um determinado contexto geográfico e que se faz e refaz cotidianamente<sup>77</sup>. Tomando as indicações de Simmel como referência, é possível interpretar outros estudos sobre comunidades diversas sob esse viés

---

<sup>77</sup> Essa é uma ideia que Berque conduz para uma outra direção: não seria somente o caso de buscar as relações entre percepção e o contexto social. Berque, partindo de uma leitura fenomenológica, afirma que a própria constituição dos sujeitos enquanto tais se dá pela sua imersão em um determinado contexto geográfico, que os sujeitos, por seu turno, ajudam a constituir. Esse tipo de compreensão não seria muito usual, segundo o autor, no pensamento moderno, para o qual os sujeitos se autoconstituem pela sua própria consciência. (BERQUE, 2000).

das relações entre os quadros sociais e as orientações sensoriais dos sujeitos, com o objetivo de obter uma pequena amostra de como variam os arranjos que essas relações assumem.

Gell, em seu estudo sobre os *umeda*, que habitam a Melanésia, oferece um relato bem-humorado sobre o contraste entre sua apreensão da paisagem e sua imersão no ambiente de floresta tropical onde o grupo vivia:

Passei catorze meses em um campo visual limitado de dez metros a algo em torno de no máximo meio quilômetro [...] achei esses horizontes restritos profundamente insatisfatórios – como todo britânico de classe média, compartilho da obsessão nacional com vistas e panoramas, apesar de ter que espreitar por eles através de grossas lentes<sup>78</sup>. (GELL, 1995, p. 236)

O que há de interessante nesse contraste é que ele ajuda a desnaturalizar uma impressão muito enraizada: a de que a visão garante um acesso ao mundo *tal como ele de fato é*. A paisagem, tal como surge no senso comum, refere-se a uma porção de espaço delimitada pelo horizonte, muitas vezes é tida como algo que parte do mundo, como se representasse um modo inerente do mundo de se mostrar aos olhos de qualquer pessoa, em qualquer época. Roger (2006), ao falar sobre a percepção da paisagem, relaciona-a a um processo que chama de artialização: “processo artístico que transforma e embeleza a natureza, seja diretamente (*in situ*), seja indiretamente (*in visu*), por meio de modelos.” O autor contribui assim para elucidar as operações que se realizam no ato de perceber, ao invés de tomar a percepção como mera recepção passiva das impressões oferecidas pelo mundo. Partir da ideia de que a paisagem reside no mundo e se desvela a qualquer um é reificar os processos que moldam esse modo de perceber o mundo, que não é universal ou atemporal.

O estranhamento de Gell em estar em um ambiente que não parece acomodar a possibilidade de ser visto enquanto paisagem sinaliza justamente para isso. Como ele mesmo indica, enquanto um bom inglês de classe média, ele possui os modelos para perceber o mundo paisagisticamente, no entanto, ele se dá conta de que está em um contexto espacial que não segue esses modelos. Nos termos de Alain Roger, faltaria uma artialização *in situ*: um quadro espacial ordenado de acordo com os critérios da perspectiva, que proporcionasse uma visão ampla, com planos em sucessão para conferir profundidade, que se interrompesse em uma linha de horizonte bem definida. Gell tira proveito desse estranhamento:

O que tenho a dizer depende crucialmente desse fator comum que é o ambiente florestal, em oposição às pastagens ribeirinhas, aos habitats costeiros. Proponho que o ambiente de floresta primária impõe uma tal organização da sensibilidade que o

---

<sup>78</sup> I spent fourteen months in visual surroundings limited to tens of metres, and at most, half a kilometre or so [...] I found these restricted horizons profoundly unsatisfactory - like all middle-class Britishers, I share our national obsession with views and panoramas, despite having to peer at them through ever-thickening spectacles. (GELL, 1995, p. 236)

mundo é percebido de um modo que confere destaque ao sentido auditivo [...]”<sup>79</sup>  
(GELL, 1995, p. 235)

O autor defende que haveria uma reorganização dos sentidos motivada pelas características fenomênicas do meio em que se encontra, e que ajuda a compreender como os modos nativos de se relacionar com a floresta não priorizam a visão, mas sim a audição. Isso significa que indagações do tipo “como os nativos *veem* o seu ambiente”, ou sob qual *perspectiva* compreendem o mundo, já carregam o pressuposto da preeminência do visual e trazem também a ideia de uma separação entre um sujeito que observa e um meio passivo que acolhe o seu olhar ou suas ações. Esses esquemas podem não se coadunar com os regimes de sensibilidade construídos pelos grupos sociais junto aos quais se realizam as pesquisas. Uma crítica à noção de paisagem passa pelo tensionamento desses pressupostos, que muitas vezes só se torna possível através dos contrastes que o estranhamento em pesquisa de campo proporciona.

Essa concepção de um sujeito que recebe as impressões de um objeto do qual se encontra separado é correlata a uma outra, presente na cosmologia ocidental e também no contexto mais específico da geografia acadêmica: a oposição entre homem e natureza. Mais uma vez aqui o que se questiona é a possível ausência de paralelo entre essa oposição e outros modos de relação com o meio a que se visa compreender. Projetar esses pressupostos de maneira irrefletida impõe obstáculos à compreensão.

O questionamento do pressuposto de uma separação rígida entre o humano e o natural também pode se dar pela via do estudo das cosmologias nativas, que não alimentam necessariamente uma oposição semelhante. É nessa direção que Philippe Descola fala da dificuldade em encontrar entre povos da Amazônia noções semelhantes à de paisagem, em particular no tocante dessa separação implícita que ela carrega, entre o humano e o natural ou mesmo, em termos mais gerais, entre o humano e um ambiente material tido como puramente exterior. Segundo o autor,

Entre os Achuar, por exemplo, é justo a floresta que é um jardim, aquele dos espíritos, e fazendo jardins, os Achuar não fazem outra coisa senão reproduzir em uma escala reduzida esse jardim dos espíritos que é a floresta. Consequentemente, não há aqui uma exterioridade da natureza, que me parece ser a condição primeira para uma representação ou paisagem, já que aquilo que chamamos natureza é apenas um coletivo de não-humanos inteiramente imanente ao campo social<sup>80</sup>. (DESCOLA,

<sup>79</sup> “What I have to say depends crucially on this common factor of forest habitat, as opposed to grassland riverain, coastal habitats. I propose that the primary forest environment imposes a reorganization of sensibility, such that the world is perceived in a manner which gives pride of place to the auditory sense [...]” (GELL, 1995, p. 235)

<sup>80</sup> “Chez les Achuar, par exemple, c’est justement la forêt qui est un jardin, celui des esprits bien sûr, et en faisant des jardins, les Achuar ne font rien d’autre que de reproduire à une échelle réduite ce jardin des esprits qu’est la forêt. Par conséquent, il n’y a pas ici d’extériorité de la nature, qui me paraît être la condition première pour une représentation ou paysage, puisque ce que nous appelons nature n’y est qu’un collectif de non-humains entièrement

1991, p. 156)

Outra indicação sobre a percepção em ambientes florestais em um contexto social e histórico distinto vem do estudo do avanço da colonização em São Paulo no período colonial, no qual Sérgio Buarque de Holanda reúne descrições de algumas habilidades cultivadas entre sociedades indígenas. O autor chama atenção para os modos muito variados como a percepção abarca uma relação entre os sentidos:

A necessidade de enfrentar desde a infância uma natureza cheia de caprichos tornara o índio apto a triunfar sobre todas as contrariedades de seu meio. Incapaz, muitas vezes, de exercer-se em certas artes, que requerem uma existência sedentária, à maneira dos brancos, seus sentidos adquirem energia singular onde seja obrigado a uma constante mobilidade: caçando, pescando, rastreando abelhas, dando guerra aos contrários. Se em terreno limpo não consegue enxergar facilmente, a ponto de haver quem lhes atribua certa atrofia dos órgãos visuais, e se muitos, sobretudo os maiores de trinta anos, não podem tirar bichos-de-pé, porque a vista não os ajuda, a verdade é que realizam prodígios na escuridão e no emaranhado das matas, acompanhando a grande distância a caça cobiçada, seguindo abelhas no vôo ou descobrindo tocas e esconderijos de animais. (HOLANDA, 1994, p. 22)

A suposição de uma “atrofia dos órgãos visuais” parece ocultar como parâmetro um determinado uso da visão como aquele que normatizaria todos os outros: a visão em perspectiva, que enxerga em grandes distâncias, possível “em terreno limpo”. As habilidades visuais associadas por Holanda a essas comunidades sugerem que se trata na verdade mais de um ordenamento da percepção em função das práticas e do envolvimento com o ambiente do que propriamente um rebaixamento ou atrofia da visão. É mais uma vez se pode questionar o privilégio conferido às marcas materiais. O autor faz indicações muito sutis sobre a vida nas florestas tropicais e os desafios aos quais as comunidades indígenas deveriam fazer frente. Sua descrição faz referência ao jeito próprio de andar, à posição dos pés que não força os tendões em demasia e que torna assim possível longas caminhadas. Ainda afirma que a localização das fontes de água em um ambiente de mata fechada é associada mais à impressão tátil do que à visual:

Diz-se, por exemplo, dos carajás, que, quando pretendem saciar a sede, a primeira coisa que fazem é colocar-se com o rosto na direção de onde vem o vento. Se o vento é fresco, então se certificam de que passou por lugar onde existe água. Se ao contrário é quente, pouco ou nada adiantarão as pesquisas naquela direção. (HOLANDA, 1994, p. 36-7)

Essas habilidades não são apresentadas como inatas, mesmo porque os colonos acabam incorporando algumas delas, possibilitando assim o avanço da colonização em direção ao

---

immanent au champ social.” (DESCOLA, 1991, p. 156)

interior. O fundamental nessa aprendizagem foi o fato de ela ter se dado a partir de uma “intimidade incessante com a natureza”. (HOLANDA, 1994, p. 43).

Trazendo essa discussão para o contexto das comunidades pesqueiras, a compreensão dessa relação com a materialidade da vida cotidiana esbarra novamente no imperativo das formas. É reconhecido que, ao contrário das sociedades agrárias, entre os pescadores é difícil tomar as marcas de sua ação como indicativo de sua relação com a paisagem, uma vez que na superfície do mar “tudo se apaga<sup>81</sup>”. Quais são as formas que a pesca produz? Como ler a obra dos pescadores na paisagem? Movendo seus barcos no limite entre o líquido das águas e o gasoso dos fluxos atmosféricos, nada retém as marcas de seus investimentos de tempo, perícia e energia em uma paisagem constituída de fluidos.

Essa exiguidade das formas não redundando em um empobrecimento da experiência, mas implica a seleção, ao longo do desenvolvimento da atividade pesqueira e da interação com o ambiente, de outros aspectos julgados relevantes. Ao invés das formas, Colaço comenta a importância das texturas do fundo da Lagoa Feia:

O contato com o fundo, historicamente consolidado pela transmissão entre as gerações de pescadores, e que se mantém até hoje, embora em menor escala, fez dos dedicados à pesca exímios conhecedores da porção coberta do espelho d’água da lagoa. E de tal modo a conhecem que são, em princípio, capazes de localizar e reconhecer, pelo tato, variados tipos de chão, como o Duro (ou durinho), a Pedra (ou chão de pedreira) e a Lama (ou mole), por exemplo. (COLAÇO, 2015, p. 66)

O conhecimento dessas texturas de fundo é importante, segundo o autor, para aumentar a chance de captura dos peixes, ainda mais levando em conta que algumas espécies são encontradas em certos tipos de fundo, e não em outros. Colaço usa uma expressão sugestiva para falar dessas texturas da lagoa: os pescadores produziram uma “cartografia do invisível”, utilizando uma palavra carregada de semântica visual para fazer alusão à relevância da topografia oculta pelo espelho d’água, inacessível aos olhos. Nas etnografias também é comum que se enfatize o papel dos ventos, uma outra experiência tátil de grande centralidade na vida e na organização da atividade pesqueira.

Em outra ocasião (GOMES, 2012), pude falar sobre o quanto a materialidade do ambiente dos pescadores de Atafona cruza a percepção visual com alusões à experiência tátil ou mesmo à experiência rememorada do passado, no sentido do que chamei de uma visão ao mesmo tempo submarina (por se esforçar em precisar a localização mutável de rochas e

---

<sup>81</sup> “A pesquisa no mundo haliêutico se parece com a superfície do mar em que tudo se apaga. Ao contrário das sociedades agrárias, as quais, com pouca ou nenhuma escritura, são ricas em arquivos (a terra que produz as colheitas é uma realidade bem tangível...), são raros os arquivos dos mestres-pescadores;” (COLLET, 1993 apud DIEGUES, 1999)

depósitos aluviais na desembocadura do Paraíba) e telescópica (por aludir ao que acontece além da linha horizonte, dado o peso que a pesca de plataforma assume tanto da reprodução material quanto na constituição de suas identidades enquanto pescadores).

Os exemplos reunidos acima oferecem uma pequena amostra da variedade no modo como os sujeitos, a partir de quadros ambientais e socioculturais distintos, se envolvem com o seu entorno material, mobilizando de maneiras originais os sentidos em suas práticas cotidianas. Além dos diferentes investimentos de que a visão participa, pode ser apontada a importância de se considerar a paisagem em sua dimensão multissensorial, no entrecruzamento de sentidos que se dá no ato da percepção. Apesar de, conforme pontuado acima, o apelo à percepção ter estado presente na produção acadêmica da geografia, refletindo no estilo de escrita e na valorização do contato direto com as paisagens, há indicações de que seu desenvolvimento tenha apontado para um progressivo distanciamento da experiência, ou antes para o seu controle através da ênfase no observável, quantificável e mapeável.

Em um contexto mais amplo sobre as mudanças no campo sensorial na modernidade, Van Ede defende a necessidade de uma “reavaliação dos sentidos” relacionada a duas teses recorrentes no pensamento ocidental: o assim chamado “ocularcentrismo”, referente à centralidade do olhar, e a tese que a autora, dialogando com Simmel, chama de mito da anestesia<sup>82</sup>, ambas diretamente relacionadas aos modos de produção de conhecimento. A discussão dessas duas teses ajuda a promover uma desnaturalização do olhar, contextualizando o ato de ver no que Van Ede classifica como um processo de “visual ‘enskillment’”, que compreenderia a aprendizagem de habilidades visuais específicas, ligadas a determinadas práticas sociais (VAN EDE, 2009).

Entender a visão como uma habilidade desenvolvida a partir de contextos e práticas específicas liga-se ao argumento explorado por Simmel, ao relacionar o quadro social da metrópole moderna a uma disposição específica da percepção. Essa ideia central pode ser trazida para a discussão sobre paisagem, entendendo o campo da geografia como um contexto social que promoveu e ainda promove práticas de “visual enskillment”, associadas às correntes de pensamento e metodologias que a disciplina comporta. Isso ajuda a dar base para o debate sobre a noção de paisagem através de um eixo de leitura: a sua associação com a experiência

---

<sup>82</sup> “This thesis states that modern society would engender such enormous amount of sensory impulses that modern mankind would necessarily have to desensitize itself; that is, shutting out as much sensory impulses as necessarily, whether consciously or subconsciously, in order to survive in the new urban environment.” (VAN EDE, 2009, p. 62)



direta do contexto material alvo de estudo, bem como ela se relaciona com modos de percepção e vivência de outros grupos sociais que interagem com a paisagem.

Nesse eixo, é importante lembrar que os avanços do conhecimento científico moderno se confundiram com o desenvolvimento dos recursos técnicos ligados à visão, um processo que encontra paralelos nas transformações ocorridas na geografia ao longo do século XX:

As novas tecnologias óticas, assim como o desenvolvimento de instrumentos de medição sempre mais sofisticados, aumentaram o potencial de coleta de dados visuais. O distanciamento, trazido por uma ênfase no ver – isto é, no observar – e criado entre o investigador e o objeto de investigação, teve duas vantagens, de acordo com a nova concepção de ciência. Primeiro, o objeto sob investigação poderia ser separado do nível de habilidade, capacidade pessoal de produzir insights e expectativas do pesquisador. A subjetividade se reduziria a um mínimo, rendendo assim objetividade à coleta de dados visuais. Em segundo lugar, essas novas tecnologias aumentariam a repetição de exames e experimentações<sup>83</sup>. (VAN EDE, 2009, p. 62)

O papel outorgado à experiência na geografia guarda estreita relação com o uso desses recursos técnicos ligados à visão. Ao lembrar as ressonâncias estéticas da paisagem, sobretudo sua origem na pintura, é compreensível o temor de que estudos pautados por essa noção acabassem sendo associados à adoção de perspectivas que comprometessem as pretensões de objetividade da disciplina. Ao mesmo tempo, as tentativas de neutralização dessas ressonâncias refletem a adoção, entre os geógrafos, de um modelo de cientificidade em que esses traços da experiência, ligados à sensibilidade, não poderiam estar presentes. Um dos caminhos da construção de um estudo objetivo das paisagens foi a ênfase em sua morfologia, uma ênfase relacionada ao uso das imagens como um meio mais objetivo de registro das informações.

Essa é uma indicação importante para efetuar uma revisão crítica do conceito de paisagem. Se a adoção de mecanismos de produção e registro de imagens foi, conforme indicado por Van Ede, um meio para reduzir a subjetividade do pesquisador a um mínimo, questiona-se o quanto esse viés objetivante estaria presente ao se pensar o lugar das experiências dos atores sociais em sua relação com a paisagem. É por um caminho semelhante, partindo da análise da geografia como um contexto que promove uma aprendizagem específica do olhar, que Mendibil se interroga sobre a geografia francesa do século XX<sup>84</sup>, dividindo em

---

<sup>83</sup> “New optical technologies, as well as the development of ever sophisticated measuring instruments, increased the potentials of the collection of visual data. The distancing, brought about by an emphasis on seeing - i.e. observing - and created between that investigator and the object of investigation, had two advantages, according to the new conception of science. Firstly, the object under investigation could be separated from the craftsmanship, personal insights and expectations of the researcher. Subjectivity could be reduced to a minimum, and render the collected visual data the quality of objectivity. Secondly, the new technologies would enhance repetitive examination and experimentation.” (VAN EDE, 2009, p. 62)

<sup>84</sup> “C’est en la considérant comme un corps de doctrine associé à des compétences techniques particulières et justifiant son utilité sociale par des instances de transmission et de régulation des gestes du métier, que nous allons interroger la géographie françaises du XXe siècle.” (MENDIBIL, 2006, p. 01)

três períodos, cada um associado a um interesse norteador. O primeiro, ligado ao “reconhecimento de campo”, estende-se de 1890 a 1945, compreendendo a fase de maior influência de Paul Vidal de la Blache (1845-1917), tido como fundador da chamada geografia clássica francesa, e seus discípulos. Um segundo período, que se estende de 1945 a 1975, está focado no interesse pela “organização do espaço”, no contexto da planificação econômica e regional ligada ao pós-Segunda Guerra e ao surgimento de demandas sociais ligadas ao crescimento demográfico. Por fim, tem-se o interesse pela “territorialização das práticas espaciais, de 1975 a 2005, com a incorporação de novas ferramentas de análise espacial, como o sensoriamento remoto e o geoprocessamento, bem como a diversificação de práticas profissionais sob influência de outras ciências sociais. Essa periodização fornece um quadro geral para a compreensão das práticas profissionais que tentaram promover na geografia uma aprendizagem do olhar e, com isso, um determinado ordenamento da experiência sensível.

Para Mendibil (2006), a geografia pós-vidaliana abarcava uma apreensão visual direta dos ambientes humanos, que em seguida deveria ser abstraída e vulgarizada por meio de generalizações descritivas e gráficas que privilegiavam a escala regional. Dialogando com Marie-Claire Robic, Mendibil indica como o trabalho de campo e as excursões coletivas eram considerados os momentos-chave de uma formação profissional que se direcionava para um “saber ver”, tido como uma aprendizagem fundamental para um geógrafo<sup>85</sup>. A ênfase em uma “disciplina da observação” ajuda a compreender a gênese de uma determinada apropriação dos recursos visuais, vindos com os avanços técnicos ocorridos no período.

Segundo Mendibil, Vidal de la Blache e seus primeiros alunos tenderam a ver na fotografia “o melhor e mais objetivo dos substitutos do trabalho de campo e ao mesmo tempo como um meio cômodo e sugestivo da difusão e da vulgarização de seu conhecimento.” (MENDIBIL, 2006, p. 03). Esse modo de pensar os usos das fotografias é sugestivo. Uma vez que, aderindo a um determinado modelo de cientificidade, a geografia enfatiza o observável, o trabalho de campo pode ser substituído por um registro técnico das formas através das fotografias. Adere-se assim a uma postura nomeada por Mendibil como “realismo fotográfico”: uma aproximação entre a ilustração, que a fotografia possibilita, e a observação direta em campo, baseada na convicção da existência de uma verossimilhança da imagem fotográfica,

---

<sup>85</sup> “Comme le précise Marie-Claire Robic, “le contact avec la ‘réalité géographiques’, sur le terrain ou par ses substituts, est valorisé par le savoir voir, qui implique un coup d’œil, mais aussi un sens du placement et un art du déplacement sur les lieux. Le travail individuel de terrain et l’excursion collective sont les moments-clé de cet apprentissage, car il existe bien un apprentissage du voir ou plutôt du ‘savoir regarder’ [...]” (MENDIBIL, 2006, p. 03)

abstraindo-se os aspectos ligados às representações mentais e aos pontos de vista escolhidos pelos autores. O estilo de produção de imagens passa a se confundir com o modo como a paisagem é concebida na geografia:

Dessa prática de fotografia de campo e de sua difusão se libera uma certa formatação de ângulos de visão, de enquadramentos e de composição que se pode assimilar, definitivamente, a uma verdadeira técnica profissional do ponto de vista. Contudo, a análise dos arquivos fotográficos e das produções iconográficas da geografia dessa época permite precisar que a postura científica de geógrafos consistia em registrar, elaborar e difundir as paisagens escolhidas. Essas paisagens, que foram distinguidas pela sua exemplaridade e caráter típico, deviam também fornecer e fixar na memória os sinais reconhecíveis de uma ideia científica ou pedagógica compartilhável. É nessa condição que as imagens, separadas do contexto da perspectiva de que são oriundas e de sua elaboração, foram incorporadas a enquadramentos teóricos, assinalando-lhes um status demonstrativo mais abstrato<sup>86</sup>. (MENDIBIL, 2006, p. 2-3)

É possível questionar o quanto essa tentativa de objetivar a descrição, identificando-a com a busca por características típicas e pela exemplaridade das paisagens como representantes de um conjunto regional mais amplo, tenha promovido um distanciamento de um dos projetos anunciados pela geografia clássica: o de, em alguma medida, incorporar nos estudos uma experiência vernacular da paisagem. O que é trazido para o primeiro plano é o estudo das formas, que, sob influência do modelo das ciências naturais, são tidas como uma aparência que reflete o funcionamento dos processos espaciais<sup>87</sup>.

A paisagem assim passa a ilustrar a oposição entre a aparência das formas e a essência do funcionamento dos fenômenos. A partir de algum lance de vista, um olhar bem treinado e a adoção de procedimentos objetivos de investigação garantiriam o entendimento sobre os processos naturais e os referentes à ação humana sobre a Terra. O cerne do método morfológico é assim descrito por Caio Maciel:

Para compreender as formas que são reveladas através da observação, o geógrafo deve reunir, comparar e decifrar os padrões espaciais constatados, buscando analisar a localização de elementos, a teia de relações que os unem e os processos que os ensinam e alteram. Desta maneira, os elementos da paisagem não são vistos como formas separadas, mas em íntimo e dinâmico inter-relacionamento. A controvérsia

---

<sup>86</sup> “De cette pratique de la photographie du terrain et de sa diffusion s’est progressivement dégagé un certain formatage des angles de vue, des cadrages et de la composition des images que l’on peut assimiler, en définitive, à une véritable technique professionnelle du point de vue. Toutefois, l’analyse des archives photographiques et des productions iconographiques de la géographie de cette époque, permet de préciser que la posture scientifique de géographes consistait à saisir, élaborer et diffuser des *paysages choisis*. Ces paysages, qui étaient distingués pour leur exemplarité et leur caractère typiques devaient aussi fournir et fixer dans la mémoire les signes reconnaissable d’une idée scientifique ou pédagogique partageable. C’est à ce stade que les images, disjointes du contexte de la prise de vue et de leur élaboration, se trouvaient incorporées à des mises en perspectives théoriques leur assignant un statut démonstratif plus abstrait.” (MENDIBIL, 2006, p. 02 - 03)

<sup>87</sup> Essa influência do modelo de cientificidade presente nas ciências naturais e o modo como ele influenciou na valorização do estudo das formas da paisagem é discutido por Yves Luginbühl: “C’est tout d’abord dans la production scientifique qu’apparaît cette tentative d’expliquer le tout, et notamment dans la voie déjà retracée des sciences de la nature qui, à travers sa relocalisation, essaient de rendre compréhensibles des processus complexes à l’aide de l’analyse des forme, des facteurs et des causes, dissociés dans un premier temps puis associés peu à peu dans l’étude du fonctionnement d’un phénomène naturel dans un lieu délimité” (LUGINBÜHL, 1992, p.44)

central neste caso é se/como a descrição detalhada, ordenada e sistemática da morfologia da paisagem conduziria concomitantemente a algum tipo de reflexão sobre a conexão entre os fenômenos e aquilo que lhes está subjacente, quer sejam processos simbólicos ou relações de causa e efeito.” (MACIEL, 2001, p.02)

O autor contribui para questionar a adoção desse método morfológico, que pode ter colaborado para que a dimensão do vivido cedesse espaço ao estatuto demonstrativo que as paisagens passaram a evocar: elas ilustram a inter-relação dos fenômenos que a geografia pretende explicar, e não o modo como os sujeitos vivenciam e conferem sentido a seu quadro material de vida.

Do método morfológico, Berque explora duas consequências que afastam a vinculação da paisagem com a experiência que os sujeitos dela fazem. A primeira delas diz respeito ao fato de, através desse método, a experiência sensível se converter em um mero ponto de partida:

Procura-se religar essas formas às funções e às estruturas; é o que faz tradicionalmente a geografia, tanto a humana quanto a física. O ponto de partida permanece na descrição da paisagem, enquanto dado perceptível; mas a explicação ultrapassa decididamente o domínio do percebido, seja por abstração (uma função é definida abstratamente), seja por mudança de escala no espaço (fazendo apelo a ordens de grandeza não perceptíveis pelo homem) ou no tempo (pela explicação histórica ou geológica).<sup>88</sup> (BERQUE, 1984, p. 01)

Assim, a descrição da paisagem cria um terreno preparatório, a partir do qual se chega à definição das funções ou à explicação de contextos espaciais ou temporais mais amplos, cuja expressão concreta, porém parcial, são as formas. Sendo um ponto de partida, o destino da paisagem é ir para o segundo plano:

Como em outras abordagens análogas (a explicação sociológica de uma pintura de paisagem, por exemplo) essas diversas abordagens com frequência perdem de vista do objeto inicial da proposta: a paisagem enquanto dado sensível. Uma tal consequência é lógica na medida em que se considera a paisagem como uma marca, ou seja, quando se faz abstração do sujeito como o qual a paisagem está em relação. Do mesmo modo que a análise antropométrica, biológica, etc. dos elementos de um rosto não são suficientes para representar esse rosto; é preciso outra coisa: uma relação direta com o sujeito.<sup>89</sup> (BERQUE, 1984, p. 01)

As tentativas de objetivação da experiência sensível na geografia caminharam no sentido dessa abstração do sujeito e de uma observação pretensamente neutra baseada na análise

---

<sup>88</sup> On peut aussi chercher à relier ces formes à des fonctions et à des structures; c'est ce que fait traditionnellement la géographie, humaine aussi bien que physique. Le point de départ reste ici la description du paysage, en tant que donné perceptible; mais l'explication dépasse résolument le domaine du perçu soit par abstraction (une fonction se définit abstraitement) soit par changement d'échelle dans l'espace (en faisant appel à des ordres de grandeur non perceptibles par l'homme) ou dans le temps (par l'explication historique et géologique)” (BERQUE, 1984, p. 01)

<sup>89</sup> Comme d'autres démarches analogues (l'explication sociologique d'un paysage peint, par exemple), ces diverses démarches aboutissent souvent à perdre de vue l'objet initial du propos: le paysage en tant que donné sensible. Un tel aboutissement est logique dans la mesure où l'on ne considère le paysage que comme empreinte, c'est-à-dire en faisant abstraction du sujet avec lequel ce paysage est en relation. De la même façon, l'analyse anthropométrique, biologique, etc. des éléments d'un visage ne suffit pas à rendre compte de ce visage; il faut autre chose: une relation directe avec un sujet.” (BERQUE, 1984, p. 01)

das formas. Quando Berque afirma que se perde de vista o objeto inicial, sugere que, ao se tomar as formas como um ponto de partida, a paisagem é perdida em favor do interesse pela estrutura de funcionamento de processos naturais e sociais, para os quais ela seria uma mera expressão material. Ou seja, a paisagem seria concebida assim como um epifenômeno, um produto acessório e secundário de estruturas essenciais, o que reduz o seu valor enquanto uma instância de sentido que se dá na experiência direta e cotidiana. Entretanto, ainda se fala de algum apelo à experiência, mesmo que o papel do pesquisador seja submetido a inúmeros controles e restrições direcionados para a análise das formas.

No pós-Segunda Guerra, segunda etapa na periodização proposta por Mendibil (2006), mesmo esse apelo restrito tende a se apagar. Em mais de uma frente, nas artes, no planejamento urbano e na geografia, fala-se de uma “morte da paisagem”:

Tornando-se a simples forma aparente da região, a paisagem parecia perder sua razão de ser e se compreende que o interesse passasse desde então para a estrutura e para os métodos de análise. A paisagem não era mais que um objeto de contornos indecisos ao qual não se sabia mais a que correspondia [...] foi por essa razão ou porque a geografia francesa, que fizera da paisagem um dos seus conceitos fundadores [...], estava ela própria em crise, já que os anos sessenta parecem demarcar um refluxo do interesse que até então os pesquisadores lhe haviam concedido. A paisagem não estava morta somente para a pintura, ela também não morria somente no front de um urbanismo e de planejamento de territórios devastados, pois a nova geografia estatística e modelisante a havia condenado também à morte, mesmo que fosse por indiferença. (TOMAS, 1994, p. 282)<sup>90</sup>

O interesse pelo planejamento regional, a incorporação de métodos quantitativos e a reflexão sobre processos socioeconômicos e demográficos ajudam a compreender essa “condenação à morte” por indiferença. Discutindo os estudos das paisagens urbanas na geografia, Piveteau aponta que nos anos 1950 ocorreu um “sensível recuo da observação direta”, em favor do uso de métodos que partem de uma perspectiva estrutural. O contexto intelectual marcado pelo recurso às estatísticas e pelas influências do pensamento marxista provocou, segundo o autor, “uma atrofia da necessidade de um apelo à percepção imediata como instrumento primeiro de investigação”. Na geografia desse período, “os fluxos interessam mais ao analista que as marcas do solo”. (PIVETEAU, 1973, p. 246)

---

<sup>90</sup> En devenant la simple forme apparente du pays, le paysage semblait perdre sa raison d'être et on comprend que l'intérêt se soit dès lors porté sur la structure ou sur les méthodes d'analyse. Le paysage n'était plus, en effet, qu'un objet aux contours indécis dont on ne savait plus très bien à quoi il correspondait [...]. Est-ce pour cette seule raison ou parce que la géographie française, qui avait fait du paysage un de ses concepts fondateurs [...] était elle-même en crise, toujours est-il que les années soixante semblaient devoir marquer le reflux irrémédiable de l'intérêt que lui avaient jusqu'alors porté les chercheurs. Le paysage n'était plus seulement mort pour la peinture, il ne mourait même plus sur le seul front d'un urbanisme et d'un aménagement du territoire ravageurs, voilà que la nouvelle géographie statisticienne et modélisante l'avait condamné à mort, ne serait-ce que par indifférence.” (TOMAS, 1994, p. 282)

A última etapa da periodização da aprendizagem de práticas profissionais ligadas ao olhar proposta por Mendibil, que se dá a partir da metade da década de 1970, tem como um de seus traços característicos a incorporação de novas ferramentas de análise espacial, sobretudo com a progressiva vulgarização das imagens de satélite e do uso do geoprocessamento. A ampliação da capacidade de registro de processos espaciais, passíveis de serem observados em variadas escalas a partir desses recursos, realimenta, segundo Hiernaux-Nicolas, o projeto de uma “geografia objetiva”:

Esta visão positivista não somente dominou imperativamente a maior parte do século XX mas também tem se reforçado na medida em que as novas tecnologias de informação e de comunicação aumentaram a pretensão ‘científica’ daqueles que elegem os métodos informáticos como o recurso principal da Geografia atual para garantir sua cientificidade.<sup>91</sup> (HIERNAUX-NICOLAS, 2008, p. 27)

Segundo o autor, os novos instrumentos de análise e representação cartográfica à disposição dos geógrafos ajudam a conferir um novo impulso a abordagens racionalistas na disciplina. Não se busca aqui estabelecer relações diretas entre o uso dessas tecnologias e mudanças em orientações epistemológicas. Conforme discutido anteriormente, a estratégia de afirmar a cientificidade desse campo do conhecimento através da adoção de práticas objetivistas fez e faz parte da história da geografia. O caso é que tal estratégia ganha novos contornos com as possibilidades abertas pela incorporação das novas tecnologias de captação e gerenciamento de imagens. Cabe reconhecer, como afirma Bachelard (1974 [1934]), que todo instrumento é já uma teoria materializada: eles não garantem um acesso a uma realidade pura e isenta de escolhas, mas refletem e dão suporte a um determinado modo de organizar a experiência. A geografia, tendo de longa data constituído uma ênfase no visível e no mapeável, torna-se um campo receptivo ao uso das imagens de satélite e aos programas utilizados para o seu tratamento, largamente utilizados para os mais diferentes fins dentro dos seus interesses de estudo. Esses avanços tecnológicos já encontraram, portanto, um campo disciplinar com forte inclinação para a busca de uma observação distanciada e sujeita a controles técnicos, um modo racionalista de conceber o estudo da espacialidade, que volta a ganhar impulso com a incorporação desses dispositivos no rol das práticas profissionais dos geógrafos<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> “Esta visión positivista no solo ha dominado imperativamente la mayor parte del siglo XX, sino que se ha reforzado en la medida en que las nuevas tecnologías de la información y la comunicación, han aumentado la pretensión ‘científica’ de quienes eligen los métodos informáticos como el recurso principal de la Geografía actual para garantizar su cientificidad.” (HIERNAUX-NICOLAS, 2008, p. 27)

<sup>92</sup> “Los nuevos instrumentos tecnológicos puestos a disposición de los geógrafos, particularmente en materia de análisis y representación cartográfica, vuelven a dar un nuevo impulso al racionalismo a ultranza”. (HIERNAUX-NICOLAS, 2008, p. 33)

Mendibil faz duas perguntas sugestivas acerca do uso dessas tecnologias na geografia - e principalmente sobre o modo como elas foram apropriadas. O autor fala da associação entre as práticas características do trabalho dos geógrafos (que chama de “gestes du métier”) e pergunta se os pesquisadores que se valem desses instrumentos se tornaram geógrafos “no mesmo sentido que os radiologistas são médicos”, o que constitui uma crítica à proporção que o uso do aparato técnico tem assumido. Uma segunda pergunta questiona sobre o quanto as noções de espaço acabam sendo influenciadas pelo uso particular que os geógrafos fazem das tecnologias de geoprocessamento: “sua visão, por mais abrangente que seja, não se tornou cega por conta de um distanciamento que mascara aspectos da vida humana?” (MENDIBIL, 2006, p. 11). Segundo o autor, a geografia estaria a caminho de uma “desmaterialização informatizada” das referências ao trabalho de campo, sendo esta prática de investigação, antes tida como uma das mais essenciais para a pesquisa e mesmo um traço distintivo da atuação profissional, substituída pelo trabalho em escritório a partir de bases de dados numéricos e imagens de satélite.

Isso reitera a ideia de que o modo como se tentou conferir cientificidade aos estudos de paisagem na geografia promoveu um distanciamento em relação ao horizonte de vida daqueles que a vivenciam através de suas práticas cotidianas. Isso não constitui em si um problema, como bem demonstra a variedade de temas que podem ser estudados por meio desses recursos técnicos e pela objetivação que lhes é subjacente. A questão que pretendo levantar, e esse sim é um problema central para os objetivos da presente pesquisa, é que essas tentativas de afastamento e objetivação da experiência não se cruzam muito bem com a chamada “virada cultural” (“cultural turn”) na geografia, com o interesse pela compreensão da experiência do espaço tal como vivido por diferentes atores sociais. É possível questionar, a partir das referências discutidas, sobre o quanto a definição desse novo direcionamento das pesquisas tem sido acompanhada de uma verdadeira revisão dos pressupostos epistemológicos da geografia de maneira geral e do conceito de paisagem, bem como de uma revisão e experimentação de outros métodos, mais consoantes com esses novos interesses de pesquisa.

Não desejo negar a importância da utilização desses recursos técnicos pela geografia. O que desejo sinalizar é que há, sabendo-se da incompletude de todo e qualquer método, a necessidade de se ter mais claro o que se deixa de apreender através de cada um deles. Nos dizeres de Buttimer, “descrever o espaço meramente em termos de sua geometria é uma abordagem inadequada ao entendimento da experiência humana.” (BUTTIMER, 1982, p. 174). Se compreender essa experiência se converteu ao longo das décadas seguintes em um projeto para os geógrafos, levanto a possibilidade de que o uso que se tem feito dos recursos técnicos,

bem como as concepções de espaço que lhe são implícitas, não são as mais adequadas para seguir esses objetivos. Conforme comenta Hiernaux-Nicolas,

Poucas vezes se levantaram para chamar atenção para o conceito de espaço subentendido nos sistemas de informação geográfica, entre outros, o de um espaço racional, euclidiano, que se distancia radicalmente de garantir algum papel para a intuição, a sensibilidade e a dimensão humana.<sup>93</sup> (HIERNAUX-NICOLAS, 2008, p. 34)

Se o projeto de uma geografia científica passa pela racionalização da experiência e pelo seu controle através de instrumentos de registro e produção de imagens, é possível questionar o quanto essa postura promove um distanciamento dos modos como os sujeitos criam envolvimento com o contexto material que habitam. Isso reverbera fortemente em como a noção de paisagem vai ser concebida na disciplina, muitas vezes carregada de pressupostos que não acolhem outros modos de experienciar o mundo que não se encaixem nessa perspectiva racionalizante.

Nesse contexto, levando-se em consideração os modos como os pescadores criam vínculos com a paisagem, o que significaria descrevê-la ignorando suas cores ou suas variações sazonais?<sup>94</sup> Ou ainda descrever a paisagem a partir de uma posição elevada, para descortinar a visão dos obstáculos inconvenientes que embarreirem uma perspectiva mais limpa? Seria esse o melhor modo para compreender a contínua passagem da terra para a água e da água para terra feita na rotina anfíbia dos pescadores?<sup>95</sup>

Esses pressupostos também são criticados por Cresswell. O autor defende que a paisagem na geografia promoveu uma “obliteração da prática”, à medida em que foi associada muito mais àquilo que é sólido e fixo, enquanto a vida cotidiana abarca a temporalidade, o movimento e o fluxo. Apesar da crítica à associação estreita entre paisagem e o que o autor chama de “topografias puramente materiais”, referindo-se à ênfase na morfologia, o caminho seguido não se voltou para a compreensão das práticas sociais em seu dinamismo:

O foco é deslocado da forma da paisagem concreta para o modo como nós vemos a paisagem. Devemos ir além e dizer que alguns humanistas acreditam que a paisagem existe somente dentro da mente das pessoas como uma perspectiva – um modo de

<sup>93</sup> “Pocas veces se han elevado para llamar la atención sobre el concepto mismo de espacio encerrado en los Sistemas de Información Geográfica, entre otros: el de un espacio racional, euclidiano, que dista radicalmente de dejar espacio a la intuición, la sensibilidad y la dimensión humana.” (HIERNAUX-NICOLAS, 2008, p. 34)

<sup>94</sup> Sobre alguns dos pressupostos que tradicionalmente acompanham a percepção de paisagem dos geógrafos, escreve Marvin Mikesell: “We know so little about the environmental perception of geographers [...] It might be also suggested that geographers are color blind, tendo to write about synthetic annual scenes rather than real scenes, and attempt to describe landscapes not from the ground but rather from an imaginary position above the ground.” (MIKESELL, 1978, p. 15)

<sup>95</sup> Falando sobre a perspectiva voo de pássaro, Cosgrove fala que ela parte de uma posição acima do solo, imaginária ou não, relacionada a um distanciamento do observador em relação à cena observada, muitas vezes associada a uma posição de comando e alheia a qualquer tipo de envolvimento. (COSGROVE, 1985, p. 51)



ordenar o mundo.<sup>96</sup> (CRESSWELL, 2003, p. 271)

O foco central teria deixado de ser as formas para ser o modo com as paisagens são representadas. Isso não constituiria uma ruptura radical com um olhar distanciado e contemplativo acerca das paisagens, ainda mais quando se concebem as representações como algo que existe “dentro da cabeça” de cada um. O autor identifica nessa postura uma nova obliteração das práticas sociais nos estudos da geografia, só que dessa vez em favor de uma associação entre o visual e as representações a ele associados, e não mais às formas e o quanto elas remetem à estrutura de funcionamento dos fenômenos, como outrora.

Essa ideia, muito recorrente na geografia cultural, de explorar as representações que os grupos sociais fazem sobre a paisagem, igualmente carrega o pressuposto da existência entre uma separação entre um polo pensante e autoconsciente da experiência e um polo oposto passível de objetivação, do qual o sujeito está inteiramente separado. Críticas têm sido feitas a esse modelo de compreensão, como a de Thrift (1999), que sugere que, ao se buscar uma representação do mundo, parece haver uma pressuposição de que o sujeito estaria fora dele, em posição, portanto, de representá-lo<sup>97</sup>.

A crítica é reiterada por Azevedo ao falar do “olho descorporizado”, uma desnarrativização do ato de perceber em que o olhar passa a ser concebido como um acesso imediato a um mundo puramente objetivo, do qual o observador se encontra destacado. Ainda segundo a autora, a geografia, em seu processo de afirmação enquanto ciência, quis aproveitar do corpo somente o instrumento da razão, a mente, e o instrumento usado para sua validação, a visão (AZEVEDO, 2009), uma associação que não parece ter sido rompida com o apelo às representações aos diferentes modos de ver ou “ler” a paisagem<sup>98</sup>. Assim, mesmo o desenvolvimento ocorrido nas últimas décadas na geografia cultural, em sua ênfase nas

---

<sup>96</sup> The focus is turned away from the form of the material landscape and towards the way we see landscape. We might even go further and say that some humanists believe that landscape exists only inside the heads of people as a perspective - a way of ordering the world. (CRESSWELL, 2003, p. 271-2)

<sup>97</sup> O autor afirma que pensando sujeito e mundo de modo separado, perde-se a chance de compreender a sua mútua constituição: “we cannot extract a representation of the world from the world because we are slap bang in the middle of it, co-constructing it with numerous human and non-human others for numerous ends.” (THRIFT, 1999, p. 296-7)

<sup>98</sup> A própria metáfora da paisagem enquanto texto é problematizada no sentido de alertar para a possibilidade de nem todos os modos de relação com a paisagem poderem ser traduzidos através dela: “What worries me about all this is not just that artificial and arbitrary fixing of certain privileged objects and images marginalizes all kinds of processes that cannot quite be caught or pinned down in a textual way. What concerns me, in relation to landscape specifically, is that the text-based paradigm narrows dramatically the field of possibilities through which we might envisage the visual. It includes all those more popular or casual form of spectatorship where looking cannot easily be singled out from an interlocking network of activities.” (GREEN, 1995, p. 34)

representações sobre o espaço, não parece ter encaminhado uma oscilação que Bertrand sugeriu estar presente na disciplina:

A paisagem flutua entre dois extremos: ou se deixa campo livre ao sonho, ao imaginário e a paisagem segue em deriva na multiplicação e no gozo das imagens, dos aromas, dos sons e dos toques; ou a paisagem é controlada e friamente organizada para adentrar em um determinado campo científico.<sup>99</sup> (BERTRAND, 1984, p. 219).

O desafio aqui seria o de fazer essas categorias serem concebidas como sendo menos contraditórias e exclusivas, através de um estudo das práticas sociais que não as reduza à observação das formas, à produção de imagens ou às representações. Isso porque as estratégias de racionalização da experiência da paisagem promoveram justo esse distanciamento.

No debate aqui empreendido visei a reunir algumas referências sobre o conceito de paisagem que contribuíssem para tornar mais claras as abordagens que ele ajudou a mobilizar. Ao mesmo tempo, foram reunidos alguns relatos etnográficos que ajudaram, pelo contraste que oferecem, a suspender pressupostos comumente associados à paisagem, pondo-a entre parênteses, para assim identificar possíveis obstáculos a experiências que sejam diferentes daquela do pesquisador. No próximo capítulo me dedico à discussão de propostas que contribuem para encaminhar a geografia para uma posição menos cindida entre duas posturas: uma baseada no distanciamento associado à racionalização e outra baseada na imersão na experiência cotidiana. Procuo promover algumas discussões em torno do corpo e da percepção. Nesse contexto, retomo uma noção muito presente nos estudos da geografia clássica francesa, o gênero de vida, no intuito de valorizar a vinculação dos sujeitos à paisagem em que vivem e que ajudam a moldar. Tensionando a estrita associação entre paisagem, morfologia e visão, tentarei suavizar uma oposição entre um ver de longe e um (vi)ver de perto.

---

<sup>99</sup> Le paysage flotte entre deux extrêmes: ou bien on laisse libre le champ du rêve, de l'imaginaire et le paysage dérive dans le foisonnement et la jouissance des images, des senteurs, des sons et des effleurements; ou bien le paysage est maîtrisé et froidement organisé pour entrer dans un certain champ scientifique. (BERTRAND, 1984, p. 219).

## Capítulo 6 – Paisagem como horizonte de vida

O capítulo anterior termina sinalizando a necessidade de atenuar a oposição entre a paisagem dos sonhos e dos sentidos e a paisagem da razão e da ciência. Essa oposição remete à possibilidade de construções conceituais eventualmente promoverem um distanciamento da paisagem, ao focar em aspectos particulares da sua experiência, dissonantes daqueles valorizados nas práticas cotidianas dos atores sociais.

Alguns dos elementos da imersão dos pescadores em seu meio evidenciam aspectos nem sempre valorizados nas conceituações usualmente feitas na geografia acerca da paisagem, por não aderirem a esquemas perceptivos subjacentes às orientações epistemológicas da disciplina. O que se mostra a partir dos relatos de campo até agora é que esses aspectos, ligados a um modo particular de se envolver com o mundo, são relevantes caso se deseje compreender a paisagem a partir de contextos sociais específicos. Conforme discutido anteriormente, fica evidente, no entanto, um desalinhamento entre esse projeto de compreensão e as bases conceituais e metodológicas nas quais geralmente as pesquisas na geografia repousam.

O esforço caminha na direção do que Augustin Berque em diferentes momentos chama de mediância, um modo particular de estar em relação com o ambiente, e de pensar nos modos como essa relação se imbui de sentido a partir da experiência dos sujeitos. Pensar na mediância dos pescadores envolve as perturbações impostas pelas intervenções realizadas ao longo da bacia do Paraíba do Sul e pelas novas territorialidades ligadas às atividades no mar, e liga-se também a um desafio fundamental: o de promover uma aproximação da experiência de imersão no ambiente.

Pode-se fazer aqui um paralelo com algumas propostas da fenomenologia existencial, que, segundo Wrathall, sugere justamente que “determinados fenômenos só se revelam àqueles que estão envolvidos com o mundo da maneira certa”, fenômenos que o autor classifica como “existenciais” (WRATHALL, 2012). O argumento central deste capítulo é que a paisagem deva ser tratada enquanto um fenômeno existencial, um horizonte de vida que só pode ser compreendido no nexo de relações de que participa. Nesse contexto, a descrição dos envolvimento específicos com o contexto material da vida ganha relevo:

Embora as entidades mundanas sejam constituídas por meio de suas relações conosco, os fenomenólogos existenciais argumentam que tais relações constitutivas não têm necessariamente a estrutura lógica ou conceitual do pensamento. O objetivo de uma descrição fenomenológica das entidades mundanas é nos auxiliar a reconhecer como as coisas são constituídas e como estão disponíveis para nós no pensamento. [...] Husserl não acreditava que a fenomenologia pudesse chegar imediatamente a

conclusões acerca do ser das entidades. Ele considerava que a descrição da experiência exigia que puséssemos a existência das entidades ‘entre parênteses’, implicando que deveríamos nos concentrar na maneira como as entidades aparecem na consciência, sem considerar de que maneira existem independentemente disso. (WRATHALL, 2012, p. 45)

Mais do que *ver* a paisagem sob diferentes *perspectivas*, o que de alguma maneira corroboraria o privilégio implícito dado à estruturação lógica através da representação e a uma percepção visual distanciada, aqui se está diante de um *viver a paisagem*, de um mergulho em sua sensorialidade flutuante e múltipla, de uma afinação constante entre as práticas sociais e a materialidade do mundo. Para isso, apela-se para a suspensão dos pressupostos dos estudos na geografia, que muitas vezes, de maneira contraditória, contribuem para anuviar a importância da espacialidade da experiência de mundo. É nessa linha que Chouquer critica a multiplicação de “metáforas privativas e substitutivas do espaço”:

Como prova [desse raciocínio] desejo evocar a retórica do palimpsesto (que evita a reflexão sobre os modos dinâmicos de transmissão de formas), aquela da cena ou palco (que relega o meio ao posto de chão), aquela da pirâmide de escalas de espaço e tempo (que evita pensar nas associações, estando a ordem dada de modo definitivo), aquela do quadro (que transforma o espaço em paisagem e o fixa no arcadismo), aquela da caligrafia (que transforma a planimetria em arquivo escrito), etc.<sup>100</sup> (CHOUQUER, 2001, p.235)

Essas metáforas acabam por sugerir compreensões sobre o espaço que o afastam dele próprio, concebendo-o a partir de dimensões de outra ordem: palimpsesto, cena, pirâmide de escalas, quadro ou caligrafia. Algumas dessas metáforas estão presentes também em estudos da paisagem, frequentemente associada a um texto que guardaria os registros da obra humana e que seria uma expressão híbrida entre natureza e cultura, guardando os registros das obras dos sujeitos que a transformam mobilizando diferentes técnicas. O que se busca aqui, ao invés desse sujeito que se confunde com um agente geomorfológico, modelando a Terra de acordo com seus desejos e seus recursos, é a exploração da possibilidade de apreendê-lo em seu processo de fazer-se a si próprio em seu envolvimento na Terra, participando da criação de um mundo do qual não pode mais ser destacado.

Ser pescador seria assim uma condição originada de um horizonte que a própria pesca ajuda a criar, numa relação de reversibilidade que dificulta pensar em termo de uma oposição rígida entre ser e fazer, pois cada elemento faz-se a si no contato e interação com os demais. Nesse contexto relacional, o devir humano é mais um entre tantos outros; o devir do mar, do

<sup>100</sup> “J’en veux pour preuve la rhétorique du palimpseste (qui évite de réfléchir sur les modes dynamiques de transmission des formes), celle de la scène et du décor (qui relègue le milieu physique au rang de plancher), celle de la pyramide des échelles d’espace et de temps (qui évite de penser les associations, l’ordre étant définitivement donné), celle du tableau (qui ‘paysage’ le pays et le fixe dans l’arcadisme), celle de la calligraphie (qui transforme la planimétrie en archive écrite), etc.” (CHOUQUER, 2001, p.235)

vento, dos peixes, em uma paisagem que emerge de um fluxo de devires em constante transformação e entrecruzamento. É em meio a tal fluxo que se constituem os envolvimentos específicos que fazem da pesca o que ela é, inclusive nas suas reverberações na imagem que os pescadores fazem de si e dos outros. É na imersão em tais fluxos que se fazer pescador surge como possibilidade.

A compreensão dessa experiência e sua inclusão como um projeto de conhecimento na geografia esbarram em algumas dificuldades. Segundo Alicia Lindón (2008), os geógrafos tenderam a aderir a enfoques materialistas e externos ao sujeito-habitante, às pessoas que cotidianamente interagem com os espaços alvo de problematização nas pesquisas. A autora caracteriza esses enfoques como “olhares exocêntricos”, no sentido de que se pautam em uma observação do objeto de estudo a partir de fora.

Esse tipo de abordagem não constitui em si um problema, pois é perfeitamente possível que certos aspectos da realidade sejam selecionados em função de interesses de pesquisa, cuja elaboração não necessariamente requer um diálogo com a experiência cotidiana dos sujeitos. Segundo a autora, os problemas surgem em decorrência do fato de não ter sido promovida uma reflexão sobre a natureza de tal exterioridade, sobretudo quando se lembra que nas últimas décadas surgiu um interesse pelas dimensões não materiais do espaço, aí incluídos os modos como os sujeitos preenchem de sentido a sua participação em um determinado contexto espacial.

Ainda segundo Lindón, isso criaria significativos vazios na investigação empírica, pois a geografia não teria constituído um debate metodológico para lidar com essas dimensões do espaço ligados às vivências dos sujeitos que o habitam. Ao tomar como interesse o espaço enquanto vivência, pautar a pesquisa somente no olhar de fora não seria mais adequado, pois essa vivência é sempre particular, ancorada nas trajetórias de vida e, portanto, inalienável dos contextos concretos de existência. A despeito disso, observa-se um esquecimento ou desinteresse pela aproximação em relação aos sujeitos através do trabalho de campo (LINDÓN, 2008) em favor do uso de fontes indiretas, como estatísticas e documentos históricos, ao que se pode interpor uma crítica:

Nenhuma destas formas de abordar a realidade é menos válida que a outra em si mesma. No entanto, o que talvez merecesse uma revisão mais forte [...] é se por acaso estas aproximações teriam sido uma forma de encobrir a dificuldade do geógrafo para penetrar na realidade de outras formas, basicamente todas aquelas que implicam uma aproximação junto aos sujeitos sociais, junto ao outro.<sup>101</sup> (LINDÓN, 2008, p. 12)

---

<sup>101</sup> “Ninguna de estas formas de acercamiento a la realidad es menos válida que otra en sí misma. Sin embargo, lo que talvez merecería una revisión más fuerte [...] es si acaso estas aproximaciones han sido una forma de encubrir la dificultad del geógrafo para penetrar en la realidad de otras formas, básicamente todas aquellas formas que

Essa é uma indicação sugestiva sobre um possível descompasso entre os novos interesses de pesquisa e as práticas de investigação mobilizadas para dar conta deles. De fato, embora não exista nenhuma forma de acesso privilegiado à experiência dos sujeitos, chama atenção a dificuldade em realizar uma aproximação, sobretudo em situações de trabalho de campo, em que uma interação direta e um certo compartilhamento do cotidiano se abrem ao pesquisador. Esse recurso de investigação se revelou valioso ao longo da pesquisa: permitiu reorientar a investigação a partir dos temas pontuados pelos pescadores, além de ter possibilitado entrar em contato com certos aspectos que dificilmente poderiam ter sido transpostos para fontes indiretas, como os gestos, olhares e a tonalidade afetiva que pontuam as práticas e as falas dos sujeitos com os quais se interage.

A despeito da potencialidade do trabalho de campo promover esse encontro com a alteridade, a perspectiva adotada na geografia segue ainda associada a um distanciamento, como sintetizada na perspectiva em voo de pássaro:

o tão legitimado olhar geográfico do território na perspectiva voo de pássaro parece não se articular com a experiência espacial do sujeito anônimo. Não se chega à experiência espacial do habitante sobrevoando a superfície terrestre, mas sim caminhando por ela ou parado nela [...] o geógrafo poderia reconstruir a espacialidade que pode ver e sentir um sujeito a partir de algum lugar, e não seguir limitado àquelas vistas que mostram a superfície terrestre captada a voo de pássaro, visões aéreas tomadas de fora, de cima e alheias ao sujeito.<sup>102</sup> (LINDÓN, 2008)

O trabalho de campo enquanto abertura para a alteridade se posiciona no extremo oposto dessa perspectiva distanciada. Se de fato a geografia parte de uma perspectiva aérea, o trabalho de campo seria como que um voo de Ícaro, uma queda em meio à experiência cotidiana do sujeito-habitante que, apesar de nunca se desvelar de maneira imediata perante a mera presença do pesquisador, traz consigo potencialidades de compreensão distintas daquelas acessíveis por outros meios de investigação. Para que se compreendam as articulações entre as práticas dos pescadores e suas experiências na paisagem, é preciso discutir o que pode ter sido deixado para trás em função de projeto de saber assentado no distanciamento.

As reflexões sobre a antropologia do corpo e dos sentidos empreendidas por David Le Breton (2012; 2016) contribuem nesse sentido. O autor estabelece pontes entre as atitudes

---

implican un acercamiento con los sujetos sociales, con el otro.” (LINDÓN, 2008, p. 12)

<sup>102</sup> “la tan legitimada mirada geográfica del territorio a vuelo de pájaro parece no articular con la experiencia espacial del sujeto anónimo. La experiencia espacial del habitante no se plantea sobrevolando la superficie terrestre, sino caminándola, o parado en ella. [...] el geógrafo podría reconstruir la espacialidad que puede ver y sentir un sujeto desde algún lugar, y no seguir limitados a aquellas vistas que muestran la superficie terrestre captada a vuelo de pájaro, visiones aéreas desde afuera, desde arriba y ajenas al sujeto.” (LINDÓN, 2008)

perante o corpo e a conformação da ciência moderna, que caminham para rebaixar o papel da sensorialidade na busca pelo conhecimento:

O corpo é [...] atingido pela suspeita. O universo vivido, sentido, tal como aparece graças às atividades perceptivas cai em desgraça em proveito de um mundo inteligível, puramente conceitual. Ao mesmo título que a imaginação, os sentidos são enganadores, não se poderia fundar sobre eles a menor certeza racional. As verdades na natureza já não são imediatamente acessíveis à evidência sensorial; elas são objeto de um distanciamento, de uma purificação, de um cálculo racional. (LE BRETON, 2012, p. 111)

O discurso científico é caudatário dessa tentativa de purificação das sensações, que passam a ser sujeitas às mediações dos instrumentos de observação. Esse modo de proceder ajudou a conferir status de objetividade à visão, enquanto os outros sentidos foram rebaixados à medida que implicariam um envolvimento mais próximo com os fenômenos observados:

com as diferentes mediações técnicas, que ampliam o domínio utilitário pelo homem do mundo que o cerca, outro uso dos sentidos aparece, mas dissociado do corpo. O homem consegue ver astros furtarem-se à apreciação do mero olhar, ele percebe o infinitamente longe e o infinitamente pequeno. E essas descobertas são como a confirmação experimental para os mecanicistas das insuficiências da sensorialidade humana. (LE BRETON, 2012, p.115)

O que questiono, para os interesses da presente pesquisa, é como essa objetivação do mundo pautada no distanciamento afasta outras possibilidades de compreensão, ancoradas no papel que assumem as sensações, o humor, os pequenos gestos e ritmos que pontuam a existência humana no seu desdobrar no tempo e no espaço, aspectos sutis demais para serem capturados das alturas de um “voo de pássaro”. Para que se possa sentir as “pulsações da vida cotidiana” é necessário entender que é corporalmente que o homem habita o tempo e o espaço (LE BRETON, 2012), no efêmero de práticas e atitudes que nem sempre *marcam* a paisagem, mas que nunca deixam de *moldar* a experiência dos sujeitos que a habitam.

Esse modo de conceber o homem indissociado da sua corporalidade tensiona uma atitude classificada como “logocêntrica”, na qual o traço definidor do humano seria a posse da razão, em uma relação com o mundo sempre mediada por uma atitude contemplativa pautada no pensamento racional:

Dizer com Descartes: ‘Penso, logo existo’, é omitir a imersão sensorial do homem no âmago do mundo. ‘Sinto, logo sou’, é outra maneira de admitir que a condição humana não é toda espiritual, mas à primeira vista corporal. [...] O corpo é profusão do sensível. Ele é incluído no movimento das coisas e se mistura a elas com todos os seus sentidos. Entre a carne do homem e a carne do mundo, nenhuma ruptura, mas uma continuidade sensorial sempre presente. O indivíduo só toma consciência de si através do sentir, ele experimenta a sua existência pelas ressonâncias sensoriais e perceptivas que não cessam de atravessá-lo. (LE BRETON, 2016, p.11)

A imagem de um sujeito *atravessado* pelas suas sensações enriquece o modo como se pode caracterizar a experiência da paisagem. Envolvida em atividades ligadas à reprodução

material e premiada por condições ambientais, sociais e econômicas adversas, a vida dos pescadores abarca essas tensões, embora se deva ressaltar que sua importância não queira dizer que suas vidas se restrinjam a elas. Reconhecer isso é um caminho para, de certa forma, *humanizar a geografia humana*, ao partir de uma referência mais aberta e multifacetada do que seja o humano, em que a vida não seja circunscrita apenas aos aspectos mais utilitários e pragmáticos da existência.

Nas palavras de Le Breton, “o estudo do cotidiano centrado nos envolvimento do corpo lembra que nessa espuma dos dias o homem tece sua aventura pessoal, envelhece, ama, sente prazer ou dor, indiferença ou cólera” (LE BRETON, 2012, p. 143). Se “o mundo em que nos movemos existe através da carne que vai ao seu encontro”, um encontro que demanda uma permanente afinação dos sentidos, o olhar distanciado característico da ciência moderna se confunde com um “manter-se ao abrigo”, com um não se sentir implicado nessa imersão sensorial no mundo (LE BRETON, 2016).

Retomando a ideia defendida por Lindón, a de que a geografia se pauta por uma perspectiva exocêntrica, seria justo essa aventura pessoal que deixaria de ser acessada, em favor de um olhar à distância, que furta ao pesquisador a possibilidade de se sentir implicado no horizonte de vida que pretende compreender. Essa busca por distanciamento e o uso de fontes de investigação indiretas impedem que o trabalho de campo, mais do que um momento de “coleta de dados” se torne um momento de instabilização do próprio pesquisador: deslocamento e participação em um outro horizonte sensível, por vezes radicalmente diferente daquele ao qual está habituado, que perturba a certeza de suas referências, o que pode se converter no primeiro passo para a compreensão de experiências de mundo diferentes da sua.

A estigmatização do sensível presente no pensamento filosófico e científico ocidentais constitui um aspecto de um processo mais amplo de “apagamento do corpo”, que penetra também outras dimensões da vida social. Le Breton afirma que o corpo, atingido constantemente pela suspeita, é alvo de ritualismos cotidianos que visa a mascarar, silenciar ou neutralizar sua aparência, ruídos e emanções. Isso perpassa a própria ideia de saúde, tida como uma espécie de silêncio do corpo.

Ancorado nas discussões até o momento empreendidas sobre as dificuldades enfrentadas pela abordagem da experiência do sujeito-habitante na geografia, defendendo que, correlato a esse apagamento do corpo, houve também um *apagamento da paisagem*: um esvaziamento de suas propriedades sensíveis em favor de uma tentativa de objetivação, tanto a partir do estudo de sua morfologia quanto pelo crescente apelo a tecnologias de imageamento.



A paisagem em toda a sua verve sensorial é reduzida ao observável e ao cartografável, o que faz com que não haja sentido em ensaiar uma imersão através do trabalho de campo e do compartilhamento do cotidiano dos sujeitos que nela habitam. O corpo-a-corpo da experiência da paisagem cede espaço à perspectiva que já nem mais é a do voo de pássaro, mas a do voo dos satélites, olhos em órbita que não param de esquadrihar a superfície do globo, sem se permitir, em contrapartida, serem vistos. O que se deve pontuar aqui é que qualquer aproximação que pressuponha um apagamento da dimensão sensível e da imersão do corpo na paisagem não faz justiça ao modo como os sujeitos realizam suas atividades e percebem o que está a sua volta, sobretudo quando se trata de uma atividade que promove uma profunda vinculação aos ritmos dos elementos ambientais, como a pesca.

O modo como Le Breton interpreta essa vinculação ao mundo passa por uma desnaturalização dos sentidos. Eles não seriam janelas por onde os dados sensíveis podem passar, mas teriam um papel ativo ao selecionar e valorar de maneiras distintas aquilo que o mundo oferece ao corpo. O autor aproxima os sentidos da ideia de um “filtro”, cuja peneira retém aquilo que os indivíduos aprenderam a colocar nela. As coisas, assim, não existiriam por si só, sendo sempre investidas de uma valorização que as torna “dignas de serem percebidas”.

O mesmo autor contribui para questionar a estigmatização do sensível, o que conduz a compreender a paisagem fora do movimento de racionalização e controle da experiência. Suas indicações ressensibilizam a percepção do mundo, no caminho de uma compreensão mais holística do ser humano, que não o reduza a sua consciência ou ao seu pensamento, pois o ser do humano passa pelo habitar do seu corpo, aí inclusas todas as sensações implicadas nessa condição. Pensar o sujeito nessa habitação corporal do mundo é um passo no sentido de remover pressupostos do modo como se pensa a relação com a paisagem. No caso específico de comunidades de pescadores, reconhecer o papel das sensações ajuda a compreender alguns traços fundamentais do seu cotidiano, uma vez que a pesca demanda e engendra modos específicos de envolvimento com os elementos do meio, traços que não podem se dar fora de um engajamento corporal na paisagem: a exposição ao sol, ao sal e ao suor, ao sopro do vento e às encrespações da água, ao enjoio no mar e na terra.

É nesse ponto, referente a esse engajamento do corpo, que se deve demarcar uma divergência em relação ao encaminhamento teórico que Le Breton realiza. Em sua desnaturalização do ato de perceber, o autor enfatiza o papel da educação no modo como se configura a percepção dos sujeitos. Ganham contorno os processos sociais que moldariam a experiência sensível: “A configuração e o limite do desdobramento dos sentidos pertencem ao traçado da simbólica social.” (LE BRETON, 2016, p. 15). Não se visa aqui a negar a

importância desses processos. A questão é que a associação direta da percepção a uma “simbólica social” parece esvaziar a importância das práticas em sua imersão na materialidade do mundo.

O fazer-se pescador vai muito nesse sentido: ele requer uma exposição às condições da pesca, ao estar no barco, ao trabalho em conjunto com os *camaradas*. Não caberia assim conceber o ato de perceber como uma dimensão que corresponda exclusivamente ao domínio do simbólico, como se os sujeitos portassem códigos de interpretação previamente definidos perante um mundo que acolhe docilmente seus olhares e seus gestos, aprendidos no processo de educação. Esse modo de pensar acaba sendo uma via de reativação de conhecidos dualismos que pontuam o pensamento ocidental, como o que opõe um ambiente físico (do qual o humano é destacado) à sua representação, feita a partir dessa posição de exterioridade do sujeito. Em uma linha de interpretação distinta da de Le Breton, Tim Ingold discute esse dualismo e a maneira como ele se manifesta na oposição entre “natureza” e “paisagem”:

Paisagem não é ‘natureza’. É claro que natureza quer dizer muitas coisas e esse não é o lugar para um discurso sobre a história do conceito. Basta dizer que tenho em mente um sentido específico cujo fundamento ontológico é a separação imaginária entre o observador humano e o mundo, de tal modo que o observador tem que reconstruir o mundo, em sua consciência, antes de qualquer engajamento significativo nele. O mundo da natureza, diz-se frequentemente, é o que está ‘lá fora’. Todas os tipos de entidades supostamente existem lá fora, mas não você e eu. Nós vivemos ‘aqui’, no espaço intersubjetivo marcado pelas nossas representações mentais. A aplicação dessa lógica força a um insistente dualismo, entre objeto e sujeito, o material e o ideal, operacional e conhecido, ‘ético’ e ‘êmico’. Alguns escritores distinguem natureza e paisagem nesses termos – a primeira estando em relação à segunda como uma realidade física em relação a suas construções culturais e simbólicas.<sup>103</sup> (INGOLD, 2002, p.191)

Para Ingold, subjacente à oposição entre natureza e paisagem, haveria a divisão entre mundo interior e mundo exterior, entre mente e matéria, entre significado e substância, pondo a natureza na posição de uma realidade amorfa e que suporta sem resistências as imposições do olhar e pensamento humanos, produzindo, assim, uma paisagem (INGOLD, 2002). Essas leituras, que Ingold identifica na literatura antropológica e que produzem um rebaixamento

---

<sup>103</sup> “The landscape is not ‘nature’. Of course, nature can mean many things, and this is not the place for a discourse on the history of the concept. Suffice it to say that I have in mind the rather specific sense whose ontological foundation is an imagined separation between the human perceiver and the world, such that the perceiver has to reconstruct the world, in consciousness, prior to any meaningful engagement with it. The world of nature, it is often said, is what lies ‘out there’. All kinds of entities are supposed to exist out there, but not you and I. We live ‘in here’, in the intersubjective space marked out by our mental representations. Application of this logic forces an insistent dualism, between object and subject, the material and the ideal, operational and cognised, ‘etic’ and ‘emic’. Some writers distinguish between nature and the landscape in just these terms – the former is said to stand to the latter as physical reality to its cultural or symbolic construction.” (INGOLD, 2002, p.191)

dessa vivência material do mundo em favor da ordem simbólica, podem ser identificadas também na geografia.

No caminho de uma compreensão menos crua dessa materialidade, tentando abarcar os chamados aspectos simbólicos tão presentes na geografia cultural, foi justo a materialidade do mundo que se anuviou, pois, se a paisagem se origina das representações e do universo simbólico, o mundo em sua concretude é posto em posição de passividade, manipulado pelas perspectivas que dele se fazem. Ingold critica a adoção dessa abordagem dualista por parte da geografia cultural. Discutindo o reconhecido “Iconografia da Paisagem”, o autor inclui a noção de paisagem defendida na referida obra por Cosgrove e Daniels entre as propostas que reforçam o postulado de um mundo despido de sentido, no qual se projetam as representações<sup>104</sup>. A consequência seria a concepção do ambiente como um substrato para a imposição arbitrária de formas culturais, como se o mundo se tornasse uma *tábula rasa* para a inscrição da história humana.

Discutindo as possíveis interpretações sobre essa relação entre natureza e cultura, Philippe Descola fala sobre dois pontos extremos de interpretação presentes no pensamento antropológico: um que remete o comportamento humano a funções biológicas ou ecológicas e outro que estabelece que a ação da natureza se desdobra sempre nos termos postos pela cultura. Nessa última linha, a natureza seria acessível através dos filtros criados pela cultura, conferindo todo poder à ordem simbólica<sup>105</sup>. Ambas as orientações parecem presas a uma unilateralidade, podendo facilmente conduzir a uma leitura determinista da relação do homem com a natureza, seja um determinismo de ordem natural, seja de ordem cultural.

A ênfase nos aspectos culturais da relação com a natureza poderia ter encontrado na geografia uma suavização devido à longa tradição da disciplina em lidar com dinâmica física do ambiente humano, tendo sido apresentada tantas vezes como uma ciência de síntese, no entroncamento entre as ciências da natureza e as ciências humanas. Não foi isso o que aconteceu, de acordo com Thrift (1999). Segundo o autor, a geografia teria aderido ao que chama de perspectiva da construção (“*building perspective*”), na qual os seres humanos são

---

<sup>104</sup> “For example, Daniels and Cosgrove introduce a collection of essays on ‘The iconography of Landscape’ with the following definition: ‘A landscape is a cultural image, a pictorial way of representing or symbolising surroundings’ ([COSGROVE; DANIELS,] 1988: 1).” (INGOLD, 2002.) Em outro trabalho, os referidos autores falam da paisagem como um “terreno discursivo”, mais uma vez enfatizando a dimensão da representação através de uma metáfora da paisagem como um texto. (COSGROVE; DANIELS, 1994)

<sup>105</sup> “l’alternative que l’anthropologie a trouvée dans son berceau: soit renvoyer la gamme des comportements humains à des fonctions biologiques ou écologiques [...], soit poser que l’action de la nature se déploie toujours dans les termes de la culture, que celle-là ne nous est accessible qu’au travers des filtres que celle-ci impose, et donner ainsi tout pouvoir à l’ordre symbolique de faire advenir le monde physique à la réalité pour soi”. (DESCOLA, 2002, p. 16)

vistos como construtores de teias de significado a serem acopladas a um substrato físico, o que traz implícita novamente uma rígida separação entre o homem e o meio que o circunda. Para o autor, o ser humano é visto como um produtor de representações que devem ser fixadas ao espaço que habita antes de qualquer engajamento nesse mundo, uma abordagem que converteria tempo e espaço em grades forças neutras nas quais o significado devesse ser alocado. Em diálogo com Ingold, Thrift relaciona essa perspectiva à noção de paisagem como texto, um modelo que colocaria uma ênfase excessiva nos aspectos cognitivos, contemplativos e representacionais da experiência.

Obviamente não se trata de defender que esses aspectos estejam ausentes. Não se pode defender, tampouco, que a experiência se limite a eles, o que ignoraria a constante imersão sensível no ambiente, bem como o contínuo engajamento corporal que a vida demanda<sup>106</sup>. A vivência da paisagem não pode ser descolada desse engajamento, das práticas cotidianas em seus cruzamentos com os ritmos dos elementos do meio, a caminho do que Ingold chama de “composição polirrítmica dos processos”, recordando que nunca se trata de significados congelados e definitivos, mas de sentidos que se fazem e se refazem perante as mudanças constantes na paisagem e nos modos como nos misturamos a esses ritmos:

As paisagens mudam; e mudança é por si só um aspecto intrínseco da nossa experiência de paisagem. A paisagem é uma composição polirrítmica de processos cujo pulso varia da errática vibração das folhas até os calculados processos de deriva e choque de placas tectônicas. Relativa ao tempo humano, a vista perante nós parece composta de fugazes, efêmeros efeitos que criam uma pátina de transitoriedade em formas que parecem estáveis. (1987:40) Como esta passagem revela, o que aparece para nós como formas fixas da paisagem, passivas e imutáveis a não ser que sofram uma modificação a partir de fora, estão elas próprias em movimento, embora em uma escala imensuravelmente mais lenta e mais majestosa do que aquela na qual nossas atividades são conduzidas.<sup>107</sup> (INGOLD, 2002, p.201)

Por se situar no redemoinho de fluxos de ordem e ritmos variados, a mudança é a única constante na paisagem, mesmo que por vezes seja difícil de percebê-la. Ingold defende que é em meio a esses diferentes devires que as histórias de vida são *tecidas*, mais do que *inscritas*, sobre a natureza, como se ela fosse uma página em branco. Com essa diferenciação o autor

---

<sup>106</sup> A presente pesquisa oferece elementos para pensar na importância que esse engajamento corporal assume na dinâmica das atividades pesqueiras. No entanto, pode-se estender a reflexão para tantas outras atividades nas quais as pessoas se engajem, nas diferentes configurações que seu cotidiano assume, justo no sentido de evitar esse reducionismo que limita a experiência humana aos seus traços racionais.

<sup>107</sup> “Landscapes change; and change is itself an intrinsic aspect of our experience of landscape. The landscape is a polyrhythmic composition of processes whose pulse varies from the erratic flutter of leaves to the measured drift and clash of tectonic plates. Relative to the human span, the view before us seems composed of fleeting, ephemeral effects which create a patina of transience on apparently stable forms. (1987: 40) As this passage reveals, what appear to us as the fixed forms of the landscape, passive and unchanging unless acted upon from outside, are themselves in motion, albeit on a scale immeasurably slower and more majestic than that on which our own activities are conducted.” (INGOLD, 2002, p.201)

sugere um deslocamento acerca da construção dos sentidos que emergem da relação com o ambiente. Os sentidos, ao invés de residirem interiorizados na mente do observador e depois projetados sobre uma realidade externa, seriam imanentes aos contextos relacionais do engajamento prático das pessoas no ambiente em que vivem<sup>108</sup>. Essa ideia pode ser desdobrada para refletir sobre as diferenças no modo como pessoas diferentes percebem o ambiente:

se pessoas de diferentes origens se orientam de formas diferentes, isso não se dá por conta das diferenças como interpretam a mesma experiência sensorial em termos de modelos culturais alternativos ou esquemas cognitivos, mas porque, devido aos seus treinamentos corporais prévios, os seus sentidos estão sintonizados de modos distintos ao ambiente.<sup>109</sup> (INGOLD, 2002, p.162)

O autor também critica a ideia de que a percepção seja um ato passivo de recepção de dados da experiência. Perceber é uma atividade que se faz a si própria em ato, pois é na atividade de perceber que se criam os modos de se sintonizar ao ambiente.

Esses termos em que Ingold pensa a relação com o ambiente são muito contrastantes com alguns encaminhamentos difundidos na geografia. A crítica do autor à ênfase nas representações aplica-se a muitas propostas presentes na geografia cultural, um debate que o autor mesmo promove, dialogando com essa subárea. Ao mesmo tempo, uma contraposição interessante poderia ser feita com a noção que, na geografia francesa, esteve associada à mediação entre a paisagem e os grupos que a habitam: o gênero de vida. O conceito assume papel importante na geografia humana de Vidal de la Blache, que teve larga influência no desenvolvimento da disciplina no início do século passado. Segundo o autor, o gênero de vida

[...] implica uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável. Mas totalmente diferente é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que esculpem cada vez mais profundamente seus sulcos, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas, imprimindo suas marcas nos espíritos, direcionando em um sentido determinado todas as forças do progresso. (LA BLACHE, 2012 [1911], p.132)

O gênero de vida se tornou um conceito que contribui para chamar a atenção sobre os vínculos entre as sociedades e o meio que habitam. Ele é coerente com uma concepção de geografia humana pautada no estudo da “adaptação, distribuição e migração dos homens”, o

---

<sup>108</sup> Meanings are not attached by the mind to objects in the world, rather these objects take on their significance – or in Gibson’s terms, they afford what they do – by virtue of their incorporation into a characteristic pattern of day-to-day activities. In short, far from being inscribed upon the bedrock of physical reality, meaning is immanent in the relational contexts of people’s practical engagement with their lived-in environments. (INGOLD, 2002, p. 168)

<sup>109</sup> “if people from different backgrounds orient themselves in different ways, this is not because they are interpreting the same sensory experience in terms of alternative cultural models or cognitive schemata, but because, due to their previous bodily training, their senses are differentially attuned to the environment.” (INGOLD, 2002, p.162)

que permitiria afirmar que “tudo o que diz respeito ao homem está ligado ao meio em que ele vive – meio esse determinado tanto pelas condições gerais quanto pelas circunstâncias locais.”, sendo os hábitos, instrumentos, vestimentas e alimentação expressões da capacidade humana de lidar com as adversidades do meio através das técnicas (RIBEIRO, 2012). As considerações sobre esse conjunto de técnicas constituídas por cada sociedade ajudam a entender a atenção conferida à paisagem:

À luz de uma abordagem ancorada na historicidade e no par homem-meio, tal conceito [o de paisagem] levava os geógrafos ao contato direto com a natureza e com as intervenções humanas nela operadas. Chamando atenção para a prática dos trabalhos de campo (VIDAL DE LA BLACHE, 1908: 59), para ele a paisagem, verdadeiro documento ‘vivo’, representava a chance de visualizar e, no momento seguinte, analisar as metamorfoses que incidam sobre o meio e o homem. Era imperioso que o geógrafo conhecesse a composição físico-química e a biologia terrestres, cujas expressões aparentes eram solo, relevo, vegetação, hidrografia etc. Essa estrutura ia, aos poucos, assumindo outros contornos, visto que, sujeita ao homem, a natureza exercia seu poder de adaptação; sujeito à natureza, o homem exercia seu poder de transformação. Seja quando fixava estabelecimentos, seja quando, num plano mais complexo, edificava indústrias, homem e natureza costuravam laços densos e multifacetados. (RIBEIRO, 2012, p. 34)

Essas considerações conduzem Ribeiro (2012) a apontar como traço característico dessa corrente da geografia “a total inexistência da dicotomia homem-natureza”. No entanto, é preciso estar atento a qual ideia de integração se fala, pois ela parece ser uma integração que se assenta na redução do humano ao ecológico, demarcando como diferença da espécie humana uma maior capacidade de modificação do meio. Ao ser concebido como um conjunto de técnicas que se plasmam no ambiente, modelando a paisagem de acordo com as possibilidades abertas pelo desenvolvimento de sistemas de cultivo, técnicas de construção e outros recursos, as descrições dos variados gêneros de vida se constituem como uma espécie de afirmação da agência humana sobre uma natureza que, apesar de não ser passiva, pode ser dominada ao se dispor de um certo nível de progresso técnico e organização coletiva<sup>110</sup>.

Promovendo uma aproximação entre Ingold e esse conceito clássico da geografia, o gênero de vida poderia ser concebido não apenas como uma projeção da técnica a produzir marcas na paisagem. No ato de modificar o meio através de seus gêneros de vida, os sujeitos fariam a si próprios, através de uma imersão particular que eles mesmos proporcionam. Ao mobilizar essas técnicas, ao trabalhar cotidianamente em contato com os elementos, promovem-se modos específicos de sintonização ao ambiente, indissociável do treinamento corporal que

<sup>110</sup> É esse domínio técnico que liberta o homem das determinações do meio, conferindo à obra de Vidal um sentido de refutação à tese do determinismo ambiental. Se o destino do homem se encontra ligado ao meio, o nível de evolução dos gêneros de vida confere ao homem um papel distinto perante as outras espécies: “A colonização moderna nos ensina a medir até onde se estende sobre as áreas o poder de modificação do qual dispõe o homem; é preciso convir, por outro lado, que se este poder estiver restrito a quadros muito rígidos, esta obra de colonização que desperta um interesse tão legítimo não teria nem sentido e nem alcance.” (LA BLACHE, 2012 [1911], p.133)

cada gênero de vida exige. Dito de outro modo, as contribuições de Ingold ajudam a pensar na relação com a paisagem em suas ressonâncias na constituição dos sujeitos, que assumem uma disposição sensorial e corporal específica, contextualizada no quadro de seu engajamento prático no mundo que os circunda e que ao mesmo tempo ajudam a produzir. Ingold sugere haver uma mútua implicação entre ambiente e sujeito, no caminho de uma paisagem enquanto mundo tal como conhecido por aqueles que habitam em seu interior, recusando a concepção de uma consciência distanciada, que associa a percepção antes a uma vista por sobrevoos do que à vivência, que só pode ser produzida na mistura e imersão no mundo<sup>111</sup>.

O conceito de gênero de vida contribui para chamar atenção para a variedade de técnicas em sua relação com as características do meio, bem como a vinculação entre esse meio e as sociedades, cuja expressão material seria a paisagem. Mesmo que se possam adotar encaminhamentos teóricos distintos, a indicação desse vínculo que o conceito produz é muito valiosa. Em um artigo que discute a geografia do “mundo vivido”, Anne Buttimer (1982) já criticava a falta de conhecimento sobre os gêneros de vida contemporâneos, o que fez com que o termo permanecesse associado ao arcaico e ao rural. A autora afirma que conhecer essas práticas contemporâneas seria um contraponto à crescente alienação humana e ecológica.

É possível elencar, no entanto, a partir dessas discussões, algumas diferenças pertinentes à presente pesquisa referentes ao gênero de vida clássico: 1. não se constrói somente diante das características ecológicas do ambiente, pois lida também com o efeito de diferentes territorialidades; 2. não se constrói somente pela tradição local, pois mobiliza técnicas modernas e reflete a multiescalaridade na qual as sociedades se inserem; 3. não se baseia exclusivamente na objetivação em marcas palpáveis, pois abarca aspectos imateriais, como afetividade, além de, no caso da pesca, dar-se sob um meio fluido sem plasticidade, que não retém as marcas; 4. não possui caráter exclusivamente utilitarista, ligado somente a uma adaptação ao meio, pois possui densidade existencial, relacionando-se a motivações que vão além da reprodução material dos grupos sociais.

---

<sup>111</sup> Em uma descrição muito sensível que ilustra esse contraste, Ingold contrapõe a paisagem ao espaço, tal como apreendido a partir de um olhar cartográfico: “The landscape is not ‘space’. To appreciate the contrast, we could compare the everyday project of dwelling in the world with the rather peculiar and specialised project of the surveyor or cartographer whose objective is to represent it. No doubt the surveyor, as he goes about his practical tasks, experiences the landscape much as does everyone else whose business of life lies there. Like other people, he is mobile, yet unable to be in more than one place at a time. In the landscape, the distance between two places, A and B, is experienced as a journey made, a bodily movement from one place to the other, and the gradually changing vistas along the route. The surveyor’s job, however, is to take instrumental measurements from a considerable number of locations, and to combine these data to produce a single picture which is independent of any point of observation. This Picture is of the world as it could be directly apprehended only by a consciousness capable of being everywhere at once and nowhere in particular (the nearest we can get to this in practice is by taking an aerial or bird’s-eye view)” (INGOLD, 2002, p. 191)

A partir dessas considerações, desejo reiterar a possibilidade de compreender os elementos do ambiente, os barcos e as ferramentas de pesca fora de uma visão objetificante que lhes obscurece o conteúdo existencial, que lhes despe do engajamento em um horizonte de vida particular. Nessa visão, perdem-se com frequência os investimentos de sentido que não podem ser compreendidos à distância, tanto física quanto aquela que uma razão abstrata produz.

Tomemos como ilustração o caso do náilon, o material de que passaram a ser feitas as redes. Ele é mais durável do que as antigas linhas de algodão, mais resistente, partindo-se com menos frequência, e é mais prático, não sendo considerado um produto muito caro e podendo ser estocado sem grandes dificuldades. O material, no entanto, não se reduz a essas propriedades tangíveis. Em seu uso cotidiano, o modo como assume papel nas técnicas de pesca o torna também o fio condutor de outras histórias, de outros sentidos constituídos no fluxo cotidiano de experiências. Para além da sua durabilidade, resistência e praticidade, esse parceiro sintético das pescarias é o mesmo que cobra sua dívida em sangue: aprofunda-se na carne tal como navalha, e escreve os termos do seu trato na pele em sua caligrafia própria, a das cicatrizes. Cada uma evocando a sua memória: um descuido, um dia de pesca em condições adversas ou até mesmo um dia de peixe farto, já que mais peso de peixe nas redes proporciona mais poder cortante às linhas, pois a pele cede à tensão que elas lhe aplicam.

Nesse breve relato, o náilon é um objeto passivo? Pensa-se dele o que bem se entende? Talvez movido por uma divagação qualquer seja possível imaginar que esse material não ofereceria resistências às imagens que nele se tenta projetar. É oportuno ponderar, no entanto, que os pescadores não refletem antecipadamente sobre esse material, e que governam sua relação com ele a partir dessa reflexão distanciada: eles antes vivem o náilon, vivenciam-no em sua prática cotidiana, no manuseio, no trançar das redes, na inscrição que os cortes fazem em suas peles. A ferramenta de trabalho é instrumento e memória, ao mesmo tempo um fio de plástico resistente e o fio da meada de uma trajetória, na qual se cruzam as redes, o corpo em que se inscrevem as cicatrizes e o orgulho pela lide com o mar.

A formulação dessas críticas através de um projeto de compreensão da relação com a paisagem semelhantes às discutidas anteriormente encontram-se presentes na obra do geógrafo Augustin Berque, que apresenta vias através das quais essas discussões encontraram encaminhamento na disciplina e que se revelaram ricas para o debate que promovo aqui. Existem pontos de aproximação entre as indicações de Ingold sobre a percepção do ambiente e algumas das propostas de Berque, embora se chegue a esses pontos por meios distintos. Na obra do geógrafo francês, a discussão sobre paisagem dialoga com alguns conceitos da geografia e ao mesmo tempo se esforça em compreender como se constituíram tradições paisagísticas muito



distintas em outras sociedades, notadamente na China e no Japão. Berque submete a geografia a uma análise crítica que toma como chaves fundamentais a filosofia grega clássica (sobretudo Aristóteles e Platão) e a fenomenologia, o que produz reverberações no modo como o autor constrói seu pensamento sobre a paisagem<sup>112</sup>. Para poder mobilizar essas propostas pertinentes à discussão aqui empreendida, é preciso uma breve familiarização com o universo conceitual do autor.

Um primeiro ponto que se relaciona a esses interesses é uma crítica ao contexto mais amplo do próprio pensamento contemporâneo, e não somente à geografia em si, que se refere a uma “crise da razão abstrata”. Berque, partindo da discussão da fenomenologia husserliana, afirma a necessidade de reencontrar a realidade do mundo ambiente tal como a vivemos concretamente, e não mais como ela se afigura na racionalidade científica. (BERQUE, 1996, p. 34).

Se na geografia se toma como projeto a compreensão da experiência propiciada no contato com a dimensão material do meio, uma reavaliação dos modelos hegemônicos de conhecimento se torna necessária, pois o modo como essa racionalidade se desenvolveu reverbera no modo como se concebe esse contato. Ao discutir um dos aspectos dessa racionalidade moderna, Berque faz lembrar as críticas de Ingold e Descola sobre a rigidez da separação que se afirma existir entre a natureza e a cultura:

Nesse contexto, alguns, reducionistas, dirão que a natureza comanda a cultura; é o que se chama de determinismo. Os outros, que a cultura é autônoma, e que é ela, ao contrário, que se projeta sobre a natureza; é o que chamo de metabasismo, dito de outra forma, a prescrição desse fundamento que é a Terra. [...] Esse duplo discurso atualmente não conduz a nada de bom; pois o seu efeito, é a acosmia. É a descosmização da existência. Dito de modo mais simples: é de nos privar desta unidade qualitativa que produz um mundo – um meio de vida onde se alia a terra e o céu, e que seja vivenciado como verdadeiro, bom e belo.<sup>113</sup> (BERQUE, 2008, p. 84)

<sup>112</sup> Pode-se especular sobre o quanto esses aspectos talvez tenham dificultado a incorporação dos debates promovidos pelo autor na geografia brasileira. Muitos dos seus textos trabalham com o recorte de “civilizações”, o que talvez implique o uso de uma escala, tanto espacial quanto temporal, não muito usual na geografia contemporânea, ou mesmo nas ciências sociais como um todo. Além disso, as referências filosóficas das quais o autor se serve talvez não tenham encontrado na geografia a mesma penetração que tiveram em outras disciplinas nas últimas décadas, o que implica uma não-familiarização com o vocabulário e os conceitos utilizados. Isso, somado à barreira linguística, reforçada pelo farto uso de neologismos e de traduções particulares de termos da fenomenologia heideggeriana para o francês, pode ter contribuído para impor obstáculos à difusão de suas ideias. Alguns desses aspectos são levantados mesmo em resenhas escritas por seus conterrâneos, como a feita por Claude Bouteille (2005), que ainda lembra da dificuldade oriunda da profusão de termos e traduções do mandarim, japonês e alemão que atravessam a obra.

<sup>113</sup> Dans ce contexte, les uns, réductionniste, diront que la nature commande à la culture; c’est ce qu’on appelle le déterminisme. Les autres, que la culture est autonome, et que c’est elle, au contraire qui se projette sur la nature; c’est ce que j’appelle le metabasisme, autrement dit la forclusion de ce fondement qu’est la Terre. [...] Ce double discours, il est aujourd’hui qu’il ne mène à rien de bon; car son effet, c’est l’acosmie. C’est de décosmiser l’existence. Plus simplement dit: c’est nous priver de cette unité qualitative qui fait un monde - un milieu de vie où s’allient la terre et le ciel, et qui soit ressenti comme à la fois vrai, bon et beau. (BERQUE, 2008, p. 84)

O mesmo traço é identificado por Ana Francisca Azevedo nos estudos paisagísticos da geografia cultural norte-americana. Isso revela a presença desse tipo de construção teórica em diferentes contextos acadêmicos:

De uma maneira muito clara, a definição de paisagem cultural estabelecida pela Escola de Berkeley reflecte este posicionamento; ‘a cultura é o agente e a natureza o médium’. Passou-se pois, e subliminarmente, de um quadro de determinismo ambiental para um quadro de determinismo cultural. Expressando o papel privilegiado (e actuante) do ‘agente’ sobre o ‘médium’, assim como a instrumentalização do segundo pelo primeiro, a antinomia natureza/cultura ilude o estatuto de co-actuação dos diversos agentes sócio-materiais. (AZEVEDO, 2009, p. 63)

As duas posturas extremas, a de pôr a ênfase nas determinações oriundas da natureza, ou a de afirmar a centralidade da cultura no direcionamento da relação com o meio, conduzem o que Berque chama de “acosmia”, essa exclusão do fundamento à existência humana que é a relação com a Terra, um traço das sociedades modernas, com grandes repercussões no modo como se concebe a relação com o meio:

Me parece, de minha parte, que uma aproximação se impõe entre esta transformação do olhar e o nascimento da paisagem: o sujeito moderno [...] se distancia em relação ao seu meio – esse tecido de relações sociais e ecológicas ao mesmo tempo -, para produzir pouco a pouco um ambiente observável, representável e manipulável. Em suma, para fazer dele um objeto.<sup>114</sup> (BERQUE, 1992, p. 139)

É justo contra um processo de “descosmização”, expresso pela conversão do meio em mero objeto, que Berque se insurge, revisando as bases epistemológicas da geografia em função da crítica contra essa perda da percepção sobre o vínculo entre o homem e o meio. Um dos esforços do autor é de procurar por alternativas para pensar esse vínculo em outras bases, que não apelem para as conhecidas dicotomias entre interno e externo, natureza e cultura, objetivo e subjetivo. Acerca dessa última dicotomia, fala-se de uma relação com o meio que não é nem puramente objetiva, nem enclausurada em uma subjetividade individualizada e interiorizada: essa relação seria de caráter *trajetivo*. A *trajeção* para Berque se refere a uma conjunção do físico e fenomênico, engendrando a realidade movente do ecúmeno:

Do latim *trajection*: cruzamento, transferência. *Trajetivo*, *trajetividade* são formadas sob o modelo de subjetivo/objetivo, subjetividade/objetividade. A ideia expressa por tra(ns) é aquele de ir além de um limite, de passar para o outro lado. O limite [...] é aquele que o dualismo moderno instituiu entre o mundo interior subjetivo e mundo exterior objetivo. Ora, essa dicotomia é incapaz de dar conta da realidade do ecúmeno e, portanto, da paisagem. Como efeito, tal como o mostrou a fenomenologia e a antropologia pré-histórica, os meios humanos são por assim dizer uma extensão de nosso próprio corpo, tanto pelo símbolo quanto pelas técnicas. [...] estendendo nossos corpos aos limites do mundo, a técnica o *cosmiza*, enquanto que o símbolo, ao contrário, *somatiza* o mundo: ele o repatria no nosso corpo. Essa

<sup>114</sup> “Il me semble, pour ma part, qu’un rapprochement s’impose entre cette transformation du regard et la naissance du paysage: le sujet moderne[...] se distancie par rapport à son milieu - ce tissu de relations à la fois sociales et écologiques -, pour en faire petit à petit un environnement observable, représentable et manipulable. Bref, pour en faire un objet.” (BERQUE, 1992, p. 139)

cosmização/somatização é propriamente a trajeção<sup>115</sup>. (BERQUE, 2006, p. 101-2)

Essas ideias, segundo Berque, demarcariam uma divergência radical em relação à ontologia moderna, na qual o sujeito se autoinstitui em sua própria consciência, uma divergência que se dá no sentido de pensar que o sujeito não se encontra encapsulado nos limites de sua pele. À medida que se considera o meio como uma extensão do corpo, o sujeito não pode ser compreendido isoladamente, como se fosse fruto de uma subjetividade autônoma, surgida por si só no interior da mente. A trajeção seria uma expressão da reversibilidade da relação com o meio. O ser humano nele intervém, mas dele sofre influências, cria nele as suas marcas, mas é igualmente marcado nesse processo. Segundo Berque, “se a realidade que nos cerca é trajetiva, é porque ela é estruturalmente investida pela nossa mediância. Ela não existe a não ser por essa relação, e nós mesmos não existimos a não ser por esse investimento, que constitui nosso corpo medial” (BERQUE, 2000, p. 128). Falar aqui de um “corpo medial” significa falar de uma corporalidade fora dos limites da pele, um segundo corpo que é o meio que nos envolve, e que ao mesmo tempo existe enquanto tal a partir do nosso envolvimento com ele<sup>116</sup>:

O ecúmeno nasceu de um processo de trajeção pelo qual as funções do corpo humano são exteriorizadas no ambiente. Assim se constitui nosso corpo medial. A estrutura que logo de início é posta divide o ser do humano, por assim dizer, em duas metades, da qual uma é nosso corpo animal, a outra nosso corpo medial. Esta divisão em duas metades, que estende nosso ser do lar do nosso corpo animal até o horizonte de nosso mundo, é o momento estrutural da nossa existência. É a nossa mediância.<sup>117</sup> (BERQUE, 2000, p. 127)

Berque retoma através dessa contraposição algumas das propostas do antropólogo André Leroi-Gourhan, ao discutir a gênese da espécie humana a partir de uma complementaridade entre corpo animal e corpo social, este último sendo constituído pela

<sup>115</sup> “Du latin *trajectio*: traversée, transfert. *Trajectif, trajectivité* sont formés sur le modèle de *subjectif/objectif, subjectivité/objectivité*. L’idée exprimée par *tra(ns)* est celle d’aller au-delà d’une limite, de passer de l’autre côté. La limite, en l’occurrence, est celle que le dualisme moderne a instituée entre monde intérieur *subjectif* et monde extérieur *objectif*. Or cette dichotomie est incapable de rendre compte de la réalité de l’écoumène, donc du paysage. En effet, comme l’ont montré la phénoménologie et l’anthropologie préhistorique, les milieux humains sont pour ainsi dire une extension de notre corps même, tant par le symbole que par la technique. [...] étendant notre corps jusqu’au bout du monde, la technique le *cosmise*, tandis que le symbole, au contraire, *somatise* le monde: il le repatrie dans notre corps. Cette cosmisation/somatisation, ou va-et-vient entre corps et monde, est proprement la *trajection*. ” (BERQUE, 2006, p. 101-2)

<sup>116</sup> “Medial”, de acordo com o dicionário Houaiss, é um adjetivo que se refere ao “que está no meio; central, intermediário”. O uso que Berque faz do termo equivalente em francês, “*médial*”, faz mais apelo a medial como “referente a meio”, não no sentido de posição, como indicado no dicionário de língua portuguesa, mas meio enquanto aquilo que circunda e influencia.

<sup>117</sup> “L’écoumène est née d’un processus de *trajection* par lequel les fonctions du corps devenant humain se sont extériorisées dans l’environnement. Ainsi s’est constitué notre corps *médial*. La structure que c’est de la sortie mise en place partage l’être de l’humain pour ainsi dire en deux moitiés, dont l’une est notre corps animal, l’autre notre corps *médial*. Cette division en deux moitiés, qui étend notre être du foyer de notre corps animal jusqu’à l’horizon de notre monde, c’est le moment structurel de notre existence. C’est notre *médiance*. ” (BERQUE, 2000, p. 127)

exteriorização de sistemas técnicos e simbólicos que ajudam a compreender a evolução do Homo sapiens. A alteração sugerida por Berque, em pensar esse segundo corpo como sendo “medial” (adjetivo que remete àquilo que é referente a meio) e não “social” se justifica pelo interesse em reforçar que esses sistemas técnicos e simbólicos necessariamente se combinam aos ecossistemas, formando assim um meio.

A relação do homem com o seu meio vai ganhando assim novas camadas de sentido. Não se fala apenas de um substrato físico modelado pelo engenho humano, de acordo com seus recursos e em função de suas necessidades, mas um processo em que a própria gênese do humano se confunde com a relação com o meio. O humano seria assim constituído na duplicidade do seu ser, a duplicidade do seu corpo animal e do seu corpo medial, uma metade fisiologicamente individualizada e outra difusa pelo meio, duas partes que não são equivalentes, mas que, no entanto, encontram-se unidas (BERQUE, 2000). Berque fala nesse contexto de um “desdobramento ecumenal” (“*déploiement écouménal*”), um conjunto de processos pelos quais a imersão no Ecúmeno (expressão do vínculo da humanidade com a extensão terrestre) desdobra a Terra em Mundo, ou seja, como uma realidade que não pode ser pensada fora de sua constituição nas relações de que participa. Segundo Berque, esse desdobramento

Concerne toda obra humana, e globalmente a emergência do ecúmeno a partir da biosfera, correlativamente à hominização (a emergência da espécie humana), à antropização (a transformação física do ambiente pela técnica) e à humanização (a transformação semântica do ambiente pelo símbolo).<sup>118</sup> (BERQUE, 2008, p. 40)

Estudar o meio de uma sociedade não significa, portanto, pautar-se exclusivamente nos critérios alvo de objetificação pela ciência, como se estivesse diante de um objeto passível de ser isolado dos seus habitantes. Não se nega a importância desses aspectos, mas se chama atenção para o fato de que outras dimensões do humano podem passar despercebidas ao se focar somente neles. Para Berque, todo lugar possui uma ambivalência, possuindo necessariamente uma dimensão material (física e ecológica) mensurável e por outro lado uma dimensão imaterial (fenomênica e semântica) imensurável. É partindo de uma tentativa de compreender o meio em sua multiplicidade, tal como ele surge enquanto experiência, que Berque fala de um desenvolvimento da geografia na direção de uma mesologia, uma hermenêutica (estudo do sentido) das relações das sociedades humanas com seu ambiente.

Um direcionamento para o estudo mesológico das sociedades as pensa em sua relação inseparável com o meio, não no sentido de estabelecer cadeias causais entre fenômenos de

---

<sup>118</sup> “Concerne toute l’oeuvre humaine, et globalement l’émergence de l’écoumène elle-même à partir de la biosphère, corrélativement à l’hominisation (l’émergence de l’espèce humaine), à l’anthropisation (la transformation physique de l’environnement par la technique) et à l’humanisation (la transformation sémantique de l’environnement par le symbole).” (BERQUE, 2008, p. 40)

diferentes ordens, o que seria incorrer em um determinismo, mas da compreensão dos encadeamentos de sentido constituídos nessa relação. É através daí que se chega ao desafio anunciado em uma das obras mais importantes de Berque, *Écoumène* (2000). Logo no início da introdução, identifica-se uma questão fundamental: “falta à ontologia uma geografia, e à geografia uma ontologia”. Nessa formulação simples e ao mesmo tempo densa de significados, Berque anuncia um projeto em que pontua a necessidade de refletir sobre a natureza do ser em sua relação com o meio habitado.

Os processos de hominização, antropização e humanização, anteriormente citados, referem-se justo a esse caráter indissociável da constituição do humano em relação ao meio. Demarca-se assim uma crítica à ontologia moderna, baseada em uma consciência auto-constituída, tal como preconizada no *cogito* cartesiano. É oportuno retomar as observações de Le Breton sobre o “apagamento do corpo”, o ser do homem na modernidade se daria em uma dimensão ainda restrita, pois o corpo em sua inteireza tenderia a ser neutralizado em favor de uma de suas dimensões particulares: a mente. Afirmar que falta à ontologia uma geografia dá um outro passo na crítica à cosmologia moderna, pois sugere haver também um deslocamento do ser em relação ao mundo que o circunda e que ajuda a constituí-lo. O ser do humano seria concebido pela modernidade nesse duplo descolamento: não só em relação ao meio mas como também em relação ao próprio corpo, em favor de uma mente que apreende tudo em seu pretenso distanciamento.

Dialogando com a tradição de estudos paisagísticos, Berque também afirma que descrever o movimento e a experiência humana na Terra somente a partir das marcas deixadas na superfície ignora o quanto nessa relação o sujeito faz a si próprio. Nesse ponto, opera-se uma verdadeira inversão na perspectiva geralmente adotada na geografia, na qual o registro das modificações da paisagem induzidas pela ação antrópica é tão recorrente: se o homem modifica o meio, desse processo, segundo Berque, ele mesmo não escaparia incólume, sendo também gravado em algum sentido. Por isso o autor defende que o ser do humano é geográfico (Berque, 2000). Nesse contexto, afirma-se faltar à geografia uma ontologia, pois haveria uma dificuldade em delimitar e promover uma discussão mais ampla sobre o que se considera como sujeito, quais seriam as particularidades do ser do humano, como se daria sua gênese e qual papel o meio assumiria nesse processo. Sobre esse último tópico, que reverbera diretamente no modo como pensar a geografia:

Os meios humanos são uma relação, e não um objeto, perante os quais, nós não somos como a substância pensante de Descartes diante da substância extensa, sobre a qual se projetaria unilateralmente sua atividade, psíquica em primeiro lugar e, por ato de vontade, conseqüentemente físico. Nós participamos ontologicamente dessa relação, como dela participam as coisas de nosso meio; isso significa que nosso ser e o ser das

coisas se entrecruzam ou mesmo se identificam em uma certa medida. Nós temos por isso com as coisas uma ligação bem mais complexa e mais móvel que a simplista dualidade sujeito-objeto.<sup>119</sup> (BERQUE, 2000, p. 90)

A participação ontológica do ser nessa relação com o meio caminha no sentido de sugerir que sua própria existência pressupõe e engendra um meio, uma ideia que se desdobra em como outras noções teóricas são pensadas. A oposição entre marca e matriz que Berque (2008) utiliza para falar sobre paisagem se alimenta dessas propostas. Considera-se a paisagem como uma dimensão moldada e ao mesmo tempo moldante, uma qualidade sintetizada no “postulado da paisagem”: “as sociedades ordenam seu ambiente em função da percepção que dele têm, e reciprocamente elas o percebem em função do ordenamento que dele fazem.”<sup>120</sup>.

Essa dimensão inerentemente relacional do ser humano, que o torna indissociável do meio que habita, torna esse mesmo meio igualmente relacional: ele não pode ser pensado extraíndo-se dele o elemento humano. É assim que Berque sugere que o Ecúmeno (termo que na linguagem corrente se refere à área geográfica habitada pelo ser humano) não se refere à Terra *mais* a humanidade, e tampouco ao seu inverso, mas sim à Terra *enquanto* habitada pela humanidade, assim como à humanidade *enquanto* habitante da Terra (BERQUE, 2000).

Além do debate feito a partir da fenomenologia, Berque baseia algumas das suas propostas na reflexão sobre ideias presentes nas obras de Platão e Aristóteles, sobretudo acerca das noções de *topos* e *chôra*:

Todo lugar é ambivalente no ecúmeno, e conseqüentemente na paisagem. Ele possui necessariamente um lado material, físico e ecológico, mensurável, portanto comensurável com outros lugares. Essa dimensão quantitativa a aproxima do *topos* aristotélico e da *Stelle* heideggeriana: assim como um recipiente é o limite externo de um objeto no espaço universal de um ambiente objetivado. Por outro lado, o lugar revela não mais necessariamente uma dimensão imaterial, fenomenal e semântica, não mensurável, portanto incomensurável a outros lugares. Essa dimensão qualitativa e singular o aproxima da *chora* platônica e da *Ort* heideggeriana: é a condição existencial da coisa no seio do mundo sensível.<sup>121</sup> (BERQUE, 2008, p. 36)

---

<sup>119</sup> “Les milieux humains sont une relation, pas un objet, vis-à-vis d’eux, nous ne sommes pas comme la substance pensante de Descartes devant la substance étendue, sur laquelle se projetterait unilatéralement son activité, psychique au premier chef et, par acte de volonté, conséquemment physique. Nous participons ontologiquement de cette relation, comme en participent les choses de notre milieu; ce qui signifie que notre être et le leurs se chevauchent ou même s’identifient dans une certaine mesure. Nous avons donc avec ces choses un rapport bien plus complexe et plus mouvant que la simpliste dualité sujet - objet.” (BERQUE, 2000, p. 90)

<sup>120</sup> No original: “il apparaît que les sociétés aménagent leur environnement en fonction de la perception qu’elles en ont, et réciproquement qu’elles le perçoivent en fonction de l’aménagement qu’elles en font.” (BERQUE, 2008)

<sup>121</sup> “Tout lieu est ambivalent dans l’écoumène, et par conséquent dans le paysage. Il possède nécessairement un côté matériel, physique et écologique, mesurable, donc commensurable avec d’autres lieux. Cette dimension quantitative l’apparente au *topos* aristotélicien et à la *Stelle* heideggerienne: tel un récipient, c’est la limite externe d’un objet dans l’espace universel d’un environnement objectivé. D’autre part, le lieu relève non moins nécessairement d’une dimension immatérielle, phénoménale et sémantique, non mesurable, donc incommensurable à l’autre lieux. Cette dimension qualitative et singulière l’apparente à la *chôra* platonicienne et à l’*Ort* heideggerien: c’est la condition existentielle de la chose au sein du monde sensible.” (BERQUE, 2008, p. 36)

Para que se possa compreender a geograficidade do ser, Berque defende que se acolha essa ambivalência, na contramão da ênfase que identifica a civilização ocidental moderna, que colocaria acento sobre o “ente físico mensurável (o *topos* das coisas)”, o que conduziria a uma “subestimação ou mesmo negligenciamento do tecido relacional necessário ao ser (a *chôra* das coisas)” (BERQUE, 2000, p. 101).

Essa ideia do ser envolvido em um tecido relacional que o influencia e que ao mesmo tempo ajuda a tecer é uma reflexão muito rica para pensar a temática da relação do homem com o meio, no sentido da busca anunciada entre os vínculos da ontologia com a geografia. Berque contrapõe as duas noções da filosofia clássica da seguinte maneira:

Começamos a perceber aqui o traço decisivo dos lugares do ecúmeno, em oposição àqueles de um espaço abstrato: a impregnação recíproca do lugar e daquilo que nele se encontra. No ecúmeno, o lugar e a coisa participam um do outro. No espaço abstrato, entretanto, a coisa pode ser situada aqui ou além, isso não afeta o seu ser; e reciprocamente o lugar é definível independentemente da coisa como, por exemplo, na geometria, por coordenadas cartesianas, ou no globo terrestre pelo sistema de meridianos (longitude) e paralelos (latitude).<sup>122</sup> (BERQUE, 2000, p. 20)

Ganha relevo nessa discussão um sentido de espacialidade distante das abstrações que partem de uma separação entre o ambiente e o ser, tidos como aspectos independentes um do outro. Berque fala assim dessa “impregnação recíproca”, que tensiona os limites dessa disjunção. A recuperação dessas noções e sua incorporação ao debate na geografia ajuda a cunhar uma outra concepção sobre a concretude da existência. O autor recupera a etimologia da palavra: *concretus* é o participípio do verbo *concrecere*, crescer junto. Ao invés da tendência de associar o concreto ao aspecto material, estático e circunscrito das coisas, Berque sugere uma atenção maior ao conjunto de qualidades e processos, à história e aos fins que concorrem para fazer das coisas aquilo que elas são, no caminho de pensá-las não como meramente localizadas em um ponto determinado, mas como crescendo junto com os lugares em que se desdobra a existência.

As propostas caminham para aproximar essa abordagem sobre a concretude da existência da noção platônica de *chôra*:

Como a *chora* platônica que é ao mesmo tempo matriz e marca, nosso meio é a nosso respeito em um estado de movência passiva e ativa: é o domínio sob o qual nós agimos; e que porta as marcas dessa ação, é o domínio que nos afeta, e ao qual nós

---

<sup>122</sup> Nous commençons ici d'apercevoir le trait décisif des lieux de l'écoumène, par opposition à ceux d'un espace abstrait: l'imprégnation réciproque du lieu et de ce qui s'y trouve. Dans l'écoumène, le lieu et la chose participent l'un de l'autre. Dans un espace abstrait, en revanche, la chose peut être située ici ou ailleurs, cela n'affecte pas son être; et réciproquement, le lieu est définissable indépendamment de la chose, par exemple en géométrie par des coordonnées cartésiennes, ou sur le globe terrestre par le système de méridiens (longitude) et des parallèles (latitude). (BERQUE, 2000, p. 20)

pertencemos de qualquer maneira.<sup>123</sup> (BERQUE, 2000, p. 89)

Aponta-se, assim, para a compreensão do meio não como uma externalidade que recebe passiva as projeções da técnica, mas que participa mesmo daquilo que os sujeitos são e os rumos que podem tomar em suas vidas. Isso, conforme se procurou mostrar, representa uma das contribuições mais originais de Berque para a geografia, tão habituada a pautar seus estudos em uma lógica exocêntrica, alheia aos sentidos que a relação com a paisagem expressa. Ao mesmo tempo oferece uma alternativa ao costumeiro dualismo existente mesmo em uma ciência dita de síntese, que reproduz em sua própria organização disciplinar a oposição natureza e cultura (geografia física x geografia humana). Falar em um enfoque mesológico contribui para deslocar a ênfase na ação humana sobre o meio para uma compreensão em que o humano e natural se co-constituem em sua relação, de compreender como os sujeitos afetam e modificam o meio, mas que igualmente são por ele afetados, na imersão em seu horizonte concreto de vida.

Apesar de partirem de contextos disciplinares distintos e de se valerem de fontes teóricas diferentes, um traço em comum pode ser identificado na obra aqui discutida. A valorização da experiência corporal por Le Breton, as contribuições sobre as construções teóricas acerca da percepção do ambiente feitas por Ingold e a imbricação entre ontologia e geografia sugerida por Berque contribuem para lançar outra fundamentação para a reflexão sobre a paisagem, coerente com a tentativa de compreendê-la em sua associação com contextos sociais particulares, como o presente caso, associado ao universo da pesca.

Muitos dos relatos feitos pelos pescadores durante o trabalho de campo sublinham sua profunda vinculação ao horizonte concreto que se lhes desvela a partir da prática da pesca, um horizonte que não pode ser adequadamente compreendido se o concebemos como uma dimensão distanciada, posta em perspectiva. O que tentei, através do debate realizado ao longo do capítulo, foi a reunião de ferramentas teóricas capazes de encaminhar um entendimento da paisagem mais afinado a essa vinculação, a uma vida que só se compreende em seu acoplamento a um contexto existencial, um contexto que possui uma espacialidade.

A recuperação da riqueza das imagens poéticas de Bachelard permite falar aqui das reverberações do contato com o universo material das águas:

Para transmitir essa diferença na conquista dos comportamentos e das saúdes devidos aos elementos materiais combatidos, vamos estudar impressões de adversidade superada que estejam mais próximas possíveis, mas sempre deixando-lhes sua marca material profunda. Será o caso da dinamogenia do caminhante contra o vento, por um

---

<sup>123</sup> “Comme la *chôra* platonicienne qui est à la fois matrice et empreinte, notre milieu est à notre égard dans un état de mouvance passive et active: il est le domaine sur lequel nous agissons, et qui porte les marques de cette action, mais il est le domaine qui nous affect, et auquel nous appartenons de quelque manière.” (BERQUE, 2000, p. 89)



lado, e da dinamogenia do nadador contra a corrente, por outro. (BACHELARD, 2013 [1942], p. 167)

Segundo o dicionário Houaiss, dinamogenia se refere à “superativação de um órgão devida a uma excitação de qualquer natureza”. Nessa transformação dos corpos em seu mergulho na concretude do meio, cabe a pergunta: é possível falar de uma dinamogenia do pescador? É no sentido de tentar expressar essa vinculação que serão feitos os encaminhamentos finais, com ênfase nos desdobramentos das mudanças vivenciadas em Atafona nos últimos anos.

## Considerações finais

Abordar a situação da pesca em Atafona nos últimos anos é uma tarefa que induz a falar sobre temas como a degradação do rio Paraíba, a exploração petrolífera na bacia de Campos e as novas territorialidades associadas à construção do porto do Açú. Tratar de impactos ambientais e falar de disputas territoriais em uma localidade que nos últimos anos foi alvo de transformações tão expressivas são abordagens cuja pertinência é inquestionável. Elas contribuem para que se possa promover a crítica de um determinado modelo de desenvolvimento que persistentemente afeta a vida das pessoas, em Atafona e em outras localidades, em comunidades pesqueiras ou de qualquer outro tipo, Brasil afora.

Nas discussões realizadas, talvez tenha percorrido um caminho pouco usual, já que a discussão sobre paisagem não é a primeira que surge à mente a partir desse quadro de eventos. Essa opção, construída ao longo da interação com os pescadores e com Atafona, visou a fazer justiça a algumas nuances de uma relação rica e plena de significados que se nutre do contato com os elementos do meio. O objetivo era ultrapassar a caracterização dos efeitos das recentes transformações como se sua importância surgisse apenas do modo como incidem sobre a ecologia, as condições físicas locais e as possibilidades de acesso e circulação a pontos da costa e do mar.

Se de fato a constituição dos sujeitos e a gênese de uma paisagem particular são processos que se entrelaçam, se cada termo dessa relação se faz e se configura na interação com o outro, o modo como os efeitos das recentes transformações em curso reverberam não pode ignorar esse entrelaçamento. As modificações nas condições do ambiente e as mudanças nos regimes territoriais de acesso aos pesqueiros são importantes não só por afetarem o andamento prático da atividade pesqueira: eles trazem a possibilidade de instabilização dos sentidos que os pescadores conferem a seu mundo e a si mesmos.

É a partir desse tecido relacional que os efeitos das modificações no rio e aquelas referentes à construção do porto podem ser compreendidas: se a gênese e a imersão em uma paisagem particular são um eixo de constituição dos pescadores, as transformações observadas reverberam em seu próprio modo de ser. O efeito instabilizador do porto incide sobre o ambiente e o território, porém gera igualmente uma possibilidade de uma perda de si, em vista das tensões a que o vínculo expresso e concretizado na paisagem passa a sofrer.

Essas tensões podem ser expressas na descrição sobre os diferentes estilos de pesca praticados em Atafona. A literatura sobre comunidades pesqueiras na geografia tende a registrar

a pesca como um todo homogêneo, sem as nuances técnicas e simbólicas de cada estilo, com suas especificidades de distribuição geográfica, tipo de embarcação e instrumentos utilizados, tipos de pescado obtidos, tempo requerido nas expedições e alterações nas relações entre os embarcados. Perde-se assim a chance de pontuar a dimensão cosmológica que essas variações da atividade envolvem.

É oportuno retomar como exemplo dois estilos que aparecem em posições em larga medida opostas em Atafona: a pesca de rio e a pesca de plataforma. Um barco na água, dependendo de em qual estilo se envolve os seus tripulantes, assume sentidos radicalmente distintos. Isso remete a um aprofundamento do sentido existencial subjacente ao estar situado em algum local, conforme destaca Dardel:

Do plano da geografia, a noção de situação extravasa para os domínios mais variados da experiência do mundo. A ‘situação’ de um homem supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o *lugar* de sua existência. ‘Perder a localização’, é se ver desprovido de seu ‘lugar’, rebaixado de sua posição ‘eminente’, de suas ‘relações’, se encontrar, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade. Novamente a geografia, sem sair do concreto, empresta seus símbolos aos movimentos interiores do homem. (DARDEL, 2011; 1952, p. 14)

A pesca de rio, em geral mais breve e simples, pode ser realizada sozinha e com poucos recursos, sem implicar grandes deslocamentos. Os pescadores falam de uma atividade feita quase que por brincadeira, “*na sacanagem*”, uma “*pesca para a cachaça*”, ou seja, para que se obtenha, de uma maneira não muito trabalhosa ou que envolva grandes riscos, alguma quantidade pequena de peixe, em geral consumido frito junto com *caramadas* em algum bar – daí a referência à cachaça.

No extremo oposto, a pesca de plataforma, longa e extenuante, pressupõe um trabalho pesado, realizado em grupo e distante da costa. Ela requer uma determinada disposição corporal, para suportar as oscilações do barco sem enjoar e para desempenhar adequadamente as atividades e ao mesmo tempo uma disposição moral, a tenacidade de suportar as condições de trabalho, descritas como altamente estressantes. Além disso, a saída para essa pescaria exige perícia para observar uma sincronização precisa entre as condições de navegação, a capacidade de reunir os recursos e de formar o grupo de *camaradas* para a partida, bem como uma observação constante da interação entre esses elementos em alto-mar: as alterações das condições meteorológicas, o consumo das provisões e do combustível, a boa interação entre os *camaradas*; condições de cuja variação se estimam as chances de captura, o prolongamento ou abreviação da permanência no mar e o momento oportuno para o retorno.

Em cada pescaria o peixe pode ser o produto final, porém o processo de sua captura é um aspecto central da constituição dos pescadores enquanto sujeitos sociais, como se eles

fossem um produto que se faz no próprio engajamento com as atividades<sup>124</sup>. O tom épico que as narrativas associam à permanência em alto-mar, a proeza de não conseguir enjoar, a pele crestada pelo sol, testemunho cutâneo do trabalho duro e da resistência, a liberdade de trabalhar com camaradas, e não com estranhos, todos são elementos que fazem dos pescadores quem eles são.

Isso sinaliza para um dos pontos problemáticos nas abordagens de caráter territorial e ambiental sobre a pesca<sup>125</sup>, nas quais muitas nuances são deixadas de lado em favor da descrição de impactos. Nelas os sujeitos surgem como entes isolados que recebem os efeitos das transformações no ambiente e que devem ser o objeto de ações de mitigação e compensação. Essa teia de efeitos a incidir sobre sujeitos indiferenciados e anônimos não dá conta da densidade existencial envolvida, não produz um quadro adequado dos diferentes tipos de inserção social envolvidos na atividade pesqueira.

Em outro nível, não se dá conta da dimensão humana das modificações no ambiente. Às linhas, formas, cores e movimentos da paisagem somam-se aquelas dos corpos, dos hábitos cotidianos, das vozes que, por mais particularistas que possam parecer, produzem um relato de outra natureza, talvez mais ligadas a acontecimentos singulares e de aparência restrita, mas que pontuam a vida dessas comunidades. Sem esse reconhecimento, a lógica dos estudos de impactos ambientais parece ser a de uma reificação do mundo, como se ele fosse uma materialidade pura que produz os mesmos efeitos quando submetido a certas intervenções, não importando em qual contexto de relações se inserem os sujeitos que nele habitam.

Embora partindo de um contexto etnográfico e de interesses distintos, a abordagem delineada por Ana Luiza Martins Costa em muito contribui nesse ponto. Sua pesquisa se voltou para a descrição do modo como a população ribeirinha de comunidades rurais do vale do rio São Francisco articulou culturalmente o que autora denominou como uma “experiência insólita”, a elevação definitiva das águas do rio na ocasião da construção da barragem de Sobradinho, na década de 1970. Martins Costa delinea seus interesses de investigação em uma breve comparação com outras perspectivas possíveis:

Se o Estado tende a enfatizar a grandiosidade de tais obras e a energia por ela gerada, outros setores da sociedade denunciam seus efeitos sociais e ambientais extremamente negativos [...]. Tais críticas são também veiculadas por pesquisadores de diversas áreas, que analisam seus impactos socioambientais, sobretudo as novas condições de produção e acesso à terra na borda do lago. Não é minha intenção prosseguir nesta mesma linha de abordagem, em que os efeitos da construção de uma barragem são vistos a partir de indicadores quantificáveis, como a miséria da população. Meu objetivo é apreender o ponto de vista dos camponeses. Pretendo demonstrar que o modo como eles concebem os eventos da barragem de forma imprevista e decisiva no

---

<sup>125</sup> As mais adotadas nos estudos sobre a pesca na geografia, conforme discutido por Paula (2016).

rumo dos acontecimentos. Se meu enfoque pode parecer estranho aos autores que se dedicam a identificar impactos sociais, no entanto, ele se alinha com toda uma tradição de estudos antropológicos e históricos que consideram o ‘sentido vivido’ de uma experiência como ponto de partida para qualquer análise de processo de mudança sociocultural. (MARTINS COSTA, 2013, p. 10-1)

A autora defende que os camponeses ribeirinhos tenderam a mobilizar seus códigos habituais de orientação frente às variações no regime fluvial para lidar com essa situação inédita, a formação do lago da represa, que equivaleu a uma cheia permanente que inundou algumas localidades nas margens do São Francisco. As orientações presentes no que Martins Costa chama “modelo da retirada” não se revelaram adequadas ao novo quadro de disposição das áreas alagadas e das terras agrícolas, porém a intenção de aplicá-lo a esse evento insólito de uma cheia que nunca cedia é utilizado para elucidar o processo de construção social do espaço.

Nessa situação em que o modelo da retirada não orienta mais os ribeirinhos, fala-se da perda da possibilidade de se ter o rio como o elemento central de orientação: “A rosa dos ventos apagou-se e o mundo está privado de eixo.” (MARTINS COSTA, 2013, p. 101). Ao chamar a atenção para esses sentidos vividos e o modo como tocam na relação com o contexto geográfico das comunidades ribeirinhas, a autora constrói uma alternativa à lógica que geralmente pauta os estudos de impacto ambiental, que pressupõem um distanciamento em relação aos esquemas nativos que ajudam a dotar de significado as alterações engendradas no meio.

No caso específico dos pescadores de Atafona, as mudanças introduzidas pelo porto do Açú parecem assumir, nos estudos que procuraram analisar os seus impactos, importância por incidir diretamente sobre as condições físicas e ecológicas do ambiente local, ignorando a construção de um horizonte de vida mediado pela prática da pesca. Ao invés disso, procurei aqui o entendimento de que a maneira como o porto afeta a pesca é mediado pelos modos como os pescadores construíram a lide com as condições ambientais ao longo do tempo, em sua imersão cotidiana na paisagem, um processo transpassado também pela construção de vínculos sociais e de posições dentro de um sistema social. A leitura pautada na lógica dos “impactos” não contribui para desvelar os envolvimento que os pescadores constroem com o ambiente, no contexto de constituir uma paisagem para suas próprias existências. Se pensar que ela nunca é um domínio imediato do mundo, e que ela pressupõe um determinado *enquadramento*, a paisagem é constitutiva e ao mesmo tempo constituída pelo modo de vida dos pescadores.

Os efeitos do porto, portanto, nunca incidem puramente no meio enquanto um conjunto de elementos físicos, químicos e biológicos para aí produzir um “impacto” sobre a pesca: esses efeitos reverberam nesse acoplamento existencial entre os pescadores e sua paisagem, impõem

um teste ao seu gênero de vida, e assim vão sendo dotados de sentido. Existem modos específicos de se lidar com as alterações ambientais em curso, e qualquer “impacto” só assume sentido através dessa mediação. A compreensão dos efeitos do porto segue outros caminhos ao ser pautada no estudo de como ele reverbera no modo de vida dos pescadores, revelador de uma imersão particular no meio e da gênese de uma paisagem enquanto um horizonte concreto de existência. Essa busca por compreender as mudanças em curso a partir da teia relacional que une pescadores e sua paisagem dialoga com algumas indicações presentes em etnografias de comunidades pesqueiras. Nelas se questionam a maneira como se pensa no papel das técnicas e a na sua relação com a construção de identidades sociais.

Sautchuk (2007), por exemplo, partindo das contribuições de Ingold e Descola, questiona a dicotomia entre o sujeito humano ativo e o objeto (animal ou material) passivo. Isso porque a imersão dos pescadores no ambiente possui uma dimensão formativa e constitutiva para o próprio pescador. Sua constituição enquanto sujeito que ocupa uma determinada posição em seu contexto social passa pelo o que o autor chama de um “engajamento gestual”, possível somente na prática. O aprendizado da pesca não seria adequadamente caracterizado como uma acumulação de conhecimentos, mas sim como um processo contínuo de engajamento na prática, rumo a uma qualidade que distingue os bons pescadores do Sucuriju:

ser *ativo* implica no engajamento corporal - em sua intensidade e temporalidade - mais do que na ‘aquisição’ de habilidades específicas. Ou melhor, a competência a bordo resulta do engajamento no *serviço*, coordenado-se aos objetos e aos outros pescadores, de modo que o aprendizado - *ficar um profissional* - é definido não como acumulação de conhecimentos, mas como um processo de *ficar mais ativo*. (SAUTCHUK, 2007, p. 179).

O autor defende que, ao aprender a lidar com os ritmos do barco, através das percepções de força, balanço e peso, o pescador se forma, torna-se *ativo*, em meio a essa dimensão cinestésica de sua atividade. Os saberes<sup>126</sup> não se constituem sem esse engajamento com os recursos técnicos e o ambiente. Isso conduz à ideia do indivíduo como um ato, como uma parte de um fluxo de operações mais amplas, que, no caso da pesca, envolvem a organização das pescarias, o estar embarcado e a exposição às condições ambientais:

A integração no barco produz transformações corporais notáveis, tanto no que diz respeito ao comportamento e à interação com os objetos – como o equilíbrio, o fim das náuseas, a harmonia com as trações – quanto no domínio morfológico; as mãos tornam-se *grossas* e com maior abertura entre os metacarpos, devido à tensão das

---

<sup>126</sup> Importante ressaltar que esses saberes não só criam condições para o bom andamento da pesca porém igualmente ajudam a angariar posições em uma determinada escala de valores na hierarquia social. Nesse quadro, segundo Colaço: “os conhecimentos técnicos associados a uma biografia inscrita na pesca artesanal são capitais valorizados no lugar. Reconhecer e manipular informações relevantes sobre o funcionamento do ecossistema distingue os praticantes do ofício. Isso os coloca em diferentes posições sociais, seja dentro ou fora da Lagoa.” (COLAÇO, 2015, p. 96)

cordas, a pele do rosto enrugada, fruto do sol e de *fazer cara para o vento*, a sola dos pés se insensibilizam, aderindo ao convés sem desconforto etc. Todos estes aspectos constituem um processo esperado, que torna o pescador *ativo*, apto a conectar-se com os artefatos presentes no barco em diversas condições climáticas e oceanográficas. (SAUTCHUK, 2007, p. 287)

Em diálogo com Duarte, Sautchuk reitera a necessidade de “se tomar o tema da reprodução social do pescador através da preocupação com a composição de sua identidade no próprio processo de trabalho” (SAUTCHUK, 2007, p. 6). Um ponto de interesse nessa discussão é justamente o quanto a imersão no ambiente, ou, recorrendo a uma formulação clássica da geografia, a relação homem-meio, assume uma dimensão ontológica: como os sujeitos, ao invés de serem pensados como projetando sua técnica sobre um meio inerte, são também formados nessa relação. E, no caso de Atafona, como essa dimensão ajuda a compreender como as mudanças na paisagem que os pescadores ajudam a construir reverbera em seus modos de ser.

Se há mesmo, como afirma Berque, uma “duplicidade do ser”, uma corporalidade que vai além do corpo fisiológico e se difunde pelo meio, as recentes alterações ambientais e territoriais produzem profundas implicações nos pescadores. É a partir desse viés que podem ser retomadas as vivências em campo, em especial aquelas referentes às reverberações desse quadro de mudanças na vida dos pescadores, pois, nesse contexto

Se há sempre uma geograficidade inscrita nas práticas sociais, alguns eventos parecem ter a capacidade de recrudescer laços e sentimentos relacionados ao meio. Essa é a situação observada nos últimos anos, uma vez que a experiência dos diferentes grupos em Atafona viu-se ressignificada diante das profundas reconfigurações das formas e dos conteúdos sociais em todo o município de São João da Barra. À medida que o porto ameaça a continuidade do modo de vida associado à pesca, sua construção adquire ares de um “evento humano paradigmático” (GEERTZ, 2008; MELLO e VOGEL, 2004) exacerbando a consciência espacial ao mobilizar e tensionar os valores culturais acerca do universo social e do ambiente. (GOMES 2012, p. 110)

As diferentes etapas que envolveram a inclusão do porto do Açú na vida dos pescadores estiveram presentes em variados momentos da pesquisa. Em alguns dos trabalhos de campo, realizados ainda durante a graduação, o porto estava presente só como um rumor, uma promessa anunciada nas rádios e imprensa locais. Do início efetivo das obras, passando pelo arrefecimento do ritmo das mesmas até o início de sua operação, o modo como os pescadores responderam à flutuação dos efeitos mudou ao longo do tempo. O recuo da grandiosidade dos investimentos previstos parece ser motivo de alívio, pois se acredita que, caso houvesse uma circulação mais intensa de embarcações, as dificuldades enfrentadas teriam sido maiores.

Um dos obstáculos apontados pelos pescadores diz respeito ao comprometimento de um dos principais pesqueiros da região, no Açú, onde se costumava realizar a pesca de camarão com bons resultados. O píer construído, segundo seus relatos, contribuiu para a acumulação de

limo e assim acaba atraindo os camarões, porém o acesso é impedido pelas normas de segurança impostas ou mesmo pela circulação de navios. A fiscalização, tanto por parte da administração do porto quanto por parte da Capitania dos Portos se intensificou, com a aplicação de multas e apreensão de equipamentos, inclusive.

A circulação de embarcações de grande porte, além de representar o risco de se chocarem com os barcos de pesca, ainda provoca danos às redes estacionárias, que ou se engancham nos navios, sendo assim arrastadas e perdidas, ou se rompem com a passagem deles. De dia, a visualização dos navios é facilitada pela claridade, o que permite que os barcos de pesca sejam deslocados para fora da trajetória de colisão. No entanto, sobretudo à noite, a aproximação nem sempre é percebida, o que aumenta o risco de abalroamento. Nos dois casos, mesmo quando o barco consegue se deslocar, nem sempre a rede consegue ser retirada da água a tempo, podendo ser assim perdida ou danificada.

Essa nova dinâmica de circulação não inviabiliza a pesca, porém lhe impõe sérios constrangimentos. A dificuldade de acesso ao pesqueiro do Açú e a restrição de acesso à área do porto implicam maiores deslocamentos, seja em direção a outros pesqueiros próximos à costa (onde se captura o camarão), seja em direção ao alto-mar, aumentando o recurso à pesca de plataforma. Só o desvio da área do porto implica um deslocamento adicional de 24 a 28 milhas, o que equivale a 5 horas de viagem. Ao mesmo tempo, a permanência no mar implica o acréscimo de um novo perigo: o de choque contra algum navio. Assim, a definição de turnos de vigilância entre os *camaradas* se configura como uma nova tarefa a ser assumida por todos durante as pescarias, o que aumenta o nível de exigência física da atividade, intensificando o cansaço.

Se esses desafios não chegaram, até o que pôde ser expresso através dos relatos, a inviabilizar a pesca, isso não se deu em função de qualquer medida paliativa implementada seja por órgãos públicos, seja pela administração do porto. Contrapondo as estratégias adotadas em função desse novo quadro ambiental e territorial engendrado pela operação do porto do Açú com aquelas adotadas frente a alterações anteriores, nota-se uma semelhança.

Diante dos eventos que ameaçavam comprometer a pesca, a mobilidade sempre esteve presente, de alguma forma. Perante o avanço do mar, os pescadores se mudavam, construindo suas novas casas em posição recuada. Perante o aumento da poluição do rio Paraíba do Sul, cada vez mais a pesca fluvial cedeu lugar à marítima, refletindo inclusive no status social mais elevado de quem a pratica. Se por um lado a prospecção de petróleo é apontada como atividade que afasta os cardumes, por outro a implantação das plataformas criou novos pesqueiros, explorados a despeito dos impedimentos legais para a aproximação dessas áreas e apesar da



distância que precisa ser percorrida. Os pescadores de Atafona estiveram sempre se movendo, e passaram a se mover de modos diferentes, percorrendo novos itinerários, com frequências e tempos de permanência que se alteraram ao longo do tempo.

Apesar de essa não ser a única estratégia de resistência, cabendo destacar o papel político da colônia de pescadores, a mobilidade desponta como um recurso recorrente. Movendo-se da Ilha para o Pontal, do rio para o mar, da costa para as plataformas, de pesqueiros próximos para os distantes, foi em parte na mobilidade que os pescadores encontraram meios para a sua reprodução enquanto grupo. A maior dificuldade atual incide justo sobre a capacidade deles se deslocarem. Ironicamente, uma dificuldade imposta não por um obstáculo fixo, mas por um outro movimento, o dos navios que vão em direção ao porto, bem como pelas restrições territoriais à aproximação dos barcos de pesca. O porto acaba por produzir uma fluidez imobilizante, ou que ao menos debilita, delimita e dificulta a mobilidade dos pescadores, onerando suas jornadas com mais cansaço e mais tensão, em vista dos novos riscos que a circulação de navios produz.

O trabalho no mar, tão frequentemente associado à liberdade, uma imagem que se cruza bem com a imensidão do oceano e ao tempo nada mecânico e nada previsível dos ventos, esbarra nesse “cercamento das águas”. Ainda viva, ainda persistente, a pesca artesanal se move e se mobiliza, espreme-se entre obstáculos, físicos e políticos, desvia-se das agressões que partem de origens distintas, como se representasse uma vida que, nascida da imensidão, vê-se cada vez mais vivida nos interstícios. A privação que isso impõe vai além do comprometimento das condições de trabalho ou da reprodução social, por si só preocupantes. Ser uma pessoa respeitada se confunde com ser um pescador habilidoso e disposto ao trabalho. O papel que se assume naquele contexto social depende disso: as pessoas são julgadas por esse critério de engajamento na pesca. Sendo o contato com o mar uma dimensão central na constituição dos pescadores enquanto sujeitos, as tensões a que esse contato é forçado a responder enrijecem as atitudes perante si próprios e suas vidas. É a adesão dos sujeitos a sua realidade geográfica que está em jogo:

A realidade geográfica exige uma adesão total do sujeito, através de sua vida afetiva, de seu corpo, de seus hábitos, que ele chega a esquecer-los, como pode esquecer sua própria vida orgânica. Ela está, contudo, oculta e pronta a se revelar. O afastamento, o exílio, a invasão tiram o ambiente do esquecimento e o fazem aparecer sob a forma de privação, de sofrimento e de ternura. A nostalgia faz o país aparecer como ausência, sobre o pano de fundo da expatriação, de uma discordância profunda. Conflito entre o geográfico como interioridade, como passado, e do geográfico totalmente externalizado, como presente. (DARDEL, 2011; 1952, p. 34)

Assim se pode compreender um pouco melhor o que significa comprometer as condições da prática da pesca. A concepção mais usual sobre o que constitui um exílio o

relaciona a uma transposição forçada para uma nova área, distante do lar, distante dos vínculos estabelecidos. Essa vinculação a um local fixo contrasta com a vinculação com o mar, que pressupõe movimento, fluxo. Justo as dificuldades impostas à movimentação no caso dos pescadores é que pode produzir um sentido de exílio, pois sua vinculação com Atafona possui essa arborescência que se espraia pelo mar, como se as raízes que os vincula ao lar se alimentassem de água salgada. Estar em casa, se isso deixar de ser o ponto de repouso após uma jornada no mar, se se afigurar como um encapsulamento em um ponto fixo, pode se tornar o pior exílio de todos, quando aqueles movimentos definidores de quem os executa não puder ser realizado. Isso adiciona mais um item às imagens algo absurdas de Atafona. Na paisagem de dunas moventes que engolem as casas, do mar que devora o que vê pela frente, estar no terreno firme de suas próprias casas pode corresponder, para os pescadores, a perder o próprio chão.

## Referências bibliográficas

- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Terra e mar, do trabalhar e do viver na pesca marítima.** Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte - RS. Porto Alegre: UFRS, 2007.
- AGAMBEN, 2017. **O Aberto.** O Homem e o Animal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- AGB. Associação de Geógrafos Brasileiros. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú.** Rio de Janeiro, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elisabeth. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil:** pescadores e pescadoras de Saramem, Foz do São Francisco. Brejo Grande, Sergipe: Casa & Design – UEA Edições, 2010.
- AZEVEDO, Ana Francisca; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. **Geografias do Corpo.** Ensaios de Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas, 2009.
- AZEVEDO, Ana Francisca. Desgeografização do Corpo. Uma política de lugar 2009. In: AZEVEDO, Ana Francisca; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. **Geografias do Corpo.** Ensaios de Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos.** Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2013 [1942].
- \_\_\_\_\_. **A Poética do Espaço.** São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores), 1978 [1957].
- \_\_\_\_\_. **O Novo Espírito Científico.** São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores), 1978 [1934].
- BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior que o mundo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- BASTOS, Alex Cardoso; SILVA, Cleverson Guizan. Caracterização morfodinâmica do litoral Norte Fluminense, RJ, Brasil. In: **Revista Brasileira de Oceanografia**, 48(1):41-60, 2000.
- BERQUE, Augustin. **Mouvances II.** Soixante-dix mots pour le paysage. Paris: BERQUE, Augustin (dir.). Editions La Villette, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Écoumène.** Introduction à l'étude des milieux humains. Paris: Belin, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Être Humains sur la Terre.** Principes d'éthique de l'Écoumène. Paris: Collection Le Débat, Gallimard, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Les Raisons du Paysage.** De la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris: Éditions Hazan, 1995.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Médiance:** de milieux en paysages. Montpellier: GIP Reclus, 1990.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência. A partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre Modernité et Postmodernité: la représentation paysagère de la nature. In: ROBIC, Marie-Claire. (dir.). **Du Milieu à l'Environnement**. Pratiques et représentation du rapport homme/nature depuis la Renaissance. Paris: Economica, 1992.

BERTRAND, Georges. Les géographes français et leurs paysages. In: **Annales de Géographie**. 1984 t. 93 n° 516.

BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce e SMITH, Mick (eds.). **Introduction**: Geography's 'Emotional Turn'. Emotional Geographies. Ashgate Publishing, 2005.

BRONZ, Deborah. **Pescadores do petróleo**: políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos, RJ. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHISTOFOLLETTI, Antônio (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Dinâmica demográfica no norte fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (orgs.) **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CIDE (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). São João da Barra. **Série Perfis Municipais**. Rio de Janeiro: 1989.

COELHO, Victor Monteiro Barbosa. **Paraíba do Sul**: um rio estratégico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen. Spectacle and text: landscape metaphor in cultural geography. In: DUNCAN, James; LEY, David. (Eds.). **Place/Culture/Representation**. Londres: Routledge, 1994.

CROWELL, Steve. A fenomenologia husserliana. In: DREYFUS, Hubert e WRATHALL, Mark (orgs.) **Fenomenologia e Existencialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

CRUZ, José Luis Vianna da. Origem, natureza e persistências das desigualdades no norte fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (orgs.) **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CRESSWELL, Tim. The Landscape and the obliteration of practice. In: ANDERSON, Kay; DOMOSH, Mona; PYLE, Steve. **Handbook of Cultural Geography**. London: Sage, 2003.

CUNHA, Juliana Blasi. **Atafona**: formas de sociabilidade em um balneário na região Noroeste-fluminense. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2007.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011[1952].

DESCOLA, Philippe. Débat. In: **Études Rurales**, nº 121-124, 1991.

DEVEREUX, Georges. **De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement**. Paris: Aubier, 1980 [1967].

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A Pulsão Romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. In: **RBCS**, vol. 19, nº. 55, junho/2004.

\_\_\_\_\_. **As Redes do Suor**: A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EdUFF, 1999.

COLAÇO, José Colaço. **Quanto custa ser um pescador artesanal?** Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

\_\_\_\_\_. Variações sazonais e conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. In: **Cuadernos de Antropología Social**, nº 31, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. In: **Revista Etnográfica**, vol. III (2), 1999.

DREYFUS, Hubert e WRATHALL, Mark. Um Breve Introdução à Fenomenologia e ao Existencialismo. In: DREYFUS, Hubert e WRATHALL, Mark (orgs.) **Fenomenologia e Existencialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Artes ambientais e sociedade: paisagem como projeto no Ocidente. In: REINHEIMER, Patrícia; SANT'ANA, Sabrina Parracho (orgs.). **Manifestações artísticas e ciências sociais**: reflexões sobre arte e cultura material. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2013.

\_\_\_\_\_. **As redes do suor**. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EdUFF, 1999

EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e Fotografia. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**.

Nº 02. Rio de Janeiro: UERJ,1996.

FARIA, Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (orgs.) **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FERREIRA, Janylle de Almeida. A produção social da Comunidade de Jequiá: limites e desafios de resistências. In SILVA, Catia Antonia da (org.). **Pesca Artesanal e Produção do Espaço: Desafios Para a Reflexão Geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

GALANO, A. M. **Entre nostalgias e sinais de uma nova estética**: observatórios fotográficos de paisagens na França. Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

GELL, Alfred. The Language of the Forest: Landscape and Phonological Iconism in Umeda. In: HIRSCH, Eric; O'Hanlon, Michael (eds.) **The Anthropology of Landscape**. Perspectives on Place and Space. Oxford: Clarendon Press, 1995.

GOMES, Renan da Silva. **A Ilha, o Mar, e a “Cidade Debaixo d’Água”**: paisagens e mudanças ambientais em Atafona – RJ. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GREEN, Nicholas. Looking at the Landscape: Class formation and the visual. In: HIRSCH, Eric; O'Hanlon, Michael (eds.) **The Anthropology of Landscape**. Perspectives on Place and Space. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

HOEFLE, Scott William. **Tourism in Fishing Communities of Western Rio de Janeiro, Brazil**: conflict, multi-functionality or juxtaposition? The Sustainability of Rural Systems: Global and Local Challenges and Opportunities. 1ed. Galway: CSRS-IGU/Whitaker Institute NUI Galway, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **The Perception of the Environment**. Londres: Routledge, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. Vidal, Vidais. **Textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LE BRETON, David. **Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Antropologia do Corpo e da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LINDÓN, Alícia. De las geografías constructivistas a las narrativas de vida espaciales como metodologías geográficas cualitativas. In: **Revista da Anpege**, vol. 04, 2008.

LUGINBÜHL, Yves. Nature, paysage, environnement, obscur objets du désir de totalité. In: ROBIC, Marie-Claire. (dir.). **Du Milieu à l'Environnement**. Pratiques et Représentation du rapport homme/nature depuis la Renaissance. Paris: Economica, 1992.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. In: **GEOgraphia**, vol. 03, nº 06, 2001.

MARTINS COSTA, Ana Luiza. **Uma retirada insólita**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013.

MENDIBIL, Didier. Le Dresseur d'images. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.) **Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache, dans le labyrinthe des formes**. Paris: CTHS, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015 [1945].

MIKESELL, Marvin M. Tradition and Innovation in Cultural Geography. In: **Annals of the Association of American Geographers**. Vol. 68, 1978.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

NOGUEIRA, Danielle. **A saída pelo porto**. O Globo, Rio de Janeiro, 15 de maio de 2011.

NORONHA, João. **Atafona**. Sua história, sua gente. Campos dos Goytacazes: Academia Campista de Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma dama chamada Atafona**. Campos dos Goytacazes: Cultura Goitacá, 2003.

PARDINI, Patrick. **Natureza e cultura na paisagem amazônica**: uma experiência fotográfica com ressonâncias na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas. vol.7 no.2 Belém, 2012.

PAULA, Cristiano Quaresma de. Tecendo uma rede de geografias da pesca. In: SILVA, Catia Antonia da; PAULA, Cristiano Quaresma de (orgs.) **Brasil e Moçambique**: diálogos sobre a pesca artesanal. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

\_\_\_\_\_. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal**: Fórum Delta do Jacuí (RS). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PHILO, Chris. More words, more worlds: reflections on the 'cultural turn' and human geography. In I. Cook et al., eds., **Cultural Turns/Geographical Turns**: Perspectives on Cultural Geography. London: Prentice-Hall, 2000

PITREZ, Maria Claudia Martineli. **“Calmaria” e “alvorço” no encontro das águas**: ritmo e pertencimento entre pescadores e veranistas na Praia de Atafona, RJ. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

RIBEIRO, Guilherme. **Question régionale, identité nationale et émergence du monde urbain-industriel**. La modernité dans l'œuvre de Paul Vidal de la Blache. *Annales de Géographie*, n° 699, 2014/5.

\_\_\_\_\_. Fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. Vidal, Vidais. **Textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ROGER, Alain. Artialisations. In: BERQUE, Augustin (dir.). **Mouvances II**. Soixante-dix mots pour le paysage. Paris: Editions La Villette, 2006.

SANTAFÉ, Helvio. **Atafona**. Vento Nordeste. Rio de Janeiro: 1999.

SAUTCHUK, Carlos E. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. In: **Anuário Antropológico**, 2011

\_\_\_\_\_. **O arpão e o anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Catia Antonia. **Política pública e território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TOMAS, François. Du paysage aux paysages, pour une autre approche paysagère. In: **Revue de géographie de Lyon**, vol. 69, n°4, 1994.

VIDIGAL RIBEIRO, Ranulfo. **Desafios ao desenvolvimento regional no Norte Fluminense**: o Caso do Porto do Açú 2009/2010. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2010.



WRATHALL, Mark. Fenomenologia Existencial. DREYFUS, Hubert e WRATHALL, Mark (orgs.) **Fenomenologia e Existencialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

## Referências eletrônicas

ARGENTO, Mauro Sérgio Fernandes; COSTA, Daniella Tancredo de Matos Alves. **Os impactos sócio - ambientais da praia de atafona – litoral norte fluminense**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Impactoambiental/02.pdf>>.

AVOCAT, Charles. Approche du Paysage. In: **Revue de Géographie de Lyon**. 1980. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/geoca\\_0035-113x\\_1982\\_num\\_57\\_4\\_6169](http://www.persee.fr/doc/geoca_0035-113x_1982_num_57_4_6169)>.

ARAÚJO, Francele de Almeida. **Do apogeu ao descaso do Canal Campos-Macaé**. IV Circuito de Iniciação Científica do Cefet/Campos. 2015. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/CircuitoIC/article/view/1874>>.

BERQUE, Augustin. Paysage et modernité. Notes de Lectures en forme d'hypothèse. In: **L'Espace Géographique**, nº 02, 1992. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1992\\_num\\_21\\_2\\_3059](http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1992_num_21_2_3059)>.

\_\_\_\_\_. Position de Recherche. Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique pour une géographie culturelle. In: **Espace géographique**, tome 13, nº1, 1984. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1984\\_num\\_13\\_1\\_3890](http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1984_num_13_1_3890)>.

BOUTEILLE, Claude. **Des Livres - Ecoumène**. Introduction à l'étude des milieux humains (Augustin Berque), 2005. Disponível em: <<http://cafe-geo.net/wp-content/uploads/ecoumene.pdf>>.

BRASIL, 2017. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/capa-concessoes>>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Períodos de Defeso**. 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/recursospesqueiros/per%C3%ADodos-de-defeso>>.

BRISO, Caio Barretto. **Visite Atafona antes que acabe**. Extra, Rio de Janeiro, 02 de julho de 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/visite-atafona-antes-que-acabe-21544801.html>>.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**. Vol. 14, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47315>>.

CAU. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. **Planos Urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache**. Disponível em: <<http://planourbano.rio.rj.gov.br/>>.

CHOUQUER, Gérard. Nature, Environnement et Paysage au Carrefour des Théories. In: **Études Rurales**, nº 157-158, 2001. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/etudesrurales/38#quotation>>.

CLAVAL, Paul. Le rôle du terrain en géographie. In: **Confins**, nº 17, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/8373>>.

\_\_\_\_\_. La Géographie e la Perception de l'espace. In: **L'Espace géographique**, n 03, 1974. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1974\\_num\\_3\\_3\\_1479](http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1974_num_3_3_1479)>.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the Evolution of the landscape idea. In: **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, Vol. 10, No. 1, 1985. Disponível em: <<https://goo.gl/doBpZH>>.

CRUZ, José Luis Vianna da. Os desafios da construção do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. In: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 2, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9088>>.

DELYSER, Dydia; ROGERS, Bethany. Meaning and methods in cultural geography: practicing the scholarship of teaching. In: **Cultural Geographies**, nº 17, 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1474474010363847>>.

DESCOLA, Philippe. L'anthropologie de la Nature. In: **Annales HSS**, 2002. Disponível em: <[https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ANNA\\_571\\_0009](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ANNA_571_0009)>.

FALCÃO, Hully Guedes. **O mar como um palco de contestações**: um estudo sobre a comunidade pesqueira de Atafona- RJ. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014. Disponível em: <[http://www.29ba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023324\\_ARQUIVO\\_TrabalhoAba1.pdf](http://www.29ba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023324_ARQUIVO_TrabalhoAba1.pdf)>.

\_\_\_\_\_. “O mar não é livre, tem apartamentos de ferro”: uma análise do conflito entre a comunidade de pescadores de Atafona e empresas petrolíferas e portuárias do Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: **Revista Ensaios**, Vol.7, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ensaios/article/view/1619>>.

FALCÃO e MOTA. Infringir Para Resistir: Mobilizações Coletivas Dos Pescadores De Atafona - São João Da Barra (RJ). In: **Avá**, nº.26, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-16942015000100004](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942015000100004)>.

FILGUEIRAS, Márcio de Paula. **Tempo e Espaço entre pescadores da Praia da Concha, Vila Velha - ES**. Sociedade em Estudos, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 30-38, 2007. Disponível em: <<http://www.sociedadeemestudos.ufpr.br/atuall/arquivos/filgueiras%20pag%2030.pdf>>.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. “Geografía Objetiva” versus “Geografía sensible”: Trayectorias Divergentes de la Geografía Humana em el siglo XX. In: **Revista da Anpege**, vol. 04, 2008. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/9>>.

HOEFLE, Scott William. **Fishing, tourism and industrial development in Southeast Brazil: small-scale fishers under siege?** Contribuciones para el Estudio de la Pesca Artesanal en America Latina Proceedings of the Mini Symposium on Small Scale Fisheries of the 46th International Congress of Americanists, 4-8 July 1988, Amsterdam. Disponível em: <<https://geoscience.net/research/002/384/002384059.php>>.

IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

JORNAL O GLOBO. **No fim dos anos 20, Plano Agache pretendia organizar o crescimento do Rio**. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/no-fim-dos-anos-20-plano-agache-pretendia-organizar-crescimento-do-rio-10403129#ixzz56jc6NSNn>>.

MENDIBIL, Didier. **Les gestes du métier**. ADPF. Couvrir le Monde. Un grand XXème siècle de géographie française, La Documentation Française, pp.53 \_a 89, 2006. Disponível em Archives Ouvertes.Fr: <<https://goo.gl/y4ZScz>>.

MONBEIG, Pierre. A paisagem, espelho de uma civilização. In: **GEOgraphia**, v. 6, n. 11, 2004 [1939]. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/147>>.

PIVETEAU, Jean-Luc. L’Observation directe du paysage et sa place dans la problématique de la géographie urbaine. In: **Espace géographique**, tome 2, nº3, 1973. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1973\\_num\\_2\\_3\\_1407](http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1973_num_2_3_1407)>.

PRUMO LOGÍSTICA. **Porto do Açú**. 2014. Disponível em: <[http://ri.prumologista.com.br/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://ri.prumologista.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28)>.

VAN EDE, Yolanda. **Sensuous Anthropology: Sense and Sensibility and the Rehabilitation of Skill**. Anthropological notebooks, nº15 (2). Slovene Anthropological Society 2009. Disponível

em: <<http://www.dlib.si/stream/URN:NBN:SI:DOC-P5HKD0YZ/d1b4601d-d1fe-4fb5-a010-f898dd612d61/PDF>>.

VETTORAZZO, Lucas. **Antigo projeto de Eike, Porto do Açu, recebe zona de incentivo à exportação.** Folha de São Paulo, 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1946340-governo-cria-zona-de-incentivos-fiscais-a-exportacao-no-porto-do-acu-no-rio.shtml>>.